



**Proposta da Administração para a  
60ª Assembleia Geral Ordinária e 178ª Extraordinária  
a ser realizada em 30 de abril de 2020**



## SUMÁRIO

<b>CONVITE .....</b>	<b>3</b>
<b>EDITAL DE CONVOCAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. PROCEDIMENTOS INERENTES À AGOE .....</b>	<b>6</b>
<b>2. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGO ORA CONVOCADA .....</b>	<b>9</b>
<b>3. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGE ORA CONVOCADA.....</b>	<b>17</b>
<b>LISTA DE ANEXOS – AGO .....</b>	<b>18</b>
<b>LISTA DE ANEXOS - AGE .....</b>	<b>174</b>

## CONVITE

A CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS, convida a todos os seus acionistas a participarem da sua 60ª Assembleia Geral Ordinária e 178ª Assembleia Geral Extraordinária, conforme abaixo:

Data: 30 de abril de 2020

Horário (Brasília): 14 h

Local: Sede da Empresa, Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 6º andar, parte, Ed. Venâncio 3000, Asa Norte, CEP 70716-900, Brasília-DF;

### Matérias a serem deliberadas em AGO:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Completas da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e a distribuição de dividendos;
3. Eleger, para o Conselho Fiscal, membro titular e respectivo suplente por indicação do acionista controlador, bem como membro suplente por indicação dos acionistas preferencialistas;
4. Fixar a remuneração global dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos; e
5. Alterar os jornais em que a Companhia realiza suas publicações legais.

### Matérias a serem deliberadas em AGE:

1. Reformar os artigos 32, inciso II, 36, inciso XXII e 50, I do Estatuto Social da Companhia, para adequação e conformidade à Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019.

A Companhia preparou a presente Proposta de Administração, em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer a todos os seus Acionistas acerca das matérias que serão deliberadas, colocando à inteira disposição sua Superintendência de Relações com Investidores para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

### **Canais de Atendimento**

Rua da Quitanda, 196 - 9º andar - Edifício Mário Bhering

Rio de Janeiro - CEP: 20.091-005

Site: [www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)

E-mail: [ombudsman-ri@eletrobras.com](mailto:ombudsman-ri@eletrobras.com)

Telefones: (21) 2514-6333|2514-4627

Fax: (21) 2514-5964



**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS**

(Companhia aberta)

CNPJ. Nº 00.001.180/0001-26

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**60ª Assembleia Geral Ordinária e 178ª Assembleia Geral Extraordinária**

Convocamos os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras ("Companhia") a se reunirem na sede da Companhia, em Brasília, Distrito Federal, Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 6º andar, parte, Ed. Venâncio 3000, Asa Norte, CEP 70716-900, no dia 30 de abril de 2020, às 14 horas, em AGOE, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Matérias a serem deliberadas em AGO:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Completas da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e a distribuição de dividendos;
3. Eleger, para o Conselho Fiscal, membro titular e respectivo suplente por indicação do acionista controlador, bem como suplente por indicação dos acionistas preferencialistas;
4. Fixar a remuneração global dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos; e
5. Alterar os jornais em que a Companhia realiza suas publicações legais

Matérias a serem deliberadas em AGE:

1. Reformar os artigos 32, inciso II, 36, inciso XXII e 50, I do Estatuto Social da Companhia, para adequação e conformidade à Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

Observados os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), no Formulário de Referência da Companhia e as instruções contidas na Proposta da Administração para a Assembleia Geral, o acionista poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto à Distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos *websites* da Companhia

([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

O Acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a admissão na Assembleia Geral, nos termos do artigo 5º da Instrução CVM 481, deverá apresentar os seguintes documentos:

- Documento oficial de identidade com foto;
- Fotocópia autenticada do ato constitutivo atualizado (estatuto social ou contrato social), no caso de pessoa jurídica;
- Original ou fotocópia autenticada de procuração outorgada por acionista; e
- Via original do extrato de posição acionária fornecido pela instituição depositária ou pela custódia, identificando a condição de acionista.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, solicita-se a entrega dos documentos comprobatórios da condição de acionista e de sua representação até 72 (setenta e duas) horas antes da realização da AGOE, na Superintendência de Relações com Investidores - DFR, Departamento de Relacionamento com o Mercado – DFRM, na Rua da Quitanda, nº. 196 - 9º Andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, durante o horário de 8 horas às 12 horas e de 14 horas às 17 horas. Serão admitidos à AGOE, no entanto, todos os acionistas que comparecerem com a documentação necessária à participação no conclave. Caso autorizado pela CVM, e, nos termos e condições definidos pelo Regulador, à vista da pandemia do COVID19, a Eletrobras poderá realizar a AGOE de forma estritamente virtual, o que será tempestivamente comunicado aos seus Acionistas mediante Comunicado ao Mercado.

As deliberações serão tomadas na AGOE ora convocada por maioria de votos, sendo o voto de cada acionista proporcional à sua participação acionária no capital social votante da Companhia.

Encontram-se à disposição dos acionistas na Superintendência de Relações com Investidores – DFR, Departamento de Relacionamento com o Mercado – DFRM, na Rua da Quitanda, nº. 196 - 9º Andar, na cidade do Rio de Janeiro, RJ e nos *websites* da Companhia ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) toda documentação pertinente à matéria que será deliberada na AGOE, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 481.

Brasília, 27 de março de 2020.

José Guimarães Monforte  
Presidente do Conselho de Administração

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

### 1. Procedimentos inerentes à AGOE

Para facilitar a compreensão e o comparecimento dos Senhores Acionistas à AGOE ora convocada, a Companhia lista, a seguir, algumas informações relevantes referentes aos procedimentos de instalação, participação e condução do conclave. ("Proposta da Administração")

#### 1.1. Direito de Voto

- Acionistas detentores de ações **Ordinárias**:

Terão direito a voto em todos os itens da Ordem do dia, não podendo participar, entretanto, da eleição, em separado, para a vaga de suplente do Conselho Fiscal destinada aos acionistas titulares de ações preferenciais conforme artigo 50 do estatuto social da Companhia.

- Acionistas detentores de ações **Preferenciais**:

Terão direito a voto exclusivamente na eleição do membro suplente do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 50, IV, do estatuto social da Companhia.

#### 1.2. Instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, para a instalação da AGO, em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais detentores de participação correspondente a, pelo menos, 1/4 do capital social votante da Companhia. Para a instalação da AGE, contudo, exige-se quórum qualificado de 2/3 do capital social votante, à luz do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. Em segunda convocação, os conclaves se instalam com qualquer número. É possível, portanto, que haja instalação e deliberação da AGO e não haja instalação, em primeira convocação, da AGE (sendo que, neste caso, apenas as matérias pertinentes à AGE serão objeto de segunda convocação).

#### 1.3. Habilitação e Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

##### Representação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, proferida em 04 de novembro de 2014, o acionista poderá ser representado na AGOE das seguintes formas: (a) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil), (b) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (c) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

##### Documentos para Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Para participar da AGOE, os Senhores Acionistas deverão comprovar a qualidade de detentores de ações de emissão da Companhia, mediante apresentação dos seguintes documentos:

(a) extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Eletrobras de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva



participação acionária, datado de, no máximo, 02 (dois) dias antes da data da realização da AGOE; e

(b) se pessoa natural, original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, ou, no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, devendo tal procurador ser outro acionista ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil; ou

(c) se pessoa jurídica, (i) a cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações; (ii) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista com firma reconhecida.

Para os fins dos documentos previstos no item (c), a Companhia acatará (i) estatutos e contratos sociais, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, cópia simples do original, desde que acompanhada de certidão original emitida pelo órgão registrador ou sua cópia autenticada, atestando o registro do documento ou cópia autenticada do ato registrado; e (ii) especificamente em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome da pessoa jurídica acionista, se tratar-se de instrumento particular de mandato, deverá conter firma reconhecida do outorgante ou de seus representantes (exceto para acionistas estrangeiros, nos termos do Estatuto Social da Companhia), e, no caso de documentos lavrados no exterior, estar acompanhado de sua tradução juramentada devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos, bem como dos comprovantes de notarização e consularização ou apostilamento, conforme o caso. Caso tal ato corresponda a uma reunião de conselho de administração, o acionista deverá providenciar antecipadamente o comprovante do arquivamento e publicação do ato no registro competente.

No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio estatuto/contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente.

No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável.

No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá estar traduzida, por tradutor juramentado, para o português, e registrada no competente cartório de títulos e documentos, bem como deverá passar por processo de notarização e consularização. No entanto, nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, a Companhia dispensará a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que comprovado o seu apostilamento.

Documentos redigidos em outras línguas, nos termos da Lei, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada devidamente registrada no competente cartório de registro de títulos e documentos.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, solicita-se que a entrega dos documentos comprobatórios da condição de acionista e de sua representação ocorra até 72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Superintendência de Relações com Investidores – DFR,

Departamento de Relacionamento com o Mercado – DFRM, na Rua da Quitanda, nº. 196 - 9º Andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20091-005, durante o horário de 8 horas às 12 horas e de 14 horas às 17 horas ou em caso de mobilidade reduzida na cidade do Rio de Janeiro, em virtude de restrições de locomoção causado pelo estado de emergência no qual se encontra o Brasil, e a cidade do Rio de Janeiro, entrar em contato através do e-mail [ombudsman-ri@eletrobras.com](mailto:ombudsman-ri@eletrobras.com).

### Voto à Distância

Conforme previsto na Instrução CVM 481, a Eletrobras disponibilizará para a AGOE a possibilidade de participação à distância por meio do boletim de voto à distância ("Boletim de Voto"), cujo modelo foi disponibilizado nos websites da Companhia ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Para participar da AGOE por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente Escriturador (conforme abaixo definido) das ações de emissão da Companhia; (ii) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (iii) a Companhia, diretamente.

Neste sentido, a Eletrobras informa que o agente escriturador de suas ações, a saber, o Banco Bradesco S.A. ("Agente Escriturador"), nos termos de convênio firmado com a Companhia, receberá o Boletim de Voto dos acionistas da Companhia em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, observados os procedimentos estabelecidos pelo Agente Escriturador. Os acionistas ou seus representantes deverão comparecer em qualquer agência bancária do Agente Escriturador, munidos de documento de identidade válido, original, com foto e, no caso de acionistas considerados pessoas jurídicas e/ou representados por procurador, deverão ser apresentados os documentos de representação competentes, além do Boletim de Voto.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM 481, os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(i) O Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado à Superintendência de Relações com Investidores da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, 196, Centro, 9º andar, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: [ombudsman-ri@eletrobras.com](mailto:ombudsman-ri@eletrobras.com), devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia, no mesmo endereço acima, antes da data prevista para realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;

(ii) O Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato;



(iii) O Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no item 1.3 acima.

**O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.**

**Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente Escriturador, pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral nos termos do art. 21-B da Instrução CVM 481. O Boletim de Voto que for entregue após este prazo será considerado inválido e não será processado pela Companhia.**

**Após o decurso do prazo mencionado, caso remanesçam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que os considerará como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.**

## **2. Matérias a serem deliberadas na AGO**

### **2.1 Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Completas da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;**

Nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, até 04 (quatro) meses após o término do exercício social, os acionistas das companhias deverão se reunir para, dentre outras matérias, deliberar sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social anterior.

A Companhia informa aos senhores acionistas, que a partir desta data (inclusive) estão disponíveis para consulta, na sede da Companhia ou no endereço de sua Superintendência de Relações com Investidores – DFR, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, 196, Centro, 9º andar, bem como nos websites da Companhia ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), as Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e do Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Eletrobras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Neste sentido, a Companhia destaca que, nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, os avisos serão publicados, tempestivamente, nos jornais usualmente utilizados pela Companhia os avisos referentes à disponibilização da documentação mencionada.

A publicação das Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, ocorrerá oportunamente, nos termos do parágrafo 3º do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, em atendimento à Instrução CVM 481, a Companhia, com antecedência de 01 (um) mês da data marcada para realização da Assembleia Geral de Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, informa o seguinte quanto aos documentos a seguir elencados:

- *Demonstrações Financeiras Anuais Completas; Relatório de Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos; Relatório dos Auditores Independentes; Parecer do Conselho Fiscal, e do Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Eletrobras, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:*

As Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, incluindo o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos, o Relatório dos Auditores da PricewaterhouseCoopers, o Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Eletrobras, e o Parecer do Conselho Fiscal, que as aprovou, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram arquivados na CVM e na B3, em 27 de março de 2020, e encontram-se disponíveis nos websites da Companhia ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

- *Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 10 do Formulário de Referência.*

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos da Seção 10 do Formulário de Referência encontram-se no **ANEXO 06** do presente documento.

- *Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP*

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP foi enviado na mesma data do envio das Demonstrações Financeiras Anuais Completas, qual seja, 27 de março de 2020, encontrando-se disponível nos websites da Companhia ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

## 2.2 Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e distribuição de dividendos;

Nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, até 04 (quatro) meses após o término do exercício social, os acionistas das companhias deverão ser reunir para deliberar sobre a destinação do resultado referente ao exercício social anterior e a distribuição de dividendos aos acionistas.

O lucro líquido do exercício é aquele que remanesce depois da dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para o imposto de renda e da participação nos lucros dos empregados da Companhia. A sua distribuição compete à Assembleia Geral e se traduz pela determinação das parcelas do lucro líquido que serão vertidas às reservas de lucro legais e estatutárias e as que serão distribuídas aos acionistas como dividendos.

Além das destinações previstas em Lei, o Estatuto Social vigente da Companhia estabelece em seus artigos 56, 57 e 58, as reservas estatutárias que podem ser utilizadas para a destinação do resultado da Companhia a cada exercício.

O dividendo por sua vez é a parcela do lucro obtido durante o exercício social em razão da execução corrente do objeto social da Companhia, distribuída aos acionistas proporcionalmente à quantidade de ações de sua titularidade conforme previsto no Estatuto Social.

A Lei das Sociedades por Ações, em seu artigo 202, institui o dividendo obrigatório, que consiste em parcela mínima do lucro líquido que, observadas as disposições legais e do Estatuto Social da Companhia, deve ser distribuída aos Acionistas. No caso da Companhia, seu Estatuto Social dispõe, em seu artigo 55, parágrafo 1º, que esta parcela corresponderá a 25% (vinte e

cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A mesma previsão consta da Política de Dividendos da Companhia.

No exercício social de 2019, foi apurado lucro líquido da controladora de R\$ 10.697.124 mil (dez bilhões seiscentos e noventa e sete milhões cento e vinte e quatro mil reais). Assim, tendo em vista a previsão legal e estatutária acerca do dividendo obrigatório, a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social de 2019, equivalente a R\$ 2.540.567 (dois bilhões quinhentos e quarenta milhões e quinhentos e sessenta e sete mil reais) deve ser distribuída aos acionistas da Companhia, observada a preferência no recebimento dos dividendos pelos titulares de ações preferenciais de classe "A" e "B".

Em 2019, devido a incapacidade financeira da Companhia, foi constituída uma reserva especial de dividendos (artigo 202, § 4º e 5º) no montante de R\$ 2.291.889 (dois bilhões duzentos e noventa e um milhões oitocentos e oitenta e nove mil reais).

A incapacidade para pagamento da referida reserva remanesce, neste momento, em razão das incertezas decorrentes da pandemia mundial do coronavírus. Os riscos associados a esse evento foram descritos no Relatório de Administração das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 e no Fato Relevante de 27 de Março de 2020. Desta forma, a Administração da Companhia, à luz de seus deveres fiduciários, entende que por ora não é prudente promover desembolsos financeiros para distribuir aos seus acionistas os recursos retidos na Reserva Especial de Dividendos, pois o cenário econômico mundial, com repercussões ainda imensuráveis para o Brasil e o Sistema Eletrobras, demanda reforçada cautela por parte da administração da Companhia na gestão do caixa e em decisões que envolvam valores relevantes, principalmente pelo fato do Sistema Eletrobras ser responsável por atividades estratégicas no país que não podem ser interrompidas e/ou ter a qualidade comprometida pela falta de recursos para operação e manutenção de suas usinas e linhas de transmissão.

Em 2019, a Eletrobras Holding apresentou lucro líquido de R\$ 10.697 milhões, uma redução de 19% em comparação ao lucro líquido de R\$ 13.262 milhões registrado em 2018.

Esse resultado de 2019 foi decisivamente influenciado por: (i) lucro de operações descontinuadas no montante de R\$3.285 milhões, devido à privatização das empresas distribuidoras iniciada em 2018 e concluída até 2T19, com a transferência da Amazonas D e Ceal (ii) Resultado de Participações Societárias, de R\$ 8.487 milhões, influenciado, principalmente pelo resultado das empresas controladas; parcialmente compensado por (iii) Provisões para contingências judiciais, no montante de (R\$ 609 milhões), decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório no montante de (R\$ 775 milhões).

Isto posto, a Administração propõe a seguinte destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

## ELETROBRAS

**Destinação do Lucro Líquido:**

<b>Lucro Líquido do exercício:</b>	<b>10 697 124</b>
<b>Base distribuível</b>	
(-) Reserva Legal (5% do Lucro Líquido)	(534 856)
(+) Realização da reserva de reavaliação	-
= Base de cálculo do exercício	10 162 268
<b>Dividendo obrigatório 2019 (25%)</b>	<b>2 540 567</b>
<b>Saldo a destinar do exercício 2019</b>	<b>7 621 701</b>

<b>Dividendos a Pagar total em 2019</b>	
Dividendo Obrigatório de 2019 (25% do LL ajustado)	2 540 567
(+) Reserva Especial (artigo 202,§5)	-
<b>Total</b>	<b>2 540 567</b>
(-) Dividendo da Ação Preferencial	(490 210)
(-) Dividendos da Ação Ordinária	(2 050 357)
<b>(=) Saldo após destinação</b>	<b>-</b>

<b>Destinação do resultado do exercício residual</b>	
<b>Saldo para Destinação do exercício de 2019</b>	<b>10 697 124</b>
(-) Reserva Legal	(534 856)
(-) Ajuste IFRS 9/15	(157 205)
(-) Dividendos Obrigatórios	(2 540 567)
<b>Subtotal a distribuir</b>	<b>7 464 496</b>
(-) Constituição de reserva Estatutária para investimentos (50% do LL)	(5 348 562)
(-) Constituição de reserva Estatutária de estudos e projetos (1% do LL)	(106 971)
(-) Constituição de reserva de Retenção de Lucros (art. 196, LSA)	(2 008 963)
<b>(=) Saldo a Distribuir do exercício de 2019</b>	<b>-</b>

Sobre a proposta acima, esclarecemos:

- Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, correspondentes a R\$ 534.856 mil deverá ser destinado à Reserva Legal;
- Conforme previsto acima, a Administração da Companhia submete ainda à aprovação da Assembleia Geral a Proposta de Orçamento de Capital constante do Anexo 07 à presente Proposta da Administração, de forma que seja retida parcela do lucro líquido do exercício equivalente a R\$ 2.008.963 mil. O Parecer do Conselho Fiscal referente à Proposta de Orçamento de Capital encontra-se no Anexo 09 da presente Proposta da Administração.
- Conforme previsto no Art. 56, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro deverá ser destinado à Reserva Estatutária de Investimentos. Desta forma, a Administração Propõe que o montante de R\$ 5.348.562 mil seja destinado à Reserva Estatutária de Investimentos.
- Conforme previsto no Art. 56, I, do Estatuto Social vigente da Companhia, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro deverá ser destinado à Reserva Estatutária de Estudos e Projetos. Desta forma, a Administração propõe que o montante de R\$ 106.971 mil seja destinado à Reserva Estatutária de Estudos e Projetos.

Assim, a Administração propõe que os valores de dividendos acima mencionados sejam declarados e pagos, em valor equivalente total à R\$ 2.540.567 mil, até 31 de dezembro de 2020, conforme previsto no parágrafo terceiro do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações.

Neste sentido, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, formulada pela Administração na forma da Instrução CVM 481, pode ser encontrada no **ANEXO 08** ao presente documento.

### 2.3 Eleger um membro titular e dois suplentes do Conselho Fiscal;

Nos termos do artigo 50 do Estatuto Social da Eletrobras, o Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, com prazo de atuação de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo 2 (duas) reconduções sucessivas, sendo:

- 3 (três) membros eleitos pelos acionistas majoritários, sendo 1 (um) indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública federal;
- 1 (um) membro eleito pela maioria dos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias, em votação separada, na forma da Lei das Sociedades por Ações; e
- 1 (um) membro eleito pela maioria dos acionistas titulares de ações preferenciais, em votação separada, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

A data de eleição e fim do mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal estão previstos na tabela a seguir.

<b>Membros</b>	<b>AGO-AGE/Data</b>	<b>Término do Mandato</b>
EDUARDO COUTINHO GUERRA (EFETIVO) – indicado pelo Controlador	171ª AGE - 30/07/2018	29/07/2020
MÁRCIO LEÃO COELHO (SUPLENTE) – indicado pelo Controlador	171ª AGE - 30/07/2018	29/07/2020
THAÍS MARCIA FERNANDES MATANO LACERDA (EFETIVO) – indicada pelo Controlador	59ª AGO – 29/04/2019	AGO de 2021
DARIO SPEGIORIN SILVEIRA (SUPLENTE) – indicado pelo controlador	59ª AGO – 29/04/2019	AGO de 2021
JOSÉ ROBERTO BUENO JR. (EFETIVO) – indicado pelo Controlador	59ª AGO – 29/04/2019	Cargo vago em função da renúncia do Titular a partir de outubro de 2019.
LORENA MELO SILVA PERIM (SUPLENTE) – indicada pelo Controlador	59ª AGO – 29/04/2019	Cargo vago em função da renúncia da Suplente a partir de outubro de 2019.
PATRICIA VALENTE STIERLI (EFETIVO) – indicada por acionistas minoritários	59ª AGO – 29/04/2019	AGO de 2021

GASPAR CARREIRA JR. (SUPLENTE) – indicado por acionistas minoritários	59ª AGO – 29/04/2019	AGO de 2021
GIULIANO BARBATO WOLF (EFETIVO) – indicado por acionistas preferencialistas	59ª AGO – 29/04/2019	AGO de 2021
VAGO (SUPLENTE) – indicado por acionistas preferencialistas	59ª AGO – 29/04/2019	Cargo vago em função de renúncia do titular da vaga que precedeu ao atual, antes mesmo de assumir o cargo

À luz do artigo 13, inciso VIII, da Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”), combinada com o artigo 24, inciso IX, do Decreto nº 8.945/16, o prazo de gestão dos conselheiros fiscais não será superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções, regramento acolhido no artigo 50, caput do Estatuto Social da Companhia, que fixou o mandato em 2 (dois) anos.

Neste contexto, o Sr. Eduardo Coutinho Guerra e seu suplente foram eleitos na 171ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, em 30 de julho de 2018, para um mandato de 2 (dois) anos, que se encerrará em 30 de julho de 2020. Na 59ª AGO, foram eleitos, para um mandato de 2 (dois) anos, todos os demais conselheiros.

Ocorre que, em outubro de 2019, um titular e um suplente, indicados pelo acionista controlador, União Federal, renunciaram, abrindo as vagas indicadas para o Conselho Fiscal da Eletrobras. Portanto, o acionista controlador somente deverá eleger 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, uma vez que, dos 3 (três) assentos a que tem direito de indicação, 2 (dois) já se encontram ocupados.

Já os preferencialistas poderão eleger um membro suplente, pois o titular eleito na 59ª AGO renunciou antes mesmo de tomar posse, tendo sido sucedido imediatamente pelo seu suplente. Desse modo, permanece em aberto uma vaga para conselheiro suplente a ser preenchida pelos acionistas preferencialistas da Companhia.

Todos os candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia, para que possam ser eleitos e empossados em seus cargos, deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável e na Política de Indicação das Empresas Eletrobras, avaliação que compete ao Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, na forma do artigo 21, I do Decreto 8.945/2016.

Em razão disso, e em linha com o disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, a Administração informa que os candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho Fiscal da Companhia, até a data de divulgação desta Proposta, e que constam do Boletim de Voto, tiveram seus perfis avaliados pelo Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, em reunião realizada, no dia 20 de março de 2020 (as atas do supracitado Comitê se encontram no **ANEXO 03**), tendo sido, todos eles, aprovados em face da análise de integridade, de atendimento aos requisitos da legislação aplicável e da Política de Indicação das Empresas Eletrobras.

Assim, os candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo controlador, que constam do Boletim de Voto referente a esta Proposta da Administração atendem aos requisitos exigidos para o exercício do cargo de administradores da Eletrobras, estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.



Eventuais novos candidatos que venham a ser indicados por qualquer acionista da Companhia, mesmo que não constem do Boletim de Voto, deverão ser igualmente submetidos à avaliação pelo Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade.

As informações sobre os candidatos indicados pelos acionistas controladores, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme exigido pela Instrução CVM 481, encontram-se no **ANEXO 02** do presente documento. As regras de eleição do membro suplente do Conselho Fiscal pelos acionistas preferencialistas não controladores encontram-se no **ANEXO 01** do presente documento.

As informações relativas aos candidatos que forem indicados por acionistas minoritários, após a divulgação desta proposta e antes da 60ª AGO, serão divulgadas pela Companhia na categoria "Aviso aos Acionistas", disponibilizado nos websites da Companhia ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) na forma prevista na regulação aplicável.

#### 2.4 Fixar remuneração global dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos;

O artigo 16, III do Estatuto Social da Companhia atribui à Assembleia Geral a fixação da remuneração global dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia. Assim, faz-se necessária a fixação do montante global de remuneração dos administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia para o período de 01 de abril de 2020 até 31 de março de 2021.

Cabe ressaltar que o processo de definição da remuneração dos Administradores da Eletrobras, por força do Decreto 10.072/19, é balizado pelas diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que em 2020 orientou que não houvesse reajuste para todas as empresas estatais, independente das especificidades de cada organização. Ademais, o Acórdão 830/2019-TCU, de 10.04.2019, ainda vigente, editado quando da AGO de 2019, determinou cautelarmente que a Eletrobras se abstenha de deliberar sobre possível concessão de aumento remuneratório de qualquer espécie para sua diretoria, até que citada Corte realize a análise de informações acerca da situação financeira da estatal, em particular, da existência de indícios de dependência do Tesouro Nacional. Inclusive, vale citar que em 2019, a SEST inicialmente havia sinalizado correção de 11,75%, a qual foi suspensa em função do mencionado Acórdão.

Neste sentido, há de se frisar que, na visão da Administração, deveriam ser agregados aspectos que possibilitassem comparar os patamares remuneratórios da Eletrobras àqueles praticados por empresas de porte e características semelhantes, de modo a compatibilizar a atual remuneração aos níveis de desafio, complexidade e responsabilidade atribuídos às posições dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da companhia. Entendemos que a não correção da defasagem remuneratória dos dirigentes da Eletrobras, e consequente manutenção de pagamento de valores abaixo do mercado, implica em relevante risco à companhia, pois não permite a efetiva retenção e atração de talentos e lideranças, podendo comprometer seus resultados.

Não obstante os riscos apontados, mas considerando o posicionamento do TCU e as orientações da SEST, a proposta de remuneração prevê que não haja reajuste dos honorários de cada membro da Diretoria Executiva. Consequentemente, não haverá reajuste também para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, cuja remuneração está indexada à remuneração da diretoria executiva.

Além disso, convém ainda destacar que para o período de abril de 2020 a março de 2021, em linha com o Acórdão do TCU que determinada cautelarmente que a Eletrobras não delibere sobre aumentos remuneratórios, a proposta de remuneração prevê a manutenção dos mesmos valores de target previstos para a RVA 2018, aprovados pela SEST em 2018. Nesse sentido, tendo em vista que constou nos valores aprovados na 59ª AGO em 2019 a conta RVA com valor zerado para abril de 2019 a março de 2020, cabe citar que o fato de se repetir nesta proposta os alvos de honorários de 2018 implica automaticamente em valores totais superiores aos aprovados de 2019. Portanto, apesar do aumento do montante total, se registra que não está sendo proposto reajuste na remuneração variável dos administradores.

A Companhia propõe que seja aprovado a título de remuneração global dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, para o período acima mencionado, o montante de:

- (i) Valor Global para Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração): R\$ 11.461.468,79 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos);
- (ii) Valor Global para o Conselho Fiscal: R\$ 391.706,12 (trezentos e noventa e um mil, setecentos e seis reais e doze centavos);
- (iii) Valor Global para o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário: R\$ 2.350.236,70 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta centavos).

Maiores informações sobre a proposta de remuneração dos administradores, membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos encontram-se detalhadas no **Anexo 04** do presente documento e nas informações indicadas na Seção 13 do Formulário de Referência, conforme exigido pela Instrução CVM 481, no **Anexo 05** do presente documento.

## 2.5 Alterar os jornais em que a Companhia realiza suas publicações legais

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, em seu artigo 289, que as publicações ordenadas pela referida Lei serão feitas no órgão oficial da União [Diário Oficial da União - DOU] ou do Estado (Diários Oficiais dos Estados - DOEs) ou do Distrito Federal (Diário Oficial do Distrito Federal - DODF), conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. E complementa, em seu parágrafo terceiro que, a companhia deve fazer as publicações previstas na Lei sempre no mesmo jornal, e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da assembleia geral ordinária.

Assim, considerando que a Eletrobras é sediada em Brasília-DF, deve obrigatoriamente realizar suas publicações legais:

- No DOU ou DODF; e
- Em jornal de grande circulação de Brasília-DF.

Em agosto de 2019, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários da Eletrobras apresentou à Superintendência de Comunicação - PRC, área responsável pelas atividades de publicidade da empresa, a demanda de uma proposta de racionalização de recursos de publicidade legal.

Nesse trabalho, foram levantadas possibilidades para a Eletrobras otimizar suas despesas com publicidade legal. Tendo como referências os custos com a publicação das demonstrações financeiras/balanços de 2018, realizada em 2019, foi levantada a possibilidade de substituição

do Correio Braziliense pelo Jornal de Brasília como jornal de grande circulação menos custoso de Brasília-DF, localidade em que está sediada a holding oferecendo um custo cerca de 46% menor do que o Correio Braziliense, atualmente utilizado.

Para visualização da potencial redução do custo, caso a Eletrobras tivesse realizado a publicação das suas demonstrações financeiras de 2018 no Jornal de Brasília, o custo desta exigência legal teria sido de R\$ 1.113.468,09 (um milhão, cento e treze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e nove centavos), uma economia de 46% (quarenta e seis por cento) aproximadamente, ou R\$ 963.122,91 (novecentos e sessenta e três mil, cento e vinte e dois reais e noventa e um centavos), uma vez que o custo total da publicação efetivo no Correio Braziliense foi de R\$ 2.076.591,00 (dois milhões, setenta e seis mil e quinhentos e noventa e um reais).

Os resultados apurados neste trabalho foram apresentados pela Superintendência de Comunicação da Eletrobras ao CAE, que recomendou a implantação das otimizações identificadas; e ao projeto Orçamento Base Zero - OBZ, com o qual foi pactuado consequentes metas de redução de despesas com publicidade legal das empresas Eletrobras.

Além disso, a Companhia entende que deve deixar de realizar publicações não obrigatórias em jornal impresso, mantendo apenas aquelas exigidas nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia atualmente publica no Diário Oficial da União, Correio Braziliense, "O Globo" e Valor Econômico.

Em face do exposto, considerando o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, recomenda-se propor à AGO da Eletrobras que publicações legais da Companhia sejam realizadas apenas no Diário Oficial da União - DOU e no "Jornal de Brasília".

### **3. Matérias a serem deliberadas na AGE**

#### **3.1 Reformar os artigos 32, inciso II, 36, inciso XXII e 50, I do Estatuto Social da Companhia, para adequação e conformidade à Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019**

Objetivando alinhar o Estatuto Social da Eletrobras à legislação em vigor, elaborou-se proposta de alteração estatutária, que acompanha esta Proposta da Administração, contemplando as alterações necessárias para atendimento à Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019.

Tendo em vista tratar-se de mudança apenas para atualizar nomes de ministérios, em consonância com a atual estrutura dos órgãos do Governo Federal, tais modificações não irão acarretar quaisquer efeitos econômicos ou jurídicos.

O Ofício SEI nº 16419/2020-ME, de 22 de janeiro de 2020, determinou que a Eletrobras convocasse Assembleia Geral Extraordinária, na mesma data da Assembleia Geral Ordinária para deliberar sobre alteração estatutária para adequação à Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Em atendimento ao disposto no artigo 11 da Instrução CVM 481, o Estatuto Social da Companhia, bem como o relatório de suas modificações, encontra-se anexo a esta Proposta da Administração (seção Anexos AGE).

Brasília, 27 de março de 2020.

José Guimarães Monforte  
Presidente do Conselho de Administração

## **LISTA DE ANEXOS – AGO**

Todos os documentos relativos à matéria a ser deliberada pela 60ª AGO e 178ª AGE encontram-se à disposição dos acionistas no site da Companhia ([www.eletrobras.com/elb/age](http://www.eletrobras.com/elb/age)), conforme a seguir listados:

- ANEXO 01** – Regras de eleição do membro suplente do Conselho Fiscal pelos acionistas preferencialistas não controladores
- ANEXO 02** – Informações dos candidatos do Conselho Fiscal
- ANEXO 03** - Reunião do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da Eletrobras
- ANEXO 04** - Fixação da remuneração dos administradores
- ANEXO 05** - Remuneração dos administradores
- ANEXO 06** - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos da Seção 10 do Formulário de Referência
- ANEXO 07** - Proposta de orçamento de capital
- ANEXO 08** - Destinação do lucro líquido
- ANEXO 09** - Parecer do Conselho Fiscal – orçamento de capital
- ANEXO 10** - Parecer Jurídico

A Companhia, por meio de seu Departamento de Relacionamento com o Mercado, através dos telefones (55)(21)2514-6333 ou (55)(21)2514-6331 e [ombudsman-ri@eletrobras.com](mailto:ombudsman-ri@eletrobras.com) está à inteira disposição para maiores esclarecimentos acerca da 60ª Assembleia Geral Ordinária e 178ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

**Anexo 01**  
**Regras para eleição de membros para o Conselho Fiscal pelos Acionistas Não Controladores**

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, seguem abaixo as regras gerais para eleição do membro suplente para o Conselho Fiscal pelos acionistas não controladores, titulares de ações preferenciais:

**1. Indicação de Candidatos a Suplente do Conselho Fiscal por Acionistas Não Controladores, Titulares de Ações Preferenciais:**

Solicita-se aos acionistas preferencialistas não controladores interessados em indicar candidatos ao cargo, atualmente vago, de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia que o façam, preferencialmente, até 3 (três) dias úteis antes da data da Assembleia Geral Ordinária, a ocorrer em 30 de abril de 2020, utilizando-se de notificação por escrito, via carta endereçada para Superintendência de Relações com Investidores da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, 196, Centro, 9º andar, **informando o nome completo e qualificação do candidato, bem como as informações exigidas pelo artigo 10 da Instrução CVM 481, em especial as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.**

**A indicação deverá estar acompanhada ainda do respectivo Formulário de Cadastro de Conselheiro Fiscal, devidamente preenchido, datado e assinado pelo acionista e/ou por seus representantes. Os respectivos formulários poderão ser acessados no website da Companhia, no endereço: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Governanca-Corporativa.aspx>**

Os candidatos indicados devem possuir os requisitos estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela Lei das Estatais para serem eleitos para os respectivos cargos.

Todas as indicações de candidatos a membro suplente do Conselho Fiscal recebidas pela Companhia serão apreciadas pelo Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, responsável pela verificação em relação a cada um dos candidatos do atendimento dos referidos requisitos de elegibilidade elencados no artigo 28 do Decreto n.º 8.945/2016 que regulamenta a Lei das Estatais. Tal obrigatoriedade atinge tanto os candidatos titulares e suplentes indicados pela União Federal, como os candidatos titulares e suplentes indicados pelos acionistas minoritários, e, aqueles eleitos pelos empregados da Companhia, nos termos do artigo 22 da referido Decreto.

Além disso, conforme processo número 19957.005517/2018-51 e parecer 00038/2019/GJU-2/PFE-CVM/PGF/AGU, não poderão ser eleitos, para o cargo de conselheiro, aquele que ocupar cargo em outra companhia que possa ser considerada concorrente da Eletrobras, em razão do que dispõe o artigo 41, IV do Decreto n.º 8.945/2016, situação em que não poderá ser objeto de dispensa assemblear na forma do artigo 147, parágrafo terceiro, I da Lei 6.404/76.

É permitido aos acionistas, titulares de ações preferenciais, que detêm, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) do capital social total da Companhia, nos termos da Instrução CVM 481, a qualquer tempo, indicar candidatos a membro suplente do Conselho Fiscal.

Para que tal(is) indicação(ões) conste(m) do Boletim de Voto a Distância, ela(s) precisa(m) ser feita(s) até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral. Neste caso, caso a(s) indicação(ões) atendam aos requisitos legais, a Companhia deverá, até 20 (vinte) dias antes da data do referido conclave, reapresentar o seu Boletim de Voto a Distância contemplando o nome do candidato.

Além disso, as informações acerca desses candidatos serão divulgadas pela Companhia também na categoria "Aviso aos Acionistas", disponibilizado nos websites da Companhia ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

As informações relativas aos demais candidatos que forem indicados por acionistas, após o prazo acima mencionado e antes da Assembleia Geral, serão divulgadas pela Companhia na mesma categoria "Aviso aos Acionistas", disponibilizado nos websites da Companhia ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) na forma prevista na regulação aplicável, mas não serão incluídas no Boletim de Voto.

## **2. Conselho Fiscal**

### **2.1. Número Máximo de Membros do Conselho Fiscal, Eleição e Mandato:**

Nos termos do Estatuto Social da Eletrobras, o Conselho Fiscal da Eletrobras é composto por 5 (cinco) membros. Entretanto, existe uma vaga em aberto de membro titular e 1 (uma) suplente, a ser indicado pelo acionista controlador, e também 1 (uma) vaga de suplente, a ser indicado por acionistas preferencialistas não controladores. Essas vagas deverão ser deliberadas na AGOE a ser realizada no dia 30 de abril de 2020.

A eleição pelos acionistas preferencialistas não controladores será feita, de forma separada. Da votação, em separado, estão impedidos de participar o acionista controlador ou entidades em que ele, direta ou indiretamente, exerça influência determinante, bem como os acionistas minoritários ordinaristas.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, o impedimento de voto é destinado ao acionista, cabendo-lhe avaliar se seu voto, em alguma medida, sofre influência do acionista controlador e, caso decida votar na eleição em separado, deverá estar apto a apresentar, se questionado após a assembleia, elementos que permitam demonstrar que não houve a citada influência.

Quando da AGO a ser realizada em 2021, novo suplente deverá ser eleito junto com o membro titular, indicado pelos acionistas preferencialistas. Portanto, o conselheiro suplente que vier a ser eleito, nesta 60ª AGO, de 2020, acompanhará o mesmo prazo de mandato do atual conselheiro fiscal titular eleito pelos acionistas preferencialistas.



## Anexo 02

### Informações Relativas aos candidatos para Conselho Fiscal indicados pelos acionistas controladores

NOME	DATA DE NASCIMENTO	ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO	CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NUMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:		
CASO O CANDIDATO TENHA OCUPADO O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCAL, INDICAR O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADA PELO ÓRGÃO DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO.				
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.				
Dênis de Moura Soares	28/02/1976	Conselho Fiscal Titular	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2021
213.063.958/52	Analista de Planejamento e Orçamento	Chefe de Assessoria Especial de Gestão de Projetos		Sim
Não	00	Não Exerce Outros Cargos na Eletrobras.		
<p>O Sr. Dênis de Moura Soares possui Graduação em Engenharia Cartográfica pelo Instituto Militar de Engenharia, Mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e MBA Gestão Empresarial Fundação Getúlio Vargas.</p> <p>Servidor público há 25 anos, desde 04/2019 é Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos no Ministério de Minas e Energia. Na Secretaria de Estado de Mobilidade DF ocupou os cargos de Secretário de Estado Adjunto, no período de 09/2016 – 12/2019 e Subsecretário de Estado entre 09/2015 – 09/2016. No Ministério do Planejamento foi Coordenador-Geral de Gestão Estratégica no período de 12/2013 – 08/2015, Coordenador de Estudos em Planejamento entre 06/2012 – 12/2013 e Analista de Planejamento e Orçamento de 03/2011 – 06/2012. No Exército Brasileiro atuou na Diretoria de Serviço Geográfico como Oficial Engenheiro Militar no período de 01/2000 – 11/2009.</p> <p>Nunca ocupou cargo de membro do conselho de administração ou fiscal da Eletrobras.</p> <p>A Eletrobras não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas transitadas em julgado, inclusive, que impeçam a Sr. Dênis de Moura Soares de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>O Sr. Dênis de Moura Soares é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da Instrução CVM 301 em razão de ocupar o cargo de Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos no Ministério de Minas e Energia.</p>				

**12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e d.(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até segundo grau, do candidato indicado com os administradores da Companhia, e, com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

**12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou**

**indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.**

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato indicado e os administradores da Companhia, e, sociedades controladas e/ou acionista controlador diretos ou indiretos, ou fornecimento/prestação de serviços relevante, ou, ainda, débitos e/ou créditos entre o candidato indicado e a Companhia, suas controladas e controladores diretos ou indiretos.

<b>NOME</b>	<b>DATA DE NASCIMENTO</b>	<b>ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO:</b>	<b>DATA DA ELEIÇÃO</b>	<b>PRAZO DO MANDATO</b>
<b>CPF</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>CARGO ELETIVO OCUPADO:</b>	<b>DATA DE POSSE</b>	<b>ELEITO PELO CONTROLADOR?</b>
<b>MEMBRO INDEPENDENTE?</b>	<b>NUMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:</b>	<b>OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:</b>		
<b>CASO O CANDIDATO TENHA OCUPADO O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCAL, INDICAR O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADA PELO ÓRGÃO DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO.</b>				
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.</b>				
Hailton Madureira de Almeida	03/01/1977	Conselho Fiscal Suplente	30/04/2020	Até a AGO a ser realizada em 2021
074.981.417/95	DAS 4	Assessor Econômico		Sim
Não	00	Já atuou como Conselheiro Fiscal da Eletrobras no período de 2006 e 2010.		
<p>O Sr. Hailton Madureira de Almeida é servidor público federal da Secretaria do Tesouro Nacional. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Desde 2016 ocupa o cargo de Secretário na Secretaria de Desenvolvimento e Infra-estrutura. De 2011 a 2016 foi Coordenador Geral da Secretaria da Tesouro Nacional. No período de 09/2010 a 03/2011 foi Assessor Econômico do Ministério de Minas e Energia. Exerceu atividades como Conselheiro Fiscal na Norte Energia no período 04/2012 a 04/2016 e na Eletrobras entre 04/2006 até 04/2010.</p> <p>A Eletrobras não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas transitadas em julgado, inclusive, que impeçam a Sr. Hailton Madureira de Almeida de exercer atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>O Sr. Hailton Madureira de Almeida é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da Instrução CVM 301 em razão de ocupar o cargo de Secretário na Secretaria de Desenvolvimento e Infra-estrutura.</p>				

**12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e d.(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até segundo grau, do candidato indicado com os administradores da Companhia, e, com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

**12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso**

**seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.**

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato indicado e os administradores da Companhia, e, sociedades controladas e/ou acionista controlador diretos ou indiretos, ou fornecimento/prestação de serviços relevante, ou, ainda, débitos e/ou créditos entre o candidato indicado e a Companhia, suas controladas e controladores diretos ou indiretos.

## CERTIDÃO

### EXTRATO DA ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO, PESSOAS E ELEGIBILIDADE DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

Certifica-se, para os devidos fins, que aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, o Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade – CGPE da Eletrobras realizou sua quadragésima sexta reunião, tendo participado, por videoconferência, na qualidade de membros, o Conselheiro MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (coordenador) e o Conselheiro RUY FLAKS SCHNEIDER (RFS). O Conselheiro VICENTE FALCONI CAMPOS (VFC) ausentou-se justificadamente. A reunião foi secretariada pelo Secretário de Governança do Conselho de Administração, BRUNO KLAPPER LOPES (BKL). **OPINIÃO SOBRE ELEGIBILIDADE:** Os membros do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, no uso de suas atribuições legais, e com arrimo nos artigos 14 e 64, §1º, do Decreto n.º 8.945/16, e no Ofício Circular nº 842/16-MP, proferiram seus votos com base no material de suporte disponibilizado, tendo opinado, por unanimidade, e exclusivamente sob a ótica dos requisitos legais de investidura, pela **elegibilidade** das indicações a seguir:

- a) Indicação de **Consuelo Garcia** para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro do CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica. RES 082, de 17.02.2020.
- b) Indicações do Ministério da Economia para o Conselho Fiscal da Eletrobras Holding (art. 50, I, do Estatuto Social):
  - ✓ **Dênis de Moura Soares** - titular;
  - ✓ **Hailton Madureira de Almeida** - suplente.
- Observação: A eficácia da opinião sobre elegibilidade relacionada aos indicados no item b se encontra condicionada à efetiva aprovação prévia pela Casa Civil, a fim de resguardar a finalidade prescrita no art. 22, II, do Decreto nº. 8.945/2016
- c) Indicação de **Lourival Nery dos Santos** para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro das SPEs dos Complexos Eólicos Pindai I, II e III. RES 102, de 09.03.2020.

Nada mais havendo a tratar sobre o tema, os membros do Comitê deram por encerrados os trabalhos sobre elegibilidade desta reunião, determinando a lavratura desta certidão que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, BRUNO KLAPPER LOPES, Secretário de Governança, que a lavrei.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020.

BRUNO KLAPPER LOPES

Secretário de Governança

**Anexo 04**  
**Fixação da Remuneração dos Administradores, dos Membros do Conselho Fiscal e dos**  
**Membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário**

Em atendimento ao artigo 12, I, da Instrução CVM 481, abaixo se encontra a proposta de remuneração dos administradores, dos membros efetivos do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário para o período compreendido entre abril de 2020 a março de 2021.

**Proposta de Remuneração dos Administradores:**

- Valor Global para Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração): R\$ 11.461.468,79 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos);
- Valor Global para o Conselho Fiscal: R\$ 391.706,12 (trezentos e noventa e um mil, setecentos e seis reais e doze centavos);
- Valor Global para o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário: R\$ 2.350.236,70 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta centavos).

A fixação da remuneração dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Companhia para o período de 01 de abril de 2020 a 31 de março de 2021 será deliberada e aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2020.

Adicionalmente, para uma melhor compreensão pelos Senhores Acionistas da proposta de remuneração dos administradores da Companhia para o mandato que encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, e em linha com as orientações constantes do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, a Companhia lista, a seguir, algumas informações adicionais relacionadas à proposta de remuneração apresentada.

**(a) Período a que se refere a presente proposta de remuneração:**

A proposta de remuneração dos administradores ora apresentada para apreciação dos Senhores Acionistas refere-se ao período correspondente ao intervalo entre os meses de abril de 2020 (inclusive) e março de 2021 (inclusive).

**(b) Valores aprovados na proposta anterior e valores efetivamente realizados:**

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2019, foi aprovada pelos acionistas a remuneração global dos Administradores da Companhia para o período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020, no valor total de R\$ 10.759.950,95 (dez milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos) para os administradores (conselheiros de administração e diretoria executiva), R\$ 391.706,12 (trezentos e noventa e um mil, setecentos e seis reais e doze centavos) para os conselheiros fiscais e R\$ 2.154.383,64 (dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

Contudo, no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020, foi efetivamente realizado o valor de R\$ 7.365.755,64 (sete milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) a título de remuneração dos membros da Administração da Companhia, não considerando os valores pagos aos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Companhia.

Assim observou-se que o valor efetivamente aprovado foi maior em R\$ 3.394.195,31 (três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e trinta e um centavos) do que os valores efetivamente reconhecidos (realizados) para o exercício 2019/2020. As principais justificativas para a realização a menor do valor orçado são as seguintes:

- A Companhia, ao estipular sua proposta de remuneração para a administração, adota uma postura conservadora, o que inclui, com base na experiência prática histórica, a constituição de determinadas provisões para casos de substituição durante o exercício e necessidade de período de quarentena.
- Algumas das provisões não se materializaram no exercício, com destaque para: (i) R\$ 1.054.593,39 (um milhão, cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), prevista para os casos de substituição de determinados membros da Diretoria Executiva que poderiam ter que ser remunerados, durante um prazo de 6 (seis) meses, em que não podem atuar em empresas concorrentes da Companhia e (ii) R\$ 299.175,42 (duzentos e noventa e nove e mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) a título de Auxílio Transferência, necessário para cobrir custos de mudança e realocação de membros eleitos para a Diretoria Executiva;
- A diferença de R\$ 598.350,84 (quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos) a título de Honorários Fixos da Diretoria de Distribuição, também não foi realizada, uma vez que o cargo foi ocupado, cumulativamente, pelo Sr. Presidente da Eletrobras, desde a saída do antigo Diretor em 09 de agosto de 2018 até a extinção da Diretoria de Distribuição em abril de 2019.

**(c) Eventuais diferenças entre os valores da presente proposta e da proposta anterior e os constantes da Seção 13 do Formulário de Referência da Companhia:**

Na Assembleia Geral Ordinária de 2019, foi proposto pela Administração o valor de R\$ 11.902.044,06 (onze milhões, novecentos e dois mil, quarenta e quatro reais e seis centavos) para os Administradores, de R\$ 500.431,04 (quinhentos mil, quatrocentos e trinta e um reais e quatro centavos) para os membros do Conselho Fiscal e de R\$ 3.002.586,26 (três milhões, dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos) para os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário para o período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020.

Contudo, o valor efetivamente aprovado pelos acionistas naquela Assembleia foi de R\$ 10.759.950,95 (dez milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos) para os Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), R\$ 391.706,12 (trezentos e noventa e um mil, setecentos e seis reais e doze centavos) para os Conselheiros Fiscais e R\$ 2.154.383,64 (dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

Para o período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021, a Administração da Companhia está propondo o valor de R\$ 11.461.468,79 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos) para os Administradores, de R\$ 391.706,12 (trezentos e noventa e um mil, setecentos e e seis reais e doze centavos) para os membros do Conselho Fiscal e de R\$ 2.350.236,70 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta centavos) para os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

Desta forma, observa-se uma redução em relação ao valor previsto na proposta da Administração em 2019, no valor de R\$ 440.575,27 (quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos) para os Administradores, de R\$ 108.724,92 (cento e oito mil, setecentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos) para os membros do Conselho Fiscal e



de R\$ 652.349,56 (seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) para os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

Entretanto, com relação aos valores que foram aprovados na 59ª Assembleia Geral Ordinária (que foram menores que os propostos pela Administração, conforme mencionado acima), observa-se um aumento no valor R\$ 701.517,84 (setecentos e um mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos) em relação à proposta de remuneração para os Administradores, a manutenção do valor em relação à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e um aumento de R\$ 195.853,06 (cento e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e três reais e seis centavos) em relação à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

Cabe ressaltar que o processo de definição da remuneração dos Administradores da Eletrobras, por força do Decreto 10.072/19, é balizado pelas diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que em 2020 orientou que não houvesse reajuste para todas as empresas estatais, independente das especificidades de cada organização. Ademais, o Acórdão 830/2019-TCU, de 10.04.2019, ainda vigente, editado quando da AGO de 2019, determinou cautelarmente que a Eletrobras se abstenha de deliberar sobre possível concessão de aumento remuneratório de qualquer espécie para sua diretoria, até que citada Corte realize a análise de informações acerca da situação financeira da estatal, em particular, da existência de indícios de dependência do Tesouro Nacional. Inclusive, vale citar que em 2019, a SEST inicialmente havia sinalizado correção de 11,75%, a qual foi suspensa em função do mencionado Acórdão.

Neste sentido, há de se frisar que, na visão da Administração, deveriam ser agregados aspectos que possibilitassem comparar os patamares remuneratórios da Eletrobras àqueles praticados por empresas de porte e características semelhantes, de modo a compatibilizar a atual remuneração aos níveis de desafio, complexidade e responsabilidade atribuídos às posições dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da companhia. Entendemos que a não correção da defasagem remuneratória dos dirigentes da Eletrobras, e consequente manutenção de pagamento de valores abaixo do mercado, implica em relevante risco à companhia, pois não permite a efetiva retenção e atração de talentos e lideranças, podendo comprometer seus resultados.

Não obstante os riscos apontados mas considerando o posicionamento do TCU e as orientações da SEST, a proposta de remuneração prevê que não haja reajuste dos honorários de cada membro da Diretoria Executiva. Consequentemente, não haverá reajuste também para os membros do conselho de administração, conselho fiscal e membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, cuja remuneração está indexada à remuneração da diretoria executiva.

Além disso, convém ainda destacar que para o período de abril de 2020 a março de 2021, em linha com o Acórdão do TCU que determinada cautelarmente que a Eletrobras não delibere sobre aumentos remuneratórios, a proposta de remuneração prevê a manutenção dos mesmos valores de target previstos para a RVA 2018, aprovados pela SEST em 2018. Nesse sentido, tendo em vista que constou nos valores aprovados na 59ª AGO em 2019 a conta RVA com valor zerado para abril de 2019 a março de 2020, cabe citar que o fato de se repetir nesta proposta os alvos de honorários de 2018 implica automaticamente em valores totais superiores aos aprovados de 2019. Portanto, apesar do aumento do montante total, se registra que não está sendo proposto reajuste na remuneração variável dos administradores.

<b>R\$</b>	<b>Administradores</b>	<b>CF</b>	<b>CAE</b>	<b>Total</b>
<b>Proposto para a 59ª AGO/2019</b>	11.902.044,06	500.431,04	3.002.586,26	<b>15.405.061,36</b>
<b>Aprovados na 59ª AGO/2019</b>	10.759.950,95	391.706,12	2.154.383,64	<b>13.306.040,71</b>
<b>Valores Realizados (abril/19 a março/20)</b>	7.365.755,64	335.561,38	1.797.713,82	<b>9.499.030,83</b>
<b>Proposta para 60ª AGO/2020</b>	11.461.468,79	391.706,12	2.350.236,70	<b>14.203.411,60</b>

Convém ainda esclarecer que a atual proposta considera que, dentre os 11 (onze) membros do Conselho de Administração, o quantitativo de 3 (três) conselheiros possui assentos no Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e percebe os honorários específicos referentes ao segundo colegiado, evitando dupla contagem na proposta da remuneração global dos administradores.

Vale destacar que as informações constantes do Formulário de Referência referem-se ao exercício social da Companhia, findo em 31 de dezembro de cada ano, enquanto as propostas de remuneração referem-se ao intervalo entre 02 (duas) assembleias gerais ordinárias subsequentes.

O Anexo 05 contém as informações referentes à remuneração dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, conforme item 13 do Formulário de Referência.

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da Diretoria Não Estatutária**

**(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

A prática de remuneração adotada pela Eletrobras tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos Administradores com os interesses dos acionistas da Companhia. Para tal, a remuneração dos Administradores da Eletrobras é fixada utilizando como parâmetros a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência dos Administradores, bem como os níveis de desafios exigidos por uma Companhia do porte da Eletrobras.

Porém, vale frisar que, de acordo com o Decreto 9.745/19, cabe à SEST manifestar-se sobre a remuneração dos administradores das empresas estatais e instruir o voto da União nas assembleias gerais das mesmas. Nesse sentido, por meio do ofício Circular SEI nº 229/2020/ME, datado de 10.02.2020, a referida Secretaria orientou a todas as empresas estatais que, independente das suas especificidades e características, os honorários dos administradores e demais membros estatutários não sejam reajustados para o período abril de 2020 a março de 2021.

Além disso, cumpre destacar que o Acórdão 830/2019-TCU, de 10.04.2019, ainda vigente, editado quando da AGO de 2019, determinou cautelarmente que a Eletrobras se abstenha de deliberar sobre possível concessão de aumento remuneratório de qualquer espécie para sua diretoria, até que citada Corte realize a análise de informações acerca da situação financeira da estatal, em particular, da existência de indícios de dependência do Tesouro Nacional. Inclusive, vale citar que em 2019, a SEST inicialmente havia sinalizado correção de 11,75%, a qual foi suspensa em função do mencionado Acórdão.

Dessa forma, a restrição imposta pela SEST em 2020, bem como da vigência do Acórdão 830/2019-TCU, impõem que a proposta de administração preveja que não haja reajuste dos honorários e da remuneração variável dos administradores, apesar dos riscos e consequências para negócios da Eletrobras, uma vez que valores praticados abaixo de mercado podem implicar em problemas de retenção e atração de posições chave da companhia, em especial ao se considerar que os valores da Eletrobras não são reajustados desde 2015.

**(b) composição da remuneração, indicando:**

**i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;**

**Diretoria Executiva**

**Remuneração Fixa Anual**

Os membros da Diretoria Executiva da Eletrobras fazem jus a uma remuneração fixa mensal correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função acrescidos dos seguintes benefícios: gratificação de férias, previdência privada complementar, ajuda de custo de transferência, seguro de vida em grupo (cujos custos são divididos entre a Eletrobras e o membro optante), plano de saúde, auxílio refeição, auxílio moradia e abono especial.

O pagamento do abono especial refere-se à gratificação natalina paga a todos os membros da Diretoria Executiva. Toda a Diretoria da Eletrobras é Estatutária.

Os membros da Diretoria Executiva não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

### **Remuneração Variável**

Os membros da Diretoria Executiva da Eletrobras fazem jus a Remuneração Variável Anual ("RVA"), a partir do cumprimento de metas anualmente estabelecidas pelo Conselho de Administração e aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST do Ministério da Economia. A RVA é paga em parcelas diferidas, em cinco anos.

### **Benefícios Pós-Emprego**

Os membros da Diretoria Executiva fazem jus a benefícios pós-emprego na forma de contribuições à previdência complementar.

### **Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo**

Nos termos da Lei Federal nº 12.813, de 16 de maio de 2013, e nos termos do art. 4º do Decreto nº 4.187, de 08 de abril de 2002, os membros da Diretoria Executiva fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo. Tal benefício, denominado "Quarentena", tem por objetivo garantir a não assunção de outros cargos e/ou novos cargos, pelos ex-Administradores da Companhia, em sociedades consideradas concorrentes da Companhia nos 6 (seis) meses subsequentes à sua saída. A quarentena é objeto de apreciação e manifestação da Comissão de Ética Pública.

### **Remuneração Baseada em Ações**

Os membros da Diretoria Executiva da Eletrobras fazem jus a Remuneração Variável Anual ("RVA") realizada por meio de instrumento baseado em ações, construído da seguinte forma: primeiro é aferido o montante de RVA, com base no cumprimento das metas dos indicadores; depois, calcula-se a cotação média da ação unitária da Empresa na última semana do exercício social, considerando a média das cotações das ações ordinárias e preferenciais, ponderada por meio do peso do capital; em seguida, divide-se o montante de RVA que cada dirigente terá direito pela cotação média da ação, para obter o número de ações de referência; posteriormente, o montante a ser pago no exercício seguinte ao alcance das metas será pago à vista, em espécie, multiplicando a cotação média da ação na última semana do mês anterior ao pagamento pelo número de ações de referência. Convém registrar que, apesar de o mecanismo se encontrar aprovado pelo Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), as condicionantes estabelecidas na RVA 2018 não foram cumpridas em sua integralidade, o que implicou em não pagamento desta parcela variável durante o exercício de 2019.

### **Conselho de Administração**

#### **Remuneração Fixa Anual**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), excluídos os valores referentes ao adicional de férias e aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos membros.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos e indiretos e remuneração por participação em comitês, exceto os Conselheiros de Administração que são

membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, que perceberão apenas a remuneração de membro do referido comitê.

#### **Remuneração Variável**

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo, mas não se limitando a, bônus, participações nos resultados, remuneração por participação em reuniões e comissões.

#### **Benefícios Pós-Emprego**

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

#### **Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo**

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

#### **Remuneração Baseada em Ações**

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração baseada em ações.

#### **Conselho Fiscal**

##### **Remuneração Fixa Anual**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), excluídos os valores referentes ao adicional de férias e aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos membros.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios diretos e indiretos e remuneração por participação em comitês.

##### **Remuneração Variável**

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável, incluindo, mas não se limitando a, bônus, participações nos resultados, remuneração por participação em reuniões e comissões.

##### **Benefícios Pós-Emprego**

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios pós-emprego.

##### **Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo**

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

##### **Remuneração Baseada em Ações**

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração baseada em ações.

#### **Diretoria Não-Estatutária:**

Não aplicável, uma vez que a Eletrobras não possui Diretorias Não-Estatutárias.

## **Comitês**

O Conselho de Administração da Eletrobras conta com três comitês que têm por finalidade assessorá-lo mediante análise, acompanhamento e recomendação sobre questões específicas de cada área: (i) Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade; (ii) Comitê de Auditoria e Riscos; e (iii) Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, sendo os dois últimos estatutários, em linha com o exigido pela Lei nº 13.303/16 e sua regulamentação (Lei das Estatais). Cada comitê possui três vagas para Conselheiros de Administração, tendo suas atribuições dispostas em regimento interno.

O parágrafo 3º do Art. 40 do Estatuto Social da Eletrobras estabeleceu que o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário poderá ter até 5 (cinco) membros. Atualmente a sua composição é de 4 (quatro) membros.

O parágrafo 4º do referido artigo estabeleceu, por sua vez, que a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais. Atualmente, o valor praticado refere-se a 60% da remuneração média dos integrantes da Diretoria Executiva, excluídos os valores referentes ao adicional de férias e aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos membros.

Por sua vez, o parágrafo 5º do mesmo artigo definiu que os membros do Conselho de Administração que ocuparem cargo no Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário deverão optar pela remuneração de membro do referido Comitê.

Os membros do Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade e do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade não são remunerados por suas atividades específicas no âmbito dos referidos comitês.

### **Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário**

#### **Remuneração Fixa Anual**

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário é fixada em 60% (sessenta por cento) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), excluídos os valores referentes ao adicional de férias e aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos membros.

#### **Remuneração Variável**

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário não fazem jus à remuneração variável.

#### **Benefícios Pós-Emprego**

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário não fazem jus a benefícios pós-emprego.

#### **Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo**

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

#### **Remuneração baseada em Ações**

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário não fazem jus a remuneração baseada em ações.

**ii. Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2019 foram, aproximadamente:

<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Diretoria Não-Estatutária</b>	<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>					
Salário ou pró-labore	87,43%	85,10%	54,63%	N.A	83,33%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	0,00%	15,05%	N.A	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Outros	12,57%	14,90%	17,14%	N.A	16,67%
<b>Remuneração Variável</b>					
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	7,94%	N.A	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	5,24%	N.A	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>N.A</b>	<b>100,00%</b>

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2018 foram, aproximadamente:

<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Diretoria Não-Estatutária</b>	<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>					
Salário ou pró-labore	85,15%	83,33%	55,14%	N.A	83,33%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	0,00%	13,69%	N.A	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Outros	14,85%	16,67%	19,28%	N.A	16,67%
<b>Remuneração Variável</b>					

Bônus	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	9,02%	N.A	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	2,87%	N.A	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>N.A</b>	<b>100,00%</b>

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2017 foram, aproximadamente:

<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Diretoria Não-Estatutária</b>	<b>Comitês</b>
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>					
Salário ou pr�-labore	84,9%	83,3%	54,7%	N.A	N.A
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,1%	0,0%	18,0%	N.A	N.A
Participação em Comitês	0,0%	0,0%	0,0%	N.A	N.A
Outros	15,0%	16,7%	19,9%	N.A	N.A
<b>Remuneração Variável</b>					
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%	N.A	N.A
Participação nos Resultados	0,0%	0,0%	0,0%	N.A	N.A
Participações em Reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	N.A	N.A
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	N.A	N.A
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	N.A	N.A
Benefícios Pós-Emprego	0,0%	0,0%	6,2%	N.A	N.A
Cessação do Exercício do Cargo	0,0%	0,0%	1,2%	N.A	N.A
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>N.A</b>	<b>N.A</b>

### iii. metodologia de cálculo e reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A fixação da remuneração global da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras segue um processo já estabelecido, por meio do qual a Administração da Eletrobras encaminha, anualmente, à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e ao Ministério de Minas e Energia – MME a proposta



de remuneração para o período compreendido entre abril do ano corrente a março do ano seguinte.

Cabe a SEST analisar o valor proposto para a remuneração dos Administradores da Eletrobras e enviar para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional. Por sua vez, a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante definido pela SEST, encaminha-o sob a forma de instrução de voto para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Eletrobras.

Os valores da remuneração dos Administradores da Eletrobras são ajustados e aprovados anualmente, por ocasião da realização da Assembleia Geral Ordinária, mediante apreciação da Proposta da Administração, submetida para manifestação dos acionistas pelo Conselho de Administração da Companhia.

#### **iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração dos Administradores da Eletrobras se encontra balizada nas orientações e as regras definidas para as empresas estatais pela SEST, bem como nos refinamentos possíveis diante da complexidade das posições da Companhia em termos de responsabilidades e desafios, sendo estabelecida pelos acionistas em Assembleia Geral, cabendo registrar o teor da manifestação do acionista majoritário.

#### **v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Todos os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras são remunerados, sendo que o Decreto nº 1957/1996 veda a participação remunerada de servidores da Administração Pública Federal, direta ou indireta, em mais de dois Conselhos de Administração ou Fiscal de empresas públicas e de sociedades de economia mista federais, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União Federal. Não há remuneração para os membros de comitês e comissões, exceto para os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário. Os Conselheiros de Administração que fazem parte do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, por sua vez, recebem apenas a remuneração pertinente à participação no referido comitê.

#### **(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;**

Não há vinculação do desempenho em relação à remuneração fixa dos Administradores, pois os valores são orientados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST do Ministério da Economia e distribuídos pelo Conselho de Administração da Eletrobras aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano corrente a março do ano subsequente.

Com relação à remuneração variável dos Administradores, os membros da Diretoria Executiva fazem jus a Remuneração Variável Anual, a partir do cumprimento de metas anualmente estabelecidas pelo Conselho de Administração e aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST do Ministério da Economia.

Os indicadores da Remuneração Variável dos Administradores se dividem nas seguintes categorias: (i) categoria corporativa: indicadores financeiros, de qualidade de serviços nas atividades de geração e transmissão de energia, de atendimento a políticas públicas e de cumprimento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE; (ii) categoria colegiado: avaliação do desempenho da Diretoria Executiva pelo Conselho de Administração e do indicador de Conformidade da SEST; e (iii) categoria unidade de negócio: cada

Administrador possui indicador e meta própria, de acordo com os objetivos definidos pela Companhia.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;**

- Salário ou pró-labore: remuneração fixa sem indicador vinculado.
- Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- Bônus: a Eletrobras não pratica a referida remuneração.
- Remuneração variável: Os membros da Diretoria Executiva da Eletrobras fazem jus a Remuneração Variável Anual ("RVA"), a partir do cumprimento de metas anualmente estabelecidas pelo Conselho de Administração e aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST do Ministério da Economia.
- Participação em reuniões: a Eletrobras não pratica a referida remuneração.
- Comissões: a Eletrobras não pratica a referida remuneração.
- Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- Cessação de cargo: sem indicador vinculado.
- Remuneração baseada em ações: Na Eletrobras, o pagamento da RVA é realizado por meio de instrumento baseado em ações. (Não houve nenhum pagamento em 2019 ou em anos anteriores)

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo**

A definição de ancorar a RVA em resultados de indicadores frente a metas estabelecidas, que mantenham vinculação explícita com o Plano Estratégico da Eletrobras, tem como objetivo priorizar uma gestão eficiente e eficaz. O alcance de metas dos indicadores estratégicos apresenta-se como uma alavanca para que as empresas Eletrobras cumpram os objetivos para os quais foram criadas, gerando valor a todas as partes interessadas tanto no curto como no médio e longo prazos.

A remuneração variável dos Administradores da Eletrobras é um instrumento de gestão da empresa, conhecida como "Remuneração Variável Anual – RVA dos Dirigentes" que tem como foco o alcance dos objetivos estratégicos e o desempenho continuado. A composição do painel de indicadores da RVA engloba as seguintes categorias: (i) categoria corporativa: indicadores financeiros, de qualidade de serviços nas atividades de geração e transmissão de energia e atendimento às políticas públicas e ao Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE; (ii) categoria colegiado: avaliação do desempenho da Diretoria Executiva pelo Conselho de Administração e do indicador de Conformidade da SEST; e (iii) categoria unidade de negócio: cada administrador possui indicador e meta própria, de acordo com os objetivos definidos pela Companhia. As metas do CMDE e da RVA são derivadas do Plano de Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras - PDNG e dos Planos de Negócios e Gestão das empresas Eletrobras - PNG, desdobramentos do Plano Estratégico e, conjuntamente, constituem o *Scorecard*

Estratégico das empresas Eletrobras. A partir da premissa de desempenho continuado, o pagamento da remuneração variável (quando devido) é condicionado a manutenção de resultados favoráveis a empresa por mais de um ano, sendo pago em parcelas diferidas no decorrer de 5 (cinco) anos.

Na Eletrobras, o pagamento de RVA é realizado por meio de instrumento baseado em ações, construído da seguinte forma: primeiro, é aferido o montante de RVA, com base no cumprimento das metas dos indicadores; depois, calcula-se a cotação média da ação unitária da Empresa na última semana do exercício social, considerando a média das cotações das ações ordinárias e preferenciais, ponderada por meio do peso de capital; em seguida, divide-se o montante de RVA que cada dirigente terá direito pela cotação média da ação, para obter o número de ações de referência; posteriormente, o montante a ser pago no exercício seguinte ao alcance das metas será pago à vista, em espécie, multiplicando a cotação média da ação da última semana do mês anterior ao pagamento pelo número de ações de referência.

Convém registrar que, apesar de o mecanismo se encontrar aprovado pelo Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação Governança das Empresas Estatais (SEST), as condicionantes estabelecidas na RVA 2018 não foram cumpridas em sua integralidade, o que implicou em não pagamento desta parcela variável durante o exercício de 2019.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há qualquer remuneração ou benefício para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos Comitês de Assessoramento suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Não há qualquer remuneração ou benefício para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos Comitês de Assessoramento vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

A Eletrobras é uma sociedade de economia mista, e em razão disso está submetida às regras estabelecidas pelo Ministério de Estado da Economia - ME e à SEST. No curso normal de suas atividades, tanto o ME como a SEST possuem a atribuição de definir a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras.

Tais valores são estabelecidos em conformidade com as diretrizes do ME e da SEST no exercício ordinário do poder de gerir e aprovar o orçamento e as despesas do Governo Federal e das empresas públicas federais.

Dessa forma, nenhum órgão e/ou comitê da Companhia tem poder de definir discricionariamente a remuneração de seus membros. Anualmente a Companhia, por meio de

seus Administradores, mantém contato com o ME e a SEST, no intuito de apontar-lhes eventuais necessidades de reajustes nos valores pagos aos Diretores e membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, sem, contudo, ter qualquer poder decisório sobre os valores finais aprovados.

A avaliação e reavaliação dos ajustes são feitas anualmente, quando da aprovação da remuneração global na Assembleia Geral Ordinária.

### 13.2 – Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente a se encerrar em 31/12/2020 - Valores anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	Total
Número total de membros	11,00	7,00	5,00	5,00	28,00
Número de membros remunerados	8,00*	6,75	4,75	4,75	24,25
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	522.274,82	4.068.785,85	310.100,68	1.860.604,10	6.761.765,44
Benefícios diretos e indiretos	-	1.564.411,03	-	-	1.564.411,03
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	94.662,31	1.481.735,89	58.755,92	372.120,87	2.007.274,99
Descrição de outras remunerações fixas	Valores pagos a título de Encargos - INSS	Valores pagos a título de Encargos - INSS/FGTS	Valores pagos a título de Encargos - INSS	Valores pagos a título de Encargos - INSS	-
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	-		-	-	

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	776.975,74	-	-	776.975,74
Cessação do cargo	-	2.109.186,78	-	-	2.109.186,78
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	439.413,91	0,00	0,00	439.413,91
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/N��2/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido ��rg��o da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/N��2/2020	O número de membros corresponde � média anual do número de membros do referido ��rg��o da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/N��2/2020	O número de membros corresponde � média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/N��2/2020	-
<b>Total da remuneração</b>	616.937,13	10.440.509,21	368.856,59	2.232.724,96	13.659.027,90

\* Não foram contabilizados três conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário são remunerados somente pela participação no Comitê.

<b>Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais</b>					
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>	<b>Total</b>
Número total de membros	10,92	5,67	4,75	3,75	25,09

Número de membros remunerados	8,00*	5,67	4,75	3,75	22,17
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	522.274,56	3.118.072,85	305.022,85	1.412.136,97	5.357.507,23
Benefícios diretos e indiretos	0,00	858.710,53	0,00	0,00	858.710,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	75.076,88	978.346,36	53.387,97	282.427,55	1.389.238,76
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS/FGTS	Encargos INSS	Encargos INSS	-
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis					
Pós-emprego	0,00	453.214,89	0,00	0,00	453.214,89
Cessação do cargo	0,00	299.175,42	0,00	0,00	299.175,42
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	-
<b>Total da remuneração</b>	597.351,44	5.707.520,05	358.410,82	1.694.564,52	8.357.846,83

\* Não foram contabilizados três conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário são remunerados somente pela participação no Comitê.

<b>Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais</b>					
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>	<b>Total</b>
Número total de membros	10,08	6,42	5,00	(*)	21,50
Número de membros remunerados	8,08	6,42	5,00	2,00	21,50
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	501.168,73	3.831.100,47	318.874,84	751.296,63	5.402.440,67
Benefícios diretos e indiretos	0,00	951.512,86	0,00	0,00	951.512,86
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	87.427,76	1.339.692,46	63.774,82	150.259,41	1.641.154,45
Descrição de outras	Encargos INSS	Encargos INSS/FGTS	Encargos INSS	Encargos INSS	-

remunerações fixas					
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis					
Pós-emprego	0,00	626.488,53	0,00	0,00	626.488,53
Cessação do cargo	0,00	199.450,28	0,00	0,00	199.450,28
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	-
<b>Total da remuneração</b>	588.596,49	6.948.244,60	382.649,66	901.556,04	8.821.046,79

(\*) O total de membros do Comitê está sendo computado em Conselho de Administração.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total



Número total de membros	8,58	7,0	5,0	20,58
Número de membros remunerados	8,58	7,0	5,0	20,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	561.989,20	4.555.510,68	327.691,02	5.445.190,90
Benefícios diretos e indiretos	645,71	1.498.261,94	0,00	1.498.907,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	99.340,80	1.652.999,61	65.538,09	1.817.878,50
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS/FGTS	Encargos INSS	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	516.707,27	0,00	516.707,27
Cessação do cargo	0,00	99.725,14	0,00	99.725,14
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	-
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da	-

	administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	
<b>Total da remuneração</b>	661.975,71	8.323.204,63	393.229,11	9.378.409,45

### 13.3 - Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	Total
<b>Número total de membros</b>	11,00	7,00	5,00	5,00	28,00
<b>Número de membros remunerados</b> (1)	8,00	6,75	4,75	4,75	24,25
<b>Bônus</b>					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>					
Valor mínimo previsto no	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

plano de remuneração					
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	439.413,91	0,00	0,00	439.413,91
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	439.413,91	0,00	0,00	439.413,91

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Eletrobras no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº2/2020. O presidente da Companhia é também membro do Conselho de Administração, mas os valores da remuneração variável por ele recebida somente encontram-se contabilizados como membro da Diretoria Executiva, tendo em vista que os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração desta natureza.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	Total
<b>Número total de membros</b>	10,92	5,67	4,75	3,75	25,09
<b>Número de membros remunerados <sup>(1)</sup></b>	8,00	5,67	4,75	3,75	22,17
<b>Bônus</b>					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	346.452,28	0,00	0,00	346.452,28
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	346.452,28	0,00	0,00	346.452,28

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	346.452,28	0,00	0,00	346.452,28
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

- (1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Eletrobras no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O presidente da Companhia é também membro do Conselho de Administração, mas os valores da remuneração variável por ele recebida somente encontram-se contabilizados como membro da Diretoria Executiva, tendo em vista que os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração desta natureza.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018</b>					
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	10,08	6,42	5,00	(*)	21,50
<b>Número de membros remunerados <sup>(1)</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

metas sejam atingidas					
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Eletrobras no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O presidente da Companhia é também membro do Conselho de Administração, mas os valores da remuneração variável por ele recebida somente encontram-se contabilizados como membro da Diretoria Executiva, tendo em vista que os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração desta natureza.

(\*) O total de membros do Comitê está sendo computado em Conselho de Administração.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	8,58	7,00	5,00	20,58
<b>Número de membros remunerados<sup>(1)</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Eletrobras no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O presidente da Companhia é também membro do Conselho de Administração, mas os valores da remuneração variável por ele recebida somente encontram-se contabilizados como membro da Diretoria Executiva, tendo em vista que os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração desta natureza.

#### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva**

Os membros da Diretoria Executiva da Eletrobras fazem jus a Remuneração Variável Anual ("RVA"), a partir do cumprimento de metas anualmente estabelecidas pelo Conselho de

Administração e aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST do Ministério da Economia. Na Eletrobras, o pagamento de RVA é realizado por meio de instrumento baseado em ações, construído da seguinte forma: primeiro, é aferido o montante de RVA, com base no cumprimento das metas dos indicadores; depois, calcula-se a cotação média da ação unitária da Empresa na última semana do exercício social, considerando a média das cotações das ações ordinárias e preferenciais, ponderada por meio do peso de capital; em seguida, divide-se o montante de RVA que cada dirigente terá direito pela cotação média da ação, para obter o número de ações de referência; posteriormente, o montante a ser pago no exercício seguinte ao alcance das metas será pago à vista, em espécie, multiplicando a cotação média da ação da última semana do mês anterior ao pagamento pelo número de ações de referência.

Convém registrar que, apesar de o mecanismo se encontrar aprovado pelo Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação Governança das Empresas Estatais (SEST), as condicionantes estabelecidas na RVA 2018 não foram cumpridas em sua integralidade, o que implicou em não pagamento desta parcela variável durante o exercício de 2019.

A RVA da Eletrobras possui diferimento de 5 anos, e inclui penalização no montante a receber caso haja redução no lucro líquido superior a 20% em relação ao ano base.

Apesar de aprovado não houve qualquer pagamento dessa natureza.

### **13.5 - Remuneração baseada em ações dos últimos 03 (três) exercícios sociais do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva**

Não houve pagamento de RVA nos últimos 3 anos.

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva**

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Eletrobras não possuem opções em aberto e a Companhia não possui quaisquer planos ou programas de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia ou instrumentos similares.

### **13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva**

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Eletrobras não possuem opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações e a Companhia não possui quaisquer planos ou programas de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia ou instrumentos similares.

### **13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Item não aplicável, uma vez que não houve pagamento de RVA nos últimos 3 anos, bem como o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Eletrobras não possuem opções em aberto, opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações e a Companhia não possui quaisquer planos ou programas de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia ou instrumentos similares.

### **13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria e Riscos - por órgão**

A tabela abaixo ilustra as ações emitidas pela Eletrobras, detidas por membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras em 31 de dezembro de 2019:

Característica dos Títulos	Quantidade			
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Ações Ordinárias	-	-	-	-
Ações Preferenciais Classe A	-	-	-	-
Ações Preferenciais Classe B	2.460.800 <sup>1</sup>	-	-	-

<sup>1</sup> Ações detidas indiretamente por membro do Conselho de Administração através de participação indireta em fundo de investimento em ações exclusivo.

Para evitar a duplicidade, tendo em vista que o Diretor Presidente da Companhia também é membro do Conselho de Administração, caso haja valores mobiliários por ele detidos, são divulgados no campo referente ao Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, na data de encerramento do último exercício social não detêm ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos ou indiretos da Eletrobras e/ou sociedades controladas ou sobre controle comum da Eletrobras, na data de encerramento do último exercício social.

#### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Executivos

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total
Nº de membros	10,92	5,67	16,59
Nº de membros remunerados <sup>(1)</sup>	-	4,75	4,75
Nome do Plano	Fundação Eletrobras de Seguridade Social		
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não disponível	Não disponível
Condições para se aposentar antecipadamente	-	- Ter 60 (sessenta) meses de efetiva filiação como participante da Eletros;  - Ter idade mínima de 50 (cinquenta) anos completos;	-

		- Ter sua relação de trabalho com o patrocinador rompida.	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R\$ 2.265.787,27	R\$ 2.265.787,27
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a 60ª parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R\$ 429.932,22	R\$ 429.932,22
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	O cancelamento da inscrição do participante, quando comprovado o rompimento da relação de trabalho com o patrocinador, sempre que esse cancelamento ocorra antes de o mesmo estar em gozo de benefício de Renda Mensal oferecido pelo Plano, dará direito, ao resgate, na forma de pagamento único ou parcelado por opção do participante, descontado o Imposto de Renda devido.	-

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº2/2020.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Total</b>
Nº de membros <sup>(1)</sup>	10,92	5,67	16,59
Nº de membros remunerados	-	0,25	1,00
Nome do Plano	Fachesf (Plano de Previdência de Diretor vinculado à Chesf)		
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-



Condições para se aposentar antecipadamente	-	A elegibilidade à Aposentadoria Normal começará na data em que o Participante Ativo ou Vinculado preencher, concomitantemente, as seguintes condições:  - ter pelo menos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 5 (cinco) anos de contribuição ao Plano.	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R\$ 154.217,06	R\$ 154.217,06
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R\$ 23.282,67	R\$ 23.282,67
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	O Participante, condicionado à cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora, pode requerer o Benefício de Resgate por Desligamento.	-

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº2/2020

### 13.11 – Remuneração individual máxima, anual mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário

#### Valores anuais

	Diretoria Executiva			Conselho de Administração			Conselho Fiscal			Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Número total de membros	5,67	6,42	7,00	10,92	10,08	8,58	4,75	5,00	5,00	3,75	(*)	0
Número de membros	5,67	6,42	7,00	8,00	8,08	8,58	4,75	5,00	5,00	3,75	2,00	0

remunerados												
Valor da maior remuneração (Reais)	1.029.791,51	1.090.016,06	1.577.770,58	65.284,32	76.834,59	78.986,87	78.341,16	76.834,59	78.341,16	391.706,16	312.311,99	0
Valor da menor remuneração (Reais)	984.125,04	986.486,75	870.310,98	65.284,32	64.028,85	65.284,32	78.341,16	76.834,59	78.341,16	391.706,16	293.779,65	0
Valor médio da remuneração (Reais)	1.019.776,82	1.082.843,31	1.189.029,23	60.871,16	72.846,10	77.153,35	75.454,91	76.529,93	78.645,82	376.569,86	450.778,02	0

(\*) O total de membros do Comitê está sendo computado em Conselho de Administração.

### Observação

Diretoria Executiva	
31/12/2019	<p>O valor de honorários distribuídos para os membros da Diretoria Executiva é o mesmo para todos, exceto o acréscimo de 5% para o Diretor-Presidente em relação aos demais membros e os honorários percebidos por 02 Diretores empregados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019.</p> <p>O Presidente é também membro do Conselho de Administração, porém a remuneração por ele percebida na qualidade de membro da Diretoria Executiva não é computada para efeito do cálculo da remuneração do Conselho de Administração e vice-versa, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Entretanto, os encargos relativos à sua remuneração total são considerados exclusivamente na Diretoria Executiva.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p>
31/12/2018	<p>O valor de honorários distribuídos para os membros da Diretoria Executiva é o mesmo para todos, exceto o acréscimo de 5% para o Diretor-Presidente em relação aos demais membros.</p> <p>O Presidente é também membro do Conselho de Administração, porém a remuneração por ele percebida na qualidade de membro da Diretoria Executiva não é computada para efeito do cálculo da remuneração do Conselho de Administração e vice-versa, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Entretanto, os encargos relativos à sua remuneração total são considerados exclusivamente na Diretoria Executiva.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p>

	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.
31/12/2017	<p>O valor de honorários distribuídos para os membros da Diretoria Executiva é o mesmo para todos, exceto o acréscimo de 5% para o Diretor-Presidente em relação aos demais membros e os honorários percebidos por 01 Diretor empregado de empresa Eletrobras e 01 empregado nomeado Diretor interino em 24.08.2015.</p> <p>O Presidente é também membro do Conselho de Administração, porém a remuneração por ele percebida na qualidade de membro da Diretoria Executiva não é computada para efeito do cálculo da remuneração do Conselho de Administração e vice-versa, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Entretanto, os encargos relativos à sua remuneração total são considerados exclusivamente na Diretoria Executiva.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p>

#### Conselho de Administração

31/12/2019	<p>O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Administração é idêntico para todos os membros, exceto para os Conselheiros que fazem parte do Comitê de Auditoria e Riscos, que recebem valores superiores.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p>
31/12/2018	<p>O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Administração é idêntico para todos os membros.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p>
31/12/2017	<p>O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Administração é idêntico para todos os membros.</p> <p>Nenhum Conselheiro de Administração ficou 12 meses no cargo durante o exercício de 2016. O Conselheiro com menor remuneração ficou 5 meses no cargo e o da maior remuneração ficou 8 meses.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p>

<b>Conselho Fiscal</b>	
31/12/2019	<p>O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Fiscal é idêntico para todos os membros.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p>
31/12/2018	<p>O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Fiscal é idêntico para todos os membros.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. Tendo em vista que na apuração do valor médio da remuneração foram contemplados todos os Conselheiros independente do número de meses que estiveram no cargo, enquanto que na apuração da menor remuneração foram excluídos quem ficou menos de 12 meses, o valor médio poderá ficar acima da maior remuneração ou abaixo da menor remuneração anual.</p>
31/12/2018	<p>O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Fiscal é idêntico para todos os membros.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual é idêntico a maior remuneração individual, tendo em vista que somente 1 conselheiro fiscal ficou ativo durante os 12 meses.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. A remuneração média está maior do que a remuneração máxima pelo fato dela ser calculada considerando o somatório de todas as verbas recebidas por todos os Conselheiros durante o ano de 2016 (total de R\$ 405.633,14) e dividida pela quantidade média de cargos preenchidos durante o ano de 2016 (5). Como apenas dois Conselheiros estiveram no cargo durante 12 meses, a remuneração anual deles (de R\$78.341,16) acabou ficando inferior à da média. Dessa forma, a maior e menor remuneração são iguais e inferiores à remuneração média</p>

<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>	
31/12/2019	<p>O valor de honorários distribuído entre os membros do Comitê de Auditoria é idêntico para todos os membros.</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p> <p>O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.</p>
31/12/2018	<p>O valor de honorários distribuído entre os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário foi pago no período de maio/2018 até dezembro/2018. Todos os membros do referido comitê foram nomeados em maio/2018, no entanto, as nomeações ocorreram em</p>



Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	2,3	0	2,58	0
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	588.596,49	6.948.244,60	382.649,66	901.556,04
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	173.053,57	0	197.644,00	0,00
% da Remuneração total do órgão	29%	0%	52%	0%

**Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,58	7,0	5,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	2,50	0,00	2,80
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	661.975,71	8.323.204,63	393.229,11
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	184.101,74	0,00	209.780,22
% da Remuneração total do órgão	28%	0%	53%

**13.14 - Remuneração de Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não houve nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras por qualquer razão que não a função que ocupam na Eletrobras. Toda a remuneração recebida na Eletrobras foi em função apenas e tão somente do cargo ocupado na Eletrobras

**13.15 - Remuneração de Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.**

Não houve nos 3 (três) últimos exercícios sociais parcelas da remuneração suportadas por controladas da Eletrobras, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, mas não houve, em nenhum caso, tal hipótese de remuneração por controlada, controladores ou sociedades sob controle comum em função do exercício do cargo na Eletrobras. Qualquer remuneração recebida em outras empresas/órgãos foi em função das atividades lá exercidas.

Adicionalmente, em relação à remuneração recebida em outras empresas e/ou órgãos, indicamos a seguir, em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as remunerações recebidas por Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras, reconhecidas no resultado das controladas da Eletrobras, dos controladores diretos ou indiretos da Eletrobras ou de sociedades sob controle comum, não relacionadas ao exercício de cargo no emissor.

<b>Exercício encerrado em 31/12/2019</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>
Controladores	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	780.160,92	0,00	0,00
Sociedades sob Controle comum	0,00	253.328,08	0,00	0,00

<b>Exercício encerrado em 31/12/2018</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>
Controladores	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	452.710,23	0,00	0,00
Sociedades sob Controle comum	0,00	99.642,00	0,00	0,00

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Controladores	-	-	-
Controladas	-	447.591,03	-
Sociedades sob Controle comum	-	-	-

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Em adição às informações prestadas no item 13.2 acima, os Administradores da Eletrobras receberam, a título indenizatório, em 2019, o montante de R\$ 74.614,51, relativo a diárias de viagens. O valor recebido em 2018 para verbas indenizatórias dessa natureza foi de R\$ 98.774,58.

Adicionalmente, a Companhia informa a proposta de remuneração para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria separadamente), assim como para o Conselho Fiscal e para o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária, para o período compreendido entre abril de 2020 a março de 2021, conforme as tabelas a seguir:

Previsão de Remuneração dos Administradores conforme prazo do mandato					
(Período de abril de 2020 a março de 2021)					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	Total
Número total de membros	11,00	7,00	5,00	5,00	28,00
Número de membros remunerados	8,00*	7,00	5,00	5,00	25,00
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	522.274,82	4.218.373,56	326.421,76	1.958.530,58	7.025.600,73
Benefícios diretos e indiretos	-	1.601.353,27	-	-	1.601.353,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	104.454,96	1.618.367,23	65.284,35	391.706,12	2.179.812,67
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS/FGTS	Encargos INSS	Encargos INSS	-
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0		0	0	
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	
Pós-emprego	0	848.044,25	0	0	848.044,25
Cessação do cargo	0	2.109.186,78	0	0	2.109.186,78



Baseada em ações, incluindo opções	0,00	439.413,91	0,00	0,00	439.413,91
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020	-
<b>Total da remuneração</b>	626.729,79	10.834.739,00	391.706,12	2.350.236,70	14.203.411,60

\* Não foram contabilizados três conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário são remunerados somente pela participação no Comitê.

Adicionalmente, para fins de proporcionar um melhor entendimento a respeito dos valores efetivamente reconhecidos para o período compreendido entre abril de 2019 a março de 2020, correspondente ao último mandato dos atuais membros da Administração da Companhia, a tabela abaixo indica as informações do item 13.2 do Formulário de Referência conforme previstas para o período em referência:

<b>Remuneração dos Administradores reconhecida no prazo do mandato</b>					
<b>(Período de abril de 2019 a março de 2020)</b>					
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário</b>	<b>Total</b>
Número total de membros	10,92	5,67	4,75	3,75	25,08
Número de membros remunerados	8,00	5,67	4,75	3,75	22,17
Remuneração fixa anual					

Salário ou pró-labore	522.274,63	3.217.797,99	288.701,80	1.498.094,71	5.526.869,13
Benefícios diretos e indiretos	0,00	1.016.655,12	0,00	0,00	1.016.655,12
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	68.548,50	1.006.358,21	46.859,57	299.619,11	1.421.385,39
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS/FGTS	Encargos INSS	Encargos INSS	-
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis					
Pós-emprego	0,00	479.527,81	0,00	0,00	479.527,81
Cessaçã o do cargo	0,00	1.054.593,39	0,00	0,00	1.054.593,39
Baseada em ações,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

incluindo opções					
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	-
<b>Total da remuneração</b>	590.823,12	6.774.932,52	335.561,38	1.797.713,82	9.499.030,83

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

Quando olharmos para trás, lembraremos de 2019 como um ano de marcos icônicos que reafirmou a posição da Eletrobras como maior empresa de energia elétrica do Brasil e da América Latina. Com a ativação da 18ª e última turbina, inauguramos a monumental hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Maior usina 100% brasileira, com 11.233 MW de potência, Belo Monte transforma a pujança do rio Xingu em energia renovável para cerca de 60 milhões de brasileiros. O compromisso com a energia limpa, que representa 96% da matriz do Sistema Eletrobras, também nos inspirou a implantar um marco de inovação e sustentabilidade: a usina solar flutuante no reservatório da hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia.

As águas do rio Teles Pires, no Mato Grosso, começaram a gerar energia nas duas turbinas da usina hidrelétrica de Sinop, com capacidade total de 401,88 MW de potência. Com o objetivo de concluir as obras da usina nuclear de Angra III, no estado do Rio de Janeiro, houve a inclusão deste empreendimento no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, além de ter sido realizado, pela Eletrobras, market sounding para identificação de potenciais parceiros. Destacam-se ainda a entrada em operação comercial de 7 parques eólicos, além de outros 10 parques em implantação, com capacidade total de 190 MW. Esses e outros investimentos levaram a Eletrobras a superar outra marca histórica em 2019: mais de 51 mil MW de potência instalada, respondendo por 30,1% da geração do país. E, com 45,2% das linhas de transmissão, mantem-se na liderança nesse segmento do mercado.

Os desinvestimentos foram igualmente importantes para a estratégia de recuperação da companhia. Com a privatização das distribuidoras, a Eletrobras voltou ao seu tradicional core business: geração e transmissão de energia. Somadas à venda de participações minoritárias em sociedades de propósito específico, tais medidas contribuíram para a recuperação da confiança na Eletrobras com reflexo direto no valor de mercado da Companhia que subiu de R\$ 33 bilhões, em 2018, para mais de R\$ 51 bilhões em 2019.

As práticas de gestão e governança corporativa também foram intensamente desenvolvidas e aprimoradas em 2019. Ao longo do ano, em 27 reuniões de trabalho, o Conselho de Administração (CA) participou ativamente do monitoramento dos projetos estratégicos e metas do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2019-2023), bem como elaborou e aprovou as diretrizes do próximo ciclo de planejamento estratégico. Foi também o ano de consolidação do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) da Eletrobras, que assessorou o CA no acompanhamento do PDNG, examinando a captação de recursos e a disciplina na alocação de capital, com análises da eficácia dos controles internos, de questões de auditoria e de conformidade.

Vale destacar ainda o redimensionamento do quadro de pessoal, com economia anual estimada de R\$ 746 milhões a partir de 2020 considerando os dois planos de desligamentos voluntários; o início do projeto Orçamento Base Zero (OBZ), que reforça a cultura de gestão de custos e transparência; a redução da alavancagem de 3,1 para 1,6 vezes; investimentos na automação de nossas subestações; implantação do sistema ERP (Enterprise Resource Planning) em todas as Empresas Eletrobras; e ainda a consolidação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC).

O reconhecimento do mercado e do governo certificou o bom desempenho da Companhia, garantindo o mesmo nível de certificação de 2018, mas avançando no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 de 50 para 56 pontos, apenas quatro níveis abaixo da pontuação máxima. A Eletrobras está mais enxuta, integrada, eficiente e sustentável. Os desafios, entretanto, ainda são muitos, sobretudo para que seja alcançado um dos principais objetivos da Eletrobras: recuperar a capacidade de investimento da companhia, e assim ampliar a possibilidade de atuar com continuado sucesso em ambiente de elevada competitividade.

Em 2020 conquistou mais um marco importante. Nos primeiros dias de janeiro, os acionistas aprovaram a unificação das operações das subsidiárias Eletrosul e CGTEE, criando a Eletrobras CGT Eletrosul. A nova empresa aprofundará a sinergia das operações no Sul do Brasil, proporcionando maior eficiência, melhoria de processos e otimização de resultados.

Ao longo desse ano, em paralelo ao trabalho pela evolução constante da Eletrobras, acompanharemos o andamento do projeto de lei de capitalização da companhia apresentado ao Congresso Nacional em 2019 por nosso acionista controlador, a União. Foi também aprovada a alienação da Amazonas GT para a Eletronorte, otimizando a governança das subsidiárias e a estrutura de capital do grupo Eletrobras.

Além disso, a Eletrobras vem monitorando desde janeiro de 2020, a evolução e os possíveis impactos causados pela pandemia do coronavírus, o Covid-19, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, do governo do Estado do Rio de Janeiro e dos governos dos Estados das cidades em que se encontram suas controladas. A Companhia adotou providências para monitorar, de forma eficiente, o avanço do coronavírus, preservar seus empregados e evitar a propagação da doença, inclusive por meio da criação de um Comitê de Crise, que tem por objetivo coordenar todas as ações relativas à pandemia.

### Avaliação de Indicadores

A tabela abaixo apresenta a evolução de indicadores considerados importantes pela Administração para a avaliação da Companhia e de sua situação financeira e patrimonial dos últimos 3 (três) anos para permitir sua comparabilidade e acompanhamento:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(em bilhões de R\$, exceto índices e percentuais)		
Índice de Liquidez Corrente <sup>1</sup>	1.59	1.27	1.09
Dívida Financeira Bruta <sup>2</sup>	46.78	50.99	42.98
Disponibilidades <sup>3</sup>	25.74	23.43	22.69
Dívida Líquida <sup>4</sup>	21.04	26.39	20.30
Liquidez Imediata <sup>5</sup>	1.00	0.64	0.66
Alavancagem Líquida <sup>6</sup>	29.47%	50.38%	47.48%

<sup>1</sup> Corresponde à divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante

<sup>2</sup> Corresponde aos financiamentos a pagar e debêntures, sem considerar os valores relativos à RGR que possuem contrapartida no ativo.

<sup>3</sup> Corresponde à soma de (i) Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários; (ii) Financiamento a receber sem RGR; e (iii) Ativo Financeiro de Itaípu

<sup>4</sup> Corresponde à Dívida Financeira Bruta subtraída das Disponibilidades

<sup>5</sup> Corresponde à Divisão entre as Disponibilidades e passivo circulante

<sup>6</sup> Corresponde à Divisão entre a dívida líquida e o patrimônio líquido

Em 2019, houve um aumento no índice de liquidez corrente da Eletrobras de 1,27 para 1,59, em função de uma diminuição no ativo circulante de 13,08%, menor do que a redução de 29,80% do passivo circulante.

O ativo circulante diminuiu em cerca de 13,08% principalmente em função da redução de Ativos mantidos para venda de 77,03% em 2019, comparado a 2018. O passivo circulante diminuiu cerca de 29,80% devido a diminuição de Passivos associados a ativos mantidos para a venda de cerca de 83,56%. A variação nas contas de ativos e passivos se referem à transferência efetiva (controle) em 2019 das ações de empresas leiloadas em 2018, como Amazonas D, CEAL e diversas SPEs.

Com relação à evolução da dívida líquida, nota-se a ocorrência de uma redução passando de um montante de R\$26,36 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$21,04 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Essa diminuição se deu devido a transferências dos recursos financeiros obtidos através do aumento de capital realizado em 2019, refletido na conta Títulos e Valores Mobiliários.

O indicador medido pela relação entre passivo de terceiros e passivo total passou de 69,09% em 31 de dezembro de 2018 para 64,51% em 31 de dezembro de 2019 (75,28% em 31 de dezembro de 2017).

Conforme Lei Federal nº 11.480/2007, a partir de 2007, foi retirado o fator de ajuste, calculado com base nos índices de preços ao consumidor (consumer price index - CPI e Industrial Goods), dos contratos de financiamento celebrados entre Eletrobras e Itaipu Binacional e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos, uma vez que o Decreto nº 6.265/2007 foi promulgado, determinando que um fator equivalente ao anterior fator de reajuste seja repassado às distribuidoras de energia anualmente.

Como decorrência, o Decreto nº 6.265/2007 criou um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, incluído anualmente, a partir de 2008, na tarifa de repasse, praticada pela Companhia, preservando o fluxo de recursos de recebíveis originalmente estabelecido nos contratos de financiamentos, o que denominamos de "Ativo Financeiro de Itaipu".

Os valores referentes ao fator anual de reajuste são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia e serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023. O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentado no Ativo, totaliza R\$ 5.727.380 em 31 de dezembro de 2019, equivalentes a US\$ 1.420.939 mil (R\$ 6.556.873 em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a US\$ 1.692.184 mil). O montante de R\$ 3.906.899, equivalentes a US\$969.286 mil (R\$ 4.399.437 em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a US\$ 1.135.397 mil), registrado no passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Desta forma, a Companhia possui um ativo financeiro líquido de Itaipu deste componente no montante de R\$ 1.820.481, equivalentes a US\$ 451.654 mil (R\$ 2.157.436 em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a US\$ 556.786 mil). Entretanto, tendo em vista que o Ativo Financeiro de Itaipu é uma remuneração decorrente do contrato financiamento concedido pela Eletrobras à Itaipu, o montante do Ativo Financeiro a ser recebido pela Eletrobras está sendo considerado, como desconto, no cálculo da Dívida Líquida.

Em 2018, a Companhia, por deliberação da 170ª Assembleia Geral Extraordinária, assumiu cerca de R\$ 5.677 milhões de dívidas das distribuidoras privatizadas pela Eletrobras e já transferidas. A maior parte dessas dívidas estavam registradas, nas distribuidoras, como dívidas junto a fornecedores e foram reclassificadas de dívidas com fornecedores como dívida financeira, em razão da Eletrobras ser uma holding não operacional.

Além disso, com a desconsolidação das distribuidoras privatizadas, cerca de R\$ 2 bilhões se tornaram recebíveis a serem pagos por estas companhias pertencentes agora a outro grupo controlador.

Desta forma, embora não se trate de dívida ou recebíveis novos, em termos de impacto no resultado consolidado da Companhia, o modelo de privatização das distribuidoras, com assunção de dívidas e recebíveis, impactou substancialmente a dívida líquida da Companhia.

A proporção entre o total de financiamentos provenientes de fontes de capital próprio e os provenientes de fontes de capital de terceiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 foi de, respectivamente 32,83%, 44,74% e 64,51%. A tabela abaixo demonstra a evolução destes indicadores ao longo dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

	Capital Próprio X Capital de Terceiros					
	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %
<i>R\$ milhões, exceto percentuais</i>						
<b>Capital de Terceiros</b>						
Passivo Circulante	25.638	24,17%	36.524	29,17%	34.187	26,25%
Passivo Não Circulante	80.435	75,83%	88.677	70,83%	96.036	73,75%
<b>Total do Passivo</b>	<b>106.073</b>	<b>59,77%</b>	<b>125.201</b>	<b>69,09%</b>	<b>130.223</b>	<b>75,28%</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Patrimônio Líquido	71.394	40,23%	56.009	30,91%	42.753	24,72%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>71.394</b>	<b>40,23%</b>	<b>56.009</b>	<b>30,91%</b>	<b>42.753</b>	<b>24,72%</b>
<b>Total (Cap. Próprio + Cap. Terceiros)</b>	<b>177.467</b>	<b>100,00%</b>	<b>181.210</b>	<b>100,00%</b>	<b>172.976</b>	<b>100,00%</b>
<i>Capital Próprio/Capital de Terceiros</i>	<i>67,31%</i>		<i>44,74%</i>		<i>32,83%</i>	

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As principais necessidades de recursos da Eletrobras referem-se a (i) pagamento ou rolagem de dívidas, (ii) financiamento dos seus empreendimentos de geração e transmissão, (iii) quitação de dívidas assumidas das distribuidoras privatizadas, (iv) possibilidade de participação, por meio de suas subsidiárias, em leilões para novas linhas de transmissão e novos contratos para geração, uma vez que, caso a Eletrobras tenha sucesso em qualquer um desses leilões, necessitará de recursos adicionais para custear os investimentos necessários para expandir as operações aplicáveis e (v) financiamento dos programas de desligamento de empregados. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora seus compromissos com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

As principais necessidades de recursos da Eletrobras, em 2019, referem-se a (i) pagamento dos bônus emitidos no exterior no montante de US\$ 1,0 bilhão, (ii) quitação de dívidas assumidas das distribuidoras privatizadas, (iii) pagamento de condenações judiciais decorrentes de ações de correção monetária de empréstimo compulsório; (iv) pagamento de dividendos aos acionistas; e (v) financiamento de suas controladas.

Em 2019, devido a incapacidade financeira da Companhia, foi constituída uma reserva especial de dividendos (artigo 202, § 4º e 5º) no montante de R\$ 2.291.889 (dois bilhões duzentos e noventa e um milhões oitocentos e oitenta e nove mil reais).

A incapacidade para pagamento da referida reserva remanesce, neste momento, em especial devido as incertezas decorrentes da pandemia mundial do coronavírus.

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionado ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19). A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, dado o setor estratégico em que está inserida, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores evitando a propagação da doença. Devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar, assim como de quanto será a eventual redução do consumo de energia elétrica no Brasil e nem a duração desta redução.

Desta forma, a administração da Companhia entende que não poderá fazer uso de seus recursos para distribuir os recursos da reserva especial de dividendos, pois o cenário econômico mundial, com potenciais efeitos relevantes no Brasil, demanda ainda mais cautela por parte da administração na gestão de seu caixa e em decisões que envolvam valores relevantes, principalmente pelo fato do Sistema Eletrobras ser responsável por atividades estratégicas no país que não podem ser interrompidas por falta de recursos para operação e manutenção de suas usinas e linhas de transmissão.

A classificação de risco da Eletrobras, segundo as agências de classificação de riscos, está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo Brasil, por ser a União Federal o acionista majoritário da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a classificação de risco da Eletrobras era a que se segue:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's BCA	"B1": / Positiva	18/09/2019
Moody's Senior Unsecured Debt	"Ba3": / Positiva	18/09/2019
Fitch - Issuer Default Ratings (Foreign Currency)	"BB-": / Estável	12/06/2019
Fitch - Issuer Default Ratings (Local Currency)	"BB-": / Estável	12/06/2019
Fitch - Senior Unsecured Debt Rating	"BB-"	12/06/2019
S&P LT Local Currency	"brAAA"	07/01/2020
S&P - Senior Unsecured	"BB-"	07/01/2020
S&P LT Foreign Currency	"BB" / Estável	07/01/2020

#### **d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Eletrobras, nos últimos 3 (três) anos, foram: (i) as indenizações provenientes das concessões renovadas à luz da Lei nº 12.783/2013 já homologadas pelo poder concedente; (ii) valores a receber relativos ao financiamento concedido à Itaipu e do correspondente Ativo Financeiro, conforme previsto na Lei Federal nº 11.480/2007, (iii) sua própria geração de fluxo de caixa operacional, (iv) empréstimos recebidos de diversas fontes nacionais e internacionais (v) de recursos provenientes de Agências Internacionais de crédito; Além disso, decorrem de diversas aplicações financeiras que a Eletrobras realiza junto ao BB, tendo em vista que a Eletrobras é obrigada por lei a depositar nos bancos federais BB e CEF quaisquer recursos provenientes de sua disponibilidade de caixa.

A tabela abaixo evidencia, para os períodos indicados, a evolução da geração de fluxo de caixa operacional e do endividamento bruto da Eletrobras:

<i>R\$ bilhões</i>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Fluxo de Caixa Operacional de Atividades Continuadas	0,3	4,9	3,7
Fluxo de Caixa Operacional de Atividades Descontinuadas	(0,4)	(0,5)	(1,3)
Fluxo de Caixa Operacional	(0,1)	4,4	2,4
Dívida financeira bruta <sup>1</sup>	46,78	51,52	42,98

<sup>1</sup> Corresponde aos financiamentos a pagar, sem considerar os valores relativos à RGR devidos por empresa fora do grupo Eletrobras e os créditos referentes a federalização das Distribuidoras, conforme Artigo 21-A e 21-B da Lei 12.783/2013

De tempos em tempos, a Eletrobras considera novas oportunidades de investimentos potenciais e pode financiar esses investimentos com recursos gerados pelas suas operações, empréstimo via mercado de capitais internacionais, aumentos de capital ou outras fontes de custeio que possam estar disponíveis na ocasião em questão.

#### **e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Caso seja necessário obter recursos para realizar investimentos em ativos não circulantes, a Eletrobras pode acessar crédito através de financiamentos frente a instituições financeiras, acessar o mercado de capitais com vistas a se financiar via emissão de títulos, ou mesmo, caso haja oportunidade, averiguar a obtenção de recursos em modelos similares ao já realizado no passado, junto às agências multilaterais como, por exemplo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Corporación Andina de Fomento (CAF) e Japan Bank for International Cooperation (JBIC), além de realizar operações junto a instituições financeiras na modalidade "A/B Loan".

Os prazos dos financiamentos, empréstimos ou títulos que vierem a ser emitidos deverão ser compatíveis com o cronograma de construção dos projetos de geração e transmissão de energia da Eletrobras, da mesma forma que o custo deve ser adequado ao fluxo de caixa do projeto, considerando as características de competição dos leilões de concessão de geração e transmissão de energia.



**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Eletrobras, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;**

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

***Financiamentos tomados pela Companhia:***

Os financiamentos captados pela Eletrobras correspondem, principalmente, a financiamentos contratados junto ao Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, bem como às agências multilaterais internacionais, tais como BID, BIRD, CAF e JBIC. Tais contratos seguem o padrão de cláusulas geralmente aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são acordadas em negociações com essas entidades, e geralmente contam com garantia prestada pela União. Além disso, a Eletrobras também realizou no passado emissões de títulos no mercado internacional, tendo na data base de 31/12/2019 apenas um título emitido no exterior (bonds) com vencimento em outubro de 2021.

Em suma, como contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Eletrobras holding podem-se apontar (i) Banco Mundial; (ii) BNP Paribas; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário - CCBs firmadas junto ao Banco do Brasil - BB e Caixa Econômica Federal - CEF; (iv) os Bônus lançados em 2011; (v) as dívidas junto a Petrobras e BR Distribuidora assumidas por conta da privatização das distribuidoras; e (vi) as debêntures emitidas em abril de 2019. Os referidos contratos, juntos, totalizam 86% da dívida captada pela companhia.

Em abril de 2019, a Eletrobras lançou no mercado local a sua 2ª emissão de Debêntures no valor total de R\$ 5 bilhões, divididos em 4 séries, tendo os recursos sido destinados, principalmente, ao pagamento de bonds com vencimento em julho de 2019, amortização de dívidas com a Petrobras e aporte no projeto da UTN de Angra 3.

As Empresas Eletrobras, em 31 de dezembro de 2019, eram partes em contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizavam R\$41,9 bilhões, sendo que R\$ 7,3 bilhões representavam obrigações de curto prazo e R\$34,7 bilhões correspondiam a obrigações de longo prazo (R\$54,4 bilhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$45,1 bilhões em 31 de dezembro de 2017), cuja composição por moeda está demonstrada a seguir:

(em milhares de R\$)	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	AV %	Saldo	AV %
<b>Moeda estrangeira</b>				
USD não indexado	7.571.970	18,05%	11.284.562	20,75%
USD com LIBOR	799.128	1,91%	1.078.643	1,98%
EURO	235.353	0,56%	244.708	0,45%
IENE	-	0,00%	-	0,00%
Outros	-	0,00%	-	0,00%
<b>Subtotal</b>	<b>8.606.451</b>	<b>20,52%</b>	<b>12.607.913</b>	<b>23,19%</b>
<b>Moeda nacional</b>				
CDI	8.698.416	20,74%	10.649.257	19,59%
IPCA	73.481	0,18%	189.649	0,35%
TJLP	6.232.878	14,86%	6.515.226	11,98%
SELIC	8.594.909	20,49%	13.278.510	24,42%
Outros	2.464.900	5,88%	3.621.176	6,66%
<b>Subtotal</b>	<b>26.064.585</b>	<b>62,15%</b>	<b>34.253.819</b>	<b>63,00%</b>
Não Indexado	7.269.279	17,33%	7.511.066	13,81%
<b>Total</b>	<b>41.940.316</b>	<b>100,00%</b>	<b>54.372.798</b>	<b>100,00%</b>

A tabela a seguir apresenta o cronograma para pagamento dos empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizavam R\$41,9 bilhões, em 31 de dezembro de 2019:

#### Empréstimos e Financeamentos

<b>Fluxo de Amortização</b>			
<b>31/12/2019</b>			
(em milhares de R\$)	Saldo	AV %	
<b>Curto Prazo</b>			
2020	7.282.273	17,36%	
<b>Longo Prazo</b>			
2021	12.876.050	30,70%	
2022	5.287.698	12,61%	
2023	4.030.832	9,61%	
2024	2.983.943	7,11%	
2025	1.240.728	2,96%	
Após 2025	8.238.793	19,64%	
<b>Total</b>	<b>41.940.317</b>	<b>100,00%</b>	

Em 31 de dezembro de 2019, estavam em vigor os seguintes contratos financeiros relevantes da Eletrobras (controladora):

- KfW: Empréstimo com o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, com aval da União, no valor de €13,3 milhões, com recursos originários de negociações de protocolos para financiamento de projetos de energias renováveis, ocorridas nos anos de 2000 e 2001, e que resultaram na assinatura do Acordo sobre Cooperação Financeira entre os governos da Alemanha e do Brasil, em 27 de novembro de 2003. A assinatura do contrato referente à primeira tranche ocorreu em 12 de dezembro de 2008. O prazo do empréstimo é de 30 anos e a taxa de juros é de 2% a.a.. O pagamento dos juros relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O pagamento do principal somente se iniciou em dezembro de 2018.

- b) Em 01 de novembro de 2012, houve a assinatura da segunda tranche do contrato de financiamento celebrado junto ao KfW, no valor de €45,9 milhões, com garantia da União, contando com 5 anos de carência e com um prazo total de 30 anos. Em 30 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de juros praticada nesse financiamento era de 2,922% a.a. O pagamento dos juros relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O pagamento do principal começou a partir de dezembro de 2017. Os recursos foram destinados, via repasse da Eletrobras, ao Projeto do Complexo de São Bernardo, pertencente à controlada Eletrosul, que visa à implantação de quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), no Estado de Santa Catarina. O saldo em aberto dos dois financiamentos do KfW, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 235,5 milhões.
- c) China Development Bank/BNP Paribas: Empréstimo junto ao China Development Bank e ao BNP Paribas, assinado em abril de 2007, no valor de US\$ 430,0 milhões, cujos recursos foram utilizados no financiamento da Usina Térmica Candiota II, da subsidiária CGTEE. Foi assinado contrato de repasse entre esta subsidiária e a Eletrobras. Os recursos do referido empréstimo foram sacados integralmente até maio de 2010. Não houve qualquer prestação de garantias. O pagamento dos juros e do principal relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O saldo em aberto deste financiamento em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 283,4 milhões.
- d) Empréstimo sindicalizado na modalidade "A/B loan", via CAF: Empréstimo sindicalizado na modalidade "A/B loan", obtido junto à CAF em agosto de 2008. O empréstimo, no valor de US\$600,0 milhões, foi estruturado da seguinte forma: (i) Parte A, de US\$150,0 milhões, diretamente com a CAF, com um prazo de 12 anos; e (ii) Parte B, correspondente a US\$450,0 milhões, com um sindicato de 16 bancos, com prazo de sete anos. A taxa de juros contratada é composta pela variação da LIBOR acrescida de um spread de 2,05% para a parte A e 1,5% para a Parte B). Não houve prestação de quaisquer garantias. O pagamento de juros e principal relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de fevereiro e agosto. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 72,3 milhões.
- e) CAF e BBVA, HSBC, Mercantil, Santander, Sumitomo Mitsui Banking Corporation e Bank of Tokyo-Mitsubishi: A Eletrobras concluiu, em novembro de 2010, a contratação de um empréstimo sindicalizado, de US\$500,0 milhões, na modalidade "A/B loan", junto à CAF e os bancos BBVA, HSBC, Santander, Sumitomo Mitsui Banking Corporation e Bank of Tokyo-Mitsubishi. A operação foi estruturada de tal forma que a Parte A, de US\$125,0 milhões, ficou sob a responsabilidade da CAF, enquanto que a Parte B, de US\$375,0 milhões, foi aportada por um sindicato formado pelos demais bancos. O empréstimo apresenta um prazo de liquidação de 10 anos para a Parte A e de sete anos para a Parte B. A taxa de juros contratada é composta pela variação da LIBOR acrescida de um spread de 2,75% para a parte A e 1,75% para a Parte B. O pagamento dos juros relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de maio e novembro. O saldo em aberto destes financiamentos via CAF em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 77,8 milhões.
- f) Banco Mundial: Empréstimo obtido junto ao Banco Mundial, no valor de US\$495,0 milhões, com aval da União, cujo contrato foi assinado em 24 de fevereiro de 2011. Os recursos foram utilizados no financiamento do Projeto Energia +, cujo objetivo principal foi de melhorar a qualidade dos serviços prestados e contribuir para o alcance e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das empresas de distribuição que à época eram controladas pela Eletrobras. O empréstimo conta com garantia do Tesouro Nacional. O pagamento dos juros e do principal relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de março e setembro. O principal começou a ser pago em março de 2016. O saldo em aberto deste financiamento em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 434,6 milhões.
- g) Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil: foi contratado em agosto de 2014 um empréstimo entre a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Eletrobras, no valor de R\$ 6,5 bilhões, com garantia da União, sendo R\$ 4,0 bilhões concedidos pelo Banco do Brasil e R\$ 2,5 bilhões pela Caixa Econômica Federal. O prazo da operação é de oito anos, sendo dois de carência, contados a partir dos desembolsos. A

amortização do principal é mensal e iniciou-se em agosto de 2016, e a remuneração será de 119,5% CDI. A operação teve por objetivo a aplicação em capital de giro e o financiamento de investimentos das Empresas Eletrobras, de acordo com PDG/2014. A totalidade do montante já foi liberada. O saldo em aberto dessas operações em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 3,05 bilhões.

Ainda, as Empresas Eletrobras detêm contratos de financiamentos firmados junto a Banco do Brasil, BNDES e CEF, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Empresa	Banco	Saldo Devedor (em R\$ milhões)	Prazo Médio (em anos)	Taxa de Juros
CHESF	CAIXA	87,50	0,16	140% CDI
CHESF	Banco do Brasil	17,24	1,68	135% CDI
CHESF	BNDES – FINEM	301,28	9,46	TJLP + 3,28% a.a.
CHESF	BNDES – FINAME	138,06	3,88	3,50% a.a.
CHESF	BNDES - SOCIAL	3,00	9,46	TJLP a.a.
CGTELETROSUL	CAIXA	294,35	9,47	Conversão Dólar + 6,27% a.a.
CGTELETROSUL	Banco do Brasil	111,33	3,87	115% do CDI
CGTELETROSUL	BNDES	427,85	7,79	TJLP+1,5% a.a. / TJLP+3,00% a.a.
CGTELETROSUL	BNDES/Banco do Brasil	120,78	6,96	TJLP+2,13% a.a. / 4,5% a.a. / 5,00% a.a.
ELETRONORTE	BNDES	812,54	3,77	IPCA+2,12%a.a./TJLP+1,72%a.a./TJLP+3,5%a.a.
ELETRONORTE	Banco do Brasil	335,65	2,31	8,5% a.a.
ELETRONUCLEAR	BNDES - Subcréditos A e B	3.442,79	9,83	TJLP + 1,72% a.a.
ELETRONUCLEAR	BNDES - Subcrédito C	7,85	0,83	SELIC D-2 + 2,56% a.a.
ELETRONUCLEAR	BNDES - Subcrédito D	11,04	1,25	SELIC D-2 + 2,80% a.a.
ELETRONUCLEAR	CEF	3.190,29	11,08	6,50% a.a.
HERMENGILDO E CHUÍ	BNDES	282,38	16	TJLP+4,19 a.a.
HERMENGILDO E CHUÍ	BNDES Repasse - BRDE	123,69	16	TJLP+4,19 a.a.
EÓLICAS DO SUL	BNDES	380,22	11,5	TJLP+3,76% a.a.
EÓLICAS DO SUL	BNDES Repasse - BRDE	191,18	11,73	TJLP+3,76% a.a.
FURNAS	CEF	207,68	0,64	111%CDI
FURNAS	CEF-FINAME	2,61	2,04	TJLP+4%a.a./Taxa Fixa 8,7%a.a.
FURNAS	CEF	693,85	3,37	113,7% do CDI
FURNAS	CEF	531,28	2,96	141,00% do CDI
FURNAS	BB	1.124,98	3,4	CDI+2,5%/115%CDI/131%CDI/132%CDI
FURNAS	BNDES (10.2.0625.1)	102,68	5,96	TJLP+3%a.a.
FURNAS	BNDES (13.2.1383.1)	176,66	9,46	TJLP+2,85%a.a./TJLP+2,45%a.a./TJLPa.a.
FURNAS	BNDES (10.2.0046.1)	479,36	6,54	TJLP+2,18%a.a./TJLP+1,91%a.a.

- h) Notas - Bonds:(a) Credit Suisse e Santander: Em 27 de outubro de 2011, a Eletrobras finalizou uma operação de lançamento de bônus no mercado internacional, no valor de US\$ 1,75 bilhão, tendo os Bancos Santander e Credit Suisse como estruturadores globais desta operação. Os títulos foram emitidos com prazo de 10 anos, com vencimento em 27 de outubro de 2021, com resgate total na data do vencimento e com cupom de juros semestrais à taxa de 5,75% ao ano. Não houve desconto de emissão, o que permitiu a obtenção de um yield, retorno ao investidor, a uma taxa equivalente ao cupom de 5,75% ao ano; (b) Credit Suisse: A Eletrobras concluiu em 30/07/2009 a operação de lançamento de bônus no mercado internacional, no valor de US\$ 1,0 bilhão, sendo o banco Credit Suisse o estruturador global desta operação. Os títulos foram emitidos com prazo de 10 anos, vencimento em 30 de julho de 2019, com resgate total na data do vencimento e com cupom de juros semestrais à taxa de 6,875% a.a. Esse título de US\$ 1,0 bilhão foi quitado na data do vencimento. O saldo em aberto do bônus 2011, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 7,14 bilhões.
- i) Petrobras e BR Distribuidora: Conforme deliberado na AGE 170<sup>a</sup>, a Eletrobras, no âmbito do processo de vendas das distribuidoras, assumiu dívidas destas empresas junto a Petrobras e a BR Distribuidora. O valor total desta dívida em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 8,9 bilhão junto a Petrobras e R\$ 627 milhões junto a BR Distribuidora.
- j) Debêntures: Em abril de 2019, a Eletrobras lançou no mercado local a sua 2<sup>a</sup> emissão de Debêntures no valor total de R\$ 5 bilhões de reais divididos em 4 séries. O valor emitido, a remuneração e a amortização de cada série foram:

Série	Valor (em R\$ bilhão)	Taxa de juros	Vencimento
1ª	R\$ 1,1	CDI + 0,7%	3 anos (bullet)
2ª	R\$ 2,2	CDI + 1,0%	5 anos (bullet)
3ª	R\$ 1,0	CDI + 1,2%	7 anos (bullet)
4ª	R\$ 0,7	IPCA+5,1814%	Anual no 8º, 9º e 10º ano

Os valores arrecadados foram utilizados para quitação do bônus, que venceu em julho de 2019, amortização de R\$ 1 bilhão da dívida com a Petrobras e para reembolso de investimentos realizados em Angra 3 e na Usina de Belo Monte.

As debêntures possuem covenants financeiro de manutenção do índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado inferior a (i) 4,0x (quatro inteiros) vezes no exercício social de 2019; e (ii) 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimo) vezes a partir do exercício social de 2020 ("Índice Financeiro"), sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, estavam em vigor os seguintes contratos financeiros relevantes de subsidiárias da Eletrobras:

- (a)** BID: Furnas firmou, em 22 de dezembro de 2011, financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor de US\$128,6 milhões. O financiamento tem prazo de 20 anos, com quatro anos de carência e taxa de juros baseada na taxa Libor e incidente sobre o saldo devedor. Tal financiamento conta com garantia da União. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do contrato era de R\$ 365,1 milhões.
- (b)** BNDES: o BNDES financia diversos projetos corporativos das Empresas Eletrobras, a exemplo das usinas hidrelétricas de Batalha, Simplício, Baguari e a usina termonuclear Angra 3, além de outros projetos de expansão e manutenção. Estes financiamentos apresentam custo em um intervalo entre a TJLP e TJLP 4,19% a.a. e prazos de repagamento até 2032 (prazo médio das dívidas de 9,01 anos). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor dos contratos era de R\$ 7 bilhões.
- (c)** Caixa Econômica Federal: A Eletronuclear celebrou, em 2013, contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$3,8 bilhões, para a aquisição de equipamentos importados e pagamento de serviços estrangeiros relacionados à construção da Usina Termonuclear Angra 3. O contrato, contudo, tornou-se eficaz apenas em 2015, quando encerraram-se as negociações junto à União Federal, para que esta prestasse garantia à Eletronuclear, mediante apresentação de contra garantia. Como contra garantia, a Eletronuclear oferece à União penhor de recebíveis dos empreendimentos de Angra 1 e Angra 2. O contrato apresenta taxa de juros fixa de 6,5% ao ano, com prazo de repagamento de 25 anos, com cinco anos de carência. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 2,8 bilhões havia sido sacado e, na mesma data, o saldo devedor era de R\$ 3,2 bilhões.
- (d)** Banco do Brasil: As empresas Furnas, Eletrosul e Chesf detêm, juntas, financiamentos corporativos junto ao Banco do Brasil que totalizavam, em 31 de dezembro de 2019 um saldo devedor de R\$ 1,253 bilhões. Esses financiamentos têm seus vencimentos entre 2022 e 2024 e custo atrelado ao CDI que varia entre 115% e 131% e CDI+2,5%. Além disso, a Eletronorte aprovou, em 04 de janeiro de 2017, um empréstimo no valor de R\$ 500 milhões junto à Caixa Econômica Federal por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, com aval da Eletrobras, com intuito de reforço financeiro ao fluxo de caixa da controlada. O Contrato foi assinado em 31/03/2017, quando o recurso foi disponibilizado. Em 07/06/2018 foi feita a portabilidade da dívida para o Banco do Brasil, com aval da Eletrobras.

Os financiamentos tomados pela Eletrobras se dividem em contratos com garantias e sem garantias. Quando garantidos, as modalidades de garantia são utilizadas são (i) garantia corporativa; (ii) garantia prestada pela União Federal, mediante apresentação de contra garantias; ou (iii) garantia real (em especial, cessão fiduciária de direitos creditórios, penhor de recebíveis ou penhor de ações de SPEs).

Os financiamentos contraídos junto à CAF, ao BNP/CDB, os bônus emitidos no exterior e as debêntures não apresentam garantias, e, em 31 de dezembro de 2019, apresentavam um saldo devedor total de R\$ 12,6 bilhões. Por sua vez, os financiamentos junto ao KfW, Banco Mundial e BB/CEF contam com a garantia da União Federal e, em 31 de dezembro de 2019, apresentavam um saldo devedor total de R\$ 3,7 bilhões.

Adicionalmente à garantia prestada pela União Federal, os contratos da Eletrobras Holding firmados junto ao Banco do Brasil/Caixa Econômica Federal apresentam, como contra garantia à União Federal, penhor de recebíveis referentes aos Contratos de Financiamento celebrados com Itaipu.

O mesmo ocorre, conforme informado acima, com o contrato firmado pela Eletronuclear junto à Caixa Econômica Federal. Em tal contrato, a União Federal é garantidora e, como contra garantia, a Eletronuclear ofereceu penhor dos recebíveis referentes à venda de energia gerada pelas usinas termoeletricas Angra 1 e Angra 2.

## **Bonds 2021**

Os bonds, títulos emitidos no exterior, são empréstimos sem garantia específica do emissor, então os detentores dos bonds devem se manifestar sobre eventuais novas garantias oferecidas pela Eletrobras a outros credores, exceto aquelas consideradas como garantias permitidas nas condições da operação ("Permitted Security"). Adicionalmente, os contratos também não permitem a liquidação de subsidiárias relevantes.

Assim, para remediar potenciais violações às condições dos bonds em circulação, a Eletrobras solicitou uma anuência especial ("consent solicitation") buscando uma autorização (waiver) dos detentores dos bonds para venda das distribuidoras e renegociação das condições de dívidas assumidas pela Eletrobras, junto à Petrobras, quando da privatização das distribuidoras.

As garantias então prestadas pela Eletrobras nos instrumentos de confissão de dívida com a Petrobras somavam um total de R\$ 13,5 bilhões de reais, e referiam-se à recebíveis de mútuos, acordo junto a Eletropaulo e créditos a serem homologados pela Aneel, cedidos pelas distribuidoras a Eletrobras. Após negociação com a Petrobras, houve a substituição das garantias originalmente prestadas pelo cumprimento de covenants equivalentes aos prestados para as debêntures emitidas pela Companhia, em abril de 2019, inclusive o covenant financeiro de dívida líquida sobre Ebitda em relação.

Para os bonds 2021, foi incluída também a solicitação para alteração na cláusula de change of control que, anteriormente, proibia a União de deixar de ser o acionista majoritário. A alteração visa permitir que o atual acionista majoritário possa reduzir sua participação acionária na empresa sem gerar vencimento antecipado. A assembleia dos titulares dos bônus ocorreu, no dia 04 de março, e aprovou o waiver solicitado pela Eletrobras.

Importa notar que a Eletrobras desenvolveu ao longo do 2º semestre de 2019 estudos com vistas a efetuar a gestão do passivo (liability management) com vencimento em 2021. Ressalta-se que o trabalho foi concluído em fevereiro de 2020, portanto em período subsequente à data base de 31/12/2019. A operação consistiu em uma recompra, no formato de tender offer parcial dos títulos com vencimento em 2021, no montante de USD 1.124 milhões. Para fazer jus a esta recompra, foram emitidos novos títulos em duas tranches, sendo uma com vencimento em 5 anos (04/02/2025), no montante de USD 500 milhões a uma taxa de juros de 3,625% a.a e outra com vencimento em 10 anos (04/02/2030), no montante de USD 750 milhões, a uma taxa de juros de 4,625% a.a. Após a operação restou um montante de USD 626 milhões com vencimento ainda em outubro de 2021.

## CAF e BNP/CDB

Os contratos com a CAF (CAF R\$ 500 Milhões e CAF R\$ 600 Milhões) e BNP/CDB (BNP/CDB R\$ 281 milhões) contêm covenants não financeiros cujo descumprimento implica na necessidade de pedido de waiver para que não se configure o vencimento antecipado das dívidas.

De uma forma geral, os covenants estão relacionados às seguintes questões:

Existência Corporativa - a Eletrobras se compromete a garantir que cada subsidiária preserve e mantenha sua existência jurídica, exceto quando o não cumprimento dessa obrigação não crie expectativa razoável de um efeito adverso relevante (material adverse effect - MAE);

Em resumo, o MAE é um efeito adverso relevante sobre (i) os negócios, as operações e as propriedades da Eletrobras e suas subsidiárias tomadas em conjunto, (ii) a capacidade da Eletrobras de pagar os empréstimos, ou (iii) a capacidade do credor de executar os empréstimos;

Negative Pledge - a Eletrobras e suas subsidiárias não estão autorizadas a oferecer em garantia qualquer de suas propriedades, a menos que tal garantia esteja dentro de uma das categorias de Garantia Permitida;

Venda de Ativos – é vedado à Eletrobras e suas subsidiárias dissolver, liquidar, encerrar ou vender qualquer parte de sua propriedade sem a aprovação prévia do credor e sem que a transação seja efetuada em condições normais de mercado (fair value).

Event of Default (evento de inadimplemento) – esta cláusula inclui a liquidação da Eletrobras ou de qualquer de suas subsidiárias.

Tal como na solicitação feita aos titulares do bônus, houve um pedido de waiver junto a CAF e ao CDB visando permitir a venda/liquidação das distribuidoras da Eletrobras, a assunção das dívidas das distribuidoras e o oferecimento de garantia real para as dívidas assumidas junto a Petrobras.

O pedido foi formalizado, através de uma carta da Eletrobras, enviada aos seus credores que, por sua vez, submeteram à aprovação de seus comitês internos.

Em 07 de março de 2019, tanto o BNP/CDB quanto a CAF aprovaram os respectivos waivers solicitados pela Eletrobras.

## Empréstimos garantidos pela União

A União é garantidora dos seguintes empréstimos:

Empresa	Tipo de garantia / empréstimo	Saldo em 31/12/2019*	Saldo Garantido
Eletrobras	- BB-CEF 6,5Bi I (tranche BB)	1.878.955,42	100%
Eletrobras	- BB-CEF 6,5Bi II (tranche CEF)	1.174.347,14	100%
Eletrobras	- BIRD 7884	434.552,40	100%
Eletrobras	- KFW 13MM	55.826,06	100%
Eletrobras	- KFW 45MM	179.526,98	100%
Furnas	- BID US\$ 128.660.000	365.134,05	100%
Eletronuclear - Angra 3	- CEF 3,8 Bi	3.204.663,35	100%
<b>TOTAL</b>		<b>7.293.005,39</b>	

\* Saldos em milhares de reais

## Covenants

### Mudança de controle acionário

Os contratos com BB/CEF, CAF, BNP/CDB, Banco Mundial e KFW possuem cláusulas que proíbem mudança no controle acionário sob pena de vencimento antecipado da dívida.

As debêntures emitidas pela Eletrobras em 2019 possuem cláusula que estabelece que caso a mudança do controlador resulte em redução do rating da Companhia por parte de uma ou mais agências de rating, a Companhia irá recomprar os títulos, dos bondholders que desejarem vender, por 100% do seu valor de face.

Já os Bônus 2021, 2025 e 2030 possuem cláusula que estabelece que caso a mudança do controlador resulte em redução do rating da Companhia por parte de uma ou mais agências de rating, a Companhia irá recomprar os títulos, dos bondholders que desejarem vender, por 101% do seu valor de face acrescido dos juros acruados e não pagos.

### ***Garantias prestadas pela Eletrobras***

As Empresas Eletrobras obtiveram sucesso em diversos leilões da ANEEL, realizados no passado e, por conseguinte, são responsáveis pela execução de projetos nas áreas de geração e transmissão, individualmente ou em parcerias nas sociedades de propósito específico – SPEs das quais fazem parte.

Assim sendo, de modo a compor a estrutura de financiamento para referidos projetos, foram negociadas pelas SPEs operações de financiamento, nos quais a Eletrobras concedeu garantias corporativas, limitadas à proporção da participação das subsidiárias no capital do projeto.

Nos quadros a seguir são apresentadas as garantias concedidas às empresas controladas e a terceiros (off – balance), em 31 de dezembro de 2019:



EMPRESAS NÃO CONTROLADAS

Garantidora	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação societária %	Valor do Financiamento/V alor Garantido	Saldo Devedor em 31/12/2019	Término da Garantia
		BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.427.574	15/01/2042
		CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.351.985	15/01/2042
		BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	386.281	15/01/2042
		BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	3.233.528	15/01/2042
Eletrobras	UHE Belo Monte - Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600	1.800.844	15/01/2042
		BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	514.527	15/01/2042
		BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.427.574	15/01/2042
		CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.351.985	15/01/2042
		BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	386.281	15/01/2042
					11.245.500	13.880.578	
		BNDES Direto Original	SPE	43,06%	1.329.920	1.667.767	15/03/2034
		BNDES Direto Suplementar	SPE	43,06%	428.402	543.799	15/03/2034
		BNDES Repasse Original	SPE	43,06%	1.310.835	1.782.038	15/03/2034
Eletrobras	UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Suplementar	SPE	43,06%	428.402	517.499	15/03/2034
		BASA	SPE	43,06%	216.750	229.675	10/03/2034
		Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	180.833	205.217	15/03/2034
		Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	301.389	414.926	15/03/2034
Furnas		Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	680.188	1.543.695	15/03/2034
					4.876.719	6.904.616	
		BNDES	SPE	20,00%	727.000	816.587	15/08/2034
		BNDES	SPE	20,00%	232.500	234.152	15/01/2035
		BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	834.301	15/08/2034
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	227.231	15/01/2035
		BNDES	SPE	20,00%	727.000	816.587	15/08/2034
		BNDES	SPE	20,00%	232.500	234.152	15/01/2035
		BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	834.301	15/08/2034
		BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	227.231	15/01/2035
					3.818.000	4.224.542	
		BNDES	SPE	24,50%	412.825	436.802	15/08/2032
		BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	231.936	15/08/2032
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	231.936	15/08/2032
		BNDES	SPE	24,50%	412.825	436.802	15/08/2032
Eletrobras		Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	142.100	159.373	15/08/2032
Furnas		Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	142.100	159.373	15/06/2033
					1.538.600	1.656.222	
		BNDES	SPE	24,50%	296.940	299.580	15/02/2036
		BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	296.803	15/02/2036
Eletrobras	UHE Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	158.375	30/05/2032
		BNDES	SPE	24,50%	296.940	299.580	15/02/2036
		BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	296.803	15/02/2036
		Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	158.375	30/05/2032
					1.503.240	1.509.516	
Eletrobras		BNDES	SPE	24,50%	256.270	275.578	15/06/2038
		BNDES	SPE	24,50%	256.270	275.578	15/06/2038
Chesf	UHE Sinop	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	57.820	63.781	15/06/2032
Eletrobras		Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	57.820	63.781	15/06/2032
					628.180	678.718	
Eletrobras	Empresa de Energia São Manoel	BNDES	SPE	33,33%	437.996	515.693	15/12/2038
Furnas		Emissão de Debêntures	SPE	33,33%	113.322	107.384	15/12/2031
					551.318	623.077	
Eletrobras	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	49,00%	514.500	359.939	15/12/2029
		Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	98.000	144.431	15/09/2026
					612.500	504.370	
		BNDES	SPE	49,50%	198.495	112.860	15/12/2026
Eletrobras	Manaus Transmissora	BASA	SPE	49,50%	123.750	128.263	15/07/2031
		BASA	SPE	49,50%	74.250	72.766	15/02/2029
					396.495	313.890	
Eletrobras	IE Garanhuns S/A	BNDES	SPE	49,00%	175.146	107.807	15/12/2028
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,00%	29.764	23.793	30/03/2031
		BNB	SPE	49,00%	58.346	51.475	01/08/2032
					88.110	75.268	
Eletrobras	Rouar	CAF	SPE	50,00%	39.364	39.364	30/10/2020
Eletrobras	Mangue Seco 2	BNB	SPE	49,00%	40.951	32.029	14/10/2031
Eletrobras	Livramento Holding	BNDES	SPE	49,00%	29.255	17.632	15/06/2030
Eletrobras	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.827	5.119	15/04/2023
Eletrobras	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	2.536	937	15/03/2023
		BNDES	SPE	49,90%	5.536	3.484	15/03/2028
					8.072	4.420	
		Garantias empresas não controladas			25.565.276	30.577.167	

EMPRESAS CONTROLADAS							
Garantidora	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação societária %	Valor do Financiamento/V alor Garantido	Saldo Devedor em 31/12/2019	Término da Garantia
Eletrobras	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.181.048	3.471.811	15/06/2036
Eletrobras	Eletronuclear	CEF	Corporativo	100,00%	3.800.000	3.204.663	06/06/2038
					9.981.048	6.676.475	
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	425.568	28/07/2029
		State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	425.572	28/07/2029
					589.400	851.139	
Eletrobras	Projetos Corporativos Eletrosul	FIDC DI	Corporativo	100,00%	690.000	548.819	20/01/2022
		Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	250.000	111.330	15/11/2023
					940.000	660.148	
Eletrobras	Diversos	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	750.000	762.122	02/10/2023
		BNDES	Corporativo	100,00%	505.477	298.566	15/11/2028
Eletrobras	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	197.710	15/10/2031
		BASA	Corporativo	100,00%	221.789	168.186	10/07/2031
					949.055	664.462	
		CEF	Corporativo	100,00%	200.000	87.868	06/09/2021
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	BNDES	Corporativo	100,00%	475.454	151.628	15/06/2029
		BNDES	Corporativo	100,00%	727.560	291.981	15/06/2029
		Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	500.000	17.247	28/02/2020
					1.903.014	548.724	
Eletrobras	UHE Simplicio	BNDES	Corporativo	100,00%	1.034.410	454.045	15/07/2026
		BNDES	SPE	61,75%	249.458	234.787	16/06/2031
Eletrobras	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BRDE	SPE	61,75%	123.501	118.055	16/06/2031
		Emissão de Debêntures	SPE	61,75%	55.575	63.637	15/06/2028
					428.533	416.479	
Eletrobras	Diversos	Emissão de Debêntures	Corporativo	100,00%	450.000	450.633	18/11/2024
		BNDES	SPE	99,99%	93.358	76.511	15/06/2032
		BRDE	SPE	99,99%	40.699	33.564	15/06/2032
Eletrobras	Eólicas Hermenegildo	BNDES	SPE	99,99%	109.579	89.804	15/06/2032
		BRDE	SPE	99,99%	47.770	39.396	15/06/2032
		BNDES	SPE	99,99%	109.555	90.199	15/06/2032
		BRDE	SPE	99,99%	47.759	39.382	15/06/2032
					448.720	368.855	
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 2	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	405.262	332.666	07/06/2024
Furnas	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	BID	Corporativo	100,00%	427.511	365.134	15/12/2031
Eletrobras	Complexo Edício Livramento - Entorno II	KfW	Corporativo	100,00%	282.083	294.352	20/06/2028
Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea de Energia	BNDES	SPE	51,00%	252.108	198.731	15/02/2029
		Debêntures	SPE	51,00%	76.500	79.232	15/12/2030
					328.608	277.963	
Eletrobras	Financiamento corporativo	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	400.000	207.488	06/12/2023
Eletrobras	Complexo São Bernardo	KfW	Corporativo	100,00%	29.854	55.823	30/12/2038
		KfW	Corporativo	100,00%	136.064	179.512	30/12/2042
					165.918	235.335	
Eletrobras	UHE Mauá	BNDES	Corporativo	100,00%	182.417	103.095	15/01/2028
		BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	182.417	103.108	15/01/2028
					364.834	206.203	
Eletrobras	Implantação do PAR e PMIS	BNDES	Corporativo	100,00%	361.575	186.943	15/12/2023
Eletrobras	Porto Velho Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	283.411	192.020	15/08/2028
Eletrobras	Plano de Investimentos 2012- 2014	BNDES	Corporativo	100,00%	441.296	175.353	15/06/2029
Eletrobras	Linha Verde Transmissora	BASA	Corporativo	100,00%	185.000	170.044	10/11/2032
Eletrobras	Eólicas Casa Nova II e III	BNB	Corporativo	100,00%	158.420	159.982	25/07/2031
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	BNB	Corporativo	100,00%	155.817	73.481	15/11/2031
Eletrobras	Rolagem BASA 2008	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	208.312	112.861	28/12/2020
Eletrobras	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	130.746	15/06/2028
Eletrobras	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Emissão de Debêntures	SPE	100,00%	77.550	116.474	15/09/2026
Eletrobras	UHE Batalha	BNDES	Corporativo	100,00%	224.000	102.676	15/12/2025
Eletrobras	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	89.622	15/07/2026
		BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	7.407	15/07/2026
					198.080	97.029	
Eletrobras	Projetos de Inovação	FINEP	Corporativo	100,00%	268.503	92.482	15/11/2023
Eletrobras	Rio Branco Transmissora	BNDES	Corporativo	100,00%	138.000	79.230	15/03/2027
Eletrobras	Projetos Corporativos Furnas	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	35.000	17.505	28/12/2020
		Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	25.007	28/12/2020
					85.000	42.511	
Eletrobras	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	126.221	18.441	15/06/2021
		BNDES	Corporativo	100,00%	41.898	22.613	15/03/2027
		BNDES	Corporativo	100,00%	9.413	5.626	15/08/2027
		BNDES	Corporativo	100,00%	12.000	5.825	15/08/2027
					189.532	52.505	
Eletrobras	Ribeiro Gonçalves/Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	44.691	03/06/2031
Eletrobras	Eólica Chuí IX S/A	BNDES	SPE	99,99%	31.558	25.865	15/06/2032
		BRDE	SPE	99,99%	13.757	11.346	15/06/2032
					45.314	37.212	
Eletrobras	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	223.419	16.328	15/07/2020
Eletrobras	UHE Baguari	BNDES	Corporativo	100,00%	60.153	25.318	15/07/2026
Eletrosul	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	BNDES	Corporativo	100,00%	29.074	21.191	15/09/2029
Eletrobras	Ampliação da Subestação Lechuga	BNDES	Corporativo	100,00%	35.011	17.502	15/10/2028
Eletrosul	Interligação Brasil x Uruguai	BNDES	Corporativo	100,00%	21.827	15.908	15/09/2029
Eletrobras	Subestação Miramar/Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	31.000	14.549	15/08/2028
Eletrobras	Lechuga/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	14.777	15/10/2028
Eletrobras	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	8.785	15/11/2024
Eletrobras	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	7.381	15/03/2021
Eletrobras	Substação Nobres	BNDES	Corporativo	100,00%	10.000	4.322	15/03/2028
Eletrobras	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	5.000	15/11/2024
	Garantias empresas controladas				23.709.613	15.789.524	
					49.274.888	46.366.691	

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Eletrobras não possuía outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras que não as já indicadas no item 10.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas da Eletrobras são garantidas pela União Federal, por meio de garantias reais (notadamente penhor de recebíveis do financiamento de Itaipu) ou não possuem qualquer garantia. As garantias das subsidiárias da Eletrobras são prestadas em sua grande parte pela própria Eletrobras, através de fiança ou aval, havendo também casos de prestação de garantias reais sobre títulos representativos do capital social de SPEs e/ou sobre recebíveis.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, o montante de R\$ 22,6 bilhões correspondia a obrigações de natureza quirografária em 31 de dezembro de 2019 (R\$15 bilhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$11,7 bilhões em 31 de dezembro de 2017). Por sua vez, o montante de R\$ 13,4 bilhões correspondia a obrigações garantidas por meio de direitos reais em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 19,2 bilhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$18,4 bilhões em 31 de dezembro de 2017).

Dentre as dívidas garantidas pela União, as Cédulas de Crédito Bancário firmadas junto Banco de Brasil e Caixa Econômica Federal, no valor de R\$6,5 bilhões, com saldo devedor de R\$ 3,05 bilhões, em 31/12/2019, a Eletrobras apresenta como contra garantia à União o penhor de créditos a receber decorrentes dos Contratos de Financiamento celebrados pela Eletrobras com Itaipu.

(iv) Restrições Contratuais

Eletrobras na qualidade de devedora

Os contratos de empréstimos e financiamentos realizados pela Eletrobras, assim como os bonds internacionais, foram celebrados de acordo com as práticas adotadas no mercado internacional para operações desse gênero. As Obrigações assumidas ("covenants") são as usualmente contidas nos contratos com empresas do mesmo tipo de risco de crédito a época das contratações.

Nos contratos tipo "A/B loan", de bonds internacionais, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Eletrobras está sujeita a cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais mencionamos: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias e limitação à venda significativa de ativos.

As debêntures emitidas pela Eletrobras, em 2019, possuem covenants financeiro de manutenção do índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado inferior a (i) 4,0x (quatro inteiros) vezes no exercício social de 2019; e (ii) 3,75x (três inteiros e setenta e cinco centésimo) vezes a partir do exercício social de 2020 ("Índice Financeiro"), sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Eletrobras na qualidade de garantidora

A Eletrobras é garantidora, através de fiança corporativa, equivalente a 99,99% dos financiamentos tomados pela SPEs Hermenegildo I, II, III e Chuí IX junto ao BNDES/BRDE, tendo as SPEs logrado êxito na obtenção de waiver junto às referidas instituições pelo não atingimento do ICSD de 1.3 no ano de 2019.

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Com relação à operação de empréstimo assinada, em 24 de fevereiro de 2011, junto ao Banco Mundial – BIRD, no valor de até US\$495 milhões, com aval da União, cujos recursos foram destinados ao "Projeto Energia +" para melhoria operacional e comercial das empresas de distribuição da Eletrobras, até 31 de dezembro de 2018, foram efetuados desembolsos de US\$271,8 milhões no âmbito desse contrato de financiamento, o que corresponde a 54,9% do total contratado. O saldo restante e não sacado do contrato (US\$ 223,2 milhões) foi cancelado em abril de 2017.

## **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As demonstrações contábeis da Eletrobras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei n. 6.404/1976 e alterações posteriores, observados os Pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), bem como a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

As demonstrações contábeis consolidadas da Eletrobras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando expressamente indicado de outra forma, e estão alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS(s)”).

As Demonstrações Contábeis da Eletrobras compreendem:

- As Demonstrações Contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e
- As Demonstrações Contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.

A Companhia adotou as normas do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. Estas normas foram adotadas pela companhia também em 1º de janeiro de 2018. A aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado não foi estendida, visto que a Companhia adotou expedientes práticos previstos nestas normas, que relatam a não reapresentação das informações comparativas do exercício anterior.

A Companhia aplicou, em 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Leases (Arrendamentos), que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros até então aplicada de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17.

Os demais efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC podem ser consultados no item 10.4 deste documento.

Comparação das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

**Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras**  
**Balanco Patrimonial Consolidado - IFRS e BRGAAP (em milhares de reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV %</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalente de caixa	335.307	0,19%	583.352	0,32%	-42,52%
Caixa restrito	3.227.536	1,82%	1.560.088	0,86%	106,88%
Títulos e valores mobiliários	10.426.370	5,88%	6.408.104	3,54%	62,71%
Clientes	5.281.333	2,98%	4.079.221	2,25%	29,47%
Ativo contratual transmissão	1.116.009	0,63%	1.302.959	0,72%	-14,35%
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	5.927.964	3,34%	6.013.891	3,32%	-1,43%
Financiamentos e empréstimos	3.473.393	1,96%	3.903.084	2,15%	-11,01%
Remuneração de participações societárias	299.899	0,17%	219.895	0,12%	36,38%
Tributos a recuperar	1.474.662	0,83%	1.216.261	0,67%	21,25%
Imposto de renda e contribuição social	2.382.899	1,34%	2.420.165	1,34%	-1,54%
Direito de ressarcimento	48.458	0,03%	454.139	0,25%	-89,33%
Almoxarifado	471.824	0,27%	380.292	0,21%	24,07%
Estoque de combustível nuclear	538.827	0,30%	510.638	0,28%	5,52%
Instrumentos financeiros derivativos	140.543	0,08%	182.760	0,10%	-23,10%
Risco Hidrológico	13.590	0,01%	81.301	0,04%	-83,28%
Outros	2.016.330	1,14%	2.104.904	1,16%	-4,21%
	<b>37.174.944</b>	<b>20,95%</b>	<b>31.421.054</b>	<b>17,34%</b>	<b>18,31%</b>
Ativos mantidos para venda	3.543.519	2,00%	15.424.359	8,51%	-77,03%
	<b>40.718.463</b>	<b>22,94%</b>	<b>46.845.413</b>	<b>25,85%</b>	<b>-13,08%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Direito de ressarcimento	5.415.547	3,05%	5.802.172	3,20%	-6,66%
Financiamentos e empréstimos	10.803.423	6,09%	9.971.857	5,50%	8,34%
Clientes	285.351	0,16%	8.413	0,00%	3291,79%
Títulos e valores mobiliários	407.071	0,23%	293.833	0,16%	38,54%
Estoque de combustível nuclear	840.550	0,47%	828.410	0,46%	1,47%
Tributos a recuperar	420.370	0,24%	265.805	0,15%	58,15%
Imposto de renda e contribuição social diferido	463.451	0,26%	553.409	0,31%	-16,26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,00%	-	0,00%	0%
Cauções e depósitos vinculados	6.891.416	3,88%	5.788.905	3,19%	19,05%
Ativo contratual transmissão	13.744.276	7,74%	13.268.837	7,32%	3,58%
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	31.633.512	17,83%	34.100.453	18,82%	-7,23%
Instrumentos financeiros derivativos	151.315	0,09%	188.262	0,10%	-19,63%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	181.257	0,10%	459.563	0,25%	-60,56%
Remuneração de participações societárias	-	0,00%	-	0,00%	0%
Risco Hidrológico	179.879	0,10%	227.083	0,13%	-20,79%
Fundo de descomissionamento	1.222.393	0,69%	897.847	0,50%	36,15%
	<b>1.024.607</b>	<b>0,58%</b>	<b>706.556</b>	<b>0,39%</b>	<b>45,01%</b>
INVESTIMENTOS	<b>29.112.919</b>	<b>16,40%</b>	<b>27.983.348</b>	<b>15,44%</b>	<b>4,04%</b>
Avaliados por equivalência patrimonial	27.055.929	15,25%	26.536.198	14,64%	1,96%
Mantidos a valor justo	2.056.990	1,16%	1.447.150	0,80%	42,14%
IMOBILIZADO	33.315.874	18,77%	32.370.392	17,86%	2,92%
INTANGÍVEL	655.041	0,37%	649.650	0,36%	0,83%
	<b>136.748.252</b>	<b>77,06%</b>	<b>134.364.795</b>	<b>74,15%</b>	<b>1,77%</b>
TOTAL DO ATIVO	<b>177.466.715</b>	<b>100,00%</b>	<b>181.210.208</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,07%</b>

## ATIVO

### ATIVO CIRCULANTE

Apresentou um queda de 13,08%, R\$ 46.845 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 40.718 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

#### Ativos mantidos para venda

Com a transferência efetiva em 2019 das ações para os compradores da Amazonas D e CEAL, assim como SPEs leiloadas em 2018, a conta de ativos mantidos para a venda sofreu uma redução, passando de 15.424 milhões em 2018 para 3.544 milhões em 2019, uma redução de 77,03%.

#### Títulos e Valores Mobiliários

A companhia efetuou uma operação de aumento de capital, o que ocasionou um significativo aumento em sua Disponibilidades, em especial na conta de Títulos e Valores Mobiliários, passando de 6.408 milhões em 2018 para 10.426 milhões em 2019, um aumento de 62,71%. O aumento de capital arrecadou 3,6 bilhões de reais.

#### Caixa Restrito

Aumento de 106,88% nesta conta, passando de 1.560 milhões em 2018 para 3.228 milhões em 2019. No entanto estes São os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares, não estando disponíveis para a Companhia. Mais detalhes na Nota Explicativa 6 das Demonstrações Financeiras de 2019.

### ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante apresentou um aumento de 1,77%, passando de R\$ 134.365 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 136.748 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

#### Financiamentos e empréstimos

A conta de financiamentos e empréstimos sofreu um aumento de 8,34%, passando de 9.972 milhões em 2018 para 10.803 milhões em 2019.

#### Clientes

A conta clientes sofreu um aumento de 3.391,79%, passando de 8 milhões em 2018 para 285 milhões em 2019, devido ao aumento Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

**Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras**  
**Balanco Patrimonial Consolidado - IFRS e BRGAAP (em milhares de reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV %</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e empréstimos	7.636.633	10,70%	12.066.912	21,54%	-36,71%
Debêntures	78.527	0,11%	36.073	0,06%	117,69%
0	-	0,00%	-	0,00%	0%
Empréstimo compulsório	15.156	0,02%	15.659	0,03%	-3,21%
Fornecedores	3.095.469	4,34%	3.360.550	6,00%	-7,89%
Adiantamentos	683.602	0,96%	421.002	0,75%	62,38%
Tributos a recolher	1.575.658	2,21%	1.277.051	2,28%	23,38%
Imposto de renda e contribuição social	2.532.732	3,55%	2.953.072	5,27%	-14,23%
Contratos onerosos	3.913	0,01%	9.436	0,02%	-58,53%
Remuneração aos acionistas	2.575.216	3,61%	1.305.633	2,33%	97,24%
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	-	0,00%	-	0,00%	0%
Obrigações estimadas	1.331.257	1,86%	1.395.985	2,49%	-4,64%
Obrigações de ressarcimento	1.796.753	2,52%	1.250.619	2,23%	43,67%
Benefício pós-emprego	161.773	0,23%	164.160	0,29%	-1,45%
Provisões para contingências	1.031.488	1,44%	931.364	1,66%	10,75%
Encargos setoriais	627.611	0,88%	653.017	1,17%	-3,89%
Arrendamento mercantil	219.484	0,31%	152.122	0,27%	44,28%
Instrumentos financeiros derivativos	683	0,00%	962	0,00%	-29,00%
Outros	579.394	0,81%	235.387	0,42%	146,15%
	<b>23.945.349</b>	<b>33,54%</b>	<b>26.229.004</b>	<b>46,83%</b>	<b>-8,71%</b>
Passivos associados a ativos mantidos para venda	1.692.708	2,37%	10.294.967	18,38%	-83,56%
	<b>25.638.057</b>	<b>35,91%</b>	<b>36.523.971</b>	<b>65,21%</b>	<b>-29,80%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e empréstimos	34.303.730	48,05%	42.305.886	75,53%	-18,91%
Fornecedores	18.143	0,03%	16.555	0,03%	9,59%
Debêntures	5.880.751	8,24%	432.155	0,77%	1260,80%
Adiantamentos	369.262	0,52%	448.881	0,80%	-17,74%
Empréstimo compulsório	470.600	0,66%	477.459	0,85%	-1,44%
Obrigações para desmobilização de ativos	3.129.379	4,38%	2.620.128	4,68%	19,44%
Provisões para contingências	24.214.938	33,92%	23.196.295	41,42%	4,39%
Benefício pós-emprego	4.353.406	6,10%	2.894.949	5,17%	50,38%
Contratos onerosos	361.934	0,51%	715.942	1,28%	-49,45%
Obrigações de ressarcimento	-	0,00%	-	0,00%	0%
Arrendamento mercantil	987.705	1,38%	823.993	1,47%	19,87%
Concessões a pagar - Uso do bem Público	68.555	0,10%	64.144	0,11%	6,88%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	50.246	0,07%	3.873.412	6,92%	-98,70%
Instrumentos financeiros derivativos	5.000	0,01%	25.459	0,05%	-80,36%
Encargos setoriais	730.303	1,02%	721.536	1,29%	1,22%
Tributos a recolher	239.959	0,34%	248.582	0,44%	-3,47%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.978.754	5,57%	8.315.386	14,85%	-52,15%
Outros	1.271.847	1,78%	1.496.527	2,67%	-15,01%
	<b>80.434.512</b>	<b>112,66%</b>	<b>88.677.289</b>	<b>158,33%</b>	<b>-9,30%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	31.305.331	43,85%	31.305.331	55,89%	0,00%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7.751.940	10,86%	-	0,00%	-
Reservas de capital	13.867.170	19,42%	13.867.170	24,76%	0,00%
Lucros acumulados	-	0,00%	-	0,00%	0%
Outros resultados abrangentes acumulados	(5.904.821)	-8,27%	(5.517.424)	-9,85%	7,02%
<b>Participação de acionistas controladores</b>	<b>70.906.801</b>	<b>99,32%</b>	<b>55.542.906</b>	<b>99,17%</b>	<b>27,66%</b>
Participação de acionistas não controladores	487.345	0,68%	466.042	0,83%	4,57%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>71.394.146</b>	<b>100,00%</b>	<b>56.008.948</b>	<b>100,00%</b>	<b>27,47%</b>

## PASSIVO CIRCULANTE

O saldo do passivo circulante diminuiu 29,81%, passando de R\$ 36.524 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 25.638 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

### Passivos associados a ativos mantidos para venda

Com a transferência efetiva em 2019 das ações para os compradores da Amazonas D e CEAL e SPEs leiloadas em 2018, a conta de passivos associados a ativos mantidos para a venda sofreu uma redução, passando de 10.295 milhões em 2018 para 1.693 milhões em 2019, uma redução de 83,56%

## PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo do passivo não circulante apresentou uma queda de 9,30%, passando de R\$ 80.677 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 80.435 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

### Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

A companhia realizou um aumento de capital com subscrição do AFAC da União, tendo seu saldo sido transferido do Ativo Não Circulante para o Patrimônio Líquido. Por conseguinte, a conta de AFAC no passivo não circulante sofreu uma redução de 98,70%, passando de 3.873 milhões em 2018 para 50 milhões em 2019.

### Debêntures

A conta de Debêntures sofreu um aumento de 1.260,80% de 2018 para 2019, passando de 432 milhões para 5.881 milhões. Mais detalhes sobre a emissão de debêntures que gerou essa variação podem ser consultados no item (f) – (i) da seção 10.1 deste formulário.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Após estudos, as companhias Furnas e Chesf passaram a manter registrados os saldos dos impostos diferidos ativos que compensaram saldos dos respectivos passivos. Por conseguinte, a conta no passivo sofreu uma redução de 51,15%, passando de 8.315 milhões em 2018 para 3.979 milhões em 2019.

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou um aumento de 27,47%, passando de R\$ 56.009 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 71.394 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrente principalmente da operação de aumento de capital classificada em adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de 7.752 milhões (3,6 Bilhões com reflexo nos Títulos e Valores Mobiliários da companhia e restante no passivo do AFAC) e resultado da companhia incorporado em reservas.



Comparação das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras					
Balanco Patrimonial Consolidado - IFRS e BRGAAP (em milhares de reais)					
ATIVO	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH %
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalente de caixa	583.352	0,32%	792.252	0,46%	-26,37%
Caixa restrito	1.560.088	0,86%	1.329.876	0,77%	17,31%
Títulos e valores mobiliários	6.408.104	3,54%	6.924.358	4,00%	-7,46%
Clientes	4.079.221	2,25%	4.662.368	2,70%	-12,51%
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	6.013.891	3,32%	7.224.354	4,18%	-16,76%
Financiamentos e empréstimos	3.903.084	2,15%	2.471.960	1,43%	57,89%
Ativo contratual transmissão	1.302.959	0,72%	-	0,00%	-
Remuneração de participações societárias	219.895	0,12%	245.577	0,14%	-10,46%
Tributos a recuperar	1.216.261	0,67%	1.066.207	0,62%	14,07%
Imposto de renda e contribuição social	2.420.165	1,34%	1.874.475	1,08%	29,11%
Direito de ressarcimento	454.139	0,25%	1.567.794	0,91%	-71,03%
Almoxarifado	380.292	0,21%	479.243	0,28%	-20,65%
Estoque de combustível nuclear	510.638	0,28%	465.152	0,27%	9,78%
Instrumentos financeiros derivativos	182.760	0,10%	209.327	0,12%	-12,69%
Risco Hidrológico	81.301	0,04%	104.530	0,06%	-22,22%
Ativos mantidos para venda	15.424.359	8,51%	5.825.879	3,37%	164,76%
Outros	2.104.904	1,16%	2.115.375	1,22%	-0,49%
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>46.845.413</b>	<b>25,85%</b>	<b>37.358.727</b>	<b>21,60%</b>	<b>25,39%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Direito de ressarcimento	5.802.172	3,20%	6.509.032	3,76%	-10,86%
Financiamentos e empréstimos	9.971.857	5,50%	7.794.891	4,51%	27,93%
Clientes	8.413	0,00%	462.376	0,27%	-98,18%
Títulos e valores mobiliários	293.833	0,16%	331.862	0,19%	-11,46%
Estoque de combustível nuclear	828.410	0,46%	831.008	0,48%	-0,31%
Tributos a recuperar	265.805	0,15%	1.635.142	0,95%	-83,74%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	0,00%	471.568	0,27%	-100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	553.409	0,31%	1.010.810	0,58%	-45,25%
Cauções e depósitos vinculados	5.788.905	3,19%	5.874.708	3,40%	-1,46%
Ativo contratual transmissão	13.268.837	7,32%	-	0,00%	-
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	34.100.453	18,82%	50.660.769	29,29%	-32,69%
Instrumentos financeiros derivativos	188.262	0,10%	216.904	0,13%	-13,20%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	459.563	0,25%	959.838	0,55%	-52,12%
Risco Hidrológico	227.083	0,13%	325.132	0,19%	-30,16%
Outros	1.604.403	0,89%	1.108.629	0,64%	44,72%
	<b>73.361.405</b>	<b>40,48%</b>	<b>78.192.669</b>	<b>45,20%</b>	<b>-6,18%</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>					
Avaliados por equivalência patrimonial	26.536.198	14,64%	27.289.705	15,78%	-2,76%
Mantidos a valor justo	1.447.150	0,80%	1.418.659	0,82%	2,01%
	<b>27.983.348</b>	<b>15,44%</b>	<b>28.708.364</b>	<b>16,60%</b>	<b>-2,53%</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>32.370.392</b>	<b>17,86%</b>	<b>27.965.837</b>	<b>16,17%</b>	<b>15,75%</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>649.650</b>	<b>0,36%</b>	<b>749.762</b>	<b>0,43%</b>	<b>-13,35%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>134.364.795</b>	<b>74,15%</b>	<b>135.616.632</b>	<b>78,40%</b>	<b>-0,92%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>181.210.208</b>	<b>100,00%</b>	<b>172.975.359</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,76%</b>

## ATIVO

### ATIVO CIRCULANTE

Apresentou um aumento de 25,39%, R\$ 37.359 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 46.845 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

#### Caixa e Equivalente de Caixa

Redução de 26,37% no caixa e equivalente de caixa, de R\$ 792 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 583 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente da redução de Caixa e Bancos.

#### Ativo Financeiro – Concessões e Itaipu

Redução de 16,76% no ativo financeiro – concessões e Itaipu, de R\$ 7.224 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.014 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente da redução da receita Anual Permitida.

#### Ativos circulantes classificados como mantidos para venda

Aumento de 164,76% em ativos circulantes classificados como mantidos para venda, de R\$ 5.826 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 15.424 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente da inclusão das Amazonas e CEAL nesta rubrica, assim como Sociedades de Propósito Específico – “SPEs” mantidas para venda.

### ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante apresentou redução de 0,92%, passando de R\$ 135.617 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 134.365 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

#### Direito de Ressarcimento

Redução de 10,86% nos direitos de ressarcimento, de R\$6.509 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5.802 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente da classificação de como disponível para venda de 4 distribuidoras.

#### Clientes

Redução de 98,18% do saldo da conta clientes, passando de R\$ 462 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 8 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente da classificação de como disponível para venda da Amazonas Distribuidora e CEAL, assim como venda da CERON, Eletroacre, Boa Vista e CEPISA.

#### Financiamentos e Empréstimos a receber

Aumento de 27,93% do saldo da conta Financiamentos e Empréstimos a Receber, passando de R\$ 7.795 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 9.972 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente da redução do saldo a receber de Itaipu.

**Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras**  
**Balço Patrimonial Consolidado - IFRS e BRGAAP (em milhares de reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV %</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e empréstimos	12.066.912	6,66%	5.886.141	3,40%	105,01%
Debêntures	36.073	0,02%	183.432	0,11%	-80,33%
Empréstimo compulsório	15.659	0,01%	42.260	0,02%	-62,95%
Fornecedores	3.360.550	1,85%	10.443.752	6,04%	-67,82%
Adiantamentos	421.002	0,23%	654.853	0,38%	-35,71%
Tributos a recolher	1.277.051	0,70%	1.173.319	0,68%	8,84%
Imposto de renda e contribuição social	2.953.072	1,63%	1.498.218	0,87%	97,11%
Contratos onerosos	9.436	0,01%	12.048	0,01%	-21,68%
Remuneração aos acionistas	1.555.633	0,86%	18.339	0,01%	8382,65%
Obrigações estimadas	1.366.376	0,75%	1.204.222	0,70%	13,47%
Obrigações de ressarcimento	1.250.619	0,69%	1.392.542	0,81%	-10,19%
Benefício pós-emprego	164.160	0,09%	193.847	0,11%	-15,31%
Provisões para contingências	931.364	0,51%	1.518.387	0,88%	-38,66%
Encargos setoriais	653.017	0,36%	728.180	0,42%	-10,32%
Arrendamento mercantil	152.122	0,08%	145.324	0,08%	4,68%
Instrumentos financeiros derivativos	962	0,00%	2.466	0,00%	-60,99%
Passivos associados a ativos mantidos para venda	10.294.967	5,68%	7.630.670	4,41%	34,92%
Outros	264.996	0,15%	1.458.952	0,84%	-81,84%
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>36.773.971</b>	<b>20,29%</b>	<b>34.186.952</b>	<b>19,76%</b>	<b>7,57%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e empréstimos	42.305.886	23,35%	39.235.650	22,68%	7,83%
Fornecedores	16.555	0,01%	7.795.345	4,51%	-99,79%
Debêntures	432.155	0,24%	287.347	0,17%	50,39%
Adiantamentos	448.881	0,25%	519.391	0,30%	-13,58%
Empréstimo compulsório	477.459	0,26%	458.874	0,27%	4,05%
Obrigações para desmobilização de ativos	2.620.128	1,45%	2.470.400	1,43%	6,06%
Provisões para contingências	23.196.295	12,80%	23.033.963	13,32%	0,70%
Benefício pós-emprego	2.894.949	1,60%	2.001.715	1,16%	44,62%
Contratos onerosos	715.942	0,40%	2.067.179	1,20%	-65,37%
Obrigações de ressarcimento	-	0,00%	1.062.634	0,61%	-100,00%
Arrendamento mercantil	823.993	0,45%	932.496	0,54%	-11,64%
Concessões a pagar - Uso do bem Público	64.144	0,04%	63.082	0,04%	1,68%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	3.873.412	2,14%	3.639.441	2,10%	6,43%
Instrumentos financeiros derivativos	25.459	0,01%	39.594	0,02%	-35,70%
Encargos setoriais	721.536	0,40%	698.423	0,40%	3,31%
Tributos a recolher	248.582	0,14%	326.527	0,19%	-23,87%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.315.386	4,59%	8.901.931	5,15%	-6,59%
Outros	1.496.527	0,83%	2.501.883	1,45%	-40,18%
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>88.677.289</b>	<b>48,94%</b>	<b>96.035.875</b>	<b>55,52%</b>	<b>-7,66%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	31.305.331	17,28%	31.305.331	18,10%	0,00%
Reservas de capital	13.867.170	7,65%	13.867.170	8,02%	0,00%
Reservas de lucros	15.637.829	8,63%	1.321.854	0,76%	1083,02%
Ajustes de avaliação patrimonial	-	0,00%	22.434	0,01%	-100,00%
Lucros acumulados	-	0,00%	-	0,00%	0%
Outros resultados abrangentes acumulados	(5.517.424)	-3,04%	(4.177.412)	-2,42%	32,08%
Participação de acionistas não controladores	466.042	0,26%	413.155	0,24%	12,80%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>55.758.948</b>	<b>30,77%</b>	<b>42.752.532</b>	<b>24,72%</b>	<b>30,42%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>181.210.208</b>	<b>100,00%</b>	<b>172.975.359</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,76%</b>

## PASSIVO

### PASSIVO CIRCULANTE

O saldo do passivo circulante aumentou 7,57%, passando de R\$ 34.187 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 36.774 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

#### Contratos Onerosos

Redução de 21,68% nos contratos onerosos, de R\$ 12 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 9 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente de um conjunto de reversões, sobretudo usina de Angra 3 referente a controlada Eletronuclear.

#### Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda

Aumento de 34,92% dos passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda, passando de R\$7.631 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 10.295 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente da classificação de como disponível para venda da Amazonas Distribuidora e CEAL.

### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo do passivo não circulante apresentou uma redução de 7,66%, passando de R\$ 96.036 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 88.677 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

#### Obrigação para desmobilização de ativos

As obrigações para desmobilização aumentaram em 6,06%, passando de R\$2.470 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.620 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente em função da Variação Cambial.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou um aumento de 30,42%, passando de R\$ 42.753 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 55.759 milhões em 31 de dezembro de 2018, decorrente principalmente do resultado da companhia e consequente aumento de constituições de reserva.

## **10.2 – Resultado operacional e financeiro**

### **a) resultado das operações da Companhia:**

#### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita;**

#### **Descrição das principais linhas contábeis**

##### **Receitas Operacionais**

##### *Operações com Energia Elétrica*

As receitas da Eletrobras derivam da geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. A operação de distribuição foi classificada como operação descontinuada.

- **Geração:** as receitas da atividade de geração derivam da comercialização, suprimento e venda da energia elétrica gerada pela Eletrobras (incluindo a parte da energia elétrica conferida à Eletrobras no âmbito de Itaipu Binacional) para as empresas de distribuição, indústrias e consumidores livres, bem como do repasse da parcela da energia elétrica atribuída ao Paraguai relativa a Itaipu Binacional que não é aproveitada no Paraguai e também da operação e manutenção das usinas cujas concessões foram renovadas conforme Lei 12.783/2013. As receitas provenientes da atividade de geração de energia elétrica são registradas com base na produção remetida às taxas especificadas pelos termos contratuais ou os índices reguladores vigentes. Para concessões de geração renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, houve uma mudança no regime da estruturação da receita, sendo recebidas através de uma receita fixa, denominada "RAGs", sendo que os métodos de exploração e de operação e manutenção devem ser divulgados separadamente, por determinação legal, a partir de 2013. As RAGs são reajustadas anualmente e podem ser revistas a cada 5 (cinco) anos.
- **Transmissão:** as receitas da atividade de transmissão derivam da construção e exploração da infraestrutura de linhas de transmissão pela Eletrobras, bem como da operação e manutenção destas linhas para transmissão de energia elétrica para concessionárias de energia elétrica. As receitas recebidas de outras concessionárias que utilizam a rede básica de transmissão da Eletrobras são reconhecidas no mês em que os serviços são fornecidos às outras concessionárias. O preço cobrado nesta atividade é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A Eletrobras, enquanto transmissora de energia elétrica, não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. Para concessões de transmissão renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, houve uma mudança no regime da estruturação da receita, sendo que os métodos de exploração e de operação e manutenção devem ser divulgados separadamente, por determinação legal, a partir de 2013; e

O segmento de distribuição foi classificado como operação descontinuada. A demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada de acordo com o CPC 31 e IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas. Mais detalhes no item 10.3 - introdução ou alienação de segmento operacional.

### *Outras Receitas Operacionais*

As receitas operacionais provenientes de outras atividades não atribuíveis aos segmentos de geração ou transmissão e que, por isso, são registradas pela Eletrobras em segmento "Administração". Estas incluem principalmente taxas pela administração da RGR, relativos aos contratos de financiamentos ainda geridos pela Eletrobras e que não foram transferidos para CCEE, conforme Lei 13.360/2016, devido as contratações terem ocorrido antes da vigência da lei. A Eletrobras também obtém receitas operacionais junto a companhias de telecomunicações que utilizam certas partes de sua infraestrutura para montar linhas de telecomunicações. As receitas da Eletrobras também podem advir da prestação de serviços de engenharia relacionados a obras de geração e transmissão de terceiros ou à eficiência energética

### *Tributos sobre a receita*

O principal tributo incidente sobre a receita da Eletrobras consiste no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, o qual é cobrado sobre as receitas brutas oriundas das vendas de energia elétrica. A Eletrobras está sujeita a índices diversos de ICMS nos diferentes estados nos quais opera. A Eletrobras não incorre em ICMS sobre receitas em sua atividade de transmissão, incorrendo, contudo em PIS e COFINS, conforme regulamentação aplicável.

Adicionalmente, a Eletrobras está sujeita à incidência de dois tributos federais incidentes sobre a receita bruta: o PIS/PASEP (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

### *Encargos Setoriais*

Correspondem às deduções da receita bruta realizadas por conta dos encargos setoriais, que compreendem pagamentos feitos à Reserva Geral de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao PROINFA e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela ANEEL, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

### **Custos Operacionais**

#### *Energia Elétrica Comprada para Revenda*

A área de geração realiza a aquisição de energia elétrica para revenda. A energia elétrica adquirida na área de geração representa a parte paraguaia da energia elétrica produzida em Itaipu que não é usada no Paraguai e que a Eletrobras revende para empresas de distribuição e consumidores livres, ou energia comprada de outras empresas ou comercializadoras, para suprir necessidade de exposição de energia da Eletrobras ou para cumprir Power Purchase Agreement - PPA, firmados com sociedades de propósito específico, nas quais a Eletrobras tenha participação, para atendimento de exigência de financiador no âmbito de operação estruturadas de "Project Finance".

#### *Uso da Rede Elétrica*

Estes custos representam os encargos incorridos pela Eletrobras na transmissão de energia elétrica por meio das linhas de transmissão pertencentes a terceiros.

### *Combustível para a Produção de Energia Elétrica*

O custo do combustível é um componente significativo das despesas operacionais da Eletrobras.

### **Despesas Operacionais**

#### *Pessoal, Material e Serviços*

Reflete principalmente as despesas da Eletrobras com empregados, equipamentos e infraestrutura necessários às operações administrativas do dia a dia, bem como os custos com terceirização. Os serviços terceirizados refletem, em sua maior parte, as despesas da Eletrobras com serviços de segurança, manutenção, consultores e outros assessores. Em decorrência da natureza diversa destas despesas, a Eletrobras tem que aplicar certos critérios subjetivos ao alocar tais despesas entre as atividades operacionais da Companhia. Este item exclui matérias primas que são utilizadas nas operações de geração de energia elétrica.

#### *Depreciação e Amortização*

Representa a depreciação e amortização do ativo imobilizado da Eletrobras. A Eletrobras registra como ativo imobilizado o custo de construção ou aquisição, conforme for aplicável, de usinas, bens, equipamentos e ativos intangíveis, menos a depreciação acumulada calculada com base no método de linha reta, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada do ativo. Os custos com reparo e manutenção que prolongam a vida útil dos ativos são acrescidos, enquanto que outros custos de rotina são cobrados sobre o resultado de operações. Os juros referentes à dívida obtida de terceiros incorrida durante o período de construção de ativos são capitalizados. A amortização de ativos intangíveis e do Ativo Financeiro, incluídos no escopo do IFRIC 12, é baseada no prazo da concessão.

#### *Provisões Operacionais*

Refletem as provisões que a Eletrobras realiza com relação a (i) processos legais dos quais faz parte; (ii) créditos para contas de liquidação duvidosa; (iii) contratos onerosos e impairment; e (iv) demais provisões.

#### *Outras Despesas Operacionais*

Outras despesas operacionais da Eletrobras compreendem alguns custos diversos que são incorridos como parte das operações do cotidiano da Companhia. Os componentes mais significativos são: (i) custos com arrendamento, tais como as unidades geradoras para o sistema isolado; (ii) custos com telecomunicações, principalmente os custos incorridos com telefone e serviços de internet; (iii) custos com seguro, incluindo as apólices de seguro das instalações e bens da Eletrobras; e (iv) custos com o descarte de ativos, principalmente transformadores.

### **Resultado da equivalência patrimonial**

Resultados decorrentes da aplicação da equivalência patrimonial relativa à participação da Eletrobras em outras sociedades.

### **Resultado Financeiro**

#### *Receitas Financeiras*

Refletem as receitas provenientes da remuneração que a Eletrobras recebe a partir de aplicações em instrumentos financeiros, bem como dos juros, comissões e taxas obtidos em decorrência dos empréstimos que concede de acordo com as disposições da lei brasileira, que permite à Eletrobras

atuar como financiadora de certas empresas prestadoras de serviço público controladas pela Eletrobras. Refletem ainda as receitas provenientes do acréscimo moratório sobre a energia elétrica pagos à Eletrobras, bem como o impacto de atualizações monetárias e outras receitas de natureza financeira da Eletrobras.

#### *Despesas Financeiras*

Reflete principalmente pagamentos dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Eletrobras, bem como os encargos incorridos com dívidas contraídas e arrendamentos mercantis. Reflete ainda as despesas com as variações cambiais incidentes sobre os ativos e passivos da Eletrobras atrelados à moeda estrangeira, principalmente no que se refere à Itaipu, porquanto os demonstrativos financeiros da Itaipu Binacional são mantidos em Dólares americanos, e isto representa a maior exposição da Eletrobras a risco de variação de moeda estrangeira.

#### *Receitas (despesas) monetárias e cambiais*

As receitas (despesas) monetárias e cambiais referem-se principalmente a Itaipu, tendo em vista que as demonstrações financeiras de Itaipu Binacional são preparadas em dólares americanos, e representa a maior exposição da Eletrobras a riscos de moedas estrangeiras. Uma desvalorização do real em relação ao dólar americano aumenta nossas receitas, à medida que aumenta o montante da contribuição de Itaipu, embora o efeito dessa contribuição seja compensado. Uma valorização do real corresponde a uma redução das receitas da Companhia ao implicar redução do valor de contribuição de Itaipu, embora tal efeito seja igualmente compensado por meio da depreciação do custo de construção de Itaipu.

#### *Lucro líquido das operações continuadas*

Lucro líquido resultante das operações de transmissão e geração, divulgado separadamente do resultado do segmento de Distribuição.

### **OPERAÇÕES DESCONTINUADAS**

#### *Distribuição*

#### *Lucro/Prejuízo líquido de impostos da operação descontinuada*

Lucro/Prejuízo líquido resultante da operação de Distribuição, classificada como operação descontinuada. Mais detalhes no item 10.3 deste documento.

### **LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

#### *Geração, transmissão e distribuição*

*Lucro (Prejuízo) líquido do exercício, resultante do somatório do resultado das operações Continuadas e Descontinuadas.*

#### **ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as receitas de operações continuadas da Eletrobras aumentaram 9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em razão principalmente do aumento da receita bruta do segmento de geração de 16,1%.

No exercício social encerrado, em 31 de dezembro de 2018, as receitas brutas de operações continuadas da Eletrobras reduziram 10% em relação ao exercício social encerrado em 31 de



dezembro de 2017, em razão principalmente de diminuição nas receitas de transmissão.

A tabela abaixo demonstra a receita bruta da companhia por segmento operacional (Continuada e Descontinuada) nos períodos indicados:

**Receita Bruta por Segmento (Operações Continuadas)**

*(em milhões de reais)*

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Geração	23.374	20.139	22.370
Transmissão	9.544	9.868	10.300
Outras	769	869	1.041
	<u>33.687</u>	<u>30.876</u>	<u>33.711</u>

**Receita Bruta por Segmento (Operações Descontinuadas)**

*(em milhões de reais)*

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Distribuição*	2.116	14.815	12.416
Outras	40	1.009	1.026
	<u>2.157</u>	<u>15.823</u>	<u>13.442</u>

\* Operação de Distribuição foi classificada como Operação Descontinuada.  
Mais detalhes no item 10.3 deste documento.

Nos três últimos exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Eletrobras foram influenciados, dentre outros motivos, por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, variações nas taxas de câmbio, impairments e contratos onerosos, entrada em operação de projetos de geração, receitas fixas de transmissão, o registro contábil das receitas financeiras relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, com impacto na receita de transmissão, além de provisões operacionais e contingências judiciais, os quais estão melhor detalhados abaixo. A transferência do controle das Distribuidoras Ceron, Cepisa, Eletroacre, Amazona D, Ceal e Boa Vista, em 2018 e 2019, assim como venda e transferência de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPEs), também tiveram grande impacto na situação financeira e resultados da Companhia. Ênfase, ainda, nas aplicações do IFRS 9, 15 e 16 detalhados no item 10.4 deste documento.

**Condições Macroeconômicas e Setoriais Brasileiras**

O PIB do Brasil de 2019 apresentou fraco desempenho, com uma lenta recuperação da economia, parcialmente afetado pelo fraco consumo das famílias. No acumulado do ano, houve crescimento de 1,1%, quando comparado com 2018.

A inflação, medida pela variação do IPCA, alcançou 4,31% a.a. em 2019 (contra 3,75% a.a. em 2018), acima do piso (4,25% a.a.) estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação. Segundo o IBGE, o IPCA foi pressionado em 2019, sobretudo pelo aumento dos preços das carnes, combustíveis, seguidos dos planos de saúde que tiveram alta de 8,25% a.a..

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 482.084 GWh até dezembro de 2019, com um aumento de 2,08% a.a. em comparação com 2018,

seguindo a alta do PIB. O clima e ciclo de faturamento fizeram o consumo da classe residencial crescer 1,2% a.a. A classe comercial apresentou alta de 3,77% a.a., com crescimento em todas as regiões e o consumo industrial decresceu 1,3% a.a.

Quanto às regiões geográficas, todas registraram alta em 2019, sendo a mais expressiva a região Nordeste com percentual de 2,98% a.a. de crescimento em consumo.

## Consumo de Energia

(Em GWh)			
CLASSE	2019	2018	%
BRASIL	482.084	472.242	2,1%
RESIDENCIAL	141.929	136.022	4,3%
INDUSTRIAL	167.405	169.549	-1,3%
COMERCIAL	92.172	88.815	3,8%
OUTROS	80.577	77.856	3,5%

## Provisão de Contingências Judiciais de Empréstimo Compulsório

O empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse empréstimo compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

As obrigações ao portador, emitidas em decorrência do empréstimo compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em bolsa de valores, não têm cotação e são inexigíveis.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas obrigações ao portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as obrigações ao portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do STJ, de onde consta que essas obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures. Por esta razão, não estão provisionadas.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o empréstimo compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

A maior parte desses créditos dos contribuintes de empréstimo compulsório já foi convertida em ações preferenciais, conforme autorizado pela legislação, através de quatro assembleias gerais de acionistas da Eletrobras, realizadas em 20 de abril de 1988, 26 de abril de 1990, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2008, respectivamente. Entretanto, existe um saldo remanescente de empréstimo compulsório ainda não convertido.

Os saldos do empréstimo compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, relativos aos créditos constituídos de 1988 a 1994, estão registrados no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

	31/12/2019	31/12/2018
Principal	6.128.374	6.372.806
Juros remuneratórios	1.714.617	1.741.409
Juros moratórios	9.718.620	9.827.697
	<u>17.561.611</u>	<u>17.941.912</u>

Desta forma, o passivo relativo ao empréstimo compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse empréstimo compulsório, bem como aos juros anuais ainda não pagos relativos a esses créditos.

O passivo contingente relacionado ao tema do empréstimo compulsório está demonstrado na nota de provisões e passivos contingentes (Nota 30).

#### RBSE

Com a adoção inicial do IFRS 09, o componente RBSE foi mensurado a valor justo por meio do resultado, ao longo dos exercícios de 2018 e 2019 a Administração identificou que a mensuração utilizando marcação a mercado por NTN-B resultou em grande volatilidade no resultado devido às oscilações da taxa NTN-B, descolando da realidade econômica e financeira deste ativo e modelo de negócio no qual prevê a manutenção de recebimento dos fluxos de caixa deste ativo. Abaixo seguem os índices da NTN-B consideradas nos fechamentos trimestrais e os respectivos resultados trimestrais apurados.

Data-base	NTN-Bs	Valos Justo
01/01/2018 a 31/03/2018	4,56%	1.532.663
01/04/2018 a 30/06/2018	5,72%	(2.897.829)
01/07/2018 a 30/09/2018	5,88%	(699.405)
01/10/2018 a 31/12/2018	4,60%	1.143.358
01/01/2019 a 31/03/2019	4,10%	1.101.175
01/04/2019 a 30/06/2019	3,09%	716.218
01/07/2019 a 30/09/2019	2,60%	(191.227)

Na mensuração inicial o uso da NTN-B se justificou por ser uma taxa observável em contratos de empréstimo com a União, considerada como contraparte e por haver ausência do risco de demanda dos ativos financeiros da transmissão, e o ente governamental como garantidor final desses ativos. Apesar de haver a mitigação do risco de demanda desses ativos, o pagamento se faz substancialmente via usuários da Rede Básica de energia, Geradoras, Distribuidoras, Consumidores Livres e Potencialmente Livres, e Comercializadoras que importam e exportam energia elétrica.

Entretanto, ao observar o descolamento da taxa NTN-B e do valor mensurado deste ativo foi identificada a necessidade de adequação na mensuração do valor justo que substancialmente se reflete pela taxa de desconto considerada. Desta forma, a Companhia passou a considerar uma taxa de desconto próxima a regulatória para a mensuração deste ativo.

A alteração apresentada visa refletir de melhor maneira a essência econômica deste ativo financeiro que não apresenta oscilações constantes em seu valor e tampouco possui mercado ativo. Logo, de forma a afastar a oscilação no qual a NTN-B representa na mensuração por um risco não associado ao ativo financeiro avaliado e considerando que o fluxo financeiro é de origem substancialmente dos grandes usuários da rede, o componente de remuneração regulatório se apresenta mais adequado para a mensuração a valor justo.

Adicionalmente, em novembro de 2019, a decisão liminar acima relatada que excluía a parcela da remuneração foi cassada. Logo, a Companhia entende que os valores a serem pagos a título de RBSE deverão ser recalculados, a fim de incluir a parcela prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME 120/2016 e considerando esse cenário a Companhia estima que a parcela referente ao Ke será incluída no próximo ciclo tarifário com recebimento pelo prazo remanescente de 05 anos.

Com a cassação da tutela antecipada, a Companhia entende que os valores a serem pagos a título de RBSE deverão ser recalculados, a fim de incluir a parcela prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME 120/2016.

Diante deste cenário a Eletrobras revisou o tema e alterou suas estimativas considerando o cenário jurídico e regulatório atual, as seguintes estimativas foram ajustadas:

- Atualização da parcela remuneração “Ke” pelo WACC regulatório da transmissão e IPCA até a data de mensuração;
- Alteração da taxa de desconto para refletir a remuneração regulatória; e
- Prazo do “Ke” – início do recebimento/amortização – ciclo tarifário 21/22 – início do recebimento em junho de 2021 pelo prazo da Portaria 120, até junho de 2025.

Tais alterações foram efetuadas visando aproximar o cenário jurídico atual da RBSE e adequar seus fluxos de caixa, aproximando da expectativa de realização.

- Efeitos da alteração de estimativa

Efeito no Resultado e patrimonial:

Resultado	31/12/2019 - NTN-B	31/12/2019 - WACC	Impactos
Furnas	2.891.211	2.464.370	(426.841)
Chesf	1.440.382	1.276.310	(164.072)
Eletronorte	783.795	491.091	(292.704)
Eletrosul	371.806	208.982	(162.824)
	<u>5.487.194</u>	<u>4.440.753</u>	<u>(1.046.441)</u>

Valor do ativo	31/12/2019 - NTN-B	31/12/2019 - WACC	Impactos
Furnas	17.936.143	17.509.302	(426.841)
Chesf	9.899.842	9.735.770	(164.072)
Eletronorte	5.455.307	5.162.603	(292.704)
Eletrosul	2.043.220	1.880.396	(162.824)
	<u>35.334.512</u>	<u>34.288.071</u>	<u>(1.046.441)</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação dos ativos referentes à RBSE é demonstrada a seguir:

- Patrimonial:

	Furnas	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.679.665	10.868.543	5.544.767	2.145.040	38.238.015
Ajuste adoção inicial IFRS 09	370.152	257.689	454.788	55.916	1.138.545
Atualizações - Receita Financeira	2.492.439	1.013.071	739.940	216.810	4.462.260
Ajuste Fair Value	(815.930)	5.951	(124.654)	13.420	(921.213)
(Recebimento)	(3.401.741)	(1.856.228)	(964.537)	(417.552)	(6.640.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>18.324.585</u>	<u>10.289.026</u>	<u>5.650.304</u>	<u>2.013.634</u>	<u>36.277.549</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.324.585	10.289.026	5.650.304	2.013.634	36.277.549
Atualizações - Receita Financeira	2.241.887	791.278	830.424	209.404	4.072.993
Ajuste Fair Value	222.483	485.032	(339.333)	(422)	367.760
(Recebimento)	(3.279.653)	(1.829.566)	(978.792)	(342.220)	(6.430.231)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>17.509.302</u>	<u>9.735.770</u>	<u>5.162.603</u>	<u>1.880.396</u>	<u>34.288.071</u>
Ativo Circulante	3.641.821	1.725.579	1.051.757	201.325	6.620.482
Ativo Não Circulante	13.867.481	8.010.191	4.110.846	1.679.071	27.667.589

- Fluxo de caixa nominal:

O fluxo de caixa estimado considerando as premissas da Companhia segue abaixo demonstrado:

Anos	Fluxo de caixa
2020	6.354.434
2021	7.614.166
2022	8.873.899
2023	7.799.544
2024	6.725.190
2025	3.362.595
	40.729.828

b) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA	
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a Receber	3.074.190	3.355.804
Direito de Ressarcimento	2.248.043	2.003.493
Fornecedores de Energia - Itaipu	(3.028.920)	(2.985.619)
Obrigações de ressarcimento	(2.996.427)	(3.173.079)
Total Ativo / Passivo circulante	(703.114)	(799.401)
Contas a Receber	922.703	1.216.926
Direito de Ressarcimento	3.479.337	4.553.380
Obrigações de ressarcimento	(2.496.433)	(3.167.188)
Total Ativo / Passivo não circulante	1.905.607	2.603.118
Total	1.202.493	1.803.717

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

Fator de ajuste

	31/12/2019		31/12/2018	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo Regulatório - Ativo circulante	2.248.044	557.730	2.003.494	517.057
Ativo Regulatório - Ativo não circulante	3.479.337	863.209	4.553.380	1.175.126
<b>Total do ativo</b>	<b>5.727.380</b>	<b>1.420.939</b>	<b>6.556.873</b>	<b>1.692.184</b>
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo circulante	(1.410.466)	(349.931)	(1.232.250)	(318.016)
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo não circulante	(2.496.433)	(619.355)	(3.167.188)	(817.381)
<b>Total do passivo</b>	<b>(3.906.899)</b>	<b>(969.286)</b>	<b>(4.399.438)</b>	<b>(1.135.398)</b>
<b>Ativo Financeiro Líquido</b>	<b>1.820.481</b>	<b>451.654</b>	<b>2.157.435</b>	<b>556.786</b>

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999. Desta forma a Companhia possui um ativo financeiro líquido de Itaipu deste componente no montante de R\$ 1.820.481, equivalentes a US\$ 451.654 mil (R\$ 2.157.436 em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a US\$ 556.786 mil).

#### Distribuidoras

Em 08 de novembro de 2017 o CPPI da Presidência da República aprovou a Resolução nº 20 contendo as condições mínimas e preços para alienação pela Eletrobras das ações representativas da sua participação acionária no capital social das então controladas Ceal, Cepisa, Eletroacre, Amazonas Distribuidora, Boa Vista e Ceron.

Durante o terceiro e quarto trimestres de 2018, a Companhia concluiu a operação de alienação do controle acionário das distribuidoras Cepisa, Eletroacre, Boa Vista e Ceron. Em 18 de março de 2019, a Eletrobras transferiu para a Equatorial Energia S.A. as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Ceal e em 10 de abril de 2019 transferiu para o Consórcio formado pelas empresas Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. e ATEM'S Distribuidora de Petróleo S.A. as ações ordinárias da Amazonas Distribuidora.

Em decorrência da conclusão do processo de alienação das distribuidoras de energia, a Eletrobras reconheceu os créditos da CCC que estavam registrados no ativo das distribuidoras conforme as condições estabelecidas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimento - CPPI.

Diante da transferência do controle acionário de todas as distribuidoras, desde 10 de abril de 2019, a Companhia deixou completamente o segmento de distribuição. Como consequência reverteu as provisões que possui registradas referente a este segmento, com impactos nos anos de 2018 (Eletroacre, Ceron, Cepisa e Boa Vista Energia) e 2019 (Ceal e Amazonas Energia)

#### Contratos Onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2018	Constituições	Reversões	Baixas	Saldo em 31/12/2019
<b>Geração</b>					
Jirau	30.701	8.449	-	-	39.150
Funil (a)	248.520	-	(25.639)	-	222.881
Coaracy Nunes	101.738	3.542	(5.523)	-	99.757
UTE Santa Cruz (b)	159.832	-	(159.832)	-	-
	540.791	11.991	(190.994)	-	361.788
<b>Transmissão</b>					
LT Recife II - Suape II (c)	50.197	-	-	(50.197)	-
LT Camaçari IV - Sapeaçu (c)	124.104	-	-	(124.104)	-
LT Funil-Itapebi (c)	6.227	-	-	(6.227)	-
LT Eunápolis - T. Freitas (a)	4.059	-	-	-	4.059
	184.587	-	-	(180.528)	4.059
	725.378	11.991	(190.994)	(180.528)	365.847
Total do Passivo Circulante	9.436	-	(5.523)	-	3.913
Total do Passivo Não Circulante	715.942	11.991	(185.471)	(180.528)	361.934
<b>TOTAL</b>	<b>725.378</b>	<b>11.991</b>	<b>(190.994)</b>	<b>(180.528)</b>	<b>365.847</b>

CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2017	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2018
<b>Geração</b>				
Jirau	-	30.701	-	30.701
Funil	126.861	293.505	(171.846)	248.520
Coaracy Nunes	232.052	-	(130.314)	101.738
Angra 3	1.388.843	-	(1.388.843)	-
UTE Santa Cruz	32.258	318.565	(190.991)	159.832
Outros	114.626	45.556	(160.182)	-
	1.894.640	657.626	(2.011.475)	540.791
<b>Transmissão</b>				
LT Recife II - Suape II	50.197	-	-	50.197
LT Camaçari IV - Sapeaçu	124.104	-	-	124.104
Outros	10.286	-	-	10.286
	184.587	-	-	184.587
	2.079.227	657.626	(2.011.475)	725.378
Total do Passivo Circulante	12.048	-	(2.612)	9.436
Total do Passivo Não Circulante	2.067.179	657.626	(2.008.863)	715.942
<b>TOTAL</b>	<b>2.079.227</b>	<b>657.626</b>	<b>(2.011.475)</b>	<b>725.378</b>

Do montante da provisão para contratos onerosos mantida em 31 de dezembro de 2019, R\$ 226.940 (R\$ 592.939 em 31 de dezembro de 2018) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes do programa de redução de custos e/ou revisão tarifária.

Em 2019, Furnas realizou uma reversão no montante de R\$ 159.832, pelo reconhecimento da realização da onerosidade do exercício da concessão do Contrato nº 004/2004 - UTE Santa Cruz, baseado nos testes de onerosidade realizados pela Controlada.

A controlada Chesf reconheceu no exercício uma baixa no montante de R\$ 180.528 em decorrência



da caducidade declarada pelo Poder concedente.

### **Generation Scaling Factor – GSF**

Nos anos de 2014 e 2015, o país enfrentou condições hidrológicas adversas, fato que desencadeou uma série de consequências para o setor elétrico. Especificamente para as geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, a baixa geração de energia das usinas hidráulicas em patamares abaixo da Garantia Física do MRE ocasionou a redução do fator de ajuste do MRE ou Generation Scaling Factor – GSF.

Essa redução interferiu diretamente na entrega de energia para cumprimento dos contratos de fornecimento, pois devido à insuficiência de energia, as geradoras ficam expostas ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no Mercado de Curto Prazo, onde a energia de reposição representa valores muito acima daqueles praticados em seus contratos de longo prazo, para conseguirem honrar com seus contratos, incorrendo efeitos econômico-financeiros negativos, devido ao custo elevado.

A Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, dentre outras questões estabelece as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica aos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. De acordo com o disposto no art. 1º da norma, o risco hidrológico pode ser repactuado, desde que haja anuência da ANEEL, e com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia elétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. As Companhias Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Amazonas GT aderiram à repactuação.

Em destaque no ano, podemos citar o Projeto de Lei nº 3975, de 2019, que se encontra atualmente em processo de aprovação no Senado Federal:

“Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei”

### **CELG-D**

Em 14 de fevereiro de 2017, foi assinado, o contrato de compra e venda de Ações da CELG D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações – CELGPAR e ENEL BRASIL S/A, alienando a totalidade das ações da CELG D pertencentes a Eletrobras para a ENEL BRASIL S/A.

A Eletrobras recebeu o valor de R\$ 1.065.266 mil referente à alienação da CELG D e reconheceu um ganho no resultado do período findo em 31 de março de 2017 relativo a venda da controlada no montante de R\$ 1.524.687 mil.

### **Mercado de Energia Elétrica**

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 482.084 GWh até dezembro de 2019, com um aumento de 2,08% a.a. em comparação com 2018, seguindo a alta do PIB. O clima e ciclo de faturamento fizeram o consumo da classe residencial crescer

1,2% a.a. A classe comercial apresentou alta de 3,77% a.a., com crescimento em todas as regiões e o consumo industrial decresceu 1,3% a.a.

## **Itaipu**

Itaipu, uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, é detida conjuntamente pelo Brasil e Paraguai e foi criada de acordo com um tratado entre esses países, que também regula os termos de sua operação.

De acordo com o tratado de criação de Itaipu, a Eletrobras é obrigada a comercializar não apenas os 50% da energia produzida pertencente ao Brasil, mas, também, parte da energia destinada ao Paraguai que não é utilizada. Em razão deste tratado, a Eletrobras comercializa cerca de 95% da eletricidade produzida por Itaipu. Os artigos 7º e 8º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, estabelecem os padrões usados pelas companhias distribuidoras para calcular o montante de energia adquirido de Itaipu.

Apesar de Itaipu produzir um grande montante de energia elétrica, o tratado de Itaipu exige que as vendas da energia produzida por Itaipu sejam feitas sem fins lucrativos, ou seja, sem efeitos líquidos sobre os resultados da Eletrobras.

Para cumprir tal exigência, os lucros provenientes da venda de energia de Itaipu são creditados em períodos subsequentes nas contas de energia dos consumidores residenciais e rurais através do Sistema Interligado Nacional (reduzindo, assim, as receitas da Eletrobras provenientes das vendas de energia) e as perdas são levadas em consideração pela ANEEL no cálculo das tarifas de energia elétrica nos períodos subsequentes.

Assim, a comercialização da energia elétrica de Itaipu não deve gerar impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Eletrobras. A Eletrobras não consolida os resultados de Itaipu.

Entretanto, a Eletrobras faz também jus ao recebimento decorrente de contratos de financiamento celebrado com Itaipu Binacional. Esses recebíveis são importante fonte de caixa para a Eletrobras e será amortizado até 2023.

Conforme Lei Federal nº 11.480/2007, a partir de 2007, foi retirado o fator de ajuste, calculado com base nos índices de preços ao consumidor (consumer price index - CPI e Industrial Goods), dos contratos de financiamento celebrados entre Eletrobras e Itaipu Binacional e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos, uma vez que o Decreto nº 6.265/2007 foi promulgado, determinando que um fator equivalente ao anterior fator de reajuste seja repassado às distribuidoras de energia anualmente. Como decorrência, o Decreto nº 6.265/2007 criou um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, incluído anualmente, a partir de 2008, na tarifa de repasse, praticada pela Companhia, preservando o fluxo de recursos de recebíveis originalmente estabelecido nos contratos de financiamentos, o que denominamos de "Ativo Financeiro de Itaipu".

Os valores referentes ao fator anual de reajuste são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia e serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentado no Ativo, totaliza R\$ 5.727.380 em 31 de dezembro de 2019, equivalentes a US\$ 1.420.939 mil (R\$ 6.556.873 em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a US\$ 1.692.184 mil). O montante de R\$ 3.906.899, equivalentes a US\$969.286 mil (R\$ 4.399.437 em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a US\$ 1.135.397 mil), registrado no passivo da Companhia será repassado ao

Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999. Desta forma a Companhia possui um ativo financeiro líquido de Itaipu deste componente no montante de R\$ 1.820.481, equivalentes a US\$ 451.654 mil (R\$ 2.157.436 em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a US\$ 556.786 mil).

#### **Variações na Taxa de Câmbio**

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis (Neutra no caso da controladora, e passiva no caso do consolidado), bem como em seu fluxo de caixa. A administração da Empresa possui Política de Hedge Financeiro e um Programa de Operações com Instrumentos Derivativos.

Neste contexto, a Política de Hedge Financeiro da Eletrobras tem por objetivo perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Empresa e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis nas demonstrações contábeis. Com isso, a referida política visa que os resultados da Eletrobras reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o hedge em eventuais descasamentos apresentados pela Eletrobras, a política aprovada elenca uma escala de prioridades, que privilegia soluções estruturais, contemplando o balanceamento natural das posições expostas. Posteriormente, também poderão ser analisadas operações com outros tipos de instrumentos financeiros e, finalmente, as operações com derivativos financeiros, as quais apenas serão realizadas de forma complementar e com o intuito exclusivo de proteger aqueles ativos e passivos indexados da Eletrobras e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Neste contexto, estratégias de hedge cambial foram implementadas ao longo dos anos priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro da Instituição. Dentro dessa estratégia, tem-se levado em conta na estruturação das novas captações, não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o hedge de balanço patrimonial da Eletrobras como o de seu fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, aproximadamente 21% da dívida total consolidada da Eletrobras, de R\$ 41,9 bilhões, eram estipulados em moedas estrangeiras.

Assim, a exposição da Eletrobras ao risco cambial do dólar era praticamente neutra em 31 de dezembro de 2019. Na mesma data base, o Consolidado possui uma exposição passiva de cerca de 306 milhões de dólares

Para uma análise de sensibilidade do impacto das taxas de juros sobre o endividamento total da Companhia, vide notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

#### **Receitas Fixas de Transmissão**

Diferentemente das receitas das atividades de distribuição e geração (cujas concessões não foram renovadas à luz da Lei 12.783/2013), as receitas da atividade de transmissão são fixadas pelo Governo Federal. Isto se aplica a todas as empresas de energia elétrica com operações de transmissão no Brasil. Consequentemente, as receitas da atividade de transmissão não aumentam nem diminuem com base no montante de energia elétrica transmitida. O Governo Federal estabelece uma taxa de receita fixa de transmissão a cada ano que os consumidores finais devem pagar e isto é repassado à Eletrobras e registrado como receita da atividade de transmissão. A receita está sujeita a disponibilidade da linha.

## Impairment

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos) específica para os segmentos testados: 4,40% para geração não renovada (exceto Angra 3 vide abaixo), 4,36% para geração renovada, (5,92% para geração não prorrogadas, 5,86% para geração prorrogadas - exceto Angra 3 - e 5,86% para transmissão em 2018), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos;
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Abaixo, destacamos os principais impactos decorrentes da avaliação do valor recuperável pela Companhia em dezembro de 2019.

### UTN Angra 3

O saldo de Impairment referente ao empreendimento Angra 3 registrado na data base de 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.508.764. O novo resultado apresentado no presente teste de recuperabilidade do ativo altera o anterior, com base em dezembro de 2018, com seus principais efeitos, a seguir resumidos: (i) adiamento de 11 (onze) meses na entrada em operação (30 de novembro de 2026 – 2019 / ante 01 de janeiro de 2026 – 2018); (ii) atualização do orçamento de CAPEX do projeto; (iii) alterações na distribuição plurianual do Capex do empreendimento Angra 3, com base no “Plano de Aceleração da Linha Crítica”; (iv) alteração na taxa de desconto.

### UTE Santa Cruz, UHE Batalha e UHE Simplício

Após aplicação do teste de impairment, utilizando-se das metodologias e premissas acima elencadas, Furnas identificou uma diminuição nas perdas estimadas nas Unidades Geradoras de Caixa da UTE Santa Cruz e UHE Batalha e a reversão da perda estimada da UHE Simplício devido a redução do custo com PMSO de Furnas e em especial ao impacto do Plano de Demissão Consensual mais o impacto da redução da taxa de desconto.

### UHE Samuel

Entre os ativos avaliados, destaca-se a reversão de impairment da UHE Samuel, cujos principais fatores são: (i) preços de venda de energia que foram definidos pela Eletrobras; (ii) liquidação da

sobra da energia além do que está contratado; e (iii) redução da taxa de desconto (custo de capital) definida pela Eletrobras.

A movimentação das provisões é como segue:

#### Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2018	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2019
UTN Angra 3	4.046.642	462.122	-	-	4.508.764
UTE Santa Cruz	731.988	-	(113.419)	-	618.569
UHE Batalha	377.005	-	(325)	-	376.680
Casa Nova I	345.893	-	-	-	345.893
Candiota Fase B	366.298	-	(45.892)	-	320.406
UTE Camaçari	247.263	-	(23.231)	-	224.032
Candiota Fase C	68.706	115.923	-	-	184.629
Livramento	326.698	6.508	(215.340)	-	117.866
UHE Samuel	306.866	-	(219.263)	-	87.603
UHE Símplicio	198.940	-	(198.940)	-	-
Outros	138.753	22.528	(87.802)	(4.384)	69.095
Total	7.155.052	607.081	(904.212)	(4.384)	6.853.538

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2017	Adições	Reversões	Ativos mantidos para venda	31/12/2018
UTN Angra 3	9.900.353	652.576	(6.506.287)	-	4.046.642
UHE Samuel	308.846	-	(1.980)	-	306.866
UHE Batalha	385.269	-	(8.264)	-	377.005
Candiota Fase B	366.298	-	-	-	366.298
Candiota Fase C	362.631	-	(293.925)	-	68.706
Casa Nova I	387.396	-	(41.503)	-	345.893
UTE Santa Cruz	693.560	38.428	-	-	731.988
UHE Símplicio	279.515	-	(80.575)	-	198.940
UTE Camaçari	247.263	-	-	-	247.263
Eólica Chuí IX	27.159	-	-	(27.159)	-
Eólica Hermenegildo III	76.623	-	-	(76.623)	-
Eólica Hermenegildo II	97.580	-	-	(97.580)	-
Eólica Hermenegildo I	92.749	-	-	(92.749)	-
Livramento	129.869	215.340	(18.511)	-	326.698
Outros	468.834	13.695	(343.776)	-	138.753
Total	13.823.945	920.039	(7.294.821)	(294.111)	7.155.052

Seguem abaixo as posições de impairment no exercício:

	31/12/2019		
	Geração	Administração	Total
Imobilizado	6.847.099	-	6.847.099
Intangível	6.439	316.288	322.727
Total	6.853.538	316.288	7.169.826

31/12/2018			
	Geração	Administração	Total
Imobilizado	6.920.858	-	6.920.858
Intangível	234.194	48.444	282.638
Total	7.155.052	48.444	7.203.496

- Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que não apresentam provisão para impairment

As UGCs que não tiveram impairment tem um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. A tabela a seguir apresenta a porcentagem em que o Valor Recuperável (VR) excede o Valor Contábil (VC) dos ativos fixos. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10% demonstrada abaixo, para avaliação do risco de impairment para cada UGC. Nenhuma UGC apresentou risco de impairment.

UGC	Taxa de desconto	Provisão para Impairment em 2019	VR/VC-1	VR/VC-1 (5% var)	VR/VC-1 (10% var)	Risco de Impairment
UHE Balbina	4,40%	-	151,9%	150,3%	148,7%	-
UTE Aparecida Complexo	4,40%	-	186,7%	183,7%	180,7%	-
UTE Maua 3	4,40%	-	276,8%	272,7%	268,6%	-
Geração Boa Esperança	4,36%	-	712,7%	693,6%	675,0%	-
Geração Complexo PA + Moxotó	4,36%	-	3877,5%	3791,3%	3707,7%	-
Geração Curemas	4,40%	-	40,5%	39,4%	38,3%	-
Geração Funil	4,36%	-	3009,9%	2906,9%	2807,2%	-
Geração Pedra	4,36%	-	277,5%	264,9%	252,6%	-
Geração Sobradinho	4,36%	-	1189,1%	1166,9%	1145,3%	-
Geração Xingó	4,36%	-	10503,7%	10285,9%	9974,8%	-
UHE Itaparica	4,36%	-	2348,7%	2296,0%	2244,9%	-
UHE Curuá-Una	4,40%	-	110,0%	103,2%	96,6%	-
UHE Tucuruí	4,40%	-	227,9%	225,6%	220,7%	-
EOL Cerro Chato I	4,40%	-	42,6%	39,9%	37,4%	-
EOL Cerro Chato II	4,40%	-	49,5%	46,7%	44,0%	-
EOL Cerro Chato III	4,40%	-	47,8%	45,0%	42,3%	-
UHE Gov. Jayme C. Júnior	4,40%	-	56,6%	53,7%	50,8%	-
UHE S. Domingos	4,40%	-	20,2%	18,3%	16,4%	-
UHE Passo S. João	4,40%	-	6,9%	5,0%	3,2%	-
EOL Coxilha Seca	4,40%	-	16,1%	13,8%	11,5%	-
EOL Capão do Inglês	4,40%	-	16,6%	14,1%	11,8%	-
UHE de Itumbiara	4,40%	-	285,6%	285,0%	284,5%	-
UHE de Mascar Moraes	4,40%	-	676,4%	669,7%	663,1%	-
UHE de Serra da Mesa	4,40%	-	189,1%	180,6%	172,3%	-
UHE de Manso	4,40%	-	150,3%	144,9%	139,7%	-
UHE Simplício	4,40%	-	14,7%	12,5%	10,3%	-

## Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

**Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras**  
**Demonstrações de Resultado Consolidado - IFRS e BRGAAP (em milhares de reais)**

	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	AH %
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
<b>Geração</b>					
Suprimento	15.870.784	57,24%	13.268.869	51,48%	19,61%
Fornecimento	2.282.200	8,23%	2.319.857	9,00%	-1,62%
CCEE	1.353.218	4,88%	1.296.526	5,03%	4,37%
Receita de operação e manutenção	3.549.019	12,80%	2.708.451	10,51%	31,04%
Receita de construção de Usinas	49.353	0,18%	34.295	0,13%	43,91%
Atualizações da taxa de retorno - Geração	-	0,00%	-	0,00%	0%
Repasse Itaipu	269.432	0,97%	511.079	1,98%	-47,28%
<b>Transmissão</b>					
Receita de operação e manutenção - Linhas Renovadas	3.366.811	12,14%	3.325.343	12,90%	1,25%
Receita de operação e manutenção	789.538	2,85%	758.605	2,94%	4,08%
Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	4.072.993	14,69%	4.462.260	17,31%	-8,72%
Receita de construção	521.348	1,88%	678.416	2,63%	-23,15%
Receita contratual - Transmissão	793.239	2,86%	643.208	2,50%	23,33%
<b>Distribuição</b>					
Fornecimento	-	0,00%	-	0,00%	0%
CCEE	-	0,00%	-	0,00%	0%
Receita de construção	-	0,00%	-	0,00%	0%
CVA e outros componentes financeiros	-	0,00%	-	0,00%	0%
Outras receitas	768.764		869.183		
<b>Deduções</b>					
(-) Encargos setoriais	(1.771.906)	-6,39%	(1.583.049)	-6,14%	11,93%
(-) ICMS	(926.475)	-3,34%	(431.850)	-1,68%	114,54%
(-) PASEP e COFINS	(3.253.511)	-11,73%	(3.079.004)	-11,95%	5,67%
(-) Outras Deduções	(9.280)	-0,03%	(9.884)	-0,04%	-6,11%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>27.725.527</b>	<b>100,00%</b>	<b>25.772.305</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,58%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Pessoal, Material e Serviços	(8.278.287)	-29,86%	(7.804.361)	-30,28%	6,07%
Energia comprada para revenda	(2.162.318)	-7,80%	(1.559.533)	-6,05%	38,65%
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.593.223)	-5,75%	(1.482.125)	-5,75%	7,50%
Construção - Distribuição	-	0,00%	-	0,00%	0%
Construção - Transmissão	(865.764)	-3,12%	(1.276.162)	-4,95%	-32,16%
Construção - Geração	(49.353)	-0,18%	(34.295)	-0,13%	43,91%
Combustível para produção de energia elétrica	(2.107.161)	-7,60%	(1.184.948)	-4,60%	77,83%
Remuneração e ressarcimento	-	0,00%	-	0,00%	0%
Depreciação	(1.707.138)	-6,16%	(1.607.273)	-6,24%	6,21%
Amortização	(100.291)	-0,36%	(94.716)	-0,37%	5,89%
Doações e contribuições	(156.166)	-0,56%	(137.802)	-0,53%	13,33%
Provisões operacionais	(2.005.808)	-7,23%	6.495.463	25,20%	-130,88%
Achados Investigação	-	0,00%	-	0,00%	0%
Outras	(1.415.834)	-5,11%	(1.166.254)	-4,53%	21,40%
	<b>(20.441.343)</b>	<b>-73,73%</b>	<b>(9.852.006)</b>	<b>-38,23%</b>	<b>107,48%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>7.284.184</b>	<b>26,27%</b>	<b>15.920.299</b>	<b>61,77%</b>	<b>-54,25%</b>

**RESULTADO FINANCEIRO**

<b>Receitas Financeiras</b>					
Receitas de juros, comissões e taxas	876.212	3,16%	2.642.607	10,25%	-66,84%
Receita de aplicações financeiras	763.016	2,75%	686.179	2,66%	11,20%
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	252.112	0,91%	248.407	0,96%	1,49%
Atualizações monetárias ativas	1.205.941	4,35%	699.871	2,72%	72,31%
Variações cambiais ativas	2.662.259	9,60%	4.150.664	16,11%	-35,86%
Remuneração das Indenizações - Lei 12.783/13	-	0,00%	-	0,00%	0%
Atualização de ativo regulatório	-	0,00%	-	0,00%	0%
Ajuste a fair value - RBSE	367.760	1,33%	681.057	2,64%	-46,00%
Ganhos com derivativos	-	0,00%	20.366	0,08%	-100,00%
Outras receitas financeiras	532.054	1,92%	720.244	2,79%	-26,13%
<b>Despesas Financeiras</b>					
Encargos de dívidas	(3.247.747)	-11,71%	(2.680.884)	-10,40%	21,14%
Encargos de arrendamento mercantil	(340.819)	-1,23%	(308.770)	-1,20%	10,38%
Encargos sobre recursos de acionistas	(271.130)	-0,98%	(270.533)	-1,05%	0,22%
Atualizações monetárias passivas	(788.982)	-2,85%	(800.789)	-3,11%	-1,47%
Variações cambiais passivas	(2.627.251)	-9,48%	(4.364.256)	-16,93%	-39,80%
Atualização de passivo regulatório	-	0,00%	-	0,00%	0%
Ajuste a fair value - RBSE	-	0,00%	(1.602.269)	-6,22%	-100,00%
Perdas com derivativos	(56.613)	-0,20%	(63.378)	-0,25%	-10,67%
Outras despesas financeiras	(1.407.838)	-5,08%	(1.133.147)	-4,40%	24,24%
	<b>(2.081.026)</b>	<b>-7,51%</b>	<b>(1.374.631)</b>	<b>-5,33%</b>	<b>51,39%</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>					
	<b>5.203.158</b>	<b>18,77%</b>	<b>14.545.668</b>	<b>56,44%</b>	<b>-64,23%</b>
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.140.733	4,11%	1.384.850	5,37%	-17,63%
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	24.715	0,09%	-	0,00%	-
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
	<b>6.368.606</b>	<b>22,97%</b>	<b>15.930.518</b>	<b>61,81%</b>	<b>-60,02%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.664.975)	-9,61%	(3.141.578)	-12,19%	-15,17%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.755.237	13,54%	657.860	2,55%	470,83%
<b>LUCRO LÍQUIDO DA OPERAÇÃO CONTINUADA</b>					
	<b>7.458.868</b>	<b>26,90%</b>	<b>13.446.800</b>	<b>52,18%</b>	<b>-44,53%</b>
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES	7.412.149	26,73%	13.243.424	51,39%	-44,03%
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES	46.719	0,17%	203.377	0,79%	-77,03%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA</b>					
	<b>3.284.975</b>	<b>11,85%</b>	<b>(99.223)</b>	<b>-0,38%</b>	<b>-3410,70%</b>
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES	3.284.975	11,85%	18.955	0,07%	17230,41%
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES	-	0,00%	(118.178)	-0,46%	-100,00%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>					
	<b>10.743.843</b>	<b>38,75%</b>	<b>13.347.577</b>	<b>51,79%</b>	<b>-19,51%</b>
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES	10.697.124	38,58%	13.262.378	51,46%	-19,34%
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES	46.719	0,17%	85.199	0,33%	-45,17%



A tabela a seguir contém as receitas e despesas operacionais da Eletrobras (como percentual da receita operacional líquida):

<b>Receitas*</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Geração	84,31%	78,14%
Transmissão	34,42%	38,29%
Distribuição	-	-
Outras receitas operacionais	2,77%	3,37%
Tributos sobre receitas	-21,50%	-19,80%
Receita operacional líquida	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Despesas</b>		
Despesas/Custos operacionais	-73,73%	-38,23%
Resultado financeiro	-7,51%	-5,33%
Resultado de participações societárias	4,20%	5,37%
Tributos sobre a renda	3,93%	-9,64%
Lucro Líquido (Operações Continuadas)	26,90%	52,18%

\* Operação de Distribuição foi classificada como Operação Descontinuada. Mais detalhes no item 10.3 deste documento.

### ***Demonstrações de Resultado Consolidadas***

Este tópico apresenta uma visão geral dos resultados consolidados da Eletrobras, líquidos das eliminações entre os segmentos, que são discutidos em relação a cada segmento abaixo.

#### **Receita Operacional Líquida**

A Receita Operacional Líquida em 2019, no montante de R\$ 27.725 milhões, apresentou um aumento de 7,58% em relação a 2018, quando apresentou o montante de R\$ 25.772 milhões.

#### **Despesas e Custos Operacionais**

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de 107,48%, passando de um montante de R\$ 9.852 milhões em 2018 para um montante de R\$ 20.441 milhões em 2019. Essa diferença entre os anos foi causada principalmente devido a reversões líquidas de impairment de Angra 3 em 2018.

#### **Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$ 1.375 milhões em 2018 para uma despesa líquida de R\$ 2.081 milhões em 2019, um aumento de 51,39%.

#### **Resultado das Participações Societárias (lucros e prejuízos)**

A Participação Societária registrou uma queda de 17,63% resultante da contabilização de um montante de R\$ 1.385 milhões em 2018 e de um montante de R\$ 1.141 milhões em 2019.

## Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para IR e CSLL passou de uma despesa de R\$ 2.484 milhões em 2018 para uma receita de R\$ 1.091 milhões em 2019, uma variação de 455,66%.

## Lucro líquido das operações continuadas

A Eletrobras apresentou um lucro líquido das operações continuadas de R\$ 7.459 milhões em 2019, em comparação a R\$ 13.447 milhões em 2018, uma variação negativa de 44,43%. Essa variação se deu devido ao impacto positivo, no resultado continuado de 2018, da reversão de Impairment de Angra 3.

## Lucro/Prejuízo líquido de impostos da operação descontinuada

A Eletrobras apresentou um Lucro líquido de impostos da operação descontinuada de R\$ 3.285 milhões em 2019, em comparação a um prejuízo de R\$ 99 milhões em 2018, ou seja, um aumento de 3.410%. Esse aumento deve-se principalmente ao fato de termos reconhecido um ganho não recorrente de R\$ 6,1 bilhões, relacionado à reversão do patrimônio líquido negativo das distribuidoras em 2019.

## Resultado do Exercício

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2019, um lucro líquido do exercício no valor de R\$ 10.697 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$ 13.346 milhões registrado em 2018, ou seja, uma variação negativa de 19,51%.

## **Resultados por Segmento de Negócio** *Geração e Transmissão*

	31/12/2019				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	194.692	19.833.995	8.756.808	(1.059.968)	27.725.527
Custos	(67.019)	(6.866.912)	(865.397)	1.021.509	(6.777.819)
Despesas Operacionais	(3.648.322)	(6.354.559)	(4.561.399)	900.756	(13.663.524)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(3.520.649)	6.612.524	3.330.012	862.297	7.284.184
Resultado Financeiro	(253.165)	(1.604.727)	(223.134)	-	(2.081.026)
Receita de juros	2.121.894	2.272	2.778	(1.250.732)	876.212
Despesa de juros	(2.899.211)	(1.580.732)	(630.485)	1.250.732	(3.859.696)
Outras receitas e despesas financeiras	524.152	(26.267)	404.573	-	902.458
Resultado de Participações Societárias	1.140.733	-	-	-	1.140.733
Outras receitas e despesas	24.715	-	-	-	24.715
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(113.668)	(79.007)	1.282.937	-	1.090.262
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(2.722.034)	4.928.790	4.389.815	862.297	7.458.868

  

	31/12/2018				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	261.355	17.433.979	9.183.074	(1.106.103)	25.772.305
Custos	(226.879)	(5.107.440)	(1.275.820)	1.073.076	(5.537.063)
Despesas Operacionais	(2.212.402)	1.222.410	(4.545.256)	1.220.305	(4.314.943)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(2.177.926)	13.548.949	3.361.998	1.187.278	15.920.299
Resultado Financeiro	2.166.025	(1.769.920)	(1.770.736)	-	(1.374.631)
Receita de juros	3.672.441	2.199	2.688	(1.034.721)	2.642.607
Despesa de juros	(1.749.769)	(1.675.239)	(869.900)	1.034.721	(3.260.187)
Outras receitas e despesas financeiras	243.353	(96.880)	(903.524)	-	(757.051)
Resultado de Participações Societárias	1.384.850	-	-	-	1.384.850
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(853.447)	(1.210.107)	(420.163)	-	(2.483.717)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	519.502	10.568.922	1.171.099	1.187.278	13.446.801

## ***Geração***

### Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do segmento de geração apresentou um aumento de 13,76%, passando de R\$ 17.434 milhões em 2018 para R\$ 19.834 milhões em 2019.

### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais para o segmento de geração apresentaram um aumento de 24,92%, totalizando R\$ 13.222 milhões em 2019 em comparação a R\$ 9.744 milhões em 2018.

### Resultado Financeiro

O Resultado de Financeiro do segmento de geração apresentou, em 2019, uma despesa de R\$ 1.605 milhões que, comparado a despesa de R\$ 1.770 milhões em 2018, sofreu uma queda de variando 10,33%.

## ***Transmissão***

### Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do segmento de transmissão apresentou uma queda de 4,65%, passando de R\$ 9.183 milhões em 2018 para R\$ 8.756 milhões em 2019.

### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais para o segmento de transmissão apresentaram um aumento de 6,71%, correspondendo a R\$ 5.426 milhões em 2019, enquanto corresponderam a R\$ 5.816 milhões em 2018.

### Resultado Financeiro

O Resultado de Financeiro do segmento de transmissão apresentou uma redução de 87,5%, totalizando R\$ 223 milhões de despesas em 2019 em comparação a R\$ 1.771 milhões em 2018.

## ***Resultado das Operações Descontinuadas***

### *Distribuição*

Este tópico apresenta abertura do Lucro (Prejuízo) das Operações Descontinuadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Líquida	-	-	1.648.758	11.881.505
Custos Operacionais	-	-	(1.540.551)	(7.294.157)
Despesas Operacionais	(1.752.165)	(1.187.278)	(2.461.635)	(5.767.169)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(1.752.165)	(1.187.278)	(2.353.428)	(1.179.821)
Resultado Financeiro Líquido	-	-	(337.401)	(1.572.694)
Resultado das Participações Societárias	-	(1.760.865)	-	-
Efeito na venda de subsidiária	5.037.140	2.967.098	6.118.816	2.967.098
Resultado Operacional antes dos Impostos	3.284.975	18.955	3.427.987	214.583
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(143.012)	(313.806)
Lucro das Operações Descontinuadas	3.284.975	18.955	3.284.975	(99.223)

## Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

**Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobras**
**Demonstrações de Resultado Consolidado - IFRS e BRGAAP (em milhares de reais)**

	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH %
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>					
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
<b>Geração</b>					
Suprimento	13.268.869	53,13%	15.932.406	54,12%	-16,72%
Fornecimento	2.319.857	9,29%	2.554.279	8,68%	-9,18%
CCEE	1.296.526	5,19%	1.006.114	3,42%	28,86%
Receita de operação e manutenção	2.708.451	10,84%	2.198.347	7,47%	23,20%
Receita de construção de Usinas	34.295	0,14%	52.836	0,18%	-35,09%
Repasse Itaipu	511.079	2,05%	626.135	2,13%	-18,38%
<b>Transmissão</b>					
Receita de operação e manutenção	4.083.948	16,35%	3.319.935	11,28%	23,01%
Receita de construção	673.190	2,70%	917.447	3,12%	-26,62%
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	757.745	3,03%	1.139.816	3,87%	-33,52%
Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	3.556.391	14,24%	4.922.827	16,72%	-27,76%
Outras receitas	869.183	3,48%	1.041.317	3,54%	-16,53%
<b>Deduções</b>					
(-) Encargos setoriais	(1.583.049)	-6,34%	(1.382.248)	-4,69%	14,53%
(-) ICMS	(431.850)	-1,73%	(358.127)	-1,22%	20,59%
(-) PASEP e COFINS	(3.079.004)	-12,33%	(2.520.542)	-8,56%	22,16%
(-) Outras Deduções	(9.884)	-0,04%	(9.210)	-0,03%	7,32%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>24.975.747</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.441.332</b>	<b>100,00%</b>	<b>-15,17%</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
Energia comprada para revenda	(1.559.533)	-6,24%	(6.155.563)	-20,91%	-74,66%
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.482.125)	-5,93%	(1.372.439)	-4,66%	7,99%
Combustível para produção de energia elétrica	(1.184.948)	-4,74%	(961.664)	-3,27%	23,22%
Construção	(1.310.457)	-5,25%	(970.283)	-3,30%	35,06%
	<b>(5.537.063)</b>	<b>-22,17%</b>	<b>(9.459.949)</b>	<b>-32,13%</b>	<b>-41,47%</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>19.438.684</b>	<b>77,83%</b>	<b>19.981.383</b>	<b>67,87%</b>	<b>-2,72%</b>

**DESPESAS OPERACIONAIS**

Pessoal, Material e Serviços	(7.804.361)	-31,25%	(8.909.209)	-30,26%	-12,40%
Depreciação	(1.607.273)	-6,44%	(1.441.077)	-4,89%	11,53%
Amortização	(94.716)	-0,38%	(82.829)	-0,28%	14,35%
Doações e contribuições	(137.802)	-0,55%	(163.798)	-0,56%	-15,87%
Provisões/Reversões operacionais	5.308.185	21,25%	(4.645.594)	-15,78%	-214,26%
Outras	(1.166.254)	-4,67%	(1.212.380)	-4,12%	-3,80%
	<b>(5.502.221)</b>	<b>-22,03%</b>	<b>(16.454.887)</b>	<b>-55,89%</b>	<b>-66,56%</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>13.936.463</b>	<b>55,80%</b>	<b>3.526.496</b>	<b>11,98%</b>	<b>295,19%</b>

**RESULTADO FINANCEIRO**

<b>Receitas Financeiras</b>					
Receitas de juros, comissões e taxas	2.642.607	10,58%	1.736.654	5,90%	52,17%
Receita de aplicações financeiras	686.179	2,75%	962.516	3,27%	-28,71%
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	248.407	0,99%	169.712	0,58%	46,37%
Atualizações monetárias ativas	699.871	2,80%	947.365	3,22%	-26,12%
Variações cambiais ativas	4.150.664	16,62%	930.835	3,16%	345,91%
Ganhos com derivativos	20.366	0,08%	237.386	0,81%	-91,42%
Outras receitas financeiras	678.840	2,72%	412.830	1,40%	64,44%
<b>Despesas Financeiras</b>					
Encargos de dívidas	(2.680.884)	-10,73%	(3.449.846)	-11,72%	-22,29%
Encargos de arrendamento mercantil	(308.770)	-1,24%	-	0,00%	-
Encargos sobre recursos de acionistas	(270.533)	-1,08%	(388.408)	-1,32%	-30,35%
Atualizações monetárias passivas	(800.789)	-3,21%	(1.201.884)	-4,08%	-33,37%
Variações cambiais passivas	(4.364.256)	-17,47%	(1.065.028)	-3,62%	309,78%
Perdas com derivativos	(63.378)	-0,25%	(35.797)	-0,12%	77,05%
Outras despesas financeiras	(1.216.397)	-4,87%	(992.451)	-3,37%	22,56%
	<b>(578.073)</b>	<b>-2,31%</b>	<b>(1.736.116)</b>	<b>-5,90%</b>	<b>-66,70%</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>13.358.390</b>	<b>53,49%</b>	<b>1.790.380</b>	<b>6,08%</b>	<b>646,12%</b>

**RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

EFEITO NA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.967.098	11,88%	1.524.687	5,18%	94,60%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	17.710.338	70,91%	4.482.551	15,23%	295,10%

Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.141.578)	-12,58%	(1.711.685)	-5,81%	83,54%
Imposto de renda e contribuição social diferidas	657.860	2,63%	(317.343)	-1,08%	-307,30%

**LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS**

PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	15.023.243	60,15%	2.406.051	8,17%	524,39%
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	203.377	0,81%	47.472	0,16%	328,41%

**OPERAÇÃO DESCONTINUADA**

<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DE IMPOSTOS DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA</b>	<b>(1.879.043)</b>	<b>-7,52%</b>	<b>(4.179.214)</b>	<b>-14,20%</b>	<b>-55,04%</b>
---	--------------------	---------------	--------------------	----------------	----------------

PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	(1.760.865)	-7,05%	(4.169.856)	-14,16%	-57,77%
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	(118.178)	-0,47%	(9.358)	-0,03%	1162,86%

**LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	13.262.378	53,10%	(1.763.805)	-5,99%	-851,92%
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	85.199	0,34%	38.114	0,13%	123,54%

A tabela a seguir contém as receitas e despesas operacionais da Eletrobras (como percentual da receita operacional líquida):

Geração	80,63%	75,98%
Transmissão	36,32%	34,98%
Outras receitas operacionais	3,48%	3,54%
Tributos sobre receitas	-20,43%	-14,50%
Receita operacional líquida	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Despesas</b>		
Custos operacionais	-22,17%	-32,13%
Despesas operacionais	-10,15%	-55,89%
Resultado financeiro	-2,31%	-5,90%
Resultado de participações societárias	5,55%	9,14%
Tributos sobre a renda	-9,94%	-6,89%
Lucro Líquido (Operações Continuadas)	60,97%	8,33%

\* Operação de Distribuição foi classificada como Operação Descontinuada. Mais detalhes no item 10.3 deste documento.

### ***Demonstrações de Resultado Consolidadas***

Este tópico apresenta uma visão geral dos resultados consolidados da Eletrobras, líquidos das eliminações entre os segmentos, que são discutidos em relação a cada segmento abaixo.

#### **Receita Operacional Líquida**

A Receita Operacional Líquida, no montante de R\$ 24.976 milhões apresentou, em 2018, uma redução de 15,17% em relação aos 2017, equivalente ao montante de R\$ 29.441 milhões.

#### **Custos Operacionais**

Os custos operacionais apresentaram uma redução de 41,47%, passando de um montante de R\$ 9.460 milhões em 2017 para um montante de R\$ 5.537 milhões em 2018. Essa redução foi causada principalmente pela Energia Elétrica Comprada para Revenda, que apresentou uma redução de 74,66%, passando de R\$ 6.156 milhões em 2017 para R\$ 1.560 milhões em 2018.

#### **Despesas Operacionais**

As Despesas operacionais apresentaram uma redução de 66,56%, passando de R\$ 16.455 milhões em 2017 para R\$ 5.502 milhões em 2018. Essa redução se deu principalmente devido a reversão de provisões operacionais; em 2017 as despesas de provisão totalizavam R\$ (4.646) milhões, sendo revertidas e totalizando R\$ 8.072 milhões em 2018, ou seja, uma variação de 273,75%.

#### **Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$ 1.736 milhões em 2017 para uma despesa líquida de R\$ 578 milhões em 2018.

#### **Resultado das Participações Societárias (lucros e prejuízos)**

A Participação Societária registrou um aumento de 18,62% resultante da contabilização de um montante de R\$ 1.167 milhões em 2017 e de um montante de R\$ 1.385 milhões em 2018.

## Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para IR e CSLL passou de uma despesa de R\$ 2.029 milhões em 2017 para uma despesa de R\$ 2.484 milhões em 2018.

## Lucro líquido das operações continuadas

A Eletrobras apresentou um lucro líquido das operações continuadas de R\$ 15.227 milhões em 2018, em comparação a R\$ 2.454 milhões em 2017, uma variação de 520,60%.

## Prejuízo líquido de impostos da operação descontinuada

A Eletrobras apresentou um Prejuízo líquido de impostos da operação descontinuada de R\$ 1.879 milhões em 2018, em comparação a R\$ 4.179 milhões em 2017, ou seja, uma redução de 55,04%.

## Resultado do Exercício

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2018, um lucro líquido do exercício no valor de R\$ 13.348 milhões, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 1.726 milhões registrado em 2017, ou seja, uma variação de 873,46%.

### **Resultados por Segmento de Negócio** **Geração e Transmissão**

	31/12/2018					
	Geração					
Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Transmissão	Eliminações	Total	
Receita Operacional Líquida	261.355	15.140.448	2.293.531	8.386.516	(1.106.103)	24.975.747
Custos e Despesas Operacionais	(634.347)	(703.533)	(2.024.709)	(5.815.900)	1.106.103	(8.072.386)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(372.992)	14.436.915	268.822	2.570.616	-	16.903.361
Resultado Financeiro	2.166.025	(1.665.650)	(104.271)	(974.177)	-	(578.073)
Resultado de Participações Societárias	1.384.850	-	-	-	-	1.384.850
Resultado na alienação de participações societárias	200	-	-	-	-	200
Imposto de renda e contribuição social	(853.448)	(1.027.967)	(182.140)	(420.163)	-	(2.483.718)
Lucro Líquido (prejuízo) do período das operações continuadas	2.324.635	11.743.298	(17.589)	1.176.276	-	15.226.620

31/12/2017 (Reclassificado)						
Administração	Geração			Eliminações	Total	
	Regime de Exploração	Regime de O&M	Transmissão			
Receita Operacional Líquida	215.936	18.070.002	1.843.804	10.126.304	(814.714)	29.441.332
Custos e Despesas Operacionais	(7.772.986)	(11.932.046)	(2.015.008)	(5.009.510)	814.714	(25.914.836)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(7.557.050)	6.137.956	(171.204)	5.116.794	-	3.526.496
Resultado Financeiro	1.046.195	(1.497.218)	(242.721)	(1.042.372)	-	(1.736.116)
Resultado de Participações Societárias	1.167.484	-	-	-	-	1.167.484
Resultado na alienação de participações societárias	1.524.687	-	-	-	-	1.524.687
Imposto de renda e contribuição social	(1.081.294)	(188.195)	(41.453)	(718.086)	-	(2.029.028)
Lucro Líquido (prejuízo) do período das operações continuadas	(4.899.978)	4.452.543	(455.378)	3.356.336	-	2.453.523



## Geração

### Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do segmento de geração apresentou uma redução de R\$ 2.480 milhões, ou 12,45%, passando de R\$ 19.914 milhões em 2017 para R\$ 17.434 milhões em 2018.

### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais para o segmento de geração apresentaram uma redução de R\$ 11.219 milhões, ou 80,44%, totalizando R\$ 2.728 milhões em 2018 em comparação a R\$ 13.947 milhões em 2017.

### Resultado Financeiro

O Resultado de Financeiro do segmento de geração apresentou, em 2018, uma despesa de 1.770 milhões que, comparado a despesa de 1.740 milhões em 2017, sofreu um aumento de 30 milhões, variando 1,72%.

## Transmissão

### Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do segmento de transmissão apresentou uma redução de R\$ 1.740 milhões, ou 17,18%, passando de R\$ 10.129 milhões em 2017 para R\$ 8.387 milhões em 2018.

### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais para o segmento de transmissão apresentaram um aumento de R\$ 1.740 milhões, ou 17,18%, correspondendo a R\$ 6,017 milhões em 2018, enquanto corresponderam a R\$ 5.010 milhões em 2017.

### Resultado Financeiro

O Resultado de Financeiro do segmento de transmissão apresentou uma redução de R\$ 68 milhões em 2018, ou 6,54%, totalizando R\$ 974 milhões em 2018 em comparação a R\$ 1.042 milhões em 2017.

### **Resultado das Operações Descontinuadas**

#### *Distribuição*

Este tópico apresenta abertura do Lucro (Prejuízo) das Operações Descontinuadas

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receita Operacional Líquida	11.881.505	9.597.517
Custos Operacionais	(7.294.157)	(7.109.832)
Despesas Operacionais	(4.579.891)	(3.668.305)
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>7.457</b>	<b>(1.180.620)</b>
Resultado Financeiro Líquido	(1.572.694)	(3.502.329)
Resultado das Participações Societárias	-	-
<b>Resultado Operacional antes dos Impostos</b>	<b>(1.565.237)</b>	<b>(4.682.949)</b>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(313.806)	503.735
<b>Lucro (Prejuízo) das Operações Descontinuadas</b>	<b>(1.879.043)</b>	<b>(4.179.214)</b>

### **Demonstração dos Fluxos de Caixa - 2019, 2018 e 2017**

As tabelas abaixo resumem a evolução dos fluxos de caixa líquidos da Eletrobras para os períodos apresentados:

<b>Fluxos de Caixa Líquidos</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	(em milhares de reais)		
Proporcionados por Atividades Operacionais Continuadas	293.670	4.903.446	3.655.593
Proporcionados por Atividades Operacionais	(379.997)	(546.575)	(1.270.024)
Proporcionado por Atividades Operacionais	(86.327)	4.356.871	2.385.569
Aplicados nas Atividades de Investimento de Operações	3.263.691	451.454	586.068
Aplicados nas Atividades de Investimento de Operações	6.337	(30.146)	(733.859)
Aplicados nas Atividades de Investimento	3.270.028	421.308	(147.791)
Aplicado nas Atividades de Financiamento de Operações	(3.805.405)	(5.563.800)	(3.971.022)
Aplicado nas Atividades de Financiamento de Operações	414.724	549.046	2.029.641
Provenientes (aplicados) nas Atividades de Financiamento	(3.390.681)	(5.014.754)	(1.941.381)
<b>Total</b>	<b>(206.981)</b>	<b>(236.575)</b>	<b>296.397</b>

#### *Atividades Operacionais*

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais da Eletrobras resultam principalmente:

- Da venda e transmissão de energia elétrica para uma base estável e diversificada de clientes no varejo e no atacado a preços fixos; e
- De depósitos restritos no âmbito de processos judiciais em casos em que a Eletrobras seja autora e seja obrigada a efetuar um depósito em favor do juízo aplicável.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais têm se mostrado suficientes para atender às necessidades operacionais e de investimentos de capital da Eletrobras para os períodos analisados.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais passou de R\$ 4,4 bilhões em 2018 para (0,86) bilhões em 2019.

#### *Atividades de Investimento*

O fluxo de caixa da atividade de investimento da Eletrobras reflete principalmente:

- Aquisições de certos investimentos - parcerias celebradas pela Eletrobras com terceiros do setor privado com relação à operação de novas usinas;
- Aquisições de ativos fixos, consistindo principalmente de investimentos em equipamentos necessários para as atividades operacionais da Eletrobras; e
- Dividendos pagos por subsidiárias.

O fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento passou de R\$(148) milhões em 2017 para R\$ 421 milhões em 2018 e 3.270 milhões em 2019.

#### *Atividades de Financiamento*

Os fluxos de caixa usados em atividades de financiamento da Eletrobras refletem principalmente a renda proveniente de juros que a mesma recebe de empréstimos feitos a empresas que operam no setor elétrico brasileiro, de curto e longo prazos.

Em 2018, o fluxo de caixa das atividades de financiamento da Eletrobras, passando de R\$(1,9) bilhões em 2017 para R\$ (5) bilhões em 2018 e R\$ (3,4) bilhões em 2019.

#### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A desvalorização do real em relação ao dólar americano e o fato de a Eletrobras deter relevante parcela de seus recebíveis indexados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar americano, impactou negativamente a receita decorrente das variações cambiais, e geraram um ganho de R\$ 35 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma perda, em 2018, no montante de R\$ 214 milhões decorrente da variação cambial.

No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Eletrobras verificou uma perda de R\$ 101 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a Eletrobras verificou um ganho de R\$ 416.959 milhões.

#### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Eletrobras, quando relevante**

## Inflação e Taxa de Juros

A situação financeira e o resultado das operações da Eletrobras são afetados pela inflação e por variações na taxa de juros.

A maioria dos custos e despesas da Eletrobras é denominada em reais e está atrelada aos Índices de medição da inflação, tais como o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em taxas cambiais.

No Brasil, salários de empregados geralmente sofrem reajuste anual, baseado em acordos coletivos entre os sindicatos a que pertencem e os empregadores, os quais usualmente utilizam o IPCA como parâmetro para suas negociações.

Em 31 de dezembro de 2019, a composição do endividamento se apresentava conforme abaixo:

(em milhares de R\$)	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	AV %	Saldo	AV %
<b><u>Moeda estrangeira</u></b>				
USD não indexado	7.571.970	18,05%	11.284.562	20,75%
USD com LIBOR	799.128	1,91%	1.078.643	1,98%
EURO	235.353	0,56%	244.708	0,45%
IENE	-	0,00%	-	0,00%
Outros	-	0,00%	-	0,00%
<b>Subtotal</b>	<b>8.606.451</b>	<b>20,52%</b>	<b>12.607.913</b>	<b>23,19%</b>
<b><u>Moeda nacional</u></b>				
CDI	8.698.416	20,74%	10.649.257	19,59%
IPCA	73.481	0,18%	189.649	0,35%
TJLP	6.232.878	14,86%	6.515.226	11,98%
SELIC	8.594.909	20,49%	13.278.510	24,42%
Outros	2.464.900	5,88%	3.621.176	6,66%
<b>Subtotal</b>	<b>26.064.585</b>	<b>62,15%</b>	<b>34.253.819</b>	<b>63,00%</b>
Não Indexado	7.269.279	17,33%	7.511.066	13,81%
<b>Total</b>	<b>41.940.316</b>	<b>100,00%</b>	<b>54.372.798</b>	<b>100,00%</b>

## Variação de preços dos principais insumos e produtos

Os principais insumos da Eletrobras são a energia comprada para revenda e o combustível para a produção de energia elétrica.

A energia comprada para revenda pela Eletrobras foi de R\$ 2.162 milhões no exercício de 2019 em comparação a 1.560 em 2018, um aumento da despesa de 38,59%.

Já o gasto com combustível para a produção de energia correspondeu a R\$1.185 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 2.108 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 77,89%.

## Taxa de Câmbio

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis (Neutra no caso da controladora, e passiva no caso do consolidado), bem como em seu fluxo de caixa. A administração da Empresa possui Política de Hedge Financeiro e um Programa de Operações com Instrumentos Derivativos.

Neste contexto, a Política de Hedge Financeiro da Eletrobras tem por objetivo perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Empresa e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis nas demonstrações contábeis. Com isso, a referida política visa que os resultados da Eletrobras reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o hedge em eventuais descasamentos apresentados pela Eletrobras, a política aprovada elenca uma escala de prioridades, que privilegia soluções estruturais, contemplando o balanceamento natural das posições expostas. Posteriormente, também poderão ser analisadas operações com outros tipos de instrumentos financeiros e, finalmente, as operações com derivativos financeiros, as quais apenas serão realizadas de forma complementar e com o intuito exclusivo de proteger aqueles ativos e passivos indexados da Eletrobras e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Neste contexto, estratégias de hedge cambial foram implementadas ao longo dos anos priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro da Instituição. Dentro dessa estratégia, tem-se levado em conta na estruturação das novas captações, não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o hedge de balanço patrimonial da Eletrobras como o de seu fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, aproximadamente 21% da dívida total consolidada da Eletrobras, de R\$ 41,9 bilhões, eram estipulados em moedas estrangeiras.

Assim, a exposição da Eletrobras ao risco cambial do dólar era praticamente neutra em 31 de dezembro de 2019.

Na mesma data base, o Consolidado possui uma exposição passiva de cerca de 306 milhões de dólares. Para uma análise de sensibilidade do impacto das taxas de juros sobre o endividamento total da Companhia, vide notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### **10.3 – Eventos com efeitos relevantes ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia realizou leilões para a alienação de suas então controladas do segmento de distribuição durante o ano de 2018 de acordo com seu Plano Diretor de Negócios e Gestão. As distribuidoras Eletroacre, Cepisa, Ceron e Boa Vista tiveram seus contratos de compra e venda de ações assinados em 2018, já a Ceal e a Amazonas Distribuidora tiveram seus controles transferidos em 18 de março de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente.

Como estas empresas representavam a totalidade das operações do segmento de distribuição, exercidas de forma consolidada, as transações deste segmento passaram a ser apresentadas nas

demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 como operações descontinuadas. Desta forma, as informações do resultado e as correspondentes notas explicativas do exercício comparativo de 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentadas de acordo com o CPC 31/IFRS 5, para apresentar estas transações do segmento de distribuição separadamente das operações continuadas.

Abaixo, demonstramos o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas, sendo o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com as informações da Ceal e Amazonas Distribuidora, e o período findo em 31 de dezembro de 2018, composto por todas as distribuidoras mencionadas acima.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Líquida	-	-	1.648.758	11.881.505
Custos Operacionais	-	-	(1.540.551)	(7.294.157)
Despesas Operacionais	(1.752.165)	(1.187.278)	(2.461.635)	(5.767.169)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(1.752.165)	(1.187.278)	(2.353.428)	(1.179.821)
Resultado Financeiro Líquido	-	-	(337.401)	(1.572.694)
Resultado das Participações Societárias	-	(1.760.865)	-	-
Efeito na venda de subsidiária	5.037.140	2.967.098	6.118.816	2.967.098
Resultado Operacional antes dos Impostos	3.284.975	18.955	3.427.987	214.583
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(143.012)	(313.806)
Lucro das Operações Descontinuadas	3.284.975	18.955	3.284.975	(99.223)

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

As controladas Ceal e Amazonas Distribuidora, anteriormente classificadas como mantidas para venda, tiveram seus leilões efetuados em 10 de dezembro de 2018 e 28 de dezembro de 2018, respectivamente. As vendas dessas controladas foram concluídas em 18 de março de 2019 e em 10 de abril de 2019, respectivamente, com a assinatura do contrato de compra e venda de ações de acordo com o cronograma estabelecido no leilão de desestatização.

Como consequência da conclusão do processo de alienação das distribuidoras, a Equatorial Energia S.A. adquiriu o controle acionário de aproximadamente 89,94% do capital total da Ceal e o Consórcio formado pelas empresas Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. e ATEM'S Distribuidora de Petróleo S.A. adquiriu o controle acionário de aproximadamente 90% do capital total da Amazonas Distribuidora.

A Eletrobras teve um efeito positivo no resultado do exercício de R\$ 3.284.975 devido às reversões dos passivos a descoberto. O efeito na alienação está registrado como operação descontinuada.

	Ceal	Amazonas D
Passivo a descoberto	900.034	5.269.403
Outros resultados abrangentes	(40.974)	(9.647)
Valor da venda	(50)	(50)
Ganho com a alienação das ações das distribuidoras	859.010	5.259.706

**Resultado das operações descontinuadas**

Resultado da CEAL reconhecido no exercício até a data da venda	94.451
Resultado da Amazonas D reconhecido no exercício até a data da venda	(1.176.127)
Efeito da alienação CEAL - reversão passivo a descoberto	859.060
Efeito da alienação Amazonas D - reversão passivo a descoberto	5.259.756
Provisão Direito de Ressarcimento - CCC	(1.752.165)
<b>Resultado operações descontinuadas</b>	<b>3.284.975</b>

### **Coligadas**

Em 2018, a Companhia vendeu cerca de 55,42% das ações ordinárias e 69,14% das ações preferenciais das suas participações acionárias na coligada Energisa Mato Grosso S.A., permitindo que a Eletrobras recebesse o valor de R\$ 276 milhões.

### **Leilão das Empresas Distribuidoras de Energia**

Conforme o antigo Plano Diretor de Negócios e Gestão 2018-2022, as 6 distribuidoras da Eletrobras, Companhia Energética do Piauí ("Cepisa"), Centrais Elétricas de Rondônia S.A. ("Ceron"), Boa Vista Energia S.A. ("Boa Vista Energia") e Companhia de Eletricidade do Acre ("Eletroacre"), Companhia Energética de Alagoas ("CEAL") e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia") foram privatizadas por intermédio de leilões realizados na B3 S.A. As distribuidoras Cepisa, Ceron, Boa Vista Energia e Eletroacre já tiveram suas respectivas transferências de controle acionário assinadas em 2018 e foram consolidadas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018, de forma proporcional, enquanto a distribuidora CEAL teve sua transferência de controle realizada em 18 de março de 2019. Já a distribuidora Amazonas Energia deve ter sua respectiva transferência de controle concluída até o dia 15 de abril de 2019 conforme decisão da AGE 174<sup>a</sup>.

### **Leilão das SPEs**

Através do Leilão Eletrobras 01/2018, realizado em 27/09/2018, foram alienadas 26 SPEs: A SPE Intesa foi transferida para o comprador em 28 de dezembro de 2018, outras 24 tiveram sua transferência concluída durante o ano de 2019 e a SPE Centroeste de Minas mudou de controle em 13 de janeiro de 2020. Além dessas 24 participações transferidas em 2019, houve o encerramento de dez SPEs eólicas pertencentes ao Complexo Itaguaçu da Bahia, a incorporação da SPE Extremoz na Chesf e a venda da SPE Paraíso pela Eletrosul, através de chamada pública, como detalhado na tabela.

#### **Movimentação de SPEs em 2019**

<b>Descrição</b>	<b>Nº de SPEs</b>	<b>Proprietária</b>	<b>Movimento</b>	<b>Data do Evento</b>
Complexo Itaguaçu da Bahia (Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo S.A., Geradora Eólica Ventos de	10	Furnas	Encerramento	20/02/2019

São João SPE S.A. e Geradora Eólica Ventos de São Rafael S.A.)

Pedra Branca S.A., São Pedro do Lago S.A. e Sete Gameleiras S.A.	3	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	28/03/2019
Baraúnas I Energética S.A., Morro Branco I Energética S.A., Mussambê Energética S.A., Banda de Couro Energética S.A. e Baraúnas II Energética S.A.	5	CHESF	Venda (Leilão 01/2018)	28/03/2019
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. – ETAU	1	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	29/04/2019
Brasnorte Transmissora de Energia S.A., Companhia Transirapé de Transmissão, Companhia Transleste de Transmissão e Companhia Transudeste de Transmissão	4	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	31/05/2019
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	1	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	25/06/2019
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. – AETE	1	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	01/07/2019
Paraíso Transmissora de Energia S.A.	1	ELETROSUL	Venda (Chamada Pública)	14/08/2019
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	3	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	23/08/2019
Eólica Serra das Vacas Holding S.A., Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.	5	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	07/10/2019
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. - ETN S.A.	1	CHESF	Incorporação	01/11/2019
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME	1	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	13/11/2019
<b>Total</b>	<b>36</b>			

Em 30 de julho de 2019, a Eletrobras abriu o Procedimento Competitivo de Alienação no 01/2019 para a venda das SPEs remanescentes do Leilão Eletrobras no 01/2018, tendo recebido propostas firmes em 31/10/2019. O processo está amparado pelo Decreto no 9.188/2017 e, atualmente, encontra-se em fase de negociação das propostas.

### c. eventos ou operações não usuais

#### Combinação de Negócios

Em 31 de outubro de 2019, a controlada Chesf adquiriu o controle sobre a SPE TDG, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Future ATP Serviços de Engenharia



Consultiva Ltda, decorrente da capitalização dos AFACs realizados pela Chesf, no valor de R\$ 101.000, passando a Companhia a ter participação acionária de 72,31%.

Na mesma data, a Chesf adquiriu a participação acionária da Future ATP Serviços de Engenharia Consultiva Ltda, mediante o pagamento de R\$ 34.000, tornando assim a TDG em sua subsidiária integral.

- Determinação do valor justo da contraprestação

Demonstramos abaixo quadro comparativo entre o valor justo e o valor contábil do Balanço Patrimonial da referida SPE, em 31 de outubro de 2019, bem como o valor decorrente da compra vantajosa:

Balanço patrimonial da TDG em 31/10/2019		
	Valor contábil	Valor justo
Ativo	442.312	442.312
Passivo	291.950	291.950
Patrimônio Líquido	150.362	150.362

	Valor Contábil	Valor Justo
Valor investimento Chesf (72,31%)	108.727	108.727
Valor investimento ATP (27,69%)	41.635	41.635
Total	150.362	150.362

A combinação de negócios gerou ativo de concessão de R\$ 41.635, registrado no subgrupo investimentos. O ativo de concessão representa a diferença entre o valor do negócio e o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos.

Valor Contábil da Participação Adquirida	
Valor justo da participação adquirida	41.635
Valor pago pela Chesf para aquisição dos 27,69% da SPE	(34.000)
Ganho proveniente de compra vantajosa	7.635

Em agosto de 2018, a Eletrosul transferiu para a Companhia Paranaense de Energia – COPEL as suas participações societárias na Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., 49%, e na Marumbi Transmissora de Energia S.A., 20%, recebendo a participação da COPEL na Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. – TSBE, 20%, correspondente a 20% do capital votante. Antes da permuta das ações, a Eletrosul detinha 80% do capital social da TSBE, agora, após a conclusão do processo, ficou com a totalidade da participação, e, com isso, passou a ter o controle da investida.

	Agosto de 2018
	<b>TSBE</b>
Valor justo da participação antes da combinação de negócios (80%)	253.233
(+) <i>Swap</i> de ações	56.375
(+) Compra vantajosa	6.932
Valor justo na data de aquisição (100%)	316.540
Valor total do investimento	<b>316.540</b>
<b>Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	19.315
Contas a receber	7.025
Ativos financeiros e concessões	575.135
Outras contas a receber	44.555
Empréstimos e financiamentos	(196.895)
Debentures	(114.335)
Outros	(18.260)
<b>Total dos ativos líquidos identificáveis</b>	<b>316.540</b>

Caso a combinação de negócios fosse efetivada em 1º de janeiro de 2018, o incremento na receita operacional líquida e lucro líquido do exercício não apresentariam impactos relevantes, pois a receita operacional líquida da TSBE em 2018 foi de R\$ 46.076 e o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.440.

Em 28 de dezembro de 2017, ocorreram três operações de combinação de negócios (Chuí Holding S/A, Santa Vitória do Palmar Holding S/A e Livramento Holding S/A) cujos efeitos estão detalhados abaixo. Os valores justos finais das transações foram calculados com base nos relatórios de avaliação preparados por peritos contratados pela Companhia e se aproximam dos valores contábeis. Após as transações a Companhia passou a deter 78% do capital da Chuí Holding S/A, 78% do capital da Santa Vitória do Palmar Holding S/A e 78% da Livramento Holding S/A.

	28/12/2017		
	<b>Chuí Holding</b>	<b>Santa Vitória do Palmar</b>	<b>Livramento Holding</b>
Valor justo da participação antes da combinação de negócios	192.315	167.045	24.355
(+) Adiantamentos para aumento de capital	207.124	192.443	6.126
(+) <i>Swap</i> de ações	(93.305)	182.079	1.717
(+) Compra vantajosa	-	33.335	-
Valor justo na data de aquisição (78%)	306.134	574.902	32.197
Participação minoritária (22%)	86.345	162.152	9.081
Valor total do investimento	<b>392.479</b>	<b>737.053</b>	<b>41.279</b>
<b>Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	61.103	145.618	4.319
Contas a receber	10.892	31.515	1.809
Impostos a recuperar	-	1.780	2.974
Outras contas a receber	595	954	80
Fundos vinculados	255	61.634	3.028
Ativos intangíveis	17.062	51.970	-
Imobilizado	664.997	1.662.943	151.221
Empréstimos e financiamentos	17.380	(943.751)	(42.059)
Contas a pagar a fornecedores	(327.528)	(35.708)	(7.233)
Debentures	-	(114.928)	-
Obrigações fiscais	(1.946)	(8.043)	(2.923)
Outras contas a pagar	(2.868)	(116.931)	(69.937)
Outros	(47.463)	-	-
<b>Total dos ativos líquidos identificáveis</b>	<b>392.479</b>	<b>737.053</b>	<b>41.279</b>

## Ambiente Regulatório

### Geração

Uma série de mudanças regulatórias estiveram em discussão no Setor Elétrico Brasileiro em 2019, com destaque para os temas objeto do Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico, instituído pela Portaria MME no 187/2019, como separação de lastro e energia, abertura de mercado e o aprimoramento do Mecanismo de Realocação de Energia ( MRE).

- Nesse contexto, foram abertas consultas públicas associadas ao GT Modernização, além de outras relevantes, como a Consulta Pública MME no 82/2019 que trata da revisão dos valores de referência para níveis de disponibilidade das usinas (TEIF e IP).
- No âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel ), destacamos a abertura da Audiência Pública no 03/2019, que trata de revisar a Resolução Normativa no 596/2013, a fim de viabilizar o cálculo do valor das indenizações de geração associadas às concessões prorrogadas ou não, com base na Lei no 12.783/2013 e no Decreto no 7.850/2012.
- Também deve ser destacada a Consulta Pública Aneel no 026/2019, que trata da revisão da metodologia de cálculo da remuneração do capital, aplicável, no segmento de geração, à geração cotista e à nuclear.
- Ainda em 2019, foi aberta a Tomada de Subsídio Aneel no 06/2019, que trata da prestação de serviços auxiliares, assunto que recebe especial atenção, face à previsão de aumento de penetração de fontes renováveis intermitentes no setor elétrico brasileiro.

### Transmissão

A Resolução Homologatória no 2565/2019 estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2019-2020 (01/07/2019 a 30/06/2020). Em 31/12/2019 a RAP das Empresas Eletrobras foi da ordem de R\$ 11.493 milhões, representando um aumento de aproximadamente 6,76 % em relação a 2018.

#### RESUMO – CONSOLIDAÇÃO DA RAP 2019

(Em R\$ mil)					
Empresa	Resumo - Consolidação da RAP 2019				
	Corporativas Renovadas pela Lei 12.783/13 (O&M)		Corporativas não Renovadas (b)	RAP Corporativa (a+b)	Total SPEs *
	Corporativa renovada total (a)	Parcela RBSE			
Chesf	2.895,75	2.457,95	360,49	3.256,24	305,45
Eletronorte	1.528,39	1.314,26	493,04	2.021,43	290,20
Eletrosul	1.018,06	840,53	351,72	1.369,78	137,42
Furnas	4.546,12	2.800,78	239,92	4.786,04	462,26
Eletrobras	-	-	-	-	98,12
Amazonas GT	-	-	59,44	59,44	-
<b>Total</b>	<b>9.988,33</b>	<b>7.413,52</b>	<b>1.504,60</b>	<b>11.492,93</b>	<b>1.293,44</b>

\*Refere-se à participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

Os descontos de Parcela Variável (PV), parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão, mantiveram-se relativamente estáveis, não apresentando grandes variações percentuais.

Percentual de Perda Variável da RAP	2019	2018	2017
Anual	2,28%	2,16%	2,41%

Em 2019, ocorreu o Leilão no 002/2019 e não houve mudanças na metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) dos leilões prevista no Procedimento de Regulação Tarifária (Proret). Entretanto, o custo real de capital de terceiros, fator que compõe um dos parâmetros da Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC), foi reduzido de 6,94% para 6,61% ao ano.

Para aumentar a atratividade dos leilões de transmissão, a Aneel publicou três novas resoluções normativas e, também, consultas e audiências públicas

- Resolução Normativa Aneel no 846/2019: Aprovou os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e dispõe sobre diretrizes gerais da fiscalização da Agência.

- Resolução Normativa Aneel no 847/2019: Revogou a Resolução Normativa n o 709/2016 que tratava da separação das atividades operacionais e de holding das empresas de transmissão de energia elétrica. A revogação acabou um ponto controverso da regulação da agência que comprometia a competitividade dos leilões e impactava os processos de reestruturação societária das empresas. Desde maio de 2018, a Aneel tinha deixado de aplicar a regra da Resolução Normativa no 709/2016 nos leilões de transmissão, porque ela limitava a participação de investidores nos certames.
- Resolução Normativa Aneel no 853/2019: Estabeleceu as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica associada à disponibilidade e à capacidade operativa de Funções Transmissão Conversora (FT) e conversora de instalações de transmissão em Corrente Contínua em Alta Tensão (CCAT). As novas regras passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2020 e permitem a apuração adequada da qualidade do serviço prestado. Até então a Aneel aplicava os mesmos parâmetros de apuração de indicadores das instalações em corrente alternada;
- Audiência Pública no 009/2019: Definição de metodologia de cálculo e atualização da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica (WACC). A participação da Eletrobras foi realizada por meio de contribuição conjunta de suas controladas, visando à definição de um valor que seja adequado, justo e compatível com a realidade e os riscos vivenciados pelos segmentos;
- Audiência Pública no 026/2019: Aprimoramento da proposta de revisão dos requisitos do regime de operação das instalações de transmissão e de geração de energia elétrica estabelecidos nos Procedimentos de Rede. As Empresas Eletrobras, além da discussão e contribuição própria, também participaram dos debates sobre a teleassistência por meio da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia (Abrate).;
- Consulta Pública no 006/2019: Avaliação da necessidade de aprimoramento dos comandos regulamentares afetos à vida útil regulatória de equipamentos da transmissão. Tal aprimoramento decorre do desequilíbrio gerado pelo envelhecimento de grande parte dos ativos de transmissão. A remuneração das concessionárias de transmissão decorre essencialmente da aplicação da taxa regulatória de remuneração sobre a Base de Remuneração Regulatória Líquida, sendo que os ativos totalmente depreciados não fazem parte dessa Base e deixam de gerar retorno ao concessionário, o qual recebe apenas um valor equivalente às despesas de O&M desses equipamentos. A participação da Eletrobras foi realizada por meio de contribuição conjunta de suas controladas enviada pela Holding;
- Consulta Pública no 022/2019: Tomada de subsídios para a elaboração da Agenda Regulatória 2020/2021 da Aneel. A contribuição da Eletrobras tratou de temas para revisão e criação de normativos para dar tratamento regulatório à remuneração dos equipamentos de transmissão com vida útil esgotada, aperfeiçoar a regulamentação associada a reforços e melhorias e estabelecer regras de indenização para ativos não depreciados ou amortizados ao final ou extinção de contrato de concessão.

#### **10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

##### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

##### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

A Companhia, em decorrência da adoção do CPC 47/IFRS 15 e do CPC 48/IFRS 9 em 2018, está reapresentando sua demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e respectivas notas explicativas aplicáveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação. Adicionalmente, de acordo com o CPC 31 os montantes apresentados abaixo de 31 de dezembro de 2018 estão excluindo as operações descontinuadas conforme nota 48.

#### Demonstração do Resultado do exercício

	CONSOLIDADO		
	31/12/2018 Antes dos ajustes	Ajustes	31/12/2018 Depois dos ajustes
Receita Operacional Líquida	24.975.747	796.558 (b)	25.772.305
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	13.936.463	1.983.836 (a)/(b)	15.920.299
Resultado Financeiro	(578.073)	(796.558) (b)	(1.374.631)
Efeito na alienação de participações societárias	2.967.098	(2.967.098) (a)	-
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	17.710.338	(1.779.820)	15.930.518
Lucro Líquido das Operações Continuadas	15.226.621	(1.779.820)	13.446.801
Lucro (prejuízo) das Operações Descontinuadas	(1.879.043)	1.779.820	(99.223)
Lucro Líquido do Exercício	13.347.578	-	13.347.578

A Companhia aplicou alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. O impacto da adoção de novas normas e interpretações, bem como as novas políticas contábeis são divulgadas a seguir:

#### CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Leases (Arrendamentos)

A Companhia aplicou, em 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Leases (Arrendamentos), que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros até então aplicada de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo que representa a obrigação de efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Diante deste contexto, os contratos que contém arrendamento passaram a impactar as demonstrações financeiras da Companhia, da seguinte forma: (i) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento; (ii) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado; (iii) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados

nas atividades operacionais) na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

A Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada, aplicando os efeitos de adoção inicial da norma como ajustes ao saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019 sem a reapresentação das informações comparativas. Deste modo, todos os saldos comparativos seguem apresentados conforme as normas vigentes até 2018.

A Companhia adotou expedientes práticos que permitem a não aplicação da nova norma para contratos que não foram anteriormente classificados como arrendamento de acordo com a norma antiga, assim como para os contratos de arrendamento anteriormente classificados como arrendamento operacional (de acordo com a norma anterior), ativos e passivos foram reconhecidos na data da aplicação inicial de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, adotando os seguintes critérios de mensuração inicial:

- Passivo de arrendamento: o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial; e
- Ativo de direito de uso: mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento, antecipados ou acumulados, referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Os principais contratos de arrendamento identificados correspondem a imóveis, terrenos, veículos e equipamentos. O prazo do arrendamento avaliado para reconhecimento do arrendamento corresponde ao período não terminável, sendo que a maioria dos contratos não oferece opções de renovação.

Além dos mencionados acima, a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos para transição aos novos requerimentos:

- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos onde o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão;
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso; e
- Não foi realizado o reconhecimento do passivo de arrendamento daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 (data da aplicação inicial da nova norma), assim como para ativos de baixo valor. Contratos de arrendamento de baixo valor dizem respeito a ativos com valor igual ou inferior a R\$ 50 (cinquenta mil reais). Estes incluem, nomeadamente, contratos de aluguel de impressoras e computadores e outros equipamentos;
- Utilização de uma única taxa de desconto a cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental sobre empréstimo, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Através desta metodologia a Companhia obteve as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato, entre 1 e 13 anos. A taxa média ponderada para os contratos mensurados, de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2), foi de 8,82%.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12:

Prazos Contratos	Taxa % ao ano
1 ano	9,15%
2 anos	8,81%
3 anos	9,34%
5 anos	10,00%
7 anos	10,44%
10 anos	10,90%
20 anos	11,80%
30 anos	12,33%

O quadro abaixo demonstra os impactos da adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 nas informações contábeis, em 1º de janeiro de 2019:

	Adoção Inicial 01/01/2019	
	Ativo	Passivo
Ativo de direito de uso	340.225	-
Passivo de arrendamento	-	340.225

Adicionalmente, a tabela abaixo sumariza os montantes reconhecidos em função da adoção deste novo pronunciamento contábil às demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019
Demonstração dos Resultados do Exercício	
Depreciação e Amortização	81.177
Despesas financeiras	19.125
	31/12/2019
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:	
Depreciação e Amortização	81.177
Encargos - Leasing	21.781
Atividades de Financiamento	
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	115.366

A Companhia também tinha contratos classificados anteriormente como arrendamentos financeiros, descritos na nota 24, que não tiveram sua contabilização impactada pela adoção da nova norma.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Companhia: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua



posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Companhia avaliou os requerimentos da norma e não identificou impacto quando da sua adoção em 1º de janeiro de 2019.

### **Novas normas e interpretações ainda não vigentes**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Eletrobras ou não são aplicáveis às suas operações:

- Definição de um negócio (emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios) – em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020;
- Definição de materialidade (emendas ao IAS 1 e IAS 8) – em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020; e
- Alteração de estrutura conceitual – em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020.

### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

A Companhia adotou as normas (a) CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e (b) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, em 1º de janeiro de 2018 e não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado visto que a Companhia adotou expedientes práticos previstos nestas normas relativos a esta não reapresentação das informações comparativas.

#### **CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros**

##### **Classificação e Mensuração de ativos financeiros**

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Tal classificação e mensuração é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) nas características do fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentadas a seguir:

Modelo	Contexto
1 Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2 Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3 Demais modelos de negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxo de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em data específica, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo, sendo os demais modelos de negócios. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa quanto pela venda de ativos financeiros e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros. Os rendimentos dos juros são calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Classificação CPC 38/IAS 39	CONSOLIDADO		
		Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 01/01/2018
			79.613.681	69.128.733
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por Meio de Resultado	792.252	792.252
Clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	5.124.744	5.124.744
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	10.266.851	10.266.851
Direitos de Ressarcimento	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	8.076.826	8.076.826
Ativo Financeiro - Transmissão (*)	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	11.623.493	
Ativo Financeiro - Geração	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	4.659.487	4.659.487
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por Meio de Resultado	38.238.015	39.376.560
Ativo Financeiro - Valores a receber Parcela A	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	832.013	832.013
			331.588	331.588
Títulos e Valores Mobiliários	Mantidos Até o Vencimento	Custo Amortizado	331.588	331.588
			7.350.863	7.350.863
Títulos e Valores Mobiliários	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por Meio de Resultado	6.924.632	6.924.632
Instrumentos Financeiros Derivativos	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por Meio de Resultado	426.231	426.231
			3.950.774	3.950.774
Investimentos (Participações Societárias)	Disponíveis para venda	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	1.418.659	1.418.659
Ativo Financeiro - Distribuição	Disponíveis para venda	Valor Justo por Meio de Resultado	2.532.115	2.532.115

(\*) Os ativos financeiros de transmissão passaram a ser contabilizados como ativos de contrato conforme o CPC 47/IFRS 15, conforme descrito no item (b) desta nota.

#### Redução a valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é contabilizada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes.

O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Mensuração das provisões para perdas de acordo com as seguintes bases:

	CPC 48/IFRS 9
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Estabeleceu uma matriz de cálculo baseado nas taxas de perda esperadas para cada segmento de clientes das distribuidoras (residencial, industrial, comercial, rural e setor público), que possuem, em conjunto, características comuns de risco.

Um ativo financeiro é considerado pela Companhia como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras vigentes da Companhia.

A adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 gerou impactos nos segmentos de distribuição, e transmissão do Sistema Eletrobras no montante de R\$ 1.218.369, aumentando o saldo de lucros acumulados.

#### Contabilidade de hedge

Segundo o CPC 48/IFRS 9, ao aplicar pela primeira vez este pronunciamento para a contabilidade de hedge, a entidade pode escolher se continua aplicando os requisitos da contabilização de hedge do CPC 38/IAS 39 ou os requerimentos desta norma.

A Companhia optou por dar continuidade às exigências da contabilização de hedge do CPC 38/IAS 39. Sendo assim, não há impacto referente a este item da nova norma.

#### CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15.

#### Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica

Antes da adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia contabilizava receita de operação e manutenção, receita de construção e atualização da taxa de retorno de transmissão como itens separados e alocava a contraprestação (a receita anual permitida – RAP) para cada modalidade de receita utilizando o seu melhor julgamento à época.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia avaliou que existem duas obrigações de desempenho nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica sendo elas, a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade.

Antes da adoção do CPC 47/IFRS 15 a Companhia reconhecia ativos financeiros de transmissão de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 mesmo que o recebimento da contraprestação total estivesse condicionado à execução dos serviços necessários para a manutenção da disponibilidade das redes de transmissão.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, qualquer contraprestação cuja obrigação de desempenho tenha sido executada e transferida ao cliente, mas ainda não é devida deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia desreconheceu seus ativos financeiros de transmissão e novos ativos de contrato foram reconhecidos nos montantes de R\$ 1.598.460 no ativo circulante e R\$ 12.513.811 no ativo não circulante. A diferença entre esses saldos teve sua contrapartida registrada em lucros acumulados no montante de R\$ 2.485.587, em 1º de janeiro de 2018.

Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se o Grupo desempenhar suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é incondicional.

#### Receita do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Dentre outros aspectos, o CPC 47/IFRS 15 estabelece orientações diferentes do CPC 30/IAS 18 para situações onde a entidade precisa considerar se atua como principal ou agente, ou seja, quando outras partes são envolvidas no fornecimento de bens ou serviços para o cliente de uma entidade, esta deve necessariamente verificar se a sua obrigação de desempenho (o contrato) é fornecer o bem ou serviço diretamente (principal) ou providenciar que outra parte forneça o bem ou serviço (agente).

Na relação estabelecida entre a Eletrobras e os agentes/fornecedores do PROINFA, a Companhia conclui que os fornecedores detêm o controle da energia que geram ou têm capacidade de gerar e transferem diretamente para os consumidores o controle da energia, sem interferência significativa da Eletrobras. Portanto, neste caso, a Eletrobras não tem condições de determinar ou de interromper o fornecimento de energia, exceto se o fornecedor não atender as condições de credenciamento estabelecidas pela regulação que criou o PROINFA. Neste sentido, com base nos requerimentos contidos no CPC 47/IFRS 15, a Companhia concluiu que atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subsequentemente vendidos ao consumidor, conforme apresentado acima, havendo assim uma modificação no papel da Eletrobras, considerando as mudanças conceituais no modelo de “riscos e benefícios” da norma CPC30/IAS 18, principalmente a desconsideração do risco de crédito e a menor ênfase quanto à responsabilidade da Eletrobras pela aceitação quanto à fonte de energia gerada e capacitação do fornecedor credenciado por ela, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas, custos e receitas financeiras dessas operações estão sendo apresentadas líquidas na mesma linha na demonstração de resultados.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados.

A tabela seguir resume os impactos, líquidos de impostos, da adoção do CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

	<b>Adoção CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9</b>		
	<b>31/12/2017</b>	<b>Ajustes</b>	<b>01/01/2018</b>
<b>ATIVO</b>			
Ativo Contratual Transmissão	-	13.748.933	13.748.933
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	57.885.123	(10.284.275)	47.600.848
PCLD Clientes	600.835	79.824	680.659
Outros	114.489.401	-	114.489.401
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>172.975.359</b>	<b>3.544.482</b>	<b>176.519.841</b>
<b>PASSIVO</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.901.931	1.016.813	9.918.744
Outros	121.320.896	-	121.320.896
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>130.222.827</b>	<b>1.016.813</b>	<b>131.239.640</b>
Lucros acumulados	-	2.527.669	2.527.669
Outros	42.752.532	-	42.752.532
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>42.752.532</b>	<b>2.527.669</b>	<b>45.280.201</b>

### **Novas normas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas**

No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor no exercício iniciados em 1º de janeiro de 2018. Tais alterações e melhorias anuais não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e estão descritas a seguir:

Revisão IFRS 10/CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Esclarece que em uma transação entre investidor e associado ou joint venture, o reconhecimento do ganho ou perda depende se os bens vendidos ou contribuídos constituem um negócio. A atualização do IASB é apenas para deixar claro que essa escolha deverá ser realizada separadamente, para cada coligada ou joint ventures ao valor justo, por meio do resultado. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações ICPC 21/IFRIC 22 – Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

Essa interpretação auxilia na determinação da data de transação quando ela ocorre em moeda estrangeira. Abordando como deve ser definido a “data de transação” com o objetivo de determinar a taxa de câmbio ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

### **Novas normas e interpretações ainda não vigentes**

IFRS 16/CPC 06 – Leases (Arrendamentos)

O CPC 06(R2)/IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (que abrange o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma supracitada

distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se um ativo identificado é controlado por um cliente.

O CPC 06(R2) /IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia através de suas controladas atua como arrendatária e reconhece atualmente uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhece ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia reconhecerá, a partir da adoção da nova norma, novos ativos relativos ao direito de uso dos bens e passivos de arrendamento para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá uma despesa ou custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, em montante total diferente daquele atualmente apresentado na despesa de alugueis, impactando o resultado bruto, o resultado operacional antes do resultado financeiro, o resultado líquido do exercício e outros subtotais da demonstração de resultados.

Atualmente a Companhia está no processo de implementação desta norma e avaliação do impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) /IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia está identificando os contratos que possuem leasing, determinando se detém o direito incondicional de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso dos ativos e analisando as taxas de desconto aplicáveis para os grupos de ativos identificados. Até o momento a Companhia identificou aproximadamente 318 contratos de leasing que são em sua maioria referentes a locações de imóveis para uso administrativo, veículos e alguns equipamentos de escritório.

#### Transição

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar um regime de transição para adoção da norma utilizando uma: (i) abordagem retrospectiva; ou (ii) abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, aplicando inicialmente os efeitos de adoção inicial da norma como ajustes ao saldo de abertura de lucros acumulados sem a reapresentação das informações comparativas.

A Companhia pretende aplicar o expediente prático que permite a não aplicação da nova norma CPC 06(R2)/IFRS 16 para contratos que não foram anteriormente classificados como leasing de acordo com a antiga norma CPC 06(R1)/IAS 17. Para os contratos de arrendamento anteriormente classificados como arrendamento operacional (de acordo com a norma anterior - CPC 06(R1)/IAS 17),

ativos e passivos serão reconhecidos na data da aplicação inicial de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, considerando:

O passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes descontados utilizando a taxa incremental de empréstimos do arrendatário, considerando uma transação de valor, prazo, garantias e demais características similares e;

O ativo mensurado ao valor equivalente ao passivo de arrendamento ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A Companhia pretende ainda aplicar isenções para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos para os quais o prazo do arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial e para itens cujo ativo subjacente seja de baixo valor, podendo este ser pequenos itens mobiliários de escritório, telefones e computadores.

Além disso a Companhia pretende adotar uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

Arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros

Como a Companhia optou pela transição para esta norma pela abordagem retrospectiva modificada, para os arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros, a Companhia continuará contabilizando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor atualmente registrado e divulgado na nota explicativa.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Companhia: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa nova norma, considerando que adotará o método retrospectivo modificado quando da sua adoção.

### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**

O International Accounting Standards Board – IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes (a Companhia não adotará antecipadamente):



## IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento traz são:

- i. Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
  - ii. Novo modelo de impairment para ativos financeiros, com base em perdas esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
  - iii. Alteração das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
- Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e juros são geralmente mensurados ao custo amortizado.

Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuem termos contratuais que estabelecem unicamente pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI).

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A Companhia está avaliando e documentando os modelos de negócios para os seus ativos financeiros, divulgados na nota 46. Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

Ativo financeiro oriundos dos Contratos de Concessão:

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um de dois (ativo intangível e/ou ativo financeiro), modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato.

No segmento de transmissão a Companhia considera que não se encontra exposta a riscos de demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, e, portanto, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

Para todos os segmentos da Companhia, o ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Com a IFRS 9/CPC 48 a companhia avaliou que o ativo financeiro proveniente do direito incondicional de receber caixa durante a operação do ativo, atualmente classificado como empréstimos e recebíveis, continuará a ser avaliado pelo custo amortizado.

A companhia está avaliando alterar a forma de mensuração da parcela do ativo financeiro que se realizará através de indenização para valor justo por meio do resultado. Não são esperados impactos materiais advindos desta mudança.

- Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros

Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido na IFRS 9/CPC 48 resultará em reconhecimento antecipado de certas perdas de crédito, assim como requer que a Companhia revise suas atuais políticas de provisionamento. Todavia, até este momento, a Companhia ainda não concluiu a mensuração do eventual impacto desta alteração.

- Passivos financeiros

A Companhia não espera designar passivos financeiros como valor justo através do resultado. Desta forma, não são esperados impactos materiais relacionados à classificação dos passivos financeiros quando da adoção da IFRS 9/CPC 48.

- Contabilidade de hedge

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38 (hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo e hedge de investimento líquido no exterior). A IFRS 9/CPC48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi revisado, não sendo mais requerida sua avaliação retrospectiva, e substituído pelo princípio da “relação econômica”, assim como foi eliminada necessidade de avaliação de uma efetividade no intervalo de 80% a 125%. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos da Companhia.

A Companhia não espera impactos relevantes nas transações atualmente designadas como hedge accounting, divulgadas em nota explicativa da Demonstração Financeira de 2017, visto que a Companhia pretende manter a política contábil atual de hedge, conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48.

- Divulgações

A IFRS 9 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de hedge e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia está realizando uma análise para identificar possíveis alterações nos processos atuais em decorrência destas novas normas e trabalhará na implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender as mesmas nas demonstrações financeiras a partir do período da sua adoção.

- Transição

A Companhia adotará a isenção que permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48, serão reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

#### IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

1. Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.

3. Determinar o preço da transação.
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

A Companhia auferе receitas provenientes principalmente das seguintes fontes:

a) Suprimento e fornecimento de energia elétrica (geração e distribuição)

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo faturado medido pela tarifa vigente, além de reconhecer a receita não faturada através de estimativa, correspondente ao do consumo de energia medido na data da última leitura e o encerramento do período das demonstrações financeiras.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento. A Companhia está avaliando se algum cliente seu se encontra nessa situação e espera que os eventuais impactos, se houver, não serão relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas.

Quanto à receita de fornecimento do segmento de distribuição, a ANEEL avalia a qualidade do serviço oferecido aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação da duração e da frequência das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Uma vez descumpridos os indicadores individuais, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. Desta forma, a Companhia procederá a reclassificação dos valores ressarcidos pelo descumprimento dos indicadores individuais para suas receitas com fornecimento em torno de R\$ 15,5 milhões baseado em valores de 2017, reduzindo os valores líquidos das receitas divulgadas nas demonstrações financeiras, devido a sua natureza de desconto. Quanto aos indicadores coletivos, por possuírem uma natureza de multa a ser recolhida pela Companhia, estes continuarão a ser tratados como uma despesa operacional.

b) Venda na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das

Diferenças (PLD). Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha impactos sobre esta receita em suas demonstrações financeiras.

c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

Essa receita é constituída pelo serviço de disponibilização da rede de distribuição e remunera a Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto nesta categoria de receitas em suas demonstrações financeiras.

d) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

Corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre esta receita em suas demonstrações financeiras.

e) Receita de construção da infraestrutura da concessão

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia é remunerada principalmente por aprimoramento da infraestrutura para prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual à zero, pois toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura, para que na exploração desta obtenha-se as receitas da atividade fim. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

f) Receita de operação e manutenção

Corresponde a um percentual do faturamento da receita anual permitida - RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, a fim de evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

g) Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser inerentes aos seus segmentos ou receitas de atividades acessórias, conforme descrito na nota 39. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

- Transição

A Companhia adotará a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

#### IFRS 16/CPC 06 – Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma supracitada distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se um ativo identificado é controlado por um cliente.

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia possui contratos que se enquadrariam no escopo dessa nova norma e a análise dos impactos da adoção desse pronunciamento quanto ao método de transição para o reconhecimento do direito de uso dos ativos em contrapartida de uma obrigação ainda não foi concluída, devido à complexidade do novo pronunciamento e o número de contratos que possivelmente se enquadrariam no escopo dessa norma. Dessa forma, não foi possível estimar os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: (i) abordagem retrospectiva; ou (ii) abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a segunda abordagem. Sendo assim, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Eletrobras está avaliando o impacto potencial dos referidos expedientes.

- Revisão IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)

Esclarece que em uma transação entre investidor e associado ou joint venture, o reconhecimento do ganho ou perda depende se os bens vendidos ou contribuídos constituem um negócio. A atualização do IASB é apenas para deixar claro que essa escolha deverá ser realizada separadamente, para cada coligada ou joint ventures ao valor justo, por meio do resultado. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

- Alterações IFRS 2

Esclarece que os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de

pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

- Alterações IAS 40/CPC 28

Esclarece os requisitos relativos às transferências de ou propriedades de investimentos, refletindo situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após a 1º de julho de 2018.

- Alterações ICPC 01/IFRIC 22

Essa interpretação auxilia na determinação da data de transação quando ela ocorre em moeda estrangeira. Abordando como deve ser definida a "data de transação" com o objetivo de determinar a taxa de câmbio ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

- Alterações IFRIC 23

Essa interpretação aborda a determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas quando sobre os tratamentos fiscais de acordo com o IAS 12 – Income Taxes. Considera especificamente: (i) se os tratamentos fiscais devem ser considerados coletivamente; (ii) pressuposto de que as autoridades fiscais têm o direito de examinar qualquer montante reportado; (iii) determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas; e (iv) efeito das mudanças nos fatos e circunstâncias. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

- Alterações à IFRS 1 e à IAS 28

Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014 -2016. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

## **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A Companhia adotou as normas (a) CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e (b) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, em 1º de janeiro de 2018 e não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado visto que a Companhia adotou expedientes práticos previstos nestas normas relativos a esta não reapresentação das informações comparativas.

A tabela seguir resume os impactos, líquidos de impostos, da adoção do CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

	<b>Adoção CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9</b>		
<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Ajustes</b>	<b>01/01/2018</b>
Ativo Contratual Transmissão	-	13.748.933	13.748.933
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	57.885.123	(10.284.275)	47.600.848
PCLD Clientes	600.835	79.824	680.659
Outros	114.489.401	-	114.489.401
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>172.975.359</b>	<b>3.544.482</b>	<b>176.519.841</b>
<b>PASSIVO</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.901.931	1.016.813	9.918.744
Outros	121.320.896	-	121.320.896
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>130.222.827</b>	<b>1.016.813</b>	<b>131.239.640</b>
Lucros acumulados	-	2.527.669	2.527.669
Outros	42.752.532	-	42.752.532
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>42.752.532</b>	<b>2.527.669</b>	<b>45.280.201</b>

### c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

#### Ênfase

Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto, conforme mencionado na Nota 15.8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresenta perdas contínuas em suas operações, passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes. A controlada Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) e as investidas controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., ESBR Participações S.A., e Teles Pires Participações S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2019. As circunstâncias das controladas e controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto."

A Amazonas GT é uma empresa do Sistema Eletrobras, cuja as ações foram transferidas em 2020 da Holding para a Eletronorte recentemente, como parte de um processo de otimização da estrutura societária da Companhia.

No caso da Eletronuclear, outra controlada do Sistema Eletrobras, a sua recuperação passa pela decisão sobre Usina de Angra3, que conforme divulgado pela companhia está em fase de estudos finais para a definição do modelo de estruturação societária.

Em relação as Sociedades de Propósito Específico nas quais a companhia possui participação acionária, a Eletrobras acompanha o desempenho das mesmas e procura através de sua participação minoritária nos referidos empreendimentos, melhorar a performance das mesmas em conjunto com os demais sócios.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

#### Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 14 e 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresenta perdas



contínuas em suas operações, passivo a descoberto e capital de giro negativo, a controlada Eletrobras Termonuclear SA (Eletronuclear) apresenta capital de giro negativo, e as investidas controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., ESBR Participações S.A., e Teles Pires Participações S.A. apresentam capital de giro negativo relevante em 31 de dezembro de 2018.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 e 46 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Amazonas Distribuidora teve seu leilão de privatização efetuado em 10 de dezembro de 2018. A Companhia tem expectativa que a efetiva venda desta distribuidora seja concluída com a assinatura do contrato de compra e venda de ações, conforme cronograma estabelecido no leilão de desestatização.

A continuidade operacional das controladas e controladas em conjunto mencionadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas e/ou da concretização do processo de desestatização acima citado. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

A Companhia mantém investimentos nas empresas controladas e SPE's citadas na ênfase acima, as quais vêm investindo valores significativos. Esses investimentos, de acordo com as estimativas da administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. Os valores de alguns desses projetos citados já possuem valores de ativos realizáveis ajustados por provisões de impairment.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

#### Ênfase

##### Continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

"Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas de geração Eletrobras Termonuclear SA (Eletronuclear), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) e Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresentam perdas contínuas em suas operações, capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto, e as investidas controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., e Teles Pires Participações S.A. apresentam capital de giro negativo relevante em 31 de dezembro de 2017.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por decisão da 170ª. Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobras em 8 de fevereiro de 2018, foi aprovada a venda das ações de titularidade da Eletrobras das controladas distribuidoras de energia Companhia Energética do Piauí - CEPISA; Companhia Energética de Alagoas - CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON; Boa Vista Energia S.A; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmD, em leilão de desestatização associado à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas dessas controladas e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, até 31 de julho de 2018, bem como o atendimento de certas condições precedentes em relação à CEAL e à AmD. A 170ª. AGE deliberou ainda pela dissolução e liquidação da(s) respectiva(s) Distribuidora(s) em caso de não cumprimento das condicionantes previstas para a privatização até o prazo estabelecido pela citada AGE, o que também deverá ocorrer conforme a 169ª. AGE da Eletrobras, caso não seja garantido pela ANEEL e/ou pelo Poder Concedente, o direito à prestação de serviços de distribuição, de forma temporária, até a efetiva transferência do controle acionário limitado a 31 de julho de 2018, mediante remuneração adequada.

A continuidade operacional das controladas e coligadas mencionadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas e/ou do sucesso em leilão de desestatização. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos."

A opinião do Auditor Independente não contém ressalva em função desse assunto.

Conforme reportado nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as controladas de geração Eletrobras Termonuclear SA (Eletronuclear), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) e Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresentam perdas contínuas em suas operações, capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto.

A continuidade operacional das empresas citadas depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e demais acionistas.

Em relação às Distribuidoras, cabe desta destacar que, em 8 de fevereiro de 2018, a 170ª Assembleia Geral Extraordinária ("170ª AGE") aprovou a venda das controladas das ações de titularidade da Eletrobras das controladas distribuidoras de energia Companhia Energética do Piauí - CEPISA; Companhia Energética de Alagoas - CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON; Boa Vista Energia S.A; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - Amazonas Energia, na qual as mesmas foram classificadas como Ativos mantidos para venda, com exceção da CEAL e Amazonas Energia, que foram classificadas como operações descontinuadas.

Caso o leilão das distribuidoras supracitadas não seja realizado no prazo estabelecido na 169ª Assembleia Geral Extraordinária ("169ª AGE"), 31 de julho de 2018, as mesmas serão liquidadas, conforme aprovado em assembleia.

Para as Distribuidoras que foram classificadas como Ativos mantidos para venda, entendemos que a sua continuidade está relacionada ao sucesso ou insucesso dos leilões de desestatização a serem realizados pela Companhia. A Eletrobras está realizando todos os esforços para manutenção do cronograma e realização das atividades necessárias para a concretização da venda das mesmas.

Já as Distribuidoras classificadas como operações descontinuadas, apresentam sua venda vinculada a condicionantes, a desverticalização da Amazonas Energia e a celebração e homologação judicial de acordo relativo ao pagamento de diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser da CEAL, além do ao sucesso ou insucesso dos leilões de desestatização a serem realizados pela Companhia. A Eletrobras está realizando todos os esforços para manutenção do cronograma e realização das atividades necessárias para a concretização da venda das mesmas.

**10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas

subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

#### Ativo e passivo fiscais diferidos

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Nota 11).

#### Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para compra e venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista.

#### Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos (Nota 31). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de toda a usina assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

## Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Nota 29).

## Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando há obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. (Nota 30).

## Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9, que estabeleceu uma matriz de cálculo com base nas taxas de perda esperadas de clientes.

Consideramos um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito conosco sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com nossas regras atuais.

## Avaliação de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, como fluxos futuros contratuais esperados, prazos de recebimentos de recebimento destes fluxos e taxas de desconto. A Nota 43 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

## Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas ao custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Nota 33).

## Avaliação dos ativos contratuais de transmissão

A Administração da Companhia utilizou as seguintes principais premissas para avaliar os ativos contratuais de transmissão: (i) a data de renovação da concessão como medida inicial dos contratos de concessão renovados; (ii) data de assinatura do contrato como a melhor estimativa da data de início da operação para os novos contratos de concessão; (iii) RAP estabelecida no contrato de concessão como base para computar o fluxo de caixa da concessão; (iv) o montante esperado de investimentos e custos a serem feitos na concessão como base para atribuição de margens de construção e de O&M; (v) data de início da operação, conforme estabelecido nos contratos de concessão; (vi) prazo da concessão a ativos residuais como melhor estimativa para cálculo de indenização ao final do prazo da concessão; (vii) taxa de juros de mercado compatível com a taxa que reflete o risco de crédito da contraparte; (viii) receita de construção calculada de acordo com o contrato de concessão e investimento de referência; e (ix) custo de construção conforme incorrido. Nossas melhores estimativas são baseadas em todas as informações disponíveis no momento em que foram registradas. No entanto, os valores e as circunstâncias reais podem ser diferentes e essas estimativas podem ser atualizadas à medida que novas informações se tornam disponíveis.

## Mensuração de instrumentos financeiros para os ativos de transmissão da RBSE – Valor justo

A Administração da Companhia mensurou a parcela dos ativos de RBSE com as principais premissas: (i) estimativa do fluxo financeiro da Receita Anual Permitida (RAP) com os critérios estabelecidos na Portaria MME 120 e nos cálculos da ANEEL; (ii) prazo de recebimento inicial de 8 anos, conforme estabelecido pela ANEEL; (iii) segregação da parcela da remuneração “ke” considerando um prazo adicional de 12 meses no fluxo de caixa em virtude da não inclusão deste componente no ciclo tarifário atual; e (iv) taxa de desconto baseada na taxa WACC regulatório (Vide nota 17). As melhores estimativas da Companhia são baseadas em todas as informações disponíveis no momento em que foram registradas. No entanto, os valores e as circunstâncias reais podem ser diferentes e essas estimativas podem ser atualizadas à medida que novas informações se tornam disponíveis.

## 10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Todos os ativos e passivos detidos pela Eletrobras estão registrados no balanço patrimonial. A Eletrobras não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Eletrobras que não aparecem no balanço patrimonial.

#### **b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.

#### **10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.

##### **a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.

##### **b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.

##### **c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.

#### **10.8 – Plano de Negócios**

##### **a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

#### **Investimentos de Capital**

##### **Investimentos Realizados**

Os investimentos do Sistema Eletrobras somaram R\$ 3.328 milhões, o que corresponde a 58,3% do orçamento de 2019. Deste total, R\$ 2.488 milhões correspondem a gastos corporativos e R\$ 840 milhões em parcerias. Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R\$ 2.049 milhões em Geração, R\$ 1.068 milhões em Transmissão e R\$ 211 milhões em outros (Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Comparado a 2018, observa-se um acréscimo de 34,5% no total do investimento corporativo no segmento de geração em contrapartida a um decréscimo de 33,7% no segmento de transmissão. No investimento em parcerias, houve uma queda em relação a 2018, no total aplicado

em geração e um aumento em transmissão.

As realizações de 2019 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispendios Globais e a Portaria M.E no 563/2019 e Lei no 13.808/2019.

## INVESTIMENTOS REALIZADOS

(R\$ milhões)

Investimento (Corporativo + Parcerias)	Orçado 2019	% 2019	Realizado 2019	Realizado 2018	Realizado 2017
<b>Geração</b>	<b>2.827</b>	<b>72%</b>	<b>2.049</b>	<b>2.214</b>	<b>2.512</b>
Implantação Corporativa	977	72%	703	593	759
Ampliação Corporativa	272	70%	190	84	3
Manutenção	925	53%	487	351	208
Expansão SPEs	654	102%	669	1.186	1.542
<b>Transmissão</b>	<b>2.516</b>	<b>42%</b>	<b>1.068</b>	<b>1.430</b>	<b>1.668</b>
Implantação Corporativa	12	24%	3	18	44
Ampliação e Reforços e Melhorias	1.399	49%	691	1.042	729
Manutenção	735	28%	203	293	273
Expansão SPEs	369	46%	171	77	622
<b>Distribuição</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>756</b>	<b>865</b>
Ampliação Corporativa	-	-	-	331	467
Manutenção Corporativa	-	-	-	203	199
LPT (Dist) Corporativa	-	-	-	222	199
<b>Outros<sup>(1)</sup></b>	<b>362</b>	<b>58%</b>	<b>211</b>	<b>200</b>	<b>168</b>
<b>Total</b>	<b>5.705</b>	<b>58%</b>	<b>3.328</b>	<b>4.600</b>	<b>5.213</b>

(1) Outros: Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental

Geração – Destaca-se o investimento de R\$ 650 milhões na usina nuclear de Angra III, para a manutenção de atividades essenciais necessárias para preservação das obras civis, dos equipamentos já instalados no canteiro de obras e dos equipamentos estocados nos almoxarifados da Eletronuclear. Houve, por outro lado, o cancelamento dos contratos de montagem eletromecânica; suspensão de contrato de obras civis, suspensão temporária dos contratos frustrando a realização em aproximadamente 27%.

Outro destaque é a finalização do overhaul da usina termelétrica de Candiota, onde foram liberados R\$216 milhões, correspondendo a 72% do total orçado no Plano de Negócios para esta usina. O parque eólico de Casa Nova, da controlada Chesf, enfrentou problemas com vandalismo e com fornecedores o que acabou tendo reflexos negativos na retomada da obra resultando em uma realização de R\$ 31 milhões no período, 41% do orçamento.

Foram investidos ainda R\$ 265 milhões na usina hidrelétrica (UHE) Sinop; R\$ 138 milhões na SPE ESBR, responsável pela UHE Jirau; e R\$ 126 milhões nos Complexos Eólicos Pindaí, que teve a entrada em operação de 35 dos 55 aerogeradores. Esses projetos em parcerias representaram 80% dos investimentos realizados por meio de SPEs, em 2019.

Transmissão – As aplicações em Ampliação e em Reforços e Melhorias corresponderam 77% do Investimento Corporativo. As frustrações deram-se, principalmente, por problemas com obtenção de licenças ambientais, atrasos e ausência de autorizações da Aneel. No que tange às SPEs, destacam-

se os investimentos de R\$ 130 milhões nas SPEs Mata de Santa Genebra e de R\$ 34 milhões na Transmissora Delmiro Gouveia, com a compra, pela Chesf, de 27,69% do capital desta SPE, assumindo assim o controle da empresa. A Transnorte Energia, responsável pelo projeto da linha de transmissão Manaus-Boa Vista, deixou de investir R\$ 329 milhões devido a não retomada das obras em função da ausência de licença de instalação do empreendimento, que está em tratativas entre a SPE, Funai e Ibama.

PDNG 2019-2023

## Planejamento Estratégico

Até o fechamento deste Relatório o PDNG 2020-2024 está sendo analisado pela Administração e quando aprovado a companhia divulgará Fato Relevante.

Com a missão de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, a Eletrobras quer se colocar em 2030 entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.	Estar entre as 3 maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foco em resultados;</li> <li>Ética e transparência;</li> <li>Empreendedorismo e inovação;</li> <li>Valorização e comprometimento das pessoas;</li> <li>Sustentabilidade.</li> </ul>

A Companhia está presente nos principais projetos estruturantes do país, participando ativamente da expansão do sistema elétrico brasileiro com papel fundamental na construção do Sistema Interligado Nacional, exercendo assim os objetivos de sua criação.

Em dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2019 a 2023 (PDNG 2019-2023), sendo um desdobramento do Plano Estratégico 2015-2030. As principais iniciativas foram divulgadas ao mercado por meio do Fato Relevante datado de 27/12/2018. O processo contou com uma evolução significativa no nível de acompanhamento e diligência por parte dos órgãos de governança da Companhia.

As principais realizações do PDNG 2019-2023, para cada uma das Diretrizes Estratégicas estão relacionadas abaixo, uma vez que, até o fechamento deste Relatório, o PDNG 2020-2024 segue em fase de análise pela Administração e quando aprovado, a Eletrobras divulgará como Fato Relevante.

### Crescimento Rentável:

- Entrega do projeto de lei de desestatização da Eletrobras;
- A Usina Térmica Nuclear (UTN) Angra 3 foi incluída, em julho de 2019, no Programa de Parceria de Investimentos (PPI).
- Conclusão de estudos de cenários para descotização e para a UHE Tucuruí.



- Refinanciamento em 2020 dos bonds que venceriam em 2021.
- Aumento de capital no valor de R\$ 7.467 milhões

### Governança e Integridade Empresarial

- Aprovação da nova política de gestão de riscos e mapa de riscos por todos os conselhos da Holding e controladas;
- Criação da unidade de apuração de denúncias;
- Elaboração do Regulamento do Programa de Integridade – Compliance.

### Excelência Operacional

- Economia estimada de R\$ 746 milhões/ano com 1.726 desligamentos no Plano de Demissão Consensual.
- Definidos os planos de ação da 1ª fase do Orçamento Base Zero (OBZ);
- Aprovação da incorporação da CGTEE e Eletrosul;
- Contrato de compra e venda da Amazonas GT previsto para 1º Trimestre de 2020;
- Go Live (ERP) em todas as subsidiárias

### Atuação Sustentável

- Início do procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019 das SPEs remanescentes;

### Valorização das Pessoas

Implantação da padronização dos critérios de segurança do trabalho;

Na figura a seguir, constam os resultados alcançados no ano de 2019 dos principais desafios das Diretrizes Estratégicas reunidos no Desafio 22 – Excelência Sustentável:

#### RESULTADOS DE 2019 PARA CADA DIRETRIZ ESTRATÉGICA



**b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Em 27/03/2019, a Eletrobras promoveu o aumento de capital na Chapada do Piauí I Holding, no valor de R\$6,8 milhões.

A Eletrobras subscreveu, em 13/09/2019, 446.785 Units ao valor de R\$4,6 milhões de forma a manter a sua participação acionária em relação ao total do Capital Social da AES Tietê Energia em 7,94% dado a mesmo fez uma operação de aumento de capital.

Na SPEs Hermenegildo III foi aprovado via Assembleia de acionistas, aumento de capital, no montante de R\$11,8 milhões mediante a integralização de AFAC. Dessa forma, a participação da Eletrobras, no aporte através de AFAC, foi de R\$11,8 milhões correspondentes a 11.833.949 ações ordinárias. Após a capitalização da Hermenegildo III, a participação societária da Eletrobras passou a ser de 167.921.409 ações ordinárias, equivalente a 99,99% do total do Capital Social da Hermenegildo III.

A Eletrobras participou do aumento de capital na Chapada do Piauí II Holding, aportando o montante de R\$24,5 milhões. A Eletrobras também aportou R\$19,6 milhões na Chapada do Piauí I Holding, em virtude do seu aumento de capital ocorrido no dia 26/12/2019.

Ao longo de 2018, a Eletrobras recebeu 60 SPEs por meio de dação em pagamento das empresas Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul. Apesar desta quantidade de SPEs, a Eletrobras realizou aportes de capital em apenas duas SPEs, quais sejam: na SPE Hermenegildo III, proporcional a sua participação acionária de 99,99%, que totalizaram R\$ 11,8 milhões; e na SPE Norte Energia, proporcional a sua participação acionária de 15%, que totalizaram R\$ 140,7 milhões, da mesma forma as controladas Chesf e Eletronorte realizaram aportes na SPE Norte Energia no montante total de R\$ 328,1 milhões, referentes às suas participações.

Em 17 de novembro de 2017, a subsidiária Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul") assinou o Acordo Estruturante com a Shanghai Electric Group Co. Ltd. e CHINA-LAC Industrial Cooperation Investment Fund Co. Ltd, com a interveniência da Eletrobras. O referido acordo tem por objetivo a transferência de 100% (cem por cento) dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica, objeto do contrato de concessão ANEEL Nº 001/2015 (Leilão ANEEL nº 004/2014 – Lote A), para Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser criada pela Shanghai Electric, bem como as condições para a constituição de parceria futura na referida SPE. A referida transferência depende da aprovação pelos órgãos regulatórios brasileiros, conforme legislação aplicável.

Em fevereiro de 2017, foi efetivada a transferência do controle acionário da Celg-D.

A Eletrobras subscreveu novas ações da CTEEP (Companhia Transmissão Energia Elétrica Paulista) e da AES Tietê Energia S.A, tendo desembolsado, respectivamente, R\$ 81,5 milhões e R\$12,2 milhões com o objetivo de não diluir a sua participação acionária em relação ao capital social total dessas empresas, que é de 35.4% e 7,94% respectivamente no capital social das referidas sociedades.

Em 2017, a Eletrobras realizou aportes de capital na SPE Norte Energia, proporcional a sua participação acionária de 15%, que totalizaram R\$ 173,7 milhões. As controladas Chesf e Eletronorte realizaram aportes na mesma SPE no montante total de R\$ 405,1 milhões, referentes às suas participações

A Eletrobras realizou aportes de capital na SPE Norte Energia, proporcional a sua participação acionária de 15%, que totalizaram R\$ 600 milhões em 2016. As controladas Chesf e Eletronorte realizaram aportes na mesma SPE no montante total de R\$ 1.399,2 milhões, referentes às suas participações.

**c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

#### Projetos de Pesquisa Desenvolvidos pelo CEPEL

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) contribui para a manutenção de uma infraestrutura tecnológica avançada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) em equipamentos e sistemas, de forma a atender as características singulares do setor elétrico brasileiro. Em 2019, merecem destaque dois projetos de P&D Aneel na carteira da State Grid; a assinatura de convênio com o Centro de Engenharia e Desenvolvimento (CEiiA), Portugal; a inauguração do Laboratório de Sistemas Fotovoltaicos - Simulador Solar (LabSol), como resultado da carteira de projetos da Petrobras (Associada Especial do Cepel); a conclusão dos projetos "Sistema BD Motor"; e a admissão da Amazonas GT como Associado Especial do Cepel, com uma carteira de projetos para fazer frente às necessidades da empresa e apoio técnico em procedimento de medição e análises dos Reatores da subestação Coletora Porto Velho (Eletronorte). Para o desenvolvimento dos projetos do Cepel, em 2019 foram investidos R\$ 237,9 milhões em contratos de projetos de P&D, serviços tecnológicos, licenciamento de programas e realização de ensaios, sendo que as Empresas Eletrobras aplicaram R\$ 196 milhões, no atendimento de sua obrigação estatutária, e o restante correspondeu ao aporte de outros Associados Especiais.

#### Áreas de Atuação do Cepel

(Em R\$ mil)

<b>Aportes de Recursos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Variação (%)</b>
Automação de Sistemas	29.542	27.031	<b>9,29%</b>
Otimização Energética e Meio Ambiente	40.401	30.150	<b>34,00%</b>
Linhas e Estações	34.436	38.300	<b>-10,09%</b>
Redes Elétricas	22.938	24.011	<b>-4,47%</b>
Tecnologias da Distribuição	13.355	13.706	<b>-2,56%</b>
Materiais, Eficiência Energética e Geração	25.386	25.286	<b>0,40%</b>
Pesquisa Experimental	71.794	55.247	<b>29,95%</b>
<b>Total</b>	<b>237.852</b>	<b>214.094</b>	<b>11,10%</b>

#### Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

Em 2019, os projetos de melhoria contínua tiveram como foco utilizar metodologias ágeis para definir e otimizar os ciclos, em especial de gestão dos contratos estratégicos, do processo de fechamento, consolidação e análise das demonstrações contábeis e do sistema de gestão de denúncias.

#### Governança de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de planejamento das ações de TI para apoiar as necessidades estratégicas das Empresas Eletrobras. Foram investidos,

aproximadamente R\$ 6 milhões, em aquisição de equipamentos mais modernos, destinados a proteção da rede de dados e acesso à Internet e cerca de R\$ 40 milhões entre licenciamentos SAP, serviços de suporte e serviços de implantação da Instância Única. Em 2019, o Comitê de Tecnologia da Informação e Telecomunicação das Empresas Eletrobras (Cotise) foi o responsável por:

- » Implantação do SAP Instância Única (SAP IU) nas empresas Eletrobras foi finalizado, em janeiro de 2020, com a inclusão da Eletronorte, a última a ser anexada ao sistema, atingindo o objetivo principal do Programa de Implantação do Padrão de ERP (ProERP).
- » Utilização do Business Intelligence e Analytics nas Empresas Eletrobras referentes as bases de dados das soluções integradas;
- » Padronização do Centro de Serviços Compartilhados, visando otimizar e agilizar, por meio de definição do processo, metodologia e *framework* de desenvolvimento;
- » Gestão unificada de demandas de TI das Empresas Eletrobras, incluindo um processo único para otimizar os atendimentos, possibilitando novas soluções integradas;
- » Implantação dos módulos Process Control (PC) e Risk Management (RM), da suíte SAP-Governance, Risk and Compliance (GRC), com objetivo de aprimorar a gestão de riscos e controles associados às Empresas Eletrobras.

Para o ano de 2020 estão previstas implantações de processos de gestão integrada, gestão fiscal, gestão de documentos, além de soluções de robotização e de inteligência artificial, como nova força de trabalho digital, proporcionando melhores processos através da automação e do uso mais eficiente dos recursos humanos. Encontra-se em andamento, também, em todas as Empresas Eletrobras, o projeto relacionado à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esse projeto tem quatro fases: mapeamento, avaliação e ajustes nos tratamentos de dados pessoais; ajuste legais em normativos; atendimento aos direitos de titulares de dados; e aprendizado e sensibilização. A política de privacidade das Empresas Eletrobras, já concluiu a metodologia de mapeamento e inventário de dados pessoais, requisitos para treinamento e banco de cláusulas contratuais junto à terceiros.

#### **10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

##### **Responsabilidade Social**

A Eletrobras procura conduzir seus negócios e atividades de maneira comprometida com o respeito aos direitos humanos, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua.

##### **Destaques em 2019**

- » Lançamento do 1º Edital de Projetos Sociais das Empresas Eletrobras. Este edital teve a educação como eixo estruturante e focou na redução das desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida de grupos em situação de vulnerabilidade. Essa pauta está em convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.
- » O Programa de Coleta Seletiva Solidária, em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006 e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Três cooperativas receberam aproximadamente 26 toneladas de resíduos recicláveis, proporcionando uma renda de R\$ 28,6 mil.

- » O Comitê de Gênero, Raça e Diversidade organizou quatro Oficinas de Promoção do Respeito à Diversidade para os comitês de gênero das Empresas Eletrobras.
- » O 9º Fórum Mulheres em Destaque, patrocinado pela Eletrobras, em novembro, buscou apresentar caminhos para promover transformações efetivas no âmbito da diversidade e equidade de gênero nas corporações.
- » Programa Eletrobras de Voluntariado permitiu que os voluntários da Eletrobras dedicassem 598 horas a 59 ações e seis campanhas, beneficiando 3.597 pessoas. A empresa investiu R\$ 51,6 mil no apoio à realização das atividades e mobilização de voluntários.
- » A Eletrobras deu continuidade à sua participação nos projetos com comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 4.500 indígenas e 40 aldeias. Esses projetos são realizados em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a SPE Norte Energia e as instituições representativas dos Kayapó. Em 2019, o investimento total foi de R\$ 2,1 milhões. Os projetos são financiados pela Norte Energia, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu.
- » O Programa Cultural das Empresas Eletrobras, com base na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/1991 ou Lei Rouanet) foi retomado. Por edital, a *Holding* contratou quatro projetos da área de Artes Cênicas, no segmento de Teatro e outros dois por escolha direta, num total de R\$ 1,5 milhão.
- » Na primeira edição do Programa de Patrocínio Esportivo das Empresas Eletrobras, com base em projetos esportivos aprovados na Lei Federal de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/ 2006), a *Holding* contratou, por edital, dois projetos nas modalidades Surf e Vela, num total de R\$ 297 mil.
- » Projetos e Ações Setoriais apoiadas pela Eletrobras em 2019

(Em R\$)

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados		Holding	
		2019	2018
1	Projetos e Ações Sociais	-	-
1.4	Geração de Trabalho e Renda	28.060,54	-
<b>Subtotal Projetos e Ações Sociais</b>		<b>28.060,54</b>	<b>-</b>
5.1	Investimento na mobilização de voluntários	685,80	4.794,40
5.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	50.374,22	2.500,00
5.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	26.585,95	11.013,18
<b>Subtotal Voluntariado</b>		<b>77.645,97</b>	<b>18.307,58</b>
6.1	Patrocínios Esportivos Não Incentivados	-	-
6.2	Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	296.988,85	-
<b>Subtotal Patrocínios Esportivos</b>		<b>296.988,85</b>	<b>-</b>
7.1	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet)	1.500.000,00	2.084.000,00
7.2	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	80.000,00	2.167.700,00

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados	Holding	
	2019	2018
<b>Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados</b>	<b>1.580.000,00</b>	<b>4.251.700,00</b>
<b>Total de investimentos repassados em 2019</b>	<b>1.982.695,36</b>	<b>4.270.007,58</b>

A Eletrobras manteve-se signatária do Pacto Global, do qual participa desde 2006, e continua na coordenação colegiada do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas.

#### Publicidade e Comunicação

A Eletrobras aplica a maior parte dos recursos de publicidade e comunicação em ações institucionais, sendo que R\$ 8,8 milhões dizem respeito ao Procel (com orçamento que provém do 3º Plano de Aplicação de Recursos do Procel), e R\$ 7,5 milhões, a ações de publicidade da empresa.

#### Investimentos em Publicidade e Comunicação

(Em R\$)

Produto	2019	2018
Publicidade Institucional Eletrobras	16.373.092,32	3.224.264,65
Publicidade Oficial (Legal)	4.329.256,19	5.778.534,50
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)	974.571,31	2.616.134,09
<b>Total</b>	<b>21.676.919,82</b>	<b>11.618.933,24</b>

**Anexo 07**  
**Proposta de Orçamento de Capital**

**ELETROBRAS**

**ELETROBRAS HOLDING**

**ORÇAMENTO DE CAPITAL – Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020-2024.**

O Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020-2024 da ELETROBRAS para o período de 2020-2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na 858ª. reunião realizada no dia 26 de março de 2020. O total de investimento previsto para o período de 2020-2024 é de R\$ 7.643.251 mil (Sete Bilhões, Seiscentos e Quarenta e Três Milhões de Reais e Duzentos e Cinquenta e Um Mil Reais) sendo aplicados substancialmente no segmento de geração de energia.

As fontes para a cobertura desse orçamento são oriundas de recursos próprios do caixa da Companhia. no montante de R\$ 7.643.251 mil (Sete Bilhões, Seiscentos e Quarenta e Três Milhões de Reais e Duzentos e Cinquenta e Um Mil Reais)

**Anexo 08**  
**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ANEXO 9-1-II)**

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido apurado pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 10.697.124 mil.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

*Não houve no exercício de 2019 declaração de qualquer dividendo ou JCP antecipados. Desta forma, o valor bruto do Dividendo a ser declarado, caso a Proposta da Administração seja aprovada será conforme segue:*

<b>Classe</b>		
<i>PREF "A"</i>	330	2,24782042102
<i>PREF "B"</i>	489.880	1,74993652455
<i>ORDINÁRIA</i>	2.050.357	1,59085138596
<b>TOTAL</b>	<b>2.540.567</b>	

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

	(R\$ mil*)
Lucro Líquido do exercício	R\$ 10.697.124
Dividendo Total a ser Distribuído	R\$ 2.540.567
Percentual do Lucro Líquido do Exercício Distribuído	23,75%

\* Exceto percentuais.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**(a)** O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe



Não houve no exercício de 2019 declaração de qualquer dividendo ou JCP antecipados. Desta forma, o valor bruto do Dividendo a ser declarado, caso a Proposta da Administração seja aprovada será conforme segue:

	R\$ mil	por ação
<b>Classe</b>		
PREF "A"	330	2,24782042102
PREF "B"	489.880	1,74993652455
ORDINÁRIA	2.050.357	1,59085138596
<b>TOTAL</b>	<b>2.540.567</b>	

**(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

O pagamento dos Dividendos, caso aprovado, será realizado mediante depósito na conta corrente dos acionistas, conforme por cada um deles informado ao Banco Bradesco S.A., responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia. Os Dividendos relativos às ações custodiadas na CBLC serão pagos a esta entidade, que os repassará aos acionistas por intermédio das Corretoras Depositantes. Conforme proposto pela Administração da Companhia, caso aprovados, os Dividendos serão pagos em data a ser deliberada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2020, sendo proposto pela Administração, no entanto, que ocorra até 31 de dezembro de 2020.

**(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Sobre os JCP a serem declarados incidirá atualização monetária baseada na variação da Taxa SELIC, incidente pro rata temporis a partir de 1º de janeiro de 2020 até a data do efetivo início do pagamento, cuja definição ocorrerá por meio de deliberação dos acionistas da Companhia a ser tomada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2020.

**(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Farão jus aos Dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária prevista para 30 de abril de 2020, caso aprovados, aqueles acionistas que forem titulares de ações ordinárias e preferenciais das Classes A e B, de emissão da Companhia na data da realização da referida Assembleia Geral que os deliberará.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

(a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

*Não houve declaração de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio com base em lucros apurados em Balanços semestrais ou em períodos menores.*

(b) Informar a data dos respectivos pagamentos

*Não aplicável.*

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

(a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercício Social encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro/Prejuízo líquido (R\$ mil)	R\$ 10.697.124	12.842.677	-1.763.805
Lucro/Prejuízo líquido por ação (R\$)	6,82	9,46	-1,3

O lucro por Ação foi calculado com base na composição do capital após o aumento, homologado em 17 de fevereiro de 2020. Se calculado sobre o capital vigente em 31/12/2019, seu valor seria 7,91

(b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercício Social encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Dividendos Distribuídos (R\$ mil)	2.540.567	1.250.000	-
JCP Distribuído (R\$ mil)	-	-	-

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

(a) Identificar o montante destinado a reserva legal

*O montante proposto para destinação à reserva legal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 534,856 mil, correspondente a 5% do lucro líquido da Companhia.*

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	<b>2019</b>
	R\$ mil
Lucro Líquido do exercício	10.697.124
(-) Reserva legal (5%)	534.856
Lucro Líquido do exercício ajustado pela constituição da Reserva Legal	10.162.268

*Conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido do exercício será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante de reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.*

#### **9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

##### **(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

*Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("Dividendo Mínimo").*

*O Dividendo Mínimo será distribuído entre os acionistas da Companhia observadas as seguintes condições:*

- 1. Às ações preferenciais da classe "A" terão prioridade na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.*
- 2. Às ações preferenciais da classe "B" terão prioridade na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente.*
- 3. Às ações preferenciais será assegurada ainda a participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos, depois de a estas ser assegurado o menor dos dividendos mínimos previstos nos itens 1 e 2 acima, observado o disposto no item 4 abaixo.*

4. *Às ações preferenciais será assegurado o direito ao recebimento de dividendo, por cada ação, pelo menos dez por cento maior do que o atribuído a cada ação ordinária.*

**(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

No exercício social de 2019, foi apurado lucro líquido de R\$ 10.697.124 mil. Assim, tendo em vista a previsão legal e estatutária acerca do dividendo obrigatório, a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado do exercício social de 2019, correspondente a R\$ 2.540.567 mil (Dois Bilhões, Quinhentos e Quarenta Milhões e Quinhentos e Sessenta e Sete Mil reais) deverá ser distribuída aos acionistas da Companhia, já incluída a parcela a ser atribuída aos titulares de ações preferenciais de classe "A" e "B".

Isto posto, a Companhia propõe a seguinte destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

**ELETROBRAS****Destinação do Lucro Líquido:**

<b>Lucro Líquido do exercício:</b>	<b>10.697.124</b>
<b>Base distribuível</b>	
(-) Reserva Legal (5% do Lucro Líquido)	(534.856)
(+) Realização da reserva de reavaliação	-
= Base de cálculo do exercício	10.162.268
<b>Dividendo obrigatório 2019 (25%)</b>	<b>2.540.567</b>
<b>Saldo a destinar do exercício 2019</b>	<b>7.621.701</b>

**Dividendos a Pagar total em 2019**

Dividendo Obrigatório de 2019 (25% do LL ajustado)	2.540.567
(+) Reserva Especial (artigo 202,§5)	-
<b>Total</b>	<b>2.540.567</b>
(-) Dividendo da Ação Preferencial	(490.210)
(-) Dividendos da Ação Ordinária	(2.050.357)
<b>(=) Saldo após destinação</b>	<b>-</b>

**Destinação do resultado do exercício residual**

<b>Saldo para Destinação do exercício de 2019</b>	<b>10.697.124</b>
(-) Reserva Legal	(534.856)
(-) Ajuste IFRS 9/15	(157.205)
(-) Dividendos Obrigatórios	(2.540.567)
<b>Subtotal a distribuir</b>	<b>7.464.496</b>
(-) Constituição de reserva Estatutária para investimentos (50% do LL)	(5.348.562)
(-) Constituição de reserva Estatutária de estudos e projetos (1% do LL)	(106.971)
(-) Constituição de reserva de Retenção de Lucros (art. 196, LSA)	(2.008.963)
<b>(=) Saldo a Distribuir do exercício de 2019</b>	<b>-</b>

Sobre a proposta acima, esclarecemos:

- Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, correspondentes a R\$ 534.856 mil deverá ser destinado à Reserva Legal;
- Conforme previsto acima, a Administração da Companhia submete ainda à aprovação da Assembleia Geral a Proposta de Orçamento de Capital constante do Anexo 07 à presente Proposta da Administração, de forma que seja retida parcela do lucro líquido do exercício equivalente a R\$ 2.008.963 mil. O Parecer do Conselho Fiscal referente à Proposta de Orçamento de Capital encontra-se no Anexo 09 da presente Proposta da Administração.

- Conforme previsto no Art. 46, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro deverá ser destinado à Reserva Estatutária de Investimentos. Desta forma, a Administração Propõe que o montante de R\$ 5.348.562 mil seja destinado à Reserva Estatutária de Investimentos.
- Conforme previsto no Art. 46, I, do Estatuto Social vigente da Companhia, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro deverá ser destinado a Reserva Estatutária de Estudos e Projetos. Desta forma, a Administração propõe que o montante de R\$ 106.971 mil seja destinado à Reserva Estatutária de Estudos e Projetos.

**(c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável, uma vez que o Estatuto Social da Companhia não prevê dividendos cumulativos.

**(d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

**APURAÇÃO DOS DIVIDENDOS TOTAL**

<b>Classe</b>	<b>R\$ (mil)</b>
PREF "A"	293
PREF "B"	418.135

**(e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

**APURAÇÃO DOS DIVIDENDOS UNITÁRIOS**

<b>Classe</b>	<b>R\$/Ação</b>
PREF "A"	1,99153557855
PREF "B"	1,49365168208

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**(a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

*Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("Dividendo Mínimo").*

*O Dividendo Mínimo será distribuído entre os acionistas da Companhia, observadas as seguintes condições:*

- 1. Às ações preferenciais da classe "A" terão prioridade na distribuição de*

*dividendos, estes incidentes à razão de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.*

- 2. Às ações preferenciais da classe "B" terão prioridade na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente.*
- 3. Às ações preferenciais será assegurada ainda a participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos, depois de estas ser assegurado o menor dos dividendos mínimos previstos nos itens 1 e 2 acima, observado o disposto no item 4 abaixo.*
- 4. Às ações preferenciais será assegurado o direito ao recebimento de dividendo, por cada ação, pelo menos dez por cento maior do que o atribuído a cada ação ordinária.*

**(b) Informar se ele está sendo pago integralmente**

No exercício social de 2019, foi apurado lucro líquido de R\$ 10.697.124 mil . Assim, tendo em vista a previsão legal e estatutária acerca do dividendo obrigatório, a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social de 2019, correspondente a R\$ 2.540.567 mil deverá ser distribuída aos acionistas da Companhia, já incluída a parcela a ser atribuída aos titulares de ações preferenciais de classe "A" e "B".

**(c) Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**(a) Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**(b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Não aplicável.

**(c) Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

## **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**(a)** Identificar o montante destinado a reserva

*Não aplicável.*

**(b)** Identificar a perda considerada provável e sua causa

*Não aplicável.*

**(c)** Explicar porque a perda foi considerada provável

*Não aplicável.*

**(d)** Justificar a constituição da reserva

*Não aplicável.*

## **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**(a)** Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

*Não aplicável.*

**(b)** Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

*Não aplicável.*

## **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**(a)** Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

*Art. 56. A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício:*

*I - um por cento a título de reserva para estudos e projetos, destinada a atender à execução de estudos e projetos de viabilidade técnico-econômica do setor de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a dois por cento do capital social integralizado; e*

*II - cinquenta por cento, a título de reserva para investimentos, destinada à aplicação em investimentos das empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a setenta e cinco por cento do capital social integralizado.*

**(b)** Identificar o montante destinado a reserva



*Conforme previsto no Art. 56, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro deverá ser destinado à Reserva Estatutária de Investimentos. Desta forma, a Administração Propõe que o montante de R\$ 5.348.562 mil seja destinado a Reserva Estatutária de Investimentos.*

*Conforme previsto no Art. 56, I, do Estatuto Social vigente da Companhia, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro deverá ser destinado à Reserva Estatutária de Estudos e Projetos. Desta forma, a Administração Propõe que o montante de R\$ 106.971 mil seja destinado à Reserva Estatutária de Investimentos.*

**(c)** Descrever como o montante foi calculado

Distribuição do resultado	
<b>Lucro Líquido do exercício:</b>	<b>10.697.124</b>
Constituição de reserva Estatutária para investimentos (50% do LL)	5.348.562
Constituição de reserva Estatutária de estudos e projetos (1% do LL)	106.971

## **15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**(a)** Identificar o montante da retenção

*Conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.*

*Neste sentido, a Administração da Companhia, propõe que seja retida parcela do lucro líquido do exercício equivalente a R\$ 2.008.893 mil.*

**(b)** Fornecer cópia do orçamento de capital

## **ELETROBRAS**

### **ORÇAMENTO DE CAPITAL**

O Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020-2024 da ELETROBRAS para o período de 2020-2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na 858ª. reunião realizada no dia 26 de março de 2020. O total de investimento previsto para o período de 2020-2024

é de R\$ 7.643.251 mil (Sete Bilhões, Seiscentos e Quarenta e Três Milhões de Reais e Duzentos e Cinquenta e Um Mil Reais) sendo aplicados substancialmente no segmento de geração de energia.

As fontes para a cobertura desse orçamento são oriundas de recursos próprios do caixa da Companhia. no montante de R\$ 7.643.251 mil (Sete Bilhões, Seiscentos e Quarenta e Três Milhões de Reais e Duzentos e Cinquenta e Um Mil Reais)

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**(a)** Informar o montante destinado a reserva

*Não aplicável.*

**(b)** Explicar a natureza da destinação

*Não aplicável.*

**Anexo 09**  
**Parecer do Conselho Fiscal – Orçamento de Capital - Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020-2024**

<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>27.03.2020</b>
<b>492ª Reunião</b>	
<b>PARECER CONSELHO FISCAL</b>	

**ORÇAMENTO DE CAPITAL – Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020-2024.**

O Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020-2024 da ELETROBRAS para o período de 2020-2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na 858ª. reunião realizada no dia 26 de março de 2020. O total de investimento previsto para o período de 2020-2024 é de R\$ 7.643.251 mil (Sete Bilhões, Seiscentos e Quarenta e Três Milhões de Reais e Duzentos e Cinquenta e Um Mil Reais) sendo aplicados substancialmente no segmento de geração de energia.

As fontes para a cobertura desse orçamento são oriundas de recursos próprios do caixa da Companhia no montante de R\$ 7.643.251 mil (Sete Bilhões, Seiscentos e Quarenta e Três Milhões de Reais e Duzentos e Cinquenta e Um Mil Reais)

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

Patricia Valente Stierli	Giuliano Barbato Wolf
Presidente do Conselho	Conselheiro
Eduardo Coutinho Guerra	Thaís Márcia Fernandes Matano
	Lacerda
Conselheiro	Conselheira

## Anexo 10 – Parecer Jurídico

---

De: Cristiane Vieira de Paiva Villela

Para: André de Avellar Torres

Assunto: Proposta para chancela da 60ª AGO e 178ª AGE da Eletrobras

Referência: Memorando DFR- 024/2020  
EMP-2020/0104

---

A Sra. Chefe do DFR encaminha-nos, por meio do memorando acima referido, matéria solicitando análise<sup>1</sup> deste PRJE, sob o ponto de vista jurídico, da Proposta de Administração da Eletrobras referente à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") e Extraordinária ("AGE"), a serem realizadas no dia 30.04.2020, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

*"Matérias a serem deliberadas em AGO:*

- 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Completas da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;*
- 2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e a distribuição de dividendos;*
- 3. Eleger, para o Conselho Fiscal, membro titular e respectivo suplente por indicação do acionista controlador, bem como membro suplente por indicação dos acionistas preferencialistas;*

---

<sup>1</sup> Ressalta-se que o presente exame limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros e aqueles que exijam o exercício da discricionariedade administrativa.

*4. Fixar a remuneração global dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos;*

*6. Alterar os jornais em que a Companhia realiza suas publicações legais.*

*Matérias a serem deliberadas em AGE:*

*1. Reformar os artigos 32, inciso II, 36, inciso XXII e 50, I do Estatuto Social da Companhia, para adequação e conformidade à Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019,."*

Relatados os fatos, passa-se à análise das questões jurídicas pertinentes à consulta sob exame, sendo certo que a conveniência e a oportunidade acerca do conteúdo da Proposta da Administração não são matérias de cunho jurídico.

## **1. Considerações Gerais referentes às Assembleias Gerais**

### **1.1. Convocação**

Inicialmente, quanto à convocação, esclarecemos que, conforme o disposto nos arts. 124<sup>2</sup> e seguintes da Lei 6.404/1976 ("LSA"), a convocação regular dos acionistas far-se-á

---

2 Art. 124. A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

§ 1º A primeira convocação da assembléia-geral deverá ser feita:

I - na companhia fechada, com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembléia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;

II - na companhia aberta, o prazo de antecedência da primeira convocação será de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias.

§ 2º Salvo motivo de força maior, a assembléia-geral realizar-se-á no edifício onde a companhia tiver a sede; quando houver de efetuar-se em outro, os anúncios indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da localidade da sede.

§ 3º Nas companhias fechadas, o acionista que representar 5% (cinco por cento), ou mais, do capital social, será convocado por telegrama ou carta registrada, expedidos com a antecedência prevista no § 1º, desde que o tenha solicitado, por escrito, à companhia, com a indicação do endereço completo e do prazo de vigência do pedido, não superior a 2 (dois) exercícios sociais, e renovável; essa convocação não dispensa a publicação do previsto no § 1º, e sua inobservância dará ao acionista direito de haver, dos administradores da companhia, indenização pelos prejuízos sofridos.

§ 4º Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a assembléia-geral a que comparecerem todos os acionistas.

§ 5º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia:

I - aumentar, para até 30 (trinta) dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembléia-geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas;

mediante publicação de anúncios, devendo conter, além do local, data e hora da Assembleia Geral, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação dos dispositivos alvo de alteração.

Cumpra-se destacar que o art. 124, parágrafo 6º da LSA determina às companhias abertas o dever de enviar, na data da publicação do anúncio de convocação da assembleia – ordinária e extraordinária – os documentos relativos à ordem do dia às Bolsas de Valores em que

---

II - interromper, por até 15 (quinze) dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia-geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

§ 6º As companhias abertas com ações admitidas à negociação em bolsa de valores deverão remeter, na data da publicação do anúncio de convocação da assembleia, à bolsa de valores em que suas ações forem mais negociadas, os documentos postos à disposição dos acionistas para deliberação na assembleia-geral.

2 Art. 133. Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia-geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas:

I - o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;

II - a cópia das demonstrações financeiras;

III - o parecer dos auditores independentes, se houver.

IV - o parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e

V - demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.

§ 1º Os anúncios indicarão o local ou locais onde os acionistas poderão obter cópias desses documentos.

§ 2º A companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que o pedirem por escrito, nas condições previstas no § 3º do artigo 124.

§ 3º Os documentos referidos neste artigo, à exceção dos constantes dos incisos IV e V, serão publicados até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da assembleia-geral.

§ 4º A assembleia-geral que reunir a totalidade dos acionistas poderá considerar sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo; mas é obrigatória a publicação dos documentos antes da realização da assembleia.

§ 5º A publicação dos anúncios é dispensada quando os documentos a que se refere este artigo são publicados até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia-geral ordinária.

2 Art. 135. A assembleia-geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número.

(...)

§ 3º Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembleia-geral extraordinária deverão ser postos à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia-geral.

2 Art. 121. A assembleia-geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Parágrafo único. Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. AVISO previsto no § 1º, e sua inobservância dará ao acionista direito de haver, dos administradores da companhia, indenização pelos prejuízos sofridos.

§ 4º Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a assembleia-geral a que comparecerem todos os acionistas.

§ 5º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia:

I - aumentar, para até 30 (trinta) dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia-geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas;

II - interromper, por até 15 (quinze) dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia-geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

§ 6º As companhias abertas com ações admitidas à negociação em bolsa de valores deverão remeter, na data da publicação do anúncio de convocação da assembleia, à bolsa de valores em que suas ações forem mais negociadas, os documentos postos à disposição dos acionistas para deliberação na assembleia-geral.

suas ações sejam mais negociadas. Observa-se, ainda, que tal obrigação é adicional às exigidas pelos arts. 133<sup>3</sup> e 135<sup>4</sup>, §3º do mesmo diploma legal.

Insta salientar que a Lei nº 12.431/11 adicionou um parágrafo ao art. 121<sup>5</sup>, trazendo uma inovação importante no que diz respeito à instalação, realização e registro da assembleia geral: a presença *online* do acionista de companhia aberta. O objetivo primordial dessa inovação consiste em combater o absenteísmo de acionistas minoritários da companhia, que por vezes ponderam ser o custo informacional e de mobilidade um entrave ao desejado ativismo societário nas companhias e correspondente aperfeiçoamento do mercado de capitais. Nas palavras de Modesto Carvalhosa, *“a presença online não constitui nenhuma diminuição no exercício pleno do direito de participar, debater, protestar e votar fundamentadamente.”*

Os acionistas que participam *online* de uma assembleia geral têm participação em todas as discussões a respeito das matérias, podendo apresentar suas moções, protestos e votos dissidentes, que constarão como anexos na respectiva ata. Neste

---

3 Art. 133. Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia-geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas:

I - o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;

II - a cópia das demonstrações financeiras;

III - o parecer dos auditores independentes, se houver.

IV - o parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e

V - demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia.

§ 1º Os anúncios indicarão o local ou locais onde os acionistas poderão obter cópias desses documentos.

§ 2º A companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que o pedirem por escrito, nas condições previstas no § 3º do artigo 124.

§ 3º Os documentos referidos neste artigo, à exceção dos constantes dos incisos IV e V, serão publicados até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da assembleia-geral.

§ 4º A assembleia-geral que reunir a totalidade dos acionistas poderá considerar sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo; mas é obrigatória a publicação dos documentos antes da realização da assembleia.

§ 5º A publicação dos anúncios é dispensada quando os documentos a que se refere este artigo são publicados até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia-geral ordinária.

4 Art. 135. A assembleia-geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número.

(...)

§ 3º Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembleia-geral extraordinária deverão ser postos à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia-geral.

5 Art. 121. A assembleia-geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Parágrafo único. Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

ponto, destaca-se que devem ser observados os arts. 100<sup>6</sup>, §2º; 121, parágrafo único e 127<sup>7</sup>, parágrafo único, todos da LSA.

Em razão da pandemia COVID19, que pode impor sérios obstáculos à mobilidade e participação dos acionistas no conclave, a Proposta da Administração antecipa a possibilidade de realização de assembleia virtual, esclarecendo que: *"Caso autorizado pela CVM, e, nos termos e condições definidos pelo Regulador, à vista da pandemia do COVID19, a Eletrobras poderá realizar a AGOE de forma estritamente virtual, o que será tempestivamente comunicado aos seus Acionistas mediante Comunicado ao Mercado."*

No que toca à instalação da AGO o art. 125<sup>8</sup> da LSA estabelece que a assembleia se instala em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto e em segunda convocação com qualquer número. Por sua vez, a AGE de reforma estatutária, à luz do art. 135 da LSA<sup>9</sup>, instala-se com quórum qualificado de 2/3 do capital votante em primeira convocação, e, em segunda, com qualquer número.

Neste aspecto, observa-se que o *quorum* de instalação distingue-se do *quorum* de deliberação (arts. 129<sup>10</sup> e 136<sup>11</sup> da LSA). O primeiro é o número mínimo de acionistas que

---

6 Art. 100. A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante, os seguintes, revestidos das mesmas formalidades legais: (...)

§ 2º Nas companhias abertas, os livros referidos nos incisos I a V do caput deste artigo poderão ser substituídos, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, por registros mecanizados ou eletrônicos.

7 Art. 127. Antes de abrir-se a assembléia, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares.

Parágrafo único. Considera-se presente em assembleia geral, para todos os efeitos desta Lei, o acionista que registrar a distância sua presença, na forma prevista em regulamento da Comissão de Valores Mobiliários.

8 Art. 125. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembléia-geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo único. Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à assembléia-geral e discutir a matéria submetida à deliberação.

9 Art. 135. A assembléia-geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número.

§ 1º Os atos relativos a reformas do estatuto, para valerem contra terceiros, ficam sujeitos às formalidades de arquivamento e publicação, não podendo, todavia, a falta de cumprimento dessas formalidades ser oposta, pela companhia ou por seus acionistas, a terceiros de boa-fé.

§ 2º Aplica-se aos atos de reforma do estatuto o disposto no artigo 97 e seus §§ 1º e 2º e no artigo 98 e seu § 1º.

§ 3º Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembléia-geral extraordinária deverão ser postos à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembléia-geral.

10 Art. 129. As deliberações da assembléia-geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

11 Art. 136. É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior quorum não for exigido pelo estatuto da companhia cujas ações não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, para deliberação sobre:

I - criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto;

II - alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;

III - redução do dividendo obrigatório;



a lei prevê para a realização do conclave e o segundo constitui o mínimo de votos necessários para aprovar determinadas matérias, sendo, portanto, requisito para a validade das deliberações.

Com relação ao quórum de deliberação observa-se, como regra geral, que a LSA, no art. 129, consagrou o princípio majoritário ao estabelecer no *caput* que as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, ou seja, aqueles que não contêm qualquer declaração. Assim, as deliberações tomadas em assembleia geral regularmente convocada e instalada vinculam todos os acionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

No que toca à disponibilização de documentação, nos termos do art. 133 da LSA, os administradores devem comunicar, até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas os documentos previstos no seu *caput*, sendo que tais documentos propriamente ditos, à exceção do parecer do conselho fiscal e dos demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia<sup>12</sup>, devem ser publicados no prazo de até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral, dispensando-se a publicação dos anúncios quando tais documentos são publicados até um mês antes da data marcada para a realização da AGO. Acrescente-se que a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos no art. 124 da LSA poderá ser sanada pela presença em Assembleia Geral da totalidade dos acionistas, sendo obrigatória, contudo, a publicação dos documentos antes da realização da Assembleia Geral.

---

IV - fusão da companhia, ou sua incorporação em outra;

V - participação em grupo de sociedades (art. 265);

VI - mudança do objeto da companhia;

VII - cessação do estado de liquidação da companhia;

VIII - criação de partes beneficiárias;

IX - cisão da companhia;

X - dissolução da companhia.

§ 1º Nos casos dos incisos I e II, a eficácia da deliberação depende de prévia aprovação ou da ratificação, em prazo improrrogável de um ano, por titulares de mais da metade de cada classe de ações preferenciais prejudicadas, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades desta Lei.

§ 2º A Comissão de Valores Mobiliários pode autorizar a redução do quorum previsto neste artigo no caso de companhia aberta com a propriedade das ações dispersa no mercado, e cujas 3 (três) últimas assembleias tenham sido realizadas com a presença de acionistas representando menos da metade das ações com direito a voto. Neste caso, a autorização da Comissão de Valores Mobiliários será mencionada nos avisos de convocação e a deliberação com quorum reduzido somente poderá ser adotada em terceira convocação.

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo aplica-se também às assembleias especiais de acionistas preferenciais de que trata o § 1º.

§ 4º Deverá constar da ata da assembleia-geral que deliberar sobre as matérias dos incisos I e II, se não houver prévia aprovação, que a deliberação só terá eficácia após a sua ratificação pela assembleia especial prevista no § 1º.

<sup>12</sup> Neste ponto, trazemos à tona o entendimento de Modesto Carvalhosa, segundo o qual, “embora esteja a companhia obrigada a divulgar, previamente à realização da assembleia geral ordinária, os documentos referidos nos novos incisos IV e V, a Lei n. 10.303, de 2001, no novo § 3º do presente art. 133, dispensa esses documentos da publicação antes da realização da assembleia geral ordinária. Portanto, os acionistas interessados em analisar esses documentos não poderão contar com sua publicação antes da assembleia geral, devendo deles obter cópia nos locais indicados pela companhia nos anúncios publicados. Não obstante, é necessário conter os anúncios publicados a menção do parecer do Conselho Fiscal e a existência de votos divergentes, se houver, e ainda de outros documentos referentes às matérias incluídas na ordem do dia.” (g.n.)

Ademais, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM editou a Instrução CVM nº 481/2009, através da qual foram fixadas exigências relativas ao *disclosure* de informações que devem ser prestadas pela administração aos acionistas previamente à realização das assembleias gerais das companhias abertas, com destaque para os arts. 6º e 9º do referido normativo<sup>13</sup>.

Releva-se, ainda, que, tendo-se em conta os itens constantes da ordem do dia das assembleias em análise, deve-se atender ao disposto nos arts.<sup>14</sup> 10, 11 e 12 da sobredita Instrução.

## 1.2. Do Direito de Voto

Inicialmente, verifica-se que as ações preferenciais da Eletrobras não conferem a seus titulares o direito de votar em assembleias, conforme art. 8º<sup>15</sup>, inc. II do Estatuto Social da Companhia<sup>16</sup>, se lhe franqueando tal prerrogativa apenas no caso da

---

13 “Art. 6º A companhia deve tornar disponíveis aos acionistas, por meio de sistema eletrônico na página da CVM na rede mundial de computadores:

I – as informações e documentos previstos nos demais artigos deste Capítulo III e no Capítulo III-A; e

II – quaisquer outras informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto em assembleia.

Parágrafo único. Os documentos e informações devem ser fornecidos até a data da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia, exceto se a Lei nº 6.404, de 1976, esta Instrução ou outra norma da CVM estabelecer prazo maior.

(...)

Art. 9º A companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para realização da assembleia geral ordinária, os seguintes documentos e informações:

I – relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;

II – cópia das demonstrações financeiras;

III – comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência;

IV – parecer dos auditores independentes;

V – parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver; e

VI – o boletim de voto a distância, a que se refere o art. 21-F.

Parágrafo único. Até a data prevista no caput, a companhia deve fornecer ainda os seguintes documentos:

I – formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP;

II – proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II à presente Instrução; e

III – parecer do comitê de auditoria, se houver.”

14 Art. 10. Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer:

I – no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores; e II – o boletim de voto a distância, nas hipóteses a que se refere o art. 21-A.

Art. 11. Sempre que a assembleia geral for convocada para reformar o estatuto, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações: I – cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas; e II – relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

Art. 12. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações: I – a proposta de remuneração dos administradores; e II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.

15 Art. 8º. As ações da Eletrobras serão:

(...)

II - preferenciais, na forma nominativa, sem direito de voto nas Assembleias Gerais

16 “Artigo 4º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral.

Parágrafo único. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas farão jus a:

(...)

IV direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.”

Companhia estar inadimplente com o pagamento dos dividendos mínimos ou fixos, conforme art. 111, §§ 1º e 2º da LSA<sup>17</sup>.

A despeito disso, a LSA confere aos preferencialistas direitos especiais de voto para assentos no Conselho de Administração ("CA") e Conselho Fiscal ("CF"), respectivamente, na forma dos arts. 141, § 4º, "II"<sup>18</sup> e art. 161, § 4º, "a"<sup>19</sup>. E, no caso de Sociedades de Economia Mista como a Eletrobras, respectivamente os arts. 239 e 240 da LSA<sup>20</sup>.

Nesse contexto, tendo em vista a atual vacância de membro suplente do Conselho Fiscal, em assento destinado aos preferencialistas, a Proposta da Administração esclarece que:

*"• Acionistas detentores de ações **Preferenciais**:*

*Terão direito a voto exclusivamente na eleição do membro suplente do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 50, IV, do estatuto social da Companhia."*

---

17 Art. 111. O estatuto poderá deixar de conferir às ações preferenciais algum ou alguns dos direitos reconhecidos às ações ordinárias, inclusive o de voto, ou conferi-lo com restrições, observado o disposto no artigo 109.

§ 1º As ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

§ 2º Na mesma hipótese e sob a mesma condição do § 1º, as ações preferenciais com direito de voto restrito terão suspensas as limitações ao exercício desse direito.

18 Art. 141. Na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

(...)

§ 4º Terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do conselho de administração, em votação em separado na assembleia-geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

(...)

II - de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito de emissão de companhia aberta, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, que não houverem exercido o direito previsto no estatuto, em conformidade com o art. 18.

19 Art. 161. A companhia terá um conselho fiscal e o estatuto disporá sobre seu funcionamento, de modo permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas.

(...)

4º Na constituição do conselho fiscal serão observadas as seguintes normas:

a) os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto;

20 Art. 239. As companhias de economia mista terão obrigatoriamente Conselho de Administração, assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

Art. 240. O funcionamento do conselho fiscal será permanente nas companhias de economia mista; um dos seus membros, e respectivo suplente, será eleito pelas ações ordinárias minoritárias e outro pelas ações preferenciais, se houver.

Importante, assim, o magistério de Nelson Eizirik quanto ao quórum para a eleição sob exame em Sociedades de Economia Mista, como a Eletrobras, à luz do citado art. 240 da LSA:

“ [...] Diversamente do que ocorre nas demais companhias, não se requer na sociedade de economia mista percentual mínimo de ações para indicação de representantes dos titulares de ações ordinárias e preferenciais”<sup>21</sup>.

Outrossim, ressalta-se, por oportuno, que a Instrução CVM nº 481/2009, no seu ANEXO 21-L-I, ao fixar percentual mínimo de determinada espécie de ação o faz apenas para inclusão de candidatos no Boletim de Voto à Distância, conforme prerrogativa franqueada ao Regulador pelo art. 121, § único da LSA<sup>22</sup>. Contudo, no momento do conclave, consoante acima explicitado, aplica-se o disposto no art. 240 do Diploma Societário, isto é, a indicação e eleição far-se-ão sem exigência de qualquer quórum, bastando a titularidade de 1 (uma) ação preferencial.

### **1.3. Do Voto à Distância**

A CVM, ao alterar a Instrução CVM nº 481/2009, regulamentou o voto à distância previsto nos parágrafos únicos dos arts. 121 e 127 da LSA, introduzindo no mercado de capitais brasileiro um instrumento de voto à distância denominado boletim de voto.

Neste viés, o boletim de voto à distância passou a ser obrigatório<sup>23</sup> para as companhias abertas com ações listadas em bolsa de valores.

---

21 A Lei das S/A Comentada – artigos 206 ao 300, Vol. IV, SP: Quartier Latin, 2015, p. 214.

22 Art. 121. A assembléia-geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Parágrafo único. Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

23 Art. 21-A. O acionista pode exercer o voto em assembleias gerais por meio do preenchimento e entrega do boletim de voto a distância.

§ 1º Até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia, a companhia deve disponibilizar o boletim de voto a distância:

I – por ocasião da assembleia geral ordinária;

II – sempre que a assembleia geral for convocada para deliberar sobre a eleição de membros:

a) do conselho fiscal; ou

Portanto, tais companhias estão obrigadas a disponibilizar aos seus acionistas o boletim de voto a distância com até um mês de antecedência da data marcada para a realização da assembleia geral ordinária e as assembleias gerais convocadas para deliberar a respeito da eleição de membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, observado o disposto na Instrução CVM nº 561/2015, sem prejuízo de o voto à distância ser utilizado para assembleias gerais convocadas para deliberar acerca de outras matérias, a critério da companhia.

Desta forma, à luz da Instrução CVM nº 481/2009, a Eletrobras deve disponibilizar aos seus acionistas o Boletim de Voto à Distância, nos termos do disposto no art. 21-F da referida Instrução.

Cumprе destacar que o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, emitido pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, no seu item 7.1.6, informa que *"A adoção do voto a distância em uma determinada assembleia geral sempre deve abranger todas as matérias incluídas na ordem do dia, independentemente de sua presença ou não na relação prevista no artigo 21-A da Instrução CVM nº 481/09, conforme disposto no artigo 21-F, parágrafo 1º, inciso I da referida Instrução."*

## **2. Das Matérias Objeto de Assembleia Geral Ordinária**

De acordo com o art. 131 da LSA<sup>24</sup>, a Assembleia Geral é ordinária quando tem por objeto as matérias elencadas no rol taxativo do art. 132 do mesmo diploma legal, sendo extraordinária nos demais casos<sup>25</sup>.

Ademais, tem-se que a realização de AGO é obrigatória, devendo ser realizada anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar

---

b) do conselho de administração, quando a eleição se fizer necessária por vacância da maioria dos cargos do conselho, por vacância em conselho que tiver sido eleito por voto múltiplo ou para preenchimento das vagas dedicadas à eleição em separado de que tratam os arts. 141, § 4º, e 239 da Lei nº 6.404, de 1976; e

III – sempre que a assembleia geral extraordinária for convocada para ocorrer na mesma data marcada para a assembleia geral ordinária.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no inciso II do § 1º, a companhia pode disponibilizar o boletim de voto a distância por ocasião de qualquer assembleia geral extraordinária, observados os prazos e condições estabelecidos neste Capítulo III-A, exceto pela Seção IV.

24 Art. 131. A assembléia-geral é ordinária quando tem por objeto as matérias previstas no artigo 132, e extraordinária nos demais casos.

25 Art. 132. Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver 1 (uma) assembléia-geral para: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III - eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso; IV - aprovar a correção da expressão monetária do capital social (artigo 167).

privativamente sobre as matérias listadas nos incisos do art. 132 da LSA, abaixo transcritos:

*"I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;*

*II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;*

*III - eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;*

*IV - aprovar a correção da expressão monetária do capital social (artigo 167)."*

Elucide-se que, consoante o parágrafo único do art. 131 do sobredito diploma, a AGO e a AGE poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única. A despeito disso, convém trazer advertência feita por Ricardo Tepedino, no sentido de que, embora consolidadas numa mesma reunião, *"cada qual observará às suas regras próprias"*<sup>26</sup>.

Superadas as questões gerais ora postas, passa-se ao exame dos aspectos jurídicos incidentes no Edital e na Proposta de Administração no que concerne à AGO da Eletrobras.

Quanto ao item 1, referente à tomada de contas dos administradores e deliberação das Demonstrações Financeiras, trata-se de matéria que reflete o exercício *per se*, pelos acionistas, do direito essencial à fiscalização da gestão dos negócios sociais, *ex vi* do art. 109, III da LSA<sup>27</sup>. É o foro, por essência, de *accountability* dos administradores, no qual informam, aos acionistas que os elegeram, a situação patrimonial e resultado do exercício social pregresso, de forma fidedigna e respeitando toda a regulação de natureza contábil-societária. A aprovação da proposta dos administradores, em sede de AGO, tem aptidão para desonerá-los de qualquer responsabilidade, assim como os membros do CF que tenham opinado

---

<sup>26</sup> Direito das Companhias, vol. I, SP: Forense, coord. Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pereira, 2010, p. 1020.

<sup>27</sup> Art. 109. Nem o estatuto social nem a assembléia-geral poderão privar o acionista dos direitos de:

(...)

III - fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais;

favoravelmente<sup>28</sup>, salvo hipóteses de erro, dolo, fraude ou simulação<sup>29</sup>. Registre-se, contudo, que a matéria tem cunho predominantemente econômico-financeiro, devendo ser avaliada pelas áreas competentes da companhia.

No que toca ao item 2, que trata da proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado do exercício, nos termos do art. 192<sup>30</sup> da LSA, cabe aos órgãos da administração apresentar à AGO, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta sobre a destinação, na sua integralidade<sup>31</sup>, a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Quanto aos dividendos, deve ser observado o preceito contido no art. 202<sup>32</sup> da Lei nº LSA, que estabelece que os dividendos obrigatórios são aqueles estatutariamente

---

28 Neste tópico, relevante as advertências feitas por Nelson Eizirik no sentido de que a prestação de contas pelos administradores se desdobra em peças expositivas diferenciadas: as demonstrações financeiras, “em linguagem literal”, e o relatório da administração, “em linguagem cursiva”, sendo certo que a Assembleia pode aprovar a primeira, por evidenciar conformidade com as regras contábeis e societárias, porém rejeitar a segunda, por considerar temerária a gestão dos negócios sociais, e, vice-versa (a respeito, vide A Lei das S/A Comentada – artigos 80 ao 137, Vol. II, SP: Quartier Latin, 2015, pp. 433-444).

29 Art. 134, § 3º da LSA

Art. 134. Instalada a assembléia-geral, proceder-se-á, se requerida por qualquer acionista, à leitura dos documentos referidos no artigo 133 e do parecer do conselho fiscal, se houver, os quais serão submetidos pela mesa à discussão e votação.

(...)

§ 3º A aprovação, sem reserva, das demonstrações financeiras e das contas, exonera de responsabilidade os administradores e fiscais, salvo erro, dolo, fraude ou simulação (artigo 286).

30 Art. 192. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à assembléia-geral ordinária, observado o disposto nos artigos 193 a 203 e no estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

31 Assim reza o art. 202, § 6º da LSA, segundo o qual os lucros não vertidos às Reservas, devem ser distribuídos como dividendos. Verbis: Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: [...]. § 6º Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos.

32 Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e

b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;

II - o pagamento do dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197);

III - os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

§ 1º O estatuto poderá estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria.

§ 2º Quando o estatuto for omissivo e a assembléia-geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo.

§ 3º A assembléia-geral pode, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos deste artigo, ou a retenção de todo o lucro líquido, nas seguintes sociedades:

I - companhias abertas exclusivamente para a captação de recursos por debêntures não conversíveis em ações;

II - companhias fechadas, exceto nas controladas por companhias abertas que não se enquadrem na condição prevista no inciso I.

§ 4º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembléia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembléia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembléia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

§ 6º Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos.

fixados e que, em caso de omissão do estatuto, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do referido artigo.

Deve-se verificar, por conseguinte, caso a caso, o que dispõe o Estatuto Social da Companhia na qual será realizada a Assembleia Geral cuja ordem do dia preveja a distribuição de dividendos, em especial, eventual prioridade no pagamento, no caso das ações preferenciais.

Isto porque, além dos dividendos obrigatórios, o Estatuto Social da Companhia pode prever prioridade na distribuição dos dividendos aos acionistas preferencialistas, que podem ser fixos, mínimos ou cumulativos, consoante art. 17, § 4º da LSA<sup>33</sup>.

Neste ponto, a Proposta da Administração propõe:

*"No caso da Companhia, seu Estatuto Social dispõe, em seu artigo 45, parágrafo 1º, que esta parcela corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A mesma previsão consta da Política de Dividendos da Companhia.*

*No exercício social de 2019, foi apurado lucro líquido da controladora de R\$ 10.697.124 mil (dez bilhões seiscentos e noventa e sete milhões cento e vinte e quatro mil reais). Assim, tendo em vista a previsão legal e estatutária acerca do dividendo obrigatório, a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social de 2019, equivalente a R\$ 2.540.567 (dois bilhões quinhentos e quarenta milhões e quinhentos e sessenta e sete mil reais) deve ser distribuída aos acionistas da Companhia, observada a preferência*

---

<sup>33</sup> Art. 17. As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir: (...)

§ 4º Salvo disposição em contrário no estatuto, o dividendo prioritário não é cumulativo, a ação com dividendo fixo não participa dos lucros remanescentes e a ação com dividendo mínimo participa dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo.



no recebimento dos dividendos pelos titulares de ações preferenciais de classe "A" e "B".

(...)

Isto posto, a Administração propõe a seguinte destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

ELETROBRAS		R\$ Mil
<b>Destinação do Lucro Líquido:</b>		
<b>Lucro Líquido do exercício:</b>		<b>10 697 124</b>
<b>Base distribuível</b>		
(-) Reserva Legal (5% do Lucro Líquido)	(534 856)	
(+) Realização da reserva de reavaliação	-	
= Base de cálculo do exercício	10 162 268	
<b>Dividendo obrigatório 2019 (25%)</b>	<b>2 540 567</b>	
<b>Saldo a destinar do exercício 2019</b>	<b>7 621 701</b>	
<b>Dividendos a Pagar total em 2019</b>		
Dividendo Obrigatório de 2019 (25% do LL ajustado)	2 540 567	
(+) Reserva Especial (artigo 202,§5)	-	
<b>Total</b>	<b>2 540 567</b>	
(-) Dividendo da Ação Preferencial	(490 210)	
(-) Dividendos da Ação Ordinária	(2 050 357)	
<b>(=) Saldo após destinação</b>	<b>-</b>	
<b>Destinação do resultado do exercício residual</b>		
<b>Saldo para Destinação do exercício de 2019</b>	<b>10 697 124</b>	
(-) Reserva Legal	(534 856)	
(-) Ajuste IFRS 9/15	(157 205)	
(-) Dividendos Obrigatórios	(2 540 567)	
<b>Subtotal a distribuir</b>	<b>7 464 496</b>	
(-) Constituição de reserva Estatutária para investimentos (50% do LL)	(5 348 562)	
(-) Constituição de reserva Estatutária de estudos e projetos (1% do LL)	(106 971)	
(-) Constituição de reserva de Retenção de Lucros (art. 196, LSA)	(2 008 963)	
<b>(=) Saldo a Distribuir do exercício de 2019</b>	<b>-</b>	

No que toca à constituição de reservas, Nelson Eizirik leciona que:

*"As reservas são formadas por recursos destinados a uma finalidade específica. Constituem parte do lucro líquido que, por disposição legal, estatutária ou deliberação assemblear, é retida na companhia (...).*

*A Lei das S.A. regula 2 (duas) espécies de reservas: (i) reserva de capital; e (ii) reserva de lucro.*

*(....)*

*A Lei das S.A. prevê 7 (sete) diferentes tipos de reservas de lucros, a saber: (i) reserva legal; (ii) reservas estatutárias (artigo 194); (iii) reserva para contingências (artigo 195); (iv) reserva de incentivos fiscais (artigo 195-A); (v) reserva de lucros a realizar (artigo 197); (vi) retenção de lucros (artigo 196) e (vii) reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído (artigo 202, § 5º). A primeira é de constituição obrigatória e as demais de caráter facultativo, pois dependem de previsão estatutária (reserva estatutária) ou de deliberação da assembleia geral (reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, retenção de lucros, reserva de lucros a realizar e reserva especial)."*

A reserva legal é aquela prevista no art. 193<sup>34</sup> da LSA que determina que 5% do lucro líquido do exercício será destinado à constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. De acordo com a lei, esta reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, somente sendo permitido à companhia deixar de constituí-la no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182<sup>35</sup> da Lei 6.404/76, exceder de 30% do capital social.

No art. 194<sup>36</sup> da LSA é tratada a reserva estatutária que somente pode ser criada se o estatuto indicar de modo preciso e completo, a sua finalidade; fixar os critérios para

---

34 Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

35 Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;

b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

c) (revogada);

d) (revogada).

36 Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e

III - estabeleça o limite máximo da reserva.

determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e estabelecer o limite máximo da reserva.

As reservas assembleares são aquelas previstas nos arts. 195 a 197<sup>37</sup> da LSA, quais sejam, Reservas para Contingências; Reserva de Incentivos Fiscais; Retenção de Lucros; e Reserva de Lucros a Realizar. Consoante art. 198 da LSA *“a destinação dos lucros para constituição das reservas de que trata o artigo 194 e a retenção nos termos do artigo 196 não poderão ser aprovadas, em cada exercício, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório (artigo 202)”*. O art. 199<sup>38</sup>, por sua vez, estabelece como Limite do Saldo das Reservas de Lucro o capital social da Companhia.

O artigo 196 da LSA dispõe que a retenção de parcela dos lucros deve ser proposta pelos órgãos de administração, cabendo a deliberação aos acionistas reunidos em Assembleia Geral, exigindo a lei que a proposta seja baseada em orçamento de capital, que pode ser aprovado na própria AGO que deliberar sobre o balanço do exercício. A única ressalva é que os lucros retidos devem ser apropriados após a dedução do montante suficiente para pagar o dividendo obrigatório.<sup>39</sup>

---

37 Art. 195. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

§ 1º A proposta dos órgãos de administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

Art. 195-A. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

Art. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos de administração com a justificativa da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e

II - o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

§ 2º A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

38 Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

39 CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei de Sociedades Anônimas. v.3. tomo II. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 752.

No tocante à reserva especial, prevista no art. 202<sup>40</sup>, §§ 4º e 5º da LSA, a Proposta da Administração informa que:

*"Em 2019, devido a incapacidade financeira da Companhia, foi constituída uma reserva especial de dividendos (artigo 202, § 4º e 5º) no montante de R\$ 2.291.889 (dois bilhões duzentos e noventa e um milhões oitocentos e oitenta e nove mil reais).*

*A incapacidade para pagamento da referida reserva remanesce, neste momento, em razão das incertezas decorrentes da pandemia mundial do coronavírus. Os riscos associados a esse evento foram descritos no Relatório de Administração das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 e no Fato Relevante de 27 de março de 2020. Desta forma, a Administração da Companhia, à luz de seus deveres fiduciários, entende que por ora não é prudente promover desembolsos financeiros para distribuir aos seus acionistas os recursos retidos na Reserva Especial de Dividendos, pois o cenário econômico mundial, com repercussões ainda imensuráveis para o Brasil e o Sistema Eletrobras, demanda reforçada cautela por parte da administração da Companhia na gestão do caixa e em decisões que envolvam valores relevantes, principalmente pelo fato do Sistema Eletrobras ser responsável por atividades estratégicas no país que não podem ser interrompidas e/ou ter a qualidade comprometida pela falta de recursos para operação e manutenção de suas usinas e linhas de transmissão."*

Percebe-se, assim, o irrefutável cumprimento dos deveres fiduciários pelos administradores ante o estado de calamidade pública provocado pela pandemia, ainda de repercussões incertas e imensuráveis, de forma que não se gatilha o fato gerador para a reversão da Reserva em questão – “situação financeira compatível”, seguida

---

40 Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

(...)

§ 4º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia."

de declaração e pagamento dos respectivos dividendos, conforme termos dos referidos §§ 4º e 5º do art. 202 da LSA.

Outrossim, ressalta-se, por oportuno, que, consoante dispõe o art. 205<sup>41</sup> da LSA, a companhia pagará o dividendo de ações nominativas à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

Neste ponto, cumpre observar que o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 2/2020, no seu item 7.6, estabelece que:

*"Nos casos de aumento de capital, por subscrição privada é necessário que a proposta da administração contenha todas as informações relevantes, bem como seja acompanhada de todos os documentos necessários à tomada de decisão dos acionistas, tais como:*

*(...)*

*e) informar se as ações a serem emitidas em função do aumento do capital social participarão em igualdade de condições a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados no exercício. Caso participem de forma pro rata temporis, informar a partir de que momento participarão integralmente a todos os benefícios."*

Neste viés, em linha com o que dispõe o supracitado ofício, a Proposta da Administração da Eletrobras relativa à 175ª AGE, a qual deliberou sobre o aumento de capital da companhia por subscrição privada, com capitalização de créditos de AFACs pela controladora União, expressamente informava aos acionistas que:

*"3.5 - Participação das novas ações em benefícios que venham a ser declarados As novas ações ordinárias a serem emitidas terão os mesmos direitos, benefícios e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes, inclusive os mesmos direitos políticos, como o direito de voto. As novas ações ordinárias a serem emitidas participarão de forma integral dos dividendos, juros sobre o capital próprio e eventuais remunerações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data em que o referido aumento de capital for*

---

<sup>41</sup> Art. 205. A companhia pagará o dividendo de ações nominativas à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

*homologado pela Assembleia Geral da Companhia a ser convocada especialmente para este fim. Essa segunda Assembleia Geral da Companhia para homologação do capital social somente será convocada após resultado dos valores subscritos e integralizados. As novas ações preferenciais "B" a serem emitidas terão os mesmos direitos, benefícios e restrições das ações preferenciais "B" de emissão da Companhia já existentes. As novas ações preferenciais "B" a serem emitidas participarão de forma integral dos dividendos, juros sobre o capital próprio e eventuais remunerações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data em que o referido aumento de capital for homologado pela Assembleia Geral da Companhia a ser convocada especialmente para este fim. Essa segunda Assembleia Geral da Companhia para homologação do capital social somente será convocada após resultado dos valores subscritos e integralizados."*

Pelo exposto, a proposição da administração da Companhia sobre a destinação do resultado do exercício, no entender deste PRJE, encontra-se em consonância com a legislação de regência, não havendo óbices jurídicos à sua deliberação, abstendo-se, contudo, este Departamento de opinar quanto aos valores propostos, eis que desprovidos de cunho jurídico.

Com relação ao item 3, eleição de membros do Conselho Fiscal, a LSA determina em seu art. 162<sup>42</sup> que somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, sendo vedada a eleição de membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia. No mesmo sentido estabelece o § 1º do art. 26<sup>43</sup> da Lei nº 13.303/2016.

---

42 Art. 162. Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

§ 1º Nas localidades em que não houver pessoas habilitadas, em número suficiente, para o exercício da função, caberá ao juiz dispensar a companhia da satisfação dos requisitos estabelecidos neste artigo.

§ 2º Não podem ser eleitos para o conselho fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147, membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia.

43 Art. 26. Além das normas previstas nesta Lei, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da empresa pública e da sociedade de economia mista as disposições previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativas a seus poderes, deveres e

Vale ressaltar que se aplicam também os impedimentos à investidura dispostos no art. 147<sup>44</sup> da Lei nº 6.404/76, conforme previsto no § 2º do art. 162 da LSA<sup>45</sup>.

Sobreleva-se, por oportuno, que o art. 240<sup>46</sup> da LSA determina que um dos membros e respectivo suplente do Conselho Fiscal das sociedades de economia mista será eleito pelas ações ordinárias minoritárias e outro pelas ações preferenciais, se houver, conforme argumentado acima.

Por fim, cumpre observar o Ofício nº 227/2018/CVM/SEP/GEA-1, de 07- 06-2018, da Comissão de Valores Mobiliários-CVM, o qual expõe entendimento dessa Comissão no sentido de que as vedações estabelecidas pelo art. 17<sup>47</sup>, § 2º da Lei nº 13.303/2016

---

responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração, além de outras disposições estabelecidas na referida Lei.

§ 1º Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa.

44 Art. 147. Quando a lei exigir certos requisitos para a investidura em cargo de administração da companhia, a assembléia-geral somente poderá eleger quem tenha exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede social. § 1º São inelegíveis para os cargos de administração da companhia as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

§ 2º São ainda inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º O conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembléia-geral, aquele que:

I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e

II - tiver interesse conflitante com a sociedade.

§ 4º A comprovação do cumprimento das condições previstas no § 3º será efetuada por meio de declaração firmada pelo conselheiro eleito nos termos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários, com vistas ao disposto nos arts. 145 e 159, sob as penas da lei.

45 Art. 162. Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

[...]

§ 2º Não podem ser eleitos para o conselho fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147, membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia.

46 Art. 240. O funcionamento do conselho fiscal será permanente nas companhias de economia mista; um dos seus membros, e respectivo suplente, será eleito pelas ações ordinárias minoritárias e outro pelas ações preferenciais, se houver.

47 "Art. 17. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:

(...)

§ 2º É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria:

I - de representante do órgão regulador ao qual a empresa pública ou a sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo;

II - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

III - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IV - de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;

são aplicáveis também a candidatos ao Conselho Fiscal de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Neste sentido, salienta-se também o precedente da CEMIG, no qual o colegiado da CVM, expressamente, reconheceu que as vedações contidas no art. 17 da Lei nº 13.303/16 são aplicáveis também aos candidatos indicados ao Conselho Fiscal, *verbis*:

**"PEDIDO DE INTERRUÇÃO DO CURSO DO PRAZO DE ANTECEDÊNCIA DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA LIGHT S.A. - PROC. SEI 19957.004466/2018-41**

*Reg. nº 1021/18*

*Relator: SEP*

*Com relação à indicação pela Cemig dos candidatos ao conselho fiscal Marco Antônio de Rezende Teixeira, Paulo de Souza Duarte, Izauro dos Santos Callais, Germano Luiz Gomes Vieira, Eduardo Martins de Lima e Moacir Dias Bicalho Júnior, a SEP analisou inicialmente a seguinte questão jurídica: "as vedações contidas no art. 17 da Lei das Estatais são aplicáveis também a candidatos ao conselho fiscal?" Tendo em vista o disposto no Precedente 2, apesar de entender que a lógica lá seguida para a extensão dos requisitos e vedações previstos na Lei das Estatais para administradores aos membros do comitê de indicação e avaliação não se aplica automaticamente a conselheiros fiscais, a SEP ressaltou que o conselho fiscal é um "órgão relevante do sistema de governança de uma companhia". Nessa linha, apontou-se que no Precedente 2 prevaleceu a interpretação de que a essência do art. 17 da Lei das Estatais é voltada ao aprimoramento das estruturas de governança, inclusive pela mitigação das indicações político-partidárias no âmbito das estatais. Desse modo, a SEP concluiu que se estender "as vedações do art. 17 da Lei das Estatais também à eleição de membros do conselho fiscal parece ser a extensão mais natural do Precedente 2 ao caso concreto".*

---

V - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade."



(...)

*Por outro lado, quanto às referidas indicações para o conselho fiscal da Light, o Colegiado, por maioria, acompanhando as conclusões da área técnica, concluiu haver ilegalidade em tais indicações, entendendo que as vedações do art. 17, § 2º da Lei das Estatais também são aplicáveis a candidatos ao conselho fiscal de estatais. O Diretor Henrique Machado apresentou manifestação de voto quanto a esse ponto, na qual expôs que a leitura conjunta do art. 26 da Lei das Estatais, com os arts. 162, § 2º e 147, § 1º da Lei nº 6.404/76 leva à conclusão de que conselheiros fiscais de estatais estão sujeitos aos requisitos e impedimentos gerais de conselheiros fiscais de sociedades anônimas previstos na Lei nº 6.404/76, dentre os quais se encontra a elegibilidade para cargo de administrador. Além de concordar com tal fundamentação, o Presidente Marcelo Barbosa, em linha com o exposto pela SEP, reiterou seu entendimento manifestado no Precedente 2 de que os dispositivos da Lei das Estatais devem ser interpretados de forma sistemática, teleológica e histórica, considerando-se sua intenção de aprimorar a governança das estatais e mitigar influências e indicações político-partidárias.”*

Não obstante, ressalta-se que vige decisão liminar na demanda judicial autuada pelo nº 1006938-45.2018.4.01.3800 da 21ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais suspendendo os efeitos da mencionada decisão, no caso concreto.

No entanto, cumpre observar que a "Política de Indicações na Holding e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras", no seu item 5.1.2.2, estende tais vedações aos membros do Conselho Fiscal, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e com a Nota<sup>48</sup> do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, de 18/11/2019.

---

<sup>48</sup> "Em defesa da observância das melhores práticas e dos comandos da Lei das Estatais em sua essência, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) reafirma sua convicção de que um dos principais avanços dessa legislação está justamente no esforço em proteger organizações de controle estatal da influência de interesses político-partidários e eleitorais, que fomentaram casos notórios de ineficiência, corrupção e danos à sociedade brasileira. A maior expressão dessa finalidade está no artigo 17, que define critérios mínimos de qualificação e de inelegibilidade. Exigir que membros do conselho fiscal cumpram, portanto, pelo menos os mesmos requisitos e vedações válidos para os administradores é essencial para que a legislação tenha a efetividade necessária e alcance seu propósito de aprimorar a governança das estatais. Conselheiros fiscais são responsáveis por fiscalizar, de maneira independente, os atos da administração. O processo de seleção de seus membros deve atender a critérios que sejam considerados sólidos e que possam mitigar conflitos de interesses. A história recente tem ensinado que qualquer tentativa de flexibilizar a aplicação desse ou de quaisquer outros princípios da lei e da boa governança em empresas

No tocante ao item 4, cumpre observar que a fixação da remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal, muito embora tal matéria não esteja expressamente elencada no rol do artigo 132 da LSA, é de competência da AGO, uma vez que as remunerações dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal precisam ter previsão no orçamento, o qual também deve ser aprovado no referido conclave, sob pena deste não representar os gastos da Companhia com fidelidade. Ademais, a remuneração é matéria decorrente do inc. III do art. 132 da LSA, que, ao prever a realização de eleição dos administradores, naturalmente já inclui a respectiva fixação de suas remunerações.

Neste sentido é o ensinamento do doutrinador Modesto Carvalhosa:

*"A assembléia geral é o único órgão competente para fixar a remuneração global tanto dos conselheiros como dos diretores. Ao estatuto apenas cabe estabelecer alguns parâmetros, bases ou critérios para a deliberação da assembléia geral.*

*A competência para determinar a remuneração direta e indireta e também a participação não estatutária dos administradores nos lucros da companhia é da assembléia geral ordinária, devendo fazê-lo concomitantemente à eleição dos administradores e, anualmente, se for o caso, quando o mandato destes exceder um exercício.<sup>49</sup>"*

Oportunamente, ressalta-se a previsão, na LSA, no sentido de que a remuneração dos conselheiros de administração e fiscais será fixada em sede de Assembleia Geral, conforme

---

estatais deve ser combatida, tendo em vista que pode constituir grave retrocesso na busca por eficiência, responsabilidade, transparência e integridade na administração desse tipo de organização."

49 CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei de Sociedades Anônimas. São Paulo: Saraiva, 2009, v. 3. p. 263.

disposto nos artigos 152<sup>50</sup> e 162, § 3º<sup>51</sup>, respectivamente, da referida lei, de modo que não há óbice para deliberação da matéria em sede de AGO.

Ainda no tocante à remuneração dos administradores, salienta-se as informações disponibilizadas pela Companhia no Anexo 04 da Proposta da Administração, *verbis*:

*"Cabe ressaltar que o processo de definição da remuneração dos Administradores da Eletrobras, por força do Decreto 10.072/19, é balizado pelas diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que em 2020 orientou que não houvesse reajuste para todas as empresas estatais, independente das especificidades de cada organização. Ademais, o Acórdão 830/2019-TCU, de 10.04.2019, ainda vigente, editado quando da AGO de 2019, determinou cautelarmente que a Eletrobras se abstenha de deliberar sobre possível concessão de aumento remuneratório de qualquer espécie para sua diretoria, até que citada Corte realize a análise de informações acerca da situação financeira da estatal, em particular, da existência de indícios de dependência do Tesouro Nacional. Inclusive, vale citar que em 2019, a Sest inicialmente havia sinalizado correção de 11,75%, a qual foi suspensa em função do mencionado Acórdão.*

---

50 Art. 152. A assembléia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

§ 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o limite que for menor.

§ 2º Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202.

51 Art. 162 (....)

(...)

§ 3º A remuneração dos membros do conselho fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembléia-geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

(...)

*Não obstante os riscos apontados, mas considerando o posicionamento do TCU e as orientações da SEST, a proposta de remuneração prevê que não haja reajuste dos honorários de cada membro da Diretoria Executiva. Consequentemente, não haverá reajuste também para os membros do conselho de administração, conselho fiscal e membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, cuja remuneração está indexada à remuneração da diretoria executiva.*

*Além disso, convém ainda destacar que para o período de abril de 2020 a março de 2021, em linha com o Acórdão do TCU que determinada cautelarmente que a Eletrobras não delibere sobre aumentos remuneratórios, a proposta de remuneração prevê a manutenção dos mesmos valores de target previstos para a RVA 2018, aprovados pela Sest em 2018. Nesse sentido, tendo em vista que constou nos valores aprovados na 59ª AGO em 2019 a conta RVA com valor zerado para abril de 2019 a março de 2020, cabe citar que o fato de se repetir nesta proposta os alvos de honorários de 2018 implica automaticamente em valores totais superiores aos aprovados de 2019. Portanto, apesar do aumento do montante total, se registra que não está sendo proposto reajuste na remuneração variável dos administradores."*

Em face do exposto, não se vislumbra óbice, do ponto de vista jurídico, para deliberação do item nos termos ora propostos, abstendo-se, contudo, este Departamento de opinar quanto aos valores e o racional de fixação da remuneração individual, eis que desprovidos de cunho jurídico.

Por fim, com relação à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia, dispõe o art. 16<sup>52</sup>, inc. III do Estatuto Social da Eletrobras ser esta matéria

---

52 Art. 16. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, para:

(...)

III - eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, e fixar a remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos, observada a legislação aplicável.

de competência da assembleia geral ordinária, refletindo previsão do § 8º do art. 38 do Decreto 8.946/2016<sup>53</sup>.

No concernente ao item 5, a Proposta da Administração esclarece que:

*"A Lei das Sociedades por Ações estabelece, em seu artigo 289, que as publicações ordenadas pela referida Lei serão feitas no órgão oficial da União [Diário Oficial da União - DOU] ou do Estado (Diários Oficiais dos Estados – DOEs) ou do Distrito Federal (Diário Oficial do Distrito Federal – DODF), conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. E complementa, em seu parágrafo terceiro que, a companhia deve fazer as publicações previstas na Lei sempre no mesmo jornal, e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da assembleia geral ordinária.*

*Assim, considerando que a Eletrobras é sediada em Brasília-DF, deve obrigatoriamente realizar suas publicações legais:*

- *No DOU ou DODF; e*
- *Em jornal de grande circulação de Brasília-DF.*

*Em agosto de 2019, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários - CAE da Eletrobras apresentou à Superintendência de Comunicação - PRC, área responsável pelas atividades de publicidade da empresa, a demanda de uma proposta de racionalização de recursos de publicidade legal.*

*(...)*

---

53 Art. 38. A empresa estatal deverá possuir Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração da empresa, se houver, ou de sua controladora, ao qual se reportará diretamente, observado o disposto no art. 16.

[...]

§ 8º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será fixada pela assembleia geral, em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

*Em face do exposto, considerando o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, recomenda-se propor à AGO da Eletrobras que publicações legais da Companhia sejam realizadas apenas no Diário Oficial da União - DOU e no "Jornal de Brasília".*

Neste espeque, considerando que a proposta visa otimizar a utilização de recursos e o art. 289<sup>54</sup>, §3º da LSA determina que a Companhia deve fazer as publicações previstas nesta lei sempre no mesmo jornal, e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da AGO, não se verifica empecilhos jurídicos para deliberação do tema no conclave em análise.

No concernente ao item 1 da ordem dia da AGE, que trata de alterações estatutárias, cumpre observar que a matéria deve ser deliberada em sede de AGE, por ser competência deste órgão aprovar modificação no Estatuto Social da Companhia, nos termos do que preceitua o art. 135<sup>55</sup> da LSA.

---

54 Art. 289. As publicações ordenadas pela presente Lei serão feitas no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia.

§ 1º A Comissão de Valores Mobiliários poderá determinar que as publicações ordenadas por esta Lei sejam feitas, também, em jornal de grande circulação nas localidades em que os valores mobiliários da companhia sejam negociados em bolsa ou em mercado de balcão, ou disseminadas por algum outro meio que assegure sua ampla divulgação e imediato acesso às informações.

§ 2º Se no lugar em que estiver situada a sede da companhia não for editado jornal, a publicação se fará em órgão de grande circulação local.

§ 3º A companhia deve fazer as publicações previstas nesta Lei sempre no mesmo jornal, e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da assembléia-geral ordinária.

§ 4º O disposto no final do § 3º não se aplica à eventual publicação de atas ou balanços em outros jornais.

§ 5º Todas as publicações ordenadas nesta Lei deverão ser arquivadas no registro do comércio.

§ 6º As publicações do balanço e da demonstração de lucros e perdas poderão ser feitas adotando-se como expressão monetária o milhar de reais.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, as companhias abertas poderão, ainda, disponibilizar as referidas publicações pela rede mundial de computadores.

55 Art. 135. A assembléia-geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número.

Deste modo, vale lembrar que sendo objeto da AGE a reforma do estatuto deve-se atentar para as formalidades dispostas no supracitado art. 135, bem como a manifestação prévia dos órgãos regulatórios pertinentes.

Neste viés, é necessário ressaltar o disposto no art. 98<sup>56</sup>, inc. VI, alínea “d” do Anexo I do Decreto nº 9.745/2019, de 08 de abril de 2019, no sentido de que compete à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST manifestar-se previamente sobre as matérias abordadas neste dispositivo, dentre a qual destaca-se a alteração do Estatuto Social.

No que tange ao teor das modificações pretendidas, a Proposta da Administração informa que o Ofício SEI nº 16419/2020-ME, de 22 de janeiro de 2020, determinou que a Eletrobras convocasse Assembleia Geral Extraordinária, na mesma data da Assembleia Geral Ordinária para deliberar sobre alteração estatutária para adequação à Lei nº 13.844/2019 que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Isto posto, tendo-se em conta que as alterações pretendidas se darão, exclusivamente, em virtude de adequação legal, não se vislumbra óbice jurídico para tais modificações.

---

§ 1º Os atos relativos a reformas do estatuto, para valerem contra terceiros, ficam sujeitos às formalidades de arquivamento e publicação, não podendo, todavia, a falta de cumprimento dessas formalidades ser oposta, pela companhia ou por seus acionistas, a terceiros de boa-fé.

§ 2º Aplica-se aos atos de reforma do estatuto o disposto no artigo 97 e seus §§ 1º e 2º e no artigo 98 e seu § 1º.

§ 3º Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na assembléia-geral extraordinária deverão ser postos à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembléia-geral.

56 “Art. 98. À Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais compete:

(...)

VI - manifestar-se sobre os seguintes assuntos relacionados às empresas estatais:

(...)

d) estatutos sociais e suas alterações;”

Quanto à aprovação interna da matéria, ela deve ser objeto de aprovação pela Diretoria Executiva, de acordo com o art. 47<sup>57</sup>, inc. I do Estatuto Social da Eletrobras, seguido do encaminhamento ao Conselho de Administração da Companhia, com base no art. 36<sup>58</sup>, inc. IX do Estatuto Social da Eletrobras, para posterior convocação de Assembleia Geral de Acionistas da Eletrobras, de acordo com o art. 17, inc. I<sup>59</sup> do Estatuto Social da Eletrobras c/c art. 142<sup>60</sup>, inc. IV da LSA.

Cumpre, ainda, observar que constitui questão de mérito administrativo, desprovida de cunho jurídico, a decisão de aprovar ou não os termos da Proposta da Administração ora examinada. Logo, tal análise não cabe a esta consultoria, ficando a cargo do juízo de conveniência e oportunidade do administrador.

Salienta-se que o entendimento jurídico exarado neste parecer é meramente opinativo, sendo este o posicionamento que nos pareceu mais consentâneo às disposições legais aplicáveis ao caso em apreço.

---

57 Art. 47. No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, especialmente:

(...)

I – elaborar e submeter ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais da organização administrativa da Eletrobras, bem como aprovar o encaminhamento de outras matérias de competência do referido Conselho;

58 Art. 36. No exercício de suas atribuições compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente:

(...)

IX - convocar a Assembleia Geral de acionistas, nos casos previstos na Lei no 6.404, de 1976, ou sempre que julgar conveniente;

59 Art. 17. Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral reunir-se-á sempre que o Conselho de Administração achar conveniente e, em especial, para deliberar sobre as seguintes matérias:

I - alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da Eletrobras ou de suas controladas;

60 Art. 142. Compete ao conselho de administração:

(...)

IV - convocar a assembléia-geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132;



Em desfecho, em consonância com o enunciado nº 4 do Manual de Boa Prática Consultiva da Advocacia Geral da União, esclarecemos que eventuais chancelas apostas nos documentos encaminhados a este PRJE correspondem apenas a um mecanismo de certificação das folhas efetivamente apreciadas pelo advogado, não substituindo e nem se desatrelando do parecer jurídico correspondente.

Em face de todo o exposto, respeitado o juízo de mérito, observadas as considerações acima e, ainda, tendo-se em conta o posicionamento favorável dos Departamentos competentes, seguem chancelados a Proposta da Administração para as 60ª AGO e 178ª AGE da Eletrobras; o Relatório à Diretoria Executiva e a minuta de Resolução apenas para efeito de controle do que foi analisado por este PRJE, uma vez que o conteúdo de tais documentos é responsabilidade afeta à Diretoria Financeira.

Esse é o parecer, s.m.j.

À consideração superior

**Cristiane Vieira de Paiva Villela**

### **LISTA DE ANEXOS - AGE**

Todos os documentos relativos à matéria a ser deliberada pela 60ª AGO e 178ª AGE encontram-se à disposição dos acionistas no site da Companhia ([www.elektrobras.com/elb/age](http://www.elektrobras.com/elb/age)), conforme a seguir listados:

**ANEXO 01** – Alteração Proposta;

**ANEXO 02** – Estatuto Social consolidado;

A Companhia, por meio de seu Departamento de Relacionamento com o Mercado, através dos telefones (55)(21)2514-6333 ou (55)(21)2514-6331 e [ombudsman-ri@elektrobras.com](mailto:ombudsman-ri@elektrobras.com) está à inteira disposição para maiores esclarecimentos acerca da 60ª Assembleia Geral Ordinária e 178ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

## ANEXO 01

### Alteração Proposta

Redação Atual	Alterações Propostas (em destaque)	Origem e Justificativas das Alterações Propostas
Art. 32. II - um conselheiro indicado pelo <b>Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</b> , na forma da legislação vigente;	Art. 32. II - um conselheiro indicado pelo <b>Ministro de Estado da Economia</b> , na forma da legislação vigente;	Atualização dos nomes dos ministérios em função da lei 13.844/2019, conforme solicitado no Ofício SEI 378/2019/CAS/PGACFFS/PGFN-ME.  Tais modificações não irão acarretar quaisquer efeitos econômicos ou jurídicos.
Art. 36. XXII – deliberar sobre a designação e dispensa do ocupante do cargo de titular da Auditoria Interna, após aprovação do <b>Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União</b> , da Ouvidoria e da Secretaria de Governança;	Art. 36. XXII – deliberar sobre a designação e dispensa do ocupante do cargo de titular da Auditoria Interna, após aprovação da <b>Controladoria Geral da União</b> , da Ouvidoria e da Secretaria de Governança;	
Art. 50. I – 01 (um) membro e respectivo suplente indicados pelo <b>Ministério da Fazenda</b> , como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública federal;	Art. 50. I – 01 (um) membro e respectivo suplente indicados pelo <b>Ministério da Economia</b> , como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública federal;	

## **ANEXO 02**

### **Estatuto Social**

#### **ESTATUTO SOCIAL DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS**

##### **CAPÍTULO I**

##### **Da Denominação, Organização, Sede e Objeto da Sociedade**

Art. 1º A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras é uma sociedade anônima de economia mista federal, constituída em conformidade com a autorização contida na Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e organizada pelo presente Estatuto.

Art. 2º A Eletrobras, na qualidade de entidade da Administração Pública Federal indireta, reger-se-á pela Lei nº 3.890-A, de 1961, pela Lei nº 13.303, de 2016 e sua regulamentação, pela legislação das sociedades por ações, pelas disposições especiais de leis federais, no que lhe forem aplicáveis, e pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. Sujeitam-se a companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 1").

Art. 3º A Eletrobras tem sede na Capital Federal e escritório central na cidade do Rio de Janeiro - RJ, constituída por tempo indeterminado, e operará diretamente, ou por intermédio de subsidiárias ou empresas a que se associar, podendo, a fim de realizar seu objeto social, criar escritórios, no país ou no exterior.

§ 1º A Eletrobras, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, poderá associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica.

§ 2º A validade de todos e quaisquer instrumentos celebrados diretamente pela Eletrobras ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, visando a concretização das possibilidades previstas no parágrafo primeiro deste artigo estará condicionada à prévia autorização de pelo menos 2/3 do total dos membros do Conselho de Administração.

§ 3º Para fins da associação de que trata o parágrafo primeiro, a Eletrobras será a responsável pelas operações de captação de recursos que se fizerem necessárias à execução de seu objeto social, bem como daquelas de suas controladas ou subsidiárias, podendo delegar a estas tal atividade, conforme estabelecido na Política de Alçadas.

§ 4º Nas subsidiárias que a Eletrobras vier a constituir, mediante prévia autorização legislativa, serão também observados, no que forem aplicáveis, os princípios gerais da Lei no 3.890-A, de 1961.

§ 5º As subsidiárias obedecerão às normas administrativas, financeiras, técnicas e contábeis estabelecidas pela Eletrobras.

§ 6º Os representantes da Eletrobras na administração das sociedades, subsidiárias ou não, de que esta participe, serão escolhidos pelo Conselho de Administração da Eletrobras, segundo os critérios previstos em lei, neste estatuto e na Política de Indicação das empresas Eletrobras.

Art. 4º A Eletrobras tem por objeto social:

I - realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica;

II - cooperar com o Ministério, ao qual se vincule, na formulação da política energética do país;

III - conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica sob seu controle, e prestar garantia, no país ou no exterior, em seu favor, bem como adquirir debêntures de sua emissão;

IV - conceder financiamentos e prestar garantia, no país ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle;

V - promover e apoiar pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;

VI - contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, bem como para a preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do país ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado;

VII - colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas de cujo capital participe acionariamente e com órgãos do Ministério ao qual se vincule;

VIII - participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico e empresarial, de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; e

IX - participar, na forma definida pela legislação, de programas de estímulo a fontes alternativas de geração de energia, uso racional de energia e implantação de redes inteligentes de energia.

## **CAPÍTULO II**

### **Obrigações**

Art. 5º A Eletrobras, consoante disposições legais vigentes, deverá, entre outras obrigações:

I - operacionalizar programas de universalização do acesso à energia elétrica;

II - nortear suas ações, buscando a sustentabilidade por meio do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental nas operações e nas oportunidades de negócio;

III - apoiar as atividades relacionadas com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, por meio da atuação do CEPEL - Centro de Estudos e Pesquisas de Energia Elétrica;

IV - executar programas, projetos e atividades de estímulo e orientação dos consumidores, visando o uso eficiente de energia;

V - elaborar e divulgar o Código de Ética e de Conduta das empresas Eletrobras, consoante com os princípios e valores da companhia e com a legislação vigente;

VI - observar e cumprir o Programa de *Compliance* das empresas Eletrobras;

VII – observar e fazer com que suas controladas observem os requisitos de transparência previstos na legislação em vigor; e

VIII - atuar em inteira conformidade com o Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras e com a Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., as amended), e suas subsequentes alterações, doravante denominada FCPA, e a Lei nº 12.846/2013, bem como qualquer legislação antissuborno e anticorrupção aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de praticar qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas à FCPA e a legislação brasileira anticorrupção.

Art. 6º. A Eletrobras deve tomar todas as providências cabíveis para que seus administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em seu nome, bem como as suas controladas, administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em nome destas procedam de acordo com o disposto no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, na FCPA e na legislação brasileira anticorrupção.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas**

Art. 7º. O capital social é de R\$ 39.057.271.546,52 (trinta e nove bilhões cinquenta e sete milhões duzentos e setenta e um mil quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), divididos em 1.288.842.596 (um bilhão, duzentas e oitenta e oito milhões, oitocentas e quarenta e duas mil e quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias, 146.920 (cento e quarenta e seis mil e novecentas e vinte) ações preferenciais da classe "A" e 279.941.394 (duzentas e setenta e nove milhões, novecentas e quarenta e uma mil e trezentas e noventa e quatro) ações preferenciais da classe "B", todas sem valor nominal.

Art. 8º. As ações da Eletrobras serão:

I - ordinárias, na forma nominativa, com direito de voto; e

II - preferenciais, na forma nominativa, sem direito de voto nas Assembleias Gerais.

§ 1º As ações de ambas as espécies poderão ser mantidas em contas de depósito em nome dos respectivos titulares, sob o regime escritural, sem emissão de certificados, em instituição financeira contratada para esta finalidade.

§ 2º Sempre que houver transferência de propriedade de ações, a instituição financeira depositária poderá cobrar, do acionista alienante, o custo concernente ao serviço de tal transferência, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Art. 9º. As ações preferenciais não podem ser convertidas em ações ordinárias e terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos.

§ 1º As ações preferenciais da classe "A", que são as subscritas até 23 de junho de 1969, e as decorrentes de bonificações a elas atribuídas terão prioridade na distribuição de dividendos, estes

incidentes à razão de oito por cento ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.

§ 2º As ações preferenciais da classe "B", que são as subscritas a partir de 23 de junho de 1969, terão prioridade na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de seis por cento ao ano, sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente.

§ 3º As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos, depois de a estas ser assegurado o menor dos dividendos mínimos previstos nos §§ 1º e 2º, observado o disposto no § 4º.

§ 4º Será assegurado às ações preferenciais direito ao recebimento de dividendo, por cada ação, pelo menos dez por cento maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Art. 10. Os aumentos de capital da Eletrobras serão realizados mediante subscrição pública ou particular e incorporação de reservas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.

§ 1º Nos aumentos de capital, será assegurada preferência a todos os acionistas da Eletrobras, na proporção de sua participação acionária, devendo a União subscrever, em ações ordinárias, o suficiente para lhe garantir o mínimo de cinquenta por cento mais uma ação do capital votante.

§ 2º A Eletrobras poderá aumentar o capital, mediante subscrição ou conversão de títulos ou créditos em ações, até o limite de 2/3 de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas.

Art. 11. A integralização das ações obedecerá às normas e condições estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. O acionista que não fizer o pagamento de acordo com as normas e condições a que se refere o presente artigo ficará de pleno direito constituído em mora, aplicando-se atualização monetária, juros de doze por cento ao ano e multa de dez por cento sobre o valor da prestação vencida.

Art. 12. A Eletrobras poderá emitir títulos múltiplos de ações.

§ 1º Os grupamentos ou desdobramentos serão feitos a pedido do acionista, correndo por sua conta as despesas com a substituição dos títulos, que não poderão ser superiores ao custo.

§ 2º Os serviços de conversão, transferência e desdobramento de ações poderão ser transitoriamente suspensos, observadas as normas e limitações estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 13. A Eletrobras poderá emitir títulos não conversíveis e debêntures, estas com ou sem garantia do Tesouro Nacional.

Art. 14. A Eletrobras, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir suas próprias ações para cancelamento, ou permanência em tesouraria e posterior alienação, desde que até o valor do saldo de lucros e reservas, exceto a legal, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 15. O resgate de ações de uma ou mais classes poderá ser efetuado mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, independentemente de aprovação em Assembleia Especial dos acionistas das espécies e classes atingidas.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Assembleia Geral**

Art. 16. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, para:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

III - eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, e fixar a remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos, observada a legislação aplicável.

Art. 17. Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral reunir-se-á sempre que o Conselho de Administração achar conveniente e, em especial, para deliberar sobre as seguintes matérias:

I - alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da Eletrobras ou de suas controladas;

II - alteração do capital social;

III - renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas;

IV - emissão de debêntures conversíveis em ações ou vendê-las, se em tesouraria;

V - venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas;

VI - emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no país ou no exterior;

VII - operação de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa;

VIII - permuta de ações ou outros valores mobiliários;

IX - resgate de ações de uma ou mais classes, independente de aprovação em Assembleia Especial dos acionistas das espécies e classes atingidas;

X – reforma do Estatuto Social;

XI - autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

XII - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; e

XIII – avaliação de bens que o acionista concorrer para a formação do capital social.

§ 1º O prazo mínimo entre o primeiro edital de convocação e a data da realização da Assembleia será de quinze dias e o da segunda convocação, de oito dias.

§2º A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.



§ 3º As deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos, salvo aquelas que exijam quórum qualificado, sendo o voto de cada representante de acionista proporcional à sua participação acionária no capital da companhia.

§ 4º As deliberações da Assembleia serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

§ 5º As declarações de voto poderão ser registradas, se assim o desejar o representante do acionista.

§ 6º A abstenção de voto, quando ocorrer, deverá obrigatoriamente constar da ata e do documento de divulgação da Assembleia.

§ 7º A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei.

§ 8º A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente da Eletrobras, ou seu substituto, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

Art. 18. O edital de convocação condicionará a presença do acionista na Assembleia Geral ao cumprimento dos requisitos previstos em lei para esse fim.

Art. 19. O acionista poderá ser representado por procurador nas Assembleias Gerais, nos termos do art. 126, § 1º da Lei nº 6.404, de 1976.

§ 1º Os documentos comprobatórios da condição de acionista e de sua representação deverão ser entregues no escritório da Eletrobras, conforme o edital de convocação, até 72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembleia Geral.

§ 2º Serão admitidos à Assembleia Geral todos os acionistas que comparecerem com a documentação necessária à participação do conclave.

§ 3º É dispensado o reconhecimento de firma do instrumento de mandato outorgado por acionistas não residentes no país e por titular de *depository receipts*, devendo o instrumento de representação ser depositado na sede da Eletrobras com setenta e duas horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

§ 4º A representação da União nas Assembleias Gerais da Eletrobras far-se-á nos termos da legislação federal específica.

§ 5º A Eletrobras facilitará a participação e votação à distância conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Administração**

Art. 20. A Administração da Eletrobras, na forma deste Estatuto e da legislação de regência, compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

Art. 21. É privativo de brasileiros, pessoas naturais, o exercício dos cargos integrantes da Administração da Eletrobras, devendo os membros da Diretoria Executiva ser residentes no país, podendo ser exigido, para qualquer cargo de administrador, a garantia de gestão prevista na legislação vigente.

§ 1º As atas de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração, que elegerem, respectivamente, conselheiros de administração e diretores da companhia, deverão conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão, e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura em cargo de administração da Eletrobras, somente poderá ser eleito e empossado aquele que tenha exibido os necessários comprovantes de tais requisitos, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede social.

§ 2º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, utilizando-se para tal todas as informações contidas no formulário padronizado, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Art. 22. A investidura em cargo de administração da Eletrobras observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas na Política de Indicação das empresas Eletrobras.

§ 1º Sempre que a Política de Indicação pretender impor requisitos adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração da Eletrobras, tais requisitos deverão ser encaminhados para deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral.

§ 2º Além das condições para investidura mencionadas no caput deste artigo, o indicado para o cargo de diretor, inclusive o Presidente, deverá ter:

I - experiência profissional de, pelo menos 05 (cinco) anos, em atividade ou função, diretamente ligada ao tema principal da Diretoria.

Art. 23. É vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos do art. 156 da Lei 6.404, de 1976. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema.

Art. 24. Os conselheiros de administração e diretores serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura de termo de posse, subscrito pelo Presidente e pelo conselheiro ou diretor empossado, no livro de atas do Conselho de Administração ou no da Diretoria Executiva, conforme o caso.

§ 1º No caso de ser o empossado o Presidente da Eletrobras, assinará também o termo de posse o Ministro de Estado ao qual se vincule a Eletrobras.

§ 2º Se o termo não for assinado nos trinta dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificação aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito.

§ 3º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade, a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Eletrobras.

§ 4º A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Art. 25. Cada membro dos órgãos da administração deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração anual de bens à empresa, à Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR e ao Tribunal de Contas da União.

Art. 26. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

§ 1º Nos prazos previstos no caput dos artigos 32 e 42 serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 02 (dois) anos.

§ 2º Atingidos os prazos máximos de gestão previstos no caput dos artigos 32 e 42, o retorno do membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 3º Para fins do disposto no caput do artigo 42, não se considera recondução a eleição de diretor para atuar em outra diretoria da Eletrobras.

Art. 27. Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei no 12.846/2013 e demais temas relacionados às atividades da Eletrobras.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela empresa nos últimos dois anos.

Art. 28. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberarão com a presença da maioria dos seus membros e suas deliberações serão tomadas, respectivamente, pelo voto da maioria dos conselheiros ou diretores presentes.

§ 1º De cada reunião lavrar-se-á ata, que será assinada por todos os membros presentes.

§ 2º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e a Diretoria Executiva, uma vez por semana.

§ 3º Compete aos respectivos Presidentes, ou à maioria dos integrantes de cada órgão da administração da Eletrobras, convocar, em caráter extraordinário, as reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

§ 4º Nas deliberações do Conselho de Administração e resoluções da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão, além do voto pessoal, o de desempate.

Art. 29. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a companhia.

§ 1º A Eletrobras assegurará aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, desde que não haja incompatibilidade com os interesses da companhia.

§ 2º O benefício previsto no parágrafo primeiro deste artigo aplica-se aos ocupantes e ex-ocupantes de função de confiança e demais empregados e ex-empregados regularmente investidos de competência por delegação dos administradores.

§ 3º A forma do benefício mencionado será definida pelo Conselho de Administração, ouvida a área jurídica da Eletrobras.

§ 4º A Eletrobras poderá manter, na forma e extensão definida pelo Conselho de Administração, observado, no que couber, o disposto no parágrafo 1º, contrato de seguro permanente em favor das

pessoas mencionadas, para resguardá-los de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandados judicial ou administrativamente.

§ 5º Se alguma das pessoas mencionadas for condenada, com decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação da lei ou do Estatuto Social da companhia ou decorrente de ato culposo ou doloso, esta deverá ressarcir à Eletrobras todos os custos e despesas decorrentes da defesa de que trata os parágrafos 1º e 2º, além de eventuais prejuízos à imagem da companhia.

Art. 30. Os administradores da Eletrobras que vierem a criar vantagens salariais sem previsão ou em desacordo com o estabelecido nos contratos de trabalho, plano de cargos e salário, acordo coletivo de trabalho ou com a legislação vigente, responderão pelos prejuízos causados à companhia com base no caput do art. 29 deste Estatuto.

Art. 31. O limite máximo de participação do Conselheiro em Conselhos de Administração não poderá ser superior a 05 (cinco), considerando-se o da Eletrobras, observada a limitação remuneratória.

Parágrafo único. É vedada a participação remunerada de membros da administração pública federal, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) órgãos colegiados de empresa estatal, incluídos os conselhos de administração e fiscal e os Comitês de Auditoria.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Conselho de Administração**

Art. 32. O Conselho de Administração será integrado por 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que designará dentre eles o Presidente, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas, assim constituído:

I - sete conselheiros indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, dentre os quais pelo menos dois deverão atender às condições previstas no art. 25 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 39 do Decreto nº 8.945/2016;

II - um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado da Economia, na forma da legislação vigente;

III - um conselheiro eleito, em votação em separado na Assembleia Geral, pelos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias, de emissão da Eletrobras, devendo o candidato atender aos requisitos da Lei nº 13.303/2016;

IV - um conselheiro eleito em votação em separado na Assembleia Geral, excluído o acionista controlador, pelos acionistas titulares de ações preferenciais, de emissão da Eletrobras que representem, no mínimo, dez por cento do capital social, excluídas, para tal cômputo, as ações detidas por acionistas controladores, devendo o candidato atender aos requisitos da Lei nº 13.303/2016; e

V - um conselheiro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

§ 1º Somente poderão exercer o direito previsto no inciso IV acima, os acionistas preferencialistas que comprovarem a titularidade ininterrupta de suas ações durante o período de três meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral.

§ 2º O conselheiro representante dos empregados, previsto no inciso V, não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens,

inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

§ 3º As matérias que configurem conflito de interesses, conforme disposto no § 2º acima, serão deliberadas em reunião especial exclusivamente convocada sem a presença do conselheiro de administração representante dos empregados, sendo-lhe assegurado o acesso à ata de reunião e aos documentos referentes às deliberações, no prazo de até 30 dias.

§ 4º O Conselho de Administração deverá ser composto, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de membros independentes, respeitando-se o critério de independência mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da Brasil, Bolsa, Balcão S/A (B3).

§5º O Ministério das Minas e Energia deverá indicar os membros independentes do Conselho de Administração de que trata o §4º do presente artigo, caso os demais acionistas não o façam.

Art. 33. Compete ao Conselho de Administração a fixação de diretrizes fundamentais da administração, por iniciativa dos seus membros, ou a ele propostas, para fins de exame e deliberação, pela Diretoria Executiva, bem como o controle superior da Eletrobras e controladas, pela fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas, acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do Presidente da companhia, inclusive para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAIN.T.

§ 2º O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos duas vezes ao ano com a presença dos auditores externos.

Art. 34. A remuneração mensal devida aos membros do Conselho de Administração, fixada em Assembleia Geral, não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da companhia.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção, quando residente na cidade.

Art. 35. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando o membro do Conselho de Administração deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, sem motivo justificado.

Art. 36. No exercício de suas atribuições compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente:

I - deliberar sobre a organização de empresas subsidiárias ou cessação da participação acionária da Eletrobras nas referidas empresas;

II - deliberar sobre a associação, diretamente ou por meio de subsidiária ou controlada, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão;

III – deliberar sobre os acordos de acionistas a serem firmados pela Eletrobras, suas subsidiárias ou controladas, antes de sua assinatura, cumprida a legislação vigente;

IV - definir a política de concessão de empréstimos e de financiamentos, sendo vedada a concessão aos administradores, membros do Conselho Fiscal, empregados e acionista controlador;

V - manifestar-se sobre atos e aprovar contratos de acordo com a política de alçadas vigente, compreendendo-se, dentre estes atos ou contratos, mas não limitativamente, a concessão de financiamento a sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, sob seu controle, e a tomada de empréstimos no país ou no exterior;

VI – aprovar, respeitada a política de alçadas, prestação de garantia para empréstimos ou financiamentos tomados no país ou no exterior, de sociedades controladas ou não, de que participe;

VII- aprovar, respeitada a política de alçadas, a contratação de empréstimos ou financiamentos, no país ou no exterior, de sociedades controladas;

VIII - deliberar sobre a organização de entidades técnico-científicas de pesquisa de interesse empresarial da Eletrobras no setor energético, bem como aprovar, respeitada a política de alçadas, concessão de financiamentos e prestação de garantia para aquelas sob seu controle;

IX - convocar a Assembleia Geral de acionistas, nos casos previstos na Lei nº 6.404, de 1976, ou sempre que julgar conveniente;

X - determinar a distribuição de encargos entre os integrantes da Diretoria Executiva, respeitadas as atribuições definidas neste Estatuto;

XI - propor à Assembleia Geral o aumento de capital, a emissão de ações, bônus de subscrição e debêntures da Eletrobras, exceto as previstas no inciso XII;

XII - autorizar a aquisição de ações de emissão da Eletrobras, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação, bem como deliberar sobre a emissão de títulos não conversíveis e de debêntures simples, não conversíveis em ações;

XIII - deliberar sobre negociação de ações ou debêntures;

XIV - autorizar a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais, observada a Política de Alçadas quanto a alienação de bens móveis;

XV - deliberar sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos, observado o disposto no Manual de Compliance e no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, bem como na Política de Alçadas;

XVI - eleger e destituir os diretores da companhia e fiscalizar a sua gestão;

XVII - examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Eletrobras, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos;

XVIII – implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos, controles internos e conformidade estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que está exposta a Eletrobras e suas controladas, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e aqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XIX – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XX - aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;

XXI - escolher e destituir os auditores independentes e igualmente escolher e destituir a instituição financeira que manterá as ações da Eletrobras em contas de depósito, em nome dos respectivos titulares, sob o regime escritural, sem emissão de certificados, tal como determina o § 1º do art. 8º deste Estatuto;

XXII – deliberar sobre a designação e dispensa do ocupante do cargo de titular da Auditoria Interna, após aprovação da Controladoria Geral da União, da Ouvidoria e da Secretaria de Governança;

XXIII - deliberar sobre as atribuições e funcionamento da Auditoria Interna, da Ouvidoria e da Secretaria de Governança;

XXIV – deliberar sobre propostas de implementação de medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das manifestações recebidas pela Ouvidoria;

XXV - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de benefícios da companhia;

XXVI - estabelecer as diretrizes fundamentais de organização administrativa da Eletrobras;

XXVII - escolher, observados os requisitos da Política de Indicação vigente, os representantes da Eletrobras na administração de sociedades controladas ou não, associações e fundações, de que participe, devendo ser indicados para tais cargos, preferencialmente, empregados da companhia ou de controladas;

XXVIII – elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno, observadas as normas sobre composição e competência fixadas neste Estatuto e nas normas legais vigentes;

XXIX - deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários e sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, por proposta da Diretoria Executiva, de acordo com o disposto no art. 47, inciso XIII, deste Estatuto;

XXX - conceder férias ou licença ao Presidente da companhia;

XXXI – aprovar o regulamento de pessoal e estabelecer o quantitativo de funções de confiança da administração superior da Eletrobras, nos termos do inciso II, do art. 62 deste Estatuto, bem como de suas controladas;

XXXII – aprovar o quantitativo máximo de pessoal e a realização de concurso público da Eletrobras e de suas controladas;

XXXIII - aprovar o Plano Estratégico e o Plano Diretor de Negócios e Gestão, bem como suas alterações;

XXXIV – aprovar o orçamento anual da Eletrobras e de suas controladas, que deverá ser elaborado em consonância com o Plano Estratégico e o Plano Diretor de Negócio e Gestão e o Plano de Negócios e Gestão de cada empresa;

XXXV – aprovar os Contratos de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, por meio dos quais as empresas controladas da Eletrobras se comprometem a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora, bem como a política de consequências aplicada à Eletrobras e as suas controladas, acompanhando o seu efetivo cumprimento;

XXXVI – aprovar as políticas e diretrizes sobre transações e celebrações de contratos de compra e venda de energia elétrica da Eletrobras e suas controladas, bem como os seus posicionamentos em ações judiciais relativas ao mercado de Energia Elétrica, observado o disposto no inciso V deste artigo;

XXXVII – aprovar os projetos de investimento da Eletrobras e suas controladas conforme a Política de Alçadas vigente;

XXXVIII – aprovar a política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que será revista, no mínimo, anualmente;

XXXIX – realizar a avaliação de desempenho, individual e coletiva, pelo menos uma vez ao ano, dos administradores e dos membros de Comitês, nos termos da legislação vigente;

XL – deliberar sobre a criação, funcionamento, por meio de regimento interno, e extinção de Comitês de Suporte ao Conselho de Administração para aprofundamento dos estudos estratégicos, bem como, eleger e destituir seus membros, observada a legislação vigente;

XLI – aprovar a Política de Indicação que contenha os requisitos mínimos para indicação de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, nas sociedades nas quais a Eletrobras e suas controladas participem, bem como das fundações, associações e fundos de pensão;

XLII - estabelecer política de divulgação de informações da Eletrobras;

XLIII - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XLIV - promover anualmente análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do Plano Diretor de Negócios e Gestão e Plano Estratégico, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, nos termos da legislação vigente;

XLV - discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes no âmbito da Eletrobras e as respectivas diretrizes para suas controladas;

XLVI – aprovar a política de alçadas;

XLVII – manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

XLVIII - aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de riscos, Dividendos e Participações societárias, bem como outras políticas gerais da companhia;

XLIX - subscrever Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;

L - aprovar o Regulamento de licitações;



LI- manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria-Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar;

LII- manifestar-se sobre remuneração dos membros da Diretoria e participação nos lucros da companhia;

LIII - autorizar a constituição de subsidiárias, bem assim a aquisição de participação minoritária em empresa;

LIV - estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da companhia; e

LV - decidir sobre casos omissos deste Estatuto.

§ 1º O quantitativo de funções de confiança da administração superior da Eletrobras e o quantitativo máximo de pessoal, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos dos incisos XXXI e XXXII deste artigo, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

§ 2º Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XLIV as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da companhia.

§3º Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Art. 37. O Conselho de Administração, em cada exercício, submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária o relatório da administração e as demonstrações financeiras, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o seu parecer e o parecer do Conselho Fiscal, nos termos do inciso XIII do art. 47, e o certificado dos auditores independentes.

Art. 38. No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho de Administração, o substituto será eleito, na primeira reunião do Conselho de Administração, permanecendo no cargo até a próxima Assembleia Geral.

Art. 39. No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral, na forma do art. 150 da Lei nº 6.404, de 1976.

Parágrafo único. O conselheiro eleito em substituição completará o prazo de gestão do substituído.

Art. 40. O Conselho de Administração contará com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade.

§1º Os comitês mencionados no caput deste artigo terão suas regras de funcionamento previstas em seus respectivos regimentos internos, nos termos definidos na Lei nº 13.303/16 e demais legislações aplicáveis.

§2º As atribuições do Comitê de Auditoria e Riscos que competem ao Comitê de Auditoria previsto na Lei nº 13.303/16 e na sua regulamentação, poderão abranger as empresas controladas da Eletrobras.

§ 3º O Comitê de Auditoria e Riscos, de caráter permanente, será composto por, no mínimo 3 membros e no máximo 5 membros, e observará as condições impostas na legislação e na regulação aplicável, nacional ou estrangeira, incluindo o disposto na Sarbanes-Oxley Act e as regras emitidas pela Securities and Exchange Commission ("SEC") e pela Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

§4º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais.

§5º Os membros do Conselho de Administração que ocuparem cargo no Comitê de Auditoria e Riscos da própria companhia, deverão optar pela remuneração de membro do referido Comitê.

§6º As atribuições do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade que competem ao Comitê de Elegibilidade previsto na Lei nº 13.303/16 e na sua regulamentação, poderão abranger as sociedades nas quais a Eletrobras participe direta e indiretamente.

Art. 41. Além dos comitês mencionados no artigo anterior, o Conselho de Administração poderá criar outros comitês de apoio para tomada de decisão nos termos do inciso XL do art. 36.

Parágrafo único. As regras de funcionamento dos comitês mencionados no caput deste artigo estarão previstas em seus respectivos regimentos internos, sem prejuízo da legislação aplicável.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da Diretoria Executiva**

Art. 42. A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e de até 06 (seis) diretores, respeitando o mínimo de 03 (três) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

Parágrafo único. O Presidente da Eletrobras será escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo a mesma pessoa ocupar os cargos de Presidente da companhia e Presidente do Conselho de Administração.

Art. 43. Compete à Diretoria Executiva a direção geral da Eletrobras, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º O Presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao setor elétrico, salvo nas subsidiárias, controladas, sociedades de propósito específico e empresas concessionárias sob controle dos Estados, em que a Eletrobras tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, quanto ao recebimento de remuneração.

§ 2º É condição para investidura em cargo de diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 44. Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, bem como nos casos autorizados pelo Conselho de Administração, sob pena de perda do cargo.

§ 1º A concessão de férias ou licença por até 30 (trinta) dias aos diretores será de competência da Diretoria Executiva, ressalvado o disposto no inciso XXX do art. 36 deste Estatuto.

§ 2º No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, não podendo,

no entanto, ser escolhida pessoa estranha a essa Diretoria, exceto quanto ao Presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração.

§ 3º Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do § 2º para a substituição do diretor que se retirar da sociedade, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

Art. 45. O Diretor de Conformidade será selecionado por meio da apresentação de lista tríplice definida por empresa especializada em seleção de executivos.

§1º A área de integridade poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que houver suspeita do envolvimento do Presidente da companhia em irregularidades ou quando este deixar de adotar as medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

§2º Nas situações mencionadas no parágrafo anterior, o assunto será discutido sem a presença do Presidente da companhia.

Art. 46. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva que estiver em situação de impedimento, poderá receber compensação de natureza indenizatória equivalente apenas ao honorário fixo mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§2º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

§3º Não terá direito à compensação de natureza indenizatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura, desde que não caracterize conflito de interesses.

Art. 47. No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, especialmente:

I – elaborar e submeter ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais da organização administrativa da Eletrobras, bem como aprovar o encaminhamento de outras matérias de competência do referido Conselho;

II – apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, o plano diretor de negócios e gestão para o exercício anual seguinte, bem como a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos;

III - administrar a Eletrobras, tomar as providências adequadas à fiel execução das diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e, ressalvadas as hipóteses de submissão obrigatória ao Conselho de Administração, manifestar-se sobre atos e aprovar contratos de acordo com a política de alçadas vigente, compreendendo-se, dentre estes atos ou contratos, mas não limitativamente, a concessão de financiamento a sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, sob seu controle, e a tomada de empréstimos no país ou no exterior;

IV - estabelecer normas administrativas, técnicas, financeiras e contábeis para a Eletrobras;

V - elaborar os orçamentos da Eletrobras, em consonância com o plano estratégico e o plano plurianual de negócios e investimentos;

VI- aprovar as alterações na estrutura de organização das diretorias da Eletrobras e de suas controladas, incluindo-se, no caso da Eletrobras, a criação, extinção e funcionamento de Comissões que lhe estejam vinculados;

VII – submeter à aprovação do Conselho de Administração propostas sobre planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e conduta para os empregados da Eletrobras;

VIII - aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;

IX - pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;

X - delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;

XI - delegar poderes a diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;

XII – autorizar, na forma da legislação em vigor, o afastamento do país de empregados da Eletrobras, quando for para o desempenho de atividades técnicas ou de desenvolvimento profissional imprescindíveis à sua missão institucional;

XIII - elaborar, em cada exercício, o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras, a proposta de distribuição dos dividendos e do pagamento de juros sobre capital próprio e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos, e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

XIV - elaborar os planos de emissão de títulos conversíveis e de debêntures, para serem apreciados pelo Conselho de Administração, que sobre eles deliberará ou submeterá à Assembleia Geral, conforme o caso;

XV - controlar as atividades das empresas subsidiárias ou controladas;

XVI - designar representante da Eletrobras nas Assembleias das empresas das quais participe como acionista e das associações que figure como membro, expedindo instruções para sua atuação;

XVII – aprovar a comercialização de direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação das suas controladas, relacionados ao setor energético;

XVIII - estabelecer orientação de voto para todas as empresas controladas da Eletrobras em Assembleias da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

XIX – deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, conforme os valores definidos na política de alçadas vigente;

XX – elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno; e

XXI - fiscalizar e acompanhar as sociedades empresariais, inclusive as Sociedades de Propósito Específico - SPEs, nas quais detenha participação acionária, no que se refere às práticas de governança, aos resultados apresentados e ao controle, proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Das Atribuições do Presidente e dos Diretores**

Art. 48. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete ao Presidente da companhia:

I - promover a formulação, a gestão e o monitoramento do Planejamento Estratégico e os Planos Diretores de Negócios e Gestão das empresas Eletrobras;

II - promover a gestão do desempenho, da sustentabilidade e do desenvolvimento empresarial;

III - representar a Eletrobras, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas e o público em geral, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;

IV - presidir as Assembleias Gerais;

V - admitir e demitir empregados;

VI - formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria Executiva;

VII - desenvolver a política de relacionamento da *Holding* e das empresas Eletrobras com a sociedade e coordenar as atividades de imprensa, comunicação interna, eventos, publicidade, patrocínio e cerimonial;

VIII - juntamente com outro diretor, movimentar os dinheiros da Eletrobras e assinar atos e contratos, podendo esta faculdade ser delegada aos demais diretores e a procuradores ou empregados da Eletrobras, com a aprovação da Diretoria Executiva;

IX - ratificar, na forma da legislação em vigor, o ato das empresas Eletrobras que deliberar pelo afastamento do país de seus respectivos empregados, ressalvado o disposto no art. 47, XII deste Estatuto;

X - designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração; e

XI - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

Art. 49. São atribuições dos demais Diretores, sem prejuízo de outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração:

§1º Compete ao Diretor de Geração:

- I. promover a prospecção, a avaliação e o desenvolvimento de projetos de expansão da oferta de energia;
- II. estabelecer diretrizes para o negócio de comercialização de energia e coordenar a participação das empresas Eletrobras em leilões de energia;
- III. estabelecer diretrizes para os programas de manutenção e para o monitoramento do desempenho operacional das usinas em operação; e

- IV. coordenar atividades relativas à regulação setorial dos negócios de geração, comercialização de energia e eficiência energética.

§2º Compete ao Diretor de Transmissão:

- I. promover a análise de oportunidades de novos negócios de transmissão;
- II. promover a realização dos programas de investimento e a implantação dos projetos de transmissão de interesse da Eletrobras;
- III. definir as diretrizes e monitorar o desempenho operacional e os programas de manutenção da transmissão, no âmbito das empresas Eletrobras; e
- IV. promover as atividades relativas à regulação setorial do segmento de transmissão de energia elétrica no âmbito da Holding e das empresas Eletrobras.

§3º Compete ao Diretor de Distribuição:

- I. promover o alinhamento da gestão das empresas de Distribuição ao Planejamento Estratégico das empresas Eletrobras;
- II. monitorar políticas, estratégias, planejamentos, serviços técnicos e comerciais e resultados das empresas de Distribuição;
- III. definir e monitorar indicadores econômicos, financeiros e comerciais e operacionais das empresas de Distribuição; e
- IV. promover o relacionamento técnico e institucional com órgãos governamentais e Associações, nos assuntos referentes à regulação setorial dos negócios de distribuição de energia elétrica.

§4º Compete ao Diretor de Conformidade:

- I. assegurar a conformidade processual e a mitigação dos riscos nas atividades da Holding e das empresas Eletrobras, dentre eles, os de fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos à Companhia, bem como atentar para o cumprimento de requisitos de compliance inseridos na Lei nº 13.303/2016;
- II. adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, conforme previsto no Decreto 8.420/15, que possibilitem a detecção e a correção de desvios, fraudes, irregularidades, bem como o incentivo à denúncia de irregularidades;
- III. identificar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar perdas operacionais evitáveis pela melhor gestão dos riscos inerentes nos principais processos das empresas Eletrobras, ampliando a responsabilização das partes envolvidas; e
- IV. prover o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Riscos e a Diretoria Executiva com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, sobre a efetividade do gerenciamento de riscos, da adequação dos controles internos e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações das empresas Eletrobras, em especial, aqueles ligados aos riscos evidenciados nas práticas anticorrupção da Companhia.

§5º Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- I. promover o planejamento e controle econômico-financeiro, tributário e fiscal da Eletrobras;
- II. promover o controle contábil e a demonstração de resultados econômico-financeiros;
- III. promover a análise econômico-financeira de investimentos e desinvestimentos; e
- IV. promover a gestão societária, econômica e financeira de participações, inclusive de Sociedades de Propósito Específico.

§6º Compete ao Diretor Jurídico e de Gestão Corporativa:

- I. promover a representação jurídica da Eletrobras, em esfera judicial e administrativa, e consultoria jurídica interna;
- II. promover as práticas de gestão de pessoas;
- III. prover a infraestrutura e o suprimento de bens e serviços; e
- IV. prover os recursos de Tecnologia da Informação e de Telecomunicação de Dados e voz.

## **CAPÍTULO IX**

### **Do Conselho Fiscal**

Art. 50. O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros residentes e domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas, assim constituído:

[I – 01 \(um\) membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública federal;](#)

II – 02 (dois) membros e respectivos suplentes eleitos pelo acionista controlador;

III – 01 (um) membro e respectivo suplente eleitos pelos acionistas minoritários; e

IV - 01 (um) membro e respectivo suplente eleitos pelos titulares de ações preferenciais.

§1º Os membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal indicados nos termos dos incisos III e IV deste artigo deverão ser eleitos em votação em separado.

§ 2º No prazo previsto no caput deste artigo, serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 02 (dois) anos.

§ 3º Atingido o prazo máximo previsto no caput deste artigo, o retorno do membro do Conselho Fiscal só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

Art. 51. A investidura em cargo de Conselheiro Fiscal da Eletrobras observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas na Política de Indicação das empresas Eletrobras.

§ 1º Sempre que a Política de Indicação pretender impor requisitos adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros Fiscais da Eletrobras, tais requisitos deverão ser encaminhados para deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a respectiva eleição.

§ 3º O conselheiro fiscal deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens à companhia, à Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR e ao Tribunal de Contas da União.

§ 4º A remuneração mensal devida aos membros do Conselho Fiscal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação no lucro da companhia e o pagamento de remuneração em montante superior ao pago para os conselheiros de administração.

§ 5º Os conselheiros fiscais eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846/2013, e demais temas relacionados às atividades da Eletrobras.

§ 6º É vedada a recondução do conselheiro fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela companhia nos últimos dois anos.

§ 7º Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções, que são indelegáveis, no exclusivo interesse da companhia, considerando-se abusivo o exercício da função com o fim de causar dano à companhia, ou aos seus acionistas ou administradores, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia, seus acionistas ou administradores.

§ 8º Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal a contratação de seguro nos termos dos parágrafos 1º e 4º do Art. 29, do presente estatuto.

§ 9º Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal as limitações previstas no caput e parágrafo único do Art. 31, do presente estatuto.

Art. 52. Os membros do Conselho Fiscal elegerão em sua primeira reunião o seu Presidente, ao qual caberá encaminhar à companhia, para cumprimento, as deliberações do órgão, com registro no livro de atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

§ 1º Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do prazo de atuação, pelo respectivo suplente, cabendo a este a respectiva remuneração.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção, quando residente na cidade.

Art. 53. No exercício de suas atribuições compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;



II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Eletrobras, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis;

V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Eletrobras;

VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII - exercer as atribuições, previstas nos incisos I a VII, no caso de eventual liquidação da Eletrobras;

IX - examinar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIINT e o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT;

X - realizar a avaliação de desempenho de seus membros e do Conselho Fiscal como colegiado, pelo menos uma vez ao ano, nos termos da legislação vigente;

XI - elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno;

XII - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e

XIII - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Eletrobras no custeio de benefícios de assistência à saúde e previdência complementar.

§ 1º Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias do seu recebimento, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar (incisos II, III e VII deste artigo).

Art. 54. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Colegiado.

Parágrafo único. Os quoruns mínimos de reunião e aprovação de matéria no Conselho Fiscal são de três conselheiros.

## **CAPÍTULO X**

## **Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras**

Art. 55. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da Lei nº 3.890-A, de 1961, aos da legislação federal sobre energia elétrica, aos da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto.

§ 1º Em cada exercício, será obrigatória a distribuição de dividendo não inferior a vinte e cinco por cento do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei, observada a Política de Distribuição de Dividendos.

§ 2º Os valores dos dividendos e dos juros pagos ou creditados a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios, quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

§ 3º O valor dos juros, pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos do art. 9º, § 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e da legislação e regulamentação pertinente, poderá ser imputado aos titulares de ações ordinárias e ao dividendo anual mínimo das ações preferenciais, integrando tal valor ao montante dos dividendos distribuídos pela Eletrobras para todos os efeitos legais.

Art. 56. A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício:

I - um por cento a título de reserva para estudos e projetos, destinada a atender à execução de estudos e projetos de viabilidade técnico-econômica do setor de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a dois por cento do capital social integralizado; e

II - cinquenta por cento, a título de reserva para investimentos, destinada à aplicação em investimentos das empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a setenta e cinco por cento do capital social integralizado.

Art. 57. A Assembleia Geral destinará, anualmente, a importância correspondente a até um por cento calculados sobre os lucros líquidos do exercício, observado o limite de um por cento do capital social integralizado, para atender à prestação de assistência social a seus empregados, de conformidade com planos aprovados pela Diretoria Executiva.

Art. 58. A Eletrobras destinará, anualmente, constando em seu orçamento, recursos de, no mínimo, cinco décimos por cento sobre o capital social integralizado à época do encerramento do exercício financeiro imediatamente anterior, para aplicação em programas de desenvolvimento tecnológico.

Art. 59. Prescreve em três anos a pretensão contida na ação que tenha por objeto pleitear judicialmente o pagamento de dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Eletrobras.

## **CAPÍTULO XI Dos Empregados**

Art. 60. Os cargos de titular da Auditoria Interna, titular da Ouvidoria e titular da Secretaria de Governança serão exercidos por empregados do quadro de carreira permanente da Eletrobras ou de suas empresas.

Art. 61. Aos empregados da Eletrobras, suas subsidiárias, coligadas e controladas aplicar-se-ão, no que couber, os preceitos da Legislação do Trabalho, da Lei nº 3.890-A, de 1961, e deste Estatuto.

Art. 62. O Quadro de Pessoal da Eletrobras será composto de:

I - pessoal admitido para cargos de carreira permanente, mediante processo seletivo, constituído de provas, ou de provas e de títulos;

II - ocupantes de funções de confiança da administração superior, cujo quantitativo será determinado pelo Conselho de Administração, a teor do disposto no inciso XXXI do art. 36 deste Estatuto; e

III - pessoal admitido por contrato com prazo determinado, observada a legislação aplicável.

§ 1º As funções de confiança da administração superior e os poderes e responsabilidades de seus respectivos titulares serão definidos no plano de cargos e salários da Eletrobras.

§ 2º As funções a que se refere o § 1º poderão, excepcionalmente, e a critério do Conselho de Administração, ser atribuídas a técnicos ou especialistas estranhos ao quadro permanente da companhia.

§ 3º Os ocupantes de função de confiança que realizarem atos de gestão gerando vantagens salariais sem previsão ou em desacordo com o estabelecido nos contratos de trabalho, plano de cargos e salário, acordo coletivo de trabalho, ou com a legislação vigente, responderão pelos prejuízos causados à companhia, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras.

Art. 63. Após o encerramento de cada exercício financeiro da Eletrobras, e uma vez deduzidos os prejuízos acumulados e realizada a provisão para o imposto de renda, os empregados terão direito a participar dos lucros ou resultados, observadas as normas contidas nos contratos de trabalho, acordos e convenções coletivas de trabalho, por ela firmados, e as diretrizes fixadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Art. 64. A Eletrobras prestará assistência social a seus empregados, por intermédio da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - ELETROS, na forma e meios aprovados pela Diretoria Executiva.

## **CAPÍTULO XII**

### **Disposições Gerais**

Art. 65. A Eletrobras, por intermédio de sua direção, é obrigada a prestar informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional, neste caso por intermédio do Ministro de Estado de Minas e Energia.

Parágrafo único. O Presidente, quando convocado, é obrigado a comparecer pessoalmente perante qualquer das comissões de uma ou de outra Casa do Congresso, para prestar informações acerca de assunto previamente determinado, sob pena de perda do cargo, na falta do comparecimento sem justificção.

Art. 66. A Eletrobras poderá, diretamente ou por intermédio das empresas de que participe, contratar com a União a execução de obras e serviços, para os quais forem destinados recursos financeiros especiais.

§ 1º As instalações construídas na forma deste artigo poderão, se assim decidir a União, ser incorporadas à Eletrobras ou a suas controladas, desde que, na respectiva exploração, seja observado o regime legal do serviço pelo custo.

§ 2º Enquanto não for preenchido o requisito do § 1º, as instalações previstas neste artigo poderão, mediante convênio com a União, e por conta dela, ser operadas pela Eletrobras ou suas controladas.

Art. 67. A Diretoria Executiva fará publicar, no Diário Oficial da União, depois de aprovado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia:

I - o regulamento de licitações;

II - o regulamento de pessoal, com os direitos e deveres dos empregados, o regime disciplinar e as normas sobre apuração de responsabilidade;

III - o quadro de pessoal, com a indicação, em três colunas, do total de empregados e os números de empregos providos e vagos, discriminados por carreira ou categoria, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano; e

IV - o plano de salários, benefícios, vantagens e quaisquer outras parcelas que componham a retribuição de seus empregados.

Art. 68. A Auditoria Interna, Ouvidoria e a Secretaria de Governança serão vinculadas diretamente ao Conselho de Administração.

### **CAPÍTULO XIII**

#### **Disposições Transitórias**

Art. 69. A instalação e funcionamento do Comitê de Auditoria e Riscos previsto no Art. 40 deste Estatuto Social deverá ocorrer até 30/06/2018.